



1150090378



FE

T/UNICAMP C253c



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS — FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISCENTE: LUCIANA BEATRIZ DE OLIVEIRA BAR DE CARVALHO
ORIENTADOR: PROF. DR. DERMEVAL SAVIANI

**CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO MUNICÍPIO
PEDAGÓGICO NO BRASIL E EM PORTUGAL:
estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra**



Tese de Doutorado apresentada à Comissão de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Educação, na área de concentração de **Filosofia e História da Educação**.....

CAMPINAS, 26 DE FEVERERIO DE 2010

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

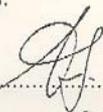
**CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO MUNICÍPIO PEDAGÓGICO
NO BRASIL E EM PORTUGAL:
estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra**

Autora: Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho
Orientador: Prof. Dr. Dermeval Saviani

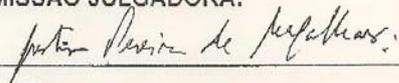
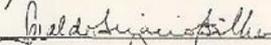
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida
por Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho e aprovada pela
Comissão Julgadora.

Data: 26/02/2010

Assinatura:.....


Orientador

COMISSÃO JULGADORA:



2010

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/ UNICAMP**

Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8^a/5751

C253c	<p>Carvalho, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de.</p> <p>Contribuição à história do município pedagógico no Brasil e em Portugal: estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra / Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho. – Campinas, SP: [s.n.], 2010.</p> <p>Orientador : Dermeval Saviani.</p> <p>Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p>1. Educação. 2.Descentralização. 3. Jornais. 4. Republica. 5. Portugal – Educação - História. I. Saviani, Dermeval. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III.</p> <p>Título.</p> <p style="text-align: right;">10-131/BFE</p>
-------	--

Título em inglês : Contribution to the history of the county teaching in Brazil and Portugal: a comparative study of cases of Uberabinha and Mafra

Keywords : Education; Decentralization; Republic; Newspapers; Portugal – Education - History

Área de concentração : Filosofia e História da Educação

Titulação : Doutora em Educação

Banca examinadora : Prof. Dr. Dermeval Saviani (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Olinda Maria Noronha

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

Prof. Dr. Justino Pereira de Magalhães

Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho

Data da defesa: 26/02/2010

Programa de Pós-Graduação : Educação

e-mail : lucianabeatrizcarvalho@yahoo.com.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos que participaram e colaboraram de uma forma ou de outra para a elaboração desta tese. Citar todos os nomes seria exaustivo e talvez nos fizesse cometer injustiças.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu bolsa-sanduíche oferecida para integralização das pesquisas em Portugal.

Às pessoas do Arquivo público de Mafra, que me acolheram e me ajudaram na elaboração da pesquisa.

Ao meu orientador, professor doutor Dermerval Saviani, cuja solidez intelectual e forte sensibilidade pessoal me auxiliaram a discernir caminhos e optar por um; acima de tudo, sempre compreendeu minhas limitações. Pessoa ímpar, humilde, ser humano que — às vezes penso — não existe. Não há palavras para lhe descrever... Agradeço de coração a confiança que depositou em mim e peço desculpas se, em algum momento, não estive a contento.

Ao meu orientador de Portugal, professor doutor Justino Magalhães, que me recebeu maravilhosamente em Lisboa, abrindo as portas da Universidade de Lisboa; que me ajudou com propriedade na pesquisa em Mafra. Ser humano cuja bondade, humildade, sabedoria não sei expressar com palavras...

Como não poderia de deixar de ser, ao meu querido marido: Carlos Henrique; não fosse por ele, eu não teria terminado este trabalho. Ao meu filho, José de Carvalho Neto, pela paciência, embora me cobrasse presença o tempo todo... Ao meu sogro (Sapapai) e minha sogra (Samamãe), que me apoiaram e incentivaram tanto para começar o doutoramento e para terminá-lo. Enfim, meu muito obrigado a todos!

Aos meus príncipes, Carlos Henrique e José Neto, responsáveis pela minha existência.

À minha querida sogra (Samamãe) e ao meu sogro (Sapapai), que tanto me ajudaram, apoiaram e, sobretudo, me incentivaram, nas horas de angústia.

Ao meu pai, Lucas Antônio Bar Mendes (IN MEMORIAN), que desde cedo me incentivou a ser professora — pena que não me viu professora tampouco doutora. Partiu tão cedo. Saudades, saudades, muitas saudades...

RESUMO

Este trabalho objetivou apresentar as iniciativas da Câmara Municipal dos municípios de Uberabinha (atual Uberlândia), Minas Gerais, Brasil, e Mafra, em Portugal. Essas cidades constituíram focos importantes de propagação da instrução pública municipal. A pesquisa buscou compreender as ações de seus poderes legislativos no campo educacional, procurando sublinhar como as políticas municipais foram, de certo modo, concomitantes nesses dois municípios e simultâneas àquelas tomadas pelos governos centrais dos respectivos países, ou seja, Brasil e Portugal. O período de estudo começa em 1888, momento em que ocorre a emancipação política de Uberabinha, sendo organizadas as instituições políticas específicas da cidade, a exemplo da Câmara Municipal. Por outro lado, o ano de 1928 constitui a data-limite, porque indica a aprovação de um conjunto de leis relativas à educação mineira que ficou conhecida como reforma Francisco Campos, de 1927 e 1928. Já para o caso português, elegemos o mesmo ano de 1888. Embora as origens da Câmara Municipal de Mafra remontem à data anterior, a discussão no âmbito da educação não é menos candente. O corte cronológico final é 1927. Assim, de início se discute o sentido da educação para, depois, se caracterizá-la no contexto maior, procurando demonstrar que essas cidades desempenharam papel significativo como municípios pedagógicos. Município pedagógico seria a categoria de entidade administrativa local cujas autoridades constituídas, avançando além das dimensões político-administrativas, promovem a educação a uma posição de centralidade para alcançar o desenvolvimento socioeconômico e para legitimar o poder. Trata-se de uma categoria ainda em formação, de uso recente, mas que tem sido identificada no Brasil na segunda metade do século XIX, graças à existência de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e pela extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos limites municipais, levando à regulamentação e implementação locais dessa obrigação. Também se inclui nesse conceito a apropriação que as elites fazem dessa responsabilização, tirando proveito para concretizar objetivos particulares relacionados à manutenção da ordem, à disseminação de ideologia e à delimitação de uma identidade municipal.

Palavras-chave: educação, descentralização, república, jornais, Brasil e Portugal.

ABSTRACT

This present study aimed to present City Councils actions in Uberabinha (Uberlandia, now a days), Minas Gerais state, Brazil and Mafra, Portugal. These cities have become important places to the public education propagation. So we tried to understand the legislative power actions in the educational field. The search sought to emphasize how the municipal policies from these cities were took at the same period of time, as well as the government policies from Brazil and Portugal. The study period begins in 1888, when Uberabinha got its autonomy as a town having its political institutions organized, the Town Hall, for example. On the other hand, the year of 1928 was the deadline for the state approval of a set of laws concerned to the state education, known as Francisco Campos Reform, between 1927 and 1928. We have chosen the same year, 1888, for the Portuguese situation, however Mafra Town Hall has its origins before this date, but the educational discussions are as strong as in Brazil in this year. The historical cut ends in 1927. So, we discuss the meaning of education and then characterize it in a larger context, seeking to demonstrate that these two cities have played an immense role as “Pedagogical Municipalities”. Pedagogic Municipality category would be the local administrative institution in which the local authorities, moving beyond the political and administrative matters, promote the education up to a central position to legitimate its power and reach socio-economic development. This category is under construction, for its recent origins and has been identified with the second half of Brazilian XIX century, it is possible for the existence of a decentralization educational set of laws which gave to the municipalities the primary education responsibility, as a consequence of this legislation the towns in state of Minas Gerais legislated improving its obligation. It also includes the appropriation concept that elites make from this responsibility, taking advantage on this situation such as aiming particular goals and interests related to the maintenance of the order (*status quo*) and the ideological dissemination of a municipal identity.

Keywords: education, decentralization, republic, newspapers, Brazil and Portugal.

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 – Índice de escolaridade do Censo de 1920.....	37
TABELA 2 – Ensino primário oficial	62
TABELA 3 – Quadro comparativo do percentual de analfabetos e da população de 7 a 14 anos de Uberabinha, de Minas Gerais e do Brasil — 1920	108

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Áreas em destaque são territórios que motivaram ultimato do ingleses.....	40
FIGURA 2 – Gráfico indicativo das condições de vida em Portugal.....	42
FIGURA 3 – Manchetes de jornais propalavam frases contra a monarquia, vista como malfeitora	46
FIGURA 4 – Evolução da alfabetização em Portugal em três décadas	49
FIGURA 5 – Mesorregiões de Minas Gerais, segundo o IBGE	77
FIGURA 6 – Vista parcial de Uberabinha, com expansão no sentido norte (Cidade nova), década de 1920; algumas edificações dão à cidade ares de modernização e desenvolvimento, pois expressam características arquitetônicas distintas das concepções neoclássicas predominantes no país na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do XX	106
FIGURA 7 – Divisão municipal de Minas Gerais com densidade demográfica no começo da década de 1920	108
FIGURA 8 – Inauguração do salão nobre do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, em 1915....	111
FIGURA 9 – Batalhão do professor Honório Guimarães, em frente à escola Júlio Bueno, Brandão, em 1922.....	113
FIGURA 10 – Freguesias do concelho de Mafra	133
FIGURA 11 – Vista panorâmica do Palácio de Mafra — 2004	137
FIGURA 12 – Alunos na entrada do prédio da Escola Conde Ferreira, atualmente prédio da Biblioteca Municipal da Vila de Mafra	142
FIGURA 13 – Vista parcial da cidade de Mafra em 1920; a arquitetura se assemelha à de Uberabinha nessa mesma década, pois mostra prédios que fogem ao estilo neoclássico e sugerem certa preocupação com a modernização da cidade	145
FIGURA 14 – Ofício de 2 de agosto de 1927 respondendo ao pedido de um edifício e de material para instalação de escola de ensino primário complementar à criada no concelho de Mafra e onde o ensino profissional seria ensinado	150

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Impostos municipais de Uberabinha arrecadados de abastecimento de água, de indústrias e profissões e matadouro municipal	105
GRÁFICO 2 – Gastos da Câmara Municipal com a educação de Uberabinha	129
GRÁFICO 3 – Crescimento populacional de Mafra entre 1900 e 2001.....	146

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – População e comércio no Triângulo Mineiro — 1910.....	97
QUADRO 2 – Dados estatísticos sobre o comércio no Triângulo Mineiro (1904–5)	104
QUADRO 3 – Infraestrutura urbana de cidades do Triângulo Mineiro — 1920	104
QUADRO 4 – Regulamentos escolares de Uberabinha — 1892 e 1899	122
QUADRO 5 – Balancete da Câmara Municipal de Uberabinha com despesa de instrução — 1919	130
QUADRO 6 – Distribuição de área e população — 1886	140

Para os sábios mais consideráveis, uma certa amplitude de pensamento acarreta o invencível sacrifício de tudo quanto escapa à lógica da continuidade, de tudo quanto se exalta e afirma pelo simples fato de ser, um direito à existência, à sua diferença essencial em relação ao que a rodeia por isso mesmo, implicitamente, a sua singularidade.

— SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, 1923

SUMÁRIO

Resumo	v
Abstract	vi
Lista de tabelas	vii
Lista de figuras	viii
Lista de gráficos	ix
Lista de quadros	x
Introdução	1
Capítulo 1	
REPÚBLICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL	18
1.1 Reformas do ensino na República brasileira	32
1.2 Portugal no mundo do século XIX	39
1.3 Reformas do ensino na República portuguesa.....	43
1.4 Educação em Portugal: do global ao local	62
Capítulo 2	
MINAS GERAIS, ORGANIZAÇÃO NACIONAL E EDUCAÇÃO	69
2.1 Educação no Brasil republicano	70
2.2 Educação na Minas republicana	75
2.3 Reforma João Pinheiro: grupo escolar e modernidade pedagógica	79
2.4 Reforma Francisco Campos: a modernidade do mundo urbano industrial.....	85
Capítulo 3	
AÇÕES EDUCACIONAIS EM UBERABINHA E MAFRA:	
O LUGAR DO MUNICÍPIO.....	96
3.1 Panorama histórico-educacional de Uberabinha	97
3.2 Panorama histórico-educacional de Mafra	132
Considerações finais	152
Referências	159
Bibliografia	169

Introdução

Esta tese materializa nossa reflexão mais recente sobre questões relativas à história da educação que nos inquietam há muito. A reflexão inicial foi exposta em nosso projeto de iniciação científica,¹ que remonta a 1995. Uma segunda reflexão foi expressa em nossa dissertação² para o mestrado em Educação, entre 1999 e 2000. Às dúvidas que motivaram essas reflexões iniciais, juntaram-se questões pessoais e profissionais suscitadas em nossa prática docente na disciplina História da Educação Brasileira no curso de Pedagogia de várias instituições da região do Triângulo Mineiro, onde começamos a atuar em 2001. Assim, quando ingressamos no doutorado em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 2005, nossas inquietações haviam se ampliado, pois às indagações teórico-acadêmicas iniciais se juntaram questionamentos advindos da prática docente acadêmica. Isso nos obrigou a ampliar o escopo de nossos estudos sobre a história da educação no Brasil e a descobrir outros horizontes.

Portanto, para a temática desta pesquisa converge uma experiência histórico-social (porque inserida num tempo e espaço específicos) tríplice: nossa experiência de vida como discente do curso de Pedagogia, nossa experiência como docente do curso de Pedagogia e nossa experiência como pesquisadora da área de pedagogia. Embora ela seja o ponto de encontro de três experiências supostamente distintas, não se pode dizer que os limites destas sejam bem definidos. Afinal, nossa experiência discente foi marcada pela pesquisa acadêmica, assim como nossa experiência nesta foi marcada pela prática docente, e vice-versa.

Esta pesquisa não só continua a trajetória de estudos históricos desdobrada no mestrado, mas também retoma lacunas que deixamos naquela etapa desta escrita da história da educação. Isso é possível graças a um fazer historiográfico contínuo que avançou muito nos últimos 30 anos, a ponto de permitir rastrear os sinais e as pegadas que a educação deixou no Brasil e em Portugal no século XX — representados aqui pelo município de

¹ *Levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias de interesse para a história da educação nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*, feito na condição de bolsista de iniciação científica na graduação em Pedagogia da UFU.

² *A configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano (Uberabinha 1911–1929)*, feita como aluna regular do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) entre 2000 e 2002.

Uberabinha (MG)³ e pelo município de Mafra,⁴ respectivamente. Como continuidade de uma trajetória, era natural que continuássemos a focar esse município mineiro como locus contextual de nosso objeto de estudo. Quanto a Mafra, foi escolhida porque se assemelha muito a Uberabinha, acima de tudo a antecipação no fomento à educação municipal. Esta pesquisa ainda nos possibilitou ampliar os horizontes relativos à educação, sobretudo quanto à relevância dessa área de conhecimento para se entender pormenores das relações estabelecidas na sociedade em geral e, em particular, no âmbito sociocultural. Nessa perspectiva, buscamos interlocuções com professores dos cursos de pós-graduação em Educação da UNICAMP e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que manifestaram seu desejo de contribuir para a “reconstrução” da história da educação em Minas Gerais e, especificamente, na região do Triângulo Mineiro, sobretudo da então Uberabinha.

Como pesquisa pertinente à história da educação em Uberabinha e Mafra, este estudo centrou-se no período da primeira República brasileira. Esse recorte se justifica porque a mudança de regime de governo (monárquico para republicano) ocorreu nos dois países, assim como um debate intenso sobre a expansão do ensino público na esfera municipal; prova disso são os numerosos decretos e as leis relativos à necessidade de se implantar a escola pública nas duas cidades. No caso do Brasil, o marco cronológico inicial é 1888 — ano em que Uberabinha se emancipou politicamente de Uberaba — e o final é 1928 — ano de publicação dos últimos decretos que criaram a reforma educacional Francisco Campos, em Minas Gerais. No caso de Portugal, o período (1888–1927) começa no fim da monarquia — em parte, porque a República portuguesa só começou em 1910; em parte porque foi quando a expansão do ensino público começou e quando o processo de municipalização iniciado em 1870 avançou. A data-limite é 1927 porque nesse ano o ensino primário passou por uma reforma curricular; em Mafra, ela começou em 26 de outubro de 1928, quando o decreto 16.077 foi publicado em consequência do relatório da comissão criada para alterar os programas curriculares do ensino primário.

³ A lei 1.126, de 19 de outubro de 1929, sancionada pelo então presidente de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, mudou o nome do município, da cidade e da comarca de São Pedro de Uberabinha para Uberlândia.

⁴ A origem do nome Mafra é um mistério. Sabe-se apenas que a grafia mudou através dos séculos: de Mafara (1189) para Malfora (1201), Mafora (1288) até chegar à forma atual.

Buscamos recuperar as singularidades educacionais privilegiando não mais os aspectos macroestruturais, e sim as características regionais e locais, além de tatear outra realidade educacional: o município português de Mafra entre o fim do século XIX e o início do XX. A pesquisa em Mafra exemplificou umas das dificuldades metodológicas do trabalho no campo historiográfico: a documentação vasta, que suscitava muitas possibilidades, isto é, embaralhava os caminhos. Mas, no decorrer da pesquisa, centralizamos esforços numa documentação mais específica, buscando aproximá-la da que foi trabalhada no Brasil. Além disso, pudemos cursar disciplinas no doutorado em História da Educação da Universidade de Lisboa e participar de seminários que contribuíram muito para a definição de um caminho metodológico.

Em sua análise da complexidade do estudo de dimensões locais com suas inter-relações com o nacional, Carlo Cipolla aponta algumas dificuldades ao se considerar só um aspecto dessa inter-relação, pois “[...] o grau de instrução de qualquer sociedade, seja nacional ou regional, é o resultado de um complexo de fatores inter-relacionados. De fato, a instrução é apenas um aspecto de uma realidade sócio-cultural”.⁵ Nesse sentido, uma das dificuldades que enfrentamos foi estabelecer a relação entre local e global. Há muito a historiografia considera que as realidades criadas pelas experiências da atividade humana não podem ser analisadas só numa perspectiva globalizantes, mas também segundo suas singularidades, que se manifestam, sobretudo e de forma riquíssima, no nível local. Generalizada pela corrente historiográfica dos *Annales*, essa postura possibilitou, além da abertura de fronteiras interpretativas e da ampliação do campo das fontes documentais, estabelecer novos horizontes para as investigações, tais como a análise da realidade local sem perder de vista o todo da sociedade.

Assim, pensar no nascimento e na consolidação da história da educação como outro domínio da história é inseri-la e compreendê-la como resultado de um interesse maior dos historiadores nas imbricações da sociedade contemporânea e nos problemas educacionais, ao procurarem identificar e situar os impactos dos fenômenos educativos nas várias instâncias das formações sociais. Essa constatação nos possibilitou (re)pensar nos paradigmas explicativos do pensamento historiográfico ligado à educação já no fim do século XIX, em especial após a constituição dos grandes sistemas nacionais de ensino na Europa, de características liberais e

⁵ CIPOLLA, Carlo M. **Instrução e desenvolvimento no Ocidente**. Lisboa: Ulisseia, 1969, p. 20.

que incorporaram à pedagogia os avanços científicos.⁶ Esses paradigmas ganharam novo impulso na década de 1920, com a escola dos *Annales*, que constituiu então o ponto central de renovação historiográfica para décadas posteriores, abrindo caminho à História Nova, que parte de outra perspectiva do “fazer a história”: interessam agora à narrativa histórica não os “grandes homens”, os “grandes acontecimentos” ou as “grandes sínteses”, mas os pais, as crianças, os professores, as escolas — numa palavra, um universo pouco explorado pela chamada “historiografia tradicional”.

É na esteira dessas concepções historiográficas que afloraram novas interpretações dos fenômenos históricos, em particular daqueles relacionados com as formas educativas, exigindo que se acompanhassem sua formação, seu desenvolvimento e suas inter-relações/implicações com o Estado, a sociedade e as instâncias municipais. Noutros termos, buscam-se formas distintas de abordagem dos fenômenos educativos: sejam legais (reformas e leis educacionais), pedagógicos (métodos de ensino e práticas educativas), didáticos (manuais, revistas e impressos escolares em geral), instituições (arquitetura e cultura escolar) para se compreender a história da educação segundo uma reflexão que a conceba como domínio científico com referência à história e à educação. Essa “dupla genética” permite encetar interpretações sobre os movimentos contemporâneos histórico-educacionais, desenvolvidos sob forma de revolução, reforma ou resistência e constituídos por princípios inseparáveis das circunstâncias históricas.

Na trajetória dessa renovação historiográfica, pensar no “fazer da história” é antes de tudo olhar para o ofício do historiador: como este desenvolve seu trabalho nesse campo científico, como lida com “leis” da história e as “transforma” em ciência com base em fatos e personagens históricos (econômicos, políticos, sociais, educacionais, culturais etc.) sem cair nas “armadilhas” de “produzir” narrativas generalizantes de acontecimentos do passado (próximo ou remoto).⁷ Ao explicitar a conexão entre conhecimento histórico e literatura,

⁶ Cf. GASPARD, Pierre. **L’histoire de l’éducation en France**. Paris: Pirren, 1984; PROST, Antoine, **Histoire générale de l’enseignement et de l’éducation en France**, Depuis 1930. Paris: Perrin, 2004.

⁷ Sobre a tradição historiográfica francesa, com suas várias gerações de historiadores e múltiplas abordagens depois de 1929, quando foi fundada a Revista *Annales*, cf.: BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997; CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2002; BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (Org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: editora da UFRJ/FGV, 1998; BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992; FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1989; e LE GOFF, Jacques (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

Paul Veyne problematiza a história vista como ciência pura e objetiva; segundo ele, história e narrativa literária têm muito em comum, pois os recursos que o historiador dispõe não diferem muito daqueles disponíveis ao romancista: ambos se apropriam de personagens e eventos (factuais ou não) e os ordena e significa para envolver o leitor num mundo a que este não acede a não ser pela linguagem empregada por quem narra. Dessa forma, a subjetividade implícita na história vem à tona, revelando estratégias de seleção, organização e produção de fatos. Diz Veyne:

A história é narrativa de acontecimentos: tudo o resto daí decorre. Dado que ela é no conjunto uma narrativa, não faz reviver, tal como o romance; o vivido tal como sai das mãos do historiador não é o dos actores; é uma narração, o que permite eliminar alguns falsos problemas. Como o romance, a história selecciona, simplifica, organiza, faz resumir um século numa página e esta síntese da narrativa não é menos espontânea do que a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos.⁸

Tais possibilidades histórico-filosóficas e teórico-metodológicas lançadas pela Nova História — em especial aquela vinculada a estudos sobre a cultura — vieram redesenhar não só as perspectivas de pesquisar e “produzir a história”, mas também os próprios objetos de pesquisa ao salientar a necessidade de se proporem formas de olhar, pensar e analisar os fenômenos históricos. É o rastro desse movimento de renovação que a história da educação vai seguir, como salienta Justino Magalhães:

No âmbito da Nova História (um movimento renovador da historiografia europeia que marcou as décadas de 70 e 80 do século XX), a história da educação aberta à interdisciplinaridade, associada à sociologia, tendeu a evoluir de uma história institucional (centrada na educação como sistema, como instituição) para uma história problema aberta às relações da educação e das instituições educativas, na sua diversidade sociocultural e pedagógica, com a sociedade, pelo que a historiografia apresenta uma panóplia de conceitos e temas inovadores.⁹

Entretanto, essa forma de historiar a educação, que supõe ampliar o conceito de documento histórico e expandir os temas e o arcabouço teórico-metodológico da investigação, abre, ao mesmo tempo, um leque de inúmeras possibilidades de compreensão da realidade educacional. Sobre a relevância de estudos devotados à compreensão das

⁸ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 12.

⁹ MAGALHÃES, 2004, p. 91.

realidades sociais segundo os modelos educativos e de escola tendo em vista os interesses da história e da educação, António Nóvoa diz que:

É fundamental valorizar os trabalhos produzidos a partir das realidades e dos contextos educacionais. A compreensão histórica dos fenômenos educativos é uma condição essencial à definição de estratégias de inovação. Mas para que esta inovação seja possível é necessário renovar o campo da História da Educação. Ela não é importante apenas porque nos fornece a memória dos percursos educacionais, mas, sobretudo porque nos permite compreender que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das idéias pedagógicas ou das práticas escolares: tudo é produto de uma construção social.¹⁰

Esse novo referencial levou, a princípio na França, a uma multiplicação dos estudos relativos à história local, que — como afirma Pierre Goubert — passou a ser objeto “[...] de monografias sobre regiões específicas [que] podem nos conduzir muito mais longe; podem servir para destruir muitas das concepções gerais que em tempos passados apareceram tão vigorosas”.¹¹ Posição semelhante apresentam Marcos Silva, ao defender a importância da história local para uma compreensão mais inclusiva da história, e diversos historiadores brasileiros para os quais é nesses espaços que “[...] ocorrem experiências e vivências pelos grupos dominantes, englobando paisagens, relações pessoais, memória familiar e de grupos de convívio em etapas etárias, condição sexual, profissão, escolaridade, tradições e práticas associativas, dentre outras possibilidades”.¹² Portanto, no fazer histórico é

[...] igualmente importante a questão do significado mais amplo ou dos propósitos de uma abordagem da história vista de baixo. Os problemas ficam talvez mais bem ilustrados tomando-se por referência o trabalho dos historiadores que escrevem dentro da tradição marxista ou dentro da tradição da história britânica do trabalho. É óbvio que a contribuição dos historiadores marxistas, aqui e em qualquer outra parte, tem sido enorme: na verdade, um filósofo marxista declarou que todos aqueles que escrevem a história vista de baixo, assim o fazem na sombra da conceituação marxista da história.¹³

É nessa perspectiva de história vista de baixo que compreendemos o global e o local para relacionar seus aspectos particulares com aqueles tidos como parte da “macrohistória” ou história globalizante, como observam Paolo Nosella e Ester Buffa:

¹⁰ NÓVOA. Inovações e história da educação. **Teoria e Educação**, Campinas, n. 6, 1992, p. 221.

¹¹ GOUBERT, Pierre. História local. **História e Perspectivas**, n. 6, 1992, p. 51–2.

¹² SILVA, Marcos. A história e seus limites. **História e Perspectivas**, n. 6, 1992, p. 60–1.

¹³ SHARPE, Jim, A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da História Nova**. São Paulo: ed. da UNESP, 1992, p. 44.

As críticas às produções teóricas paradigmáticas, genéricas e a maior atenção aos aspectos singulares, específicos são expressão de um movimento metodológico mais amplo que há tempos ocorre em âmbito internacional. [...] É o dilema de quem, ao mesmo tempo, precisa definir os contornos gerais da floresta, mas também, para não torná-la abstrata e genérica, precisa conhecer a especificidade de suas árvores. [...] No entanto, por mais sedutoras que sejam essas pesquisas, não se pode permitir que a descrição pormenorizada da árvore impeça a compreensão da floresta como um todo.¹⁴

Por outro lado, ao elegermos o local — Uberabinha e Mafra — como perspectiva de abordagem para a história da educação, fizemos um recorte, uma fronteira em que sociabilidades diversas em temporalidades e territorialidades variadas ganharam formas retratadas na busca de outras formas de conhecimentos.

Ao estudar uma cidadezinha da Inglaterra, Norbert Elias retratou tensões múltiplas entre seus moradores: os estabelecidos e os forasteiros — *outsiders* —, vistos como estrangeiros que não partilhavam dos valores culturais presentes entre os habitantes mais antigos; os *outsiders* eram mantidos à distância do cotidiano da comunidade tradicional porque eram excluídos de qualquer forma de participação social. Na verdade — diz Elias —, “[...] encontrava-se nesta pequena coletividade, um tema universal, que se apresentava, por assim dizer, em miniatura”.¹⁵ Noutros termos, estudar as relações de poder materializadas naquela localidade não impede uma projeção delas no cenário universal, mesmo que haja limitações inerentes a um estudo dessa natureza, como observa o próprio Elias:

Estudar os aspectos de uma figuração universal no âmbito de uma pequena comunidade impõe à investigação algumas limitações óbvias. Mas também tem suas vantagens. O uso de uma pequena comunidade social como foco da investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável — microscopicamente, por assim dizer. Pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal — um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala.¹⁶

Nessa lógica descrita por Elias, poderíamos compreender que este estudo enfoca uma dimensão local, mas num cenário espacial e temporal mais amplo, isto é, dialoga com propostas e discussões de âmbito nacional. Com efeito, Janaína Amado esclarece que, ao se

¹⁴ NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater**: a antiga Escola de São Carlos 1911–1933. São Carlos: ed. da EDUFSCar, 1996, p. 19; 22.

¹⁵ ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 30.

¹⁶ ELIAS, 2000, p. 20.

partir desse quadro teórico, “região” seria “[...] a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula”.¹⁷ Aqui uma interrogação se impõe: em que medida a eleição do local numa ênfase de valorização das abordagens microscópicas das relações educacionais se antagoniza ou desqualifica escolhas centradas em perspectivas macroscópicas como as relativas à história nacional? Em tempos de globalização, em que fronteiras culturais cada vez mais se deslocam numa circulação vertiginosa de ideias, valores, práticas educacionais e comportamentos, parece-nos relevante direcionar nossas análises sobre as relações entre local e global como um caminho possível à compreensão da história da educação.

Convém realçar os desafios e as possibilidades de aplicação de um diálogo muito profícuo entre história local e história global sublinhado por Jacques Revel em seus estudos sobre análise reunidos em *Microanálise e construção do social*. Segundo Revel,

[...] não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais: é uma versão diferente.¹⁸

Nesses termos, podemos afirmar, então, que a ênfase na história local não se opõe à história global. O recorte sobre história local designa apenas uma delimitação temática mais ou menos inclusiva em virtude das particularidades que se queira determinar no âmbito do espaço social e temporal escolhido. A eleição da história local não diminui nem simplifica os aspectos relativos às relações sociais. No recorte local, cada detalhe adquire significado próprio, o que não se constata nas análises macroestruturais, conforme os primeiros estudos sobre a história da educação brasileira.

À luz desses pressupostos, elaboramos este estudo a fim de analisar e discutir o contexto educacional português, conforme as propostas educacionais apresentadas e discutidas na Câmara Municipal de Mafra, contrapondo-as e comparando-as com as de

¹⁷ AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos (Org.) **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 13.

¹⁸ REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: _____. **Jogos de escolas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 16.

Uberabinha no intuito de aprofundar as contradições estabelecidas na ambiência educacional luso-brasileira. Logo, este estudo faz uma análise comparativa de duas realidades educacionais, de dois municípios que carregam traços significativos comuns — a mesma língua oficial e experiência histórica semelhante — que Eduardo Lourenço chama de espaço lusófono. Segundo ele:

O imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o da *pluralidade* e da *diferença* e é através desta evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, cuja unidade utópica, no sentido de partilha em comum, só pode existir pelo conhecimento cada vez mais sério e profundo, assumido como tal, dessa pluralidade e dessa diferença.¹⁹

António Nóvoa corrobora essa assertiva ao frisar que o mundo da lusofonia²⁰ é um território ocupado pela diversidade social, cultural, política e econômica, própria de cada país, e uma dessas realidades — que ele tem procurado construir como objeto de estudo — “[...] é essa comunidade imaginada que dá pelo nome imperfeito de *lusofonia*. Aqui, a possibilidade de um pensamento histórico e comparado torna-se tão evidente que nos espantamos com a ausência de estudos e pesquisas”.²¹ Nessa via de raciocínio, Justino Magalhães, ao abordar os espaços luso-brasileiros, já no fim do século XIX, salienta que

O século XIX ficara marcado por ciclos comuns de um e de outro lado do Atlântico — uma mesma acção de vulgarização e estruturação da cultura escolar junto dos diversos públicos, através da multiplicação da rede (na base de uma paroquialização) e da articulação entre a gratuidade e a obrigatoriedade; através de uma mesma resposta aos factores de resistência; através de uma mesma estrutura inspectoral.²²

¹⁹ LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia**. Lisboa: Gradiva, 1999, p. 112.

²⁰ LUSOFONIA: s. f (1) “Qualidade de ser português, de falar português; o que é próprio da língua e cultura portuguesa. (2). Comunidade formada pelos países e povos que têm o português como língua materna ou oficial (3). Difusão da língua portuguesa no mundo”. **Dicionário da academia de ciências de Lisboa**. Lisboa: Presença, 2001, p. 310. Como qualquer narrativa do presente, o discurso sobre a lusofonia está historicamente associado a vários momentos de exceção, de que se exprimem coletivamente em movimentos de exaltação, de exacerbação da identidade, aqueles relativos às datas nacionais, aos heróis ou mesmos aos aspectos estilísticos da língua; em última instância, é a busca da afirmação da nacionalidade. É nesse sentido que Eric Hobsbawm salienta a necessidade de se estudarem tais práticas como “invenção da tradição” a propósito da relação de intermediação que se estabelece entre representação e apropriação de símbolos nacionais e, sobretudo, das narrativas históricas.

²¹ NÓVOA, António. Tempos da escola no espaço Portugal–Brasil–Moçambique: dez digressões sobre um programa de investigação. In: NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen (Ed.). **A difusão mundial da escola: alunos–professores–currículo–pedagogia**. Lisboa: Educa, 2000, p. 127.

²² MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: ed. Universitária São Francisco, 2004, 41.

Optamos pela história comparada na área educacional porque pouca atenção é dada a essa temática entre cientistas da educação ou entre historiadores — prova disso é o baixo número de dissertações e teses sobre o assunto; também porque sentimos necessidade de recuperar a memória do universo educacional brasileiro e português, isto é, das duas cidades citadas há pouco. A prática da comparação na pesquisa no campo da educação tem sido comum e tem produzido resultados úteis para se compreenderem realidades distintas entre si, para se fazer olhar ir além de espaços específicos e para se entender a formação de diferentes situações educacionais.

Mesmo que seja “[...] a base de quase todas as formas de pesquisa”,²³ a comparação exigiu cautela. As categorias de análise envolvem espaços específicos no nível local e global, difusão ideológica da centralidade da educação no desenvolvimento do progresso social e questões próprias de cada localidade, ou seja, dos municípios, tais como discussões sobre financiamento do ensino público, organização curricular, estrutura administrativa das escolas e outras. Dito de outro modo, era preciso estabelecer categorias de análise que nos permitissem aproximar ou distanciar as realidades estudadas e compreender como os dois espaços — o português e o brasileiro — definiram sua trajetória ao longo do tempo, marcados por certas características comuns: condições desfavoráveis à instrução e a presença marcante de um contingente enorme de analfabetos no período estudado.

Compreender essas duas localidades separadas pelo oceano Atlântico exigiu conhecer bem os princípios teórico-metodológicos da história comparada. Isso porque, diria António Gomes Ferreira,

[...] a comparação está, diríamos, omnipresente em educação, pois, sempre que procuramos compreender onde nos inserimos recorremos a outros contextos onde se desenvolvem realidades parecidas. A comparação é seguramente uma forma de alcançar um novo saber e a Educação Comparada quer que este se construa sobre factos que pertencem à realidade educativa de modo a dar a esta uma compreensibilidade que a simples análise num só contexto não permite.²⁴

Com esse horizonte teórico-metodológico em mente, o historiador deve saber que, para ser fiel ao seu *ofício*, se resguardar de conclusões ou julgamentos *a priori*, seus

²³ BRAY, Mark; THOMAS, R. Murray. Níveis de comparação em estudos educacionais: diversidade de percepções a partir de diferentes literaturas e o valor das análises em multiníveis. **Contemporaneidade e Educação**, v. 7, p. 127, 1º sem. 2000.

²⁴ FERREIRA, António Gomes. Percurso da educação comparada: evolução e construção de identidade. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, n. XXXIII, v. 1, p. 124, 1999.

questionamentos ao passado são determinados e condicionados pela sua inserção no presente e que suas abordagens *sempre* estarão sujeitas a revisões; por isso não se alcança a suposta *objetividade* em estudos concebidos como *definitivos*, mas sim quando se está convicto da necessidade de rever procedimentos e concepções. Só assim, ancorado nesses princípios, ele terá condições de compreender e explicar situações e problemas investigados, mesmo que estejam localizados em espaços e temporalidades distantes de onde o historiador desenvolve seu *ofício*.

Assim, com um olhar amparado pelas precauções teórico-metodológicas da história comparada, buscamos cobrir um conjunto de questões, e não simplesmente nos debruçarmos sobre o problema educacional dos dois municípios em estudo. Quisemos abranger várias categorias de modo a permitir uma compreensão ampla dos processos formativos da organização do ensino nos municípios brasileiros e portugueses, representados por Uberabinha e Mafra. Com tais cuidados metodológicos, balizamos o recorte temporal em razão da relativa autonomia e descentralização observadas num e noutro país. No caso brasileiro, elas advieram da forma republicana de governo, que pôs em pauta o tema da instrução pública, que, com os ideais de democracia, progresso e ordem, norteou a apresentação de propostas para a instrução em cada município. A instrução passou a ser vista pelas elites governamentais locais como uma via para se ascender ao Estado democrático/moderno, daí o movimento expressivo pró-instrução pública em geral. No caso português, as medidas descentralizadoras e o fomento do municipalismo começaram no regime monárquico e foram reforçadas pela primeira República, implantada em 5 de outubro de 1910.

Nessa lógica, a pesquisa buscou ampliar o conhecimento do processo educativo-instrucional no Brasil e em Portugal no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, tendo em vista os seguintes objetivos:

- retomar a discussão sobre centralização e descentralização da administração do ensino público e suas consequências para a educação portuguesa e a brasileira;
- compreender o processo de resposta das unidades municipais às necessidades de instrução da população frente à omissão do Estado;
- avançar nas comparações entre métodos, políticas e expectativas para a instrução;

- estabelecer intercâmbio entre instituições de pesquisa de história da educação no Brasil e em Portugal;
- elaborar instrumentos comuns de pesquisa, tratamento de fontes e criação de categorias úteis a investigadores do Brasil e de Portugal; e
- buscar novos focos de compreensão da história da educação brasileira e portuguesa segundo o olhar local/regional sem perder de vista a totalidade.

Na delimitação do objeto de estudo, tentamos não cair em armadilhas. Por exemplo, determiná-lo conforme a história cronológica ou enquadrá-lo nos marcos da história política. Nesse caleidoscópio onde tudo parece ser permitido, vemos a educação como fenômeno histórico passível de ser investigado à luz da própria história. Partimos, então, do pressuposto de que o fenômeno educacional se liga à produção e reprodução da sociedade humana, pois os homens, ao produzirem sua vida material, produzem também um conjunto de ideias e representações diretamente entrelaçadas com sua atividade material.

A relevância deste trabalho para a sociedade uberabinhense e mafrense está na demanda social pela redescoberta do passado. Nas pesquisas que fizemos, não encontramos muitos trabalhos na área da história comparada sobre esses dois municípios. Estamos cientes de que se trata de uma tarefa difícil; mas a vemos como necessária. Há várias formas de se pensar na história em condições particulares e específicas, com suas atividades múltiplas — política, econômica, social, cultural, religiosa e literária — que compõem o espaço onde homens e mulheres vivem situações sociais reais, com necessidades e interesses distintos. Assim:

Imaginamos que a história é a experiência humana e que esta experiência, por ser contraditória, não tem um sentido único, homogêneo, linear, nem um único significado. Desta forma, fazer história como conhecimento e como vivência é recuperar a ação dos diferentes grupos que nela atuam, procurando entender por que o processo tomou um dado rumo e não outro; significa resgatar as injunções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outras.²⁵

Como as possibilidades de investigação empírica são grandes, recortamos as fontes; mas incluímos, com frequência, outros achados de interesse de uso e preservação da memória educacional. Ao selecionarmos os documentos que integraram este estudo,

²⁵ VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. **A pesquisa em História**. São Paulo, Ática, 1995, p. 11.

ficamos atentos às obscuridades nos rastros empoeirados de livros e papéis velhos e esquecidos e às possíveis armadilhas que as intempéries e uso incorreto dos registros oficiais podem armar para se escrever a história. Assim, o corpus documental em que este trabalho está centrado resulta de um levantamento e registro das fontes nos arquivos de Mafra, na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa. No município de Uberabinha, buscamos fontes no arquivo público e na Câmara Municipal, onde transcrevemos todas as atas das reuniões dos vereadores de 1892 a 1928. Os documentos pesquisados apresentam uma riqueza profunda de informações e dados numéricos que salienta a importância de compreendermos a relevância da instrução pública nesses dois municípios.

Além das atas, a imprensa escrita de Uberabinha e de Mafra mostrou ser uma fonte relevante e privilegiada, o que pode ser visto nas referências em anexo, que enumera textos de jornais do período estudado que encontramos nos dois municípios em questão. Muitos trabalhos realçam essa fonte potencial no fazer da história em geral e, em particular, da história da educação. Dos estudos que recorrem à imprensa como referência à compreensão do universo educacional nos últimos tempos, muitos têm se desenvolvido mais nos meios acadêmicos, sobretudo na história. Em Portugal, historiadores como Marques Alves e José Tengarrinha²⁶ exemplificam essa tendência; suas pesquisas dão uma visão panorâmica da abrangência e importância de jornais e revistas como escopo documental para o trabalho do historiador; embora advertam que esse manancial jornalístico se esforça para captar uma visão mais geral e momentânea dos acontecimentos.

²⁶ Cf. ALVES, Marques. **Subsídios para a história da imprensa em Portugal**. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1983; TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989. No Brasil há uma produção vasta de trabalhos sobre a imprensa como fonte ou objeto de pesquisa; dentre eles, estão: CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães**. Uberlândia: ed. da UFU, 2007; CARVALHO, Carlos Henrique de; INÁCIO FILHO, Geraldo. Debates educacionais na imprensa: republicanos e católicos no Triângulo Mineiro (1892–1931). In: ARAUJO, José Carlos Souza; SCHELBAR, Anaete Regina (Org.). **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho: catálogo da hemeroteca Júlio de Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. 1975. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo; CONTIER, Arnaldo D. **Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822–1842: matizes do vocabulário político e social**. Petrópolis: Vozes, 1979; OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. **João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem**. São Paulo: Annablume, 1993; CAPELATO, Maria Helena R.; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino** (Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”). São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

Conjugar informação jornalística com a metodologia da história mostrou ser algo produtivo à imprensa e à história: a esta, porque passou a dispor de um manancial de dados que pode ampliar o ângulo da visão e a interpretação histórica, de modo a reproduzir a dinâmica social com mais eficiência; àquela, porque ganhou na forma de tratar a informação e no enriquecimento de sua própria história. Ao investigador, os jornais permitem acompanhar o percurso de certo fenômeno social e podem lhe fornecer informações múltiplas reunidas e organizadas cronologicamente sobre vários momentos e acontecimentos de dada época.

Os jornais condensam toda uma informação, dispersa e esquecida, em milhares e milhares de páginas publicadas ao longo do período que escolhemos. Informação que, em muitos casos, não se encontra em outras fontes a que recorre o historiador. Justifica-se, pois, inteiramente a vantagem em dispor de um instrumento que facilite a pesquisa, tornando as fontes mais acessíveis numa ordem temática e cronológica.²⁷

Também no campo educacional surgiram recentemente trabalhos importantes cujo objeto de estudo é a imprensa devotada à educação. Trata-se de uma contribuição relevante à percepção da realidade do ensino e à demonstração metodológica de novas formas de se compreender a educação segundo outras fontes de informação. Por ser diverso, o universo da imprensa permite fazer aproximações múltiplas. A de mais destaque, porém, é a que trata especificamente de publicações voltadas a questões educacionais; esse veio tem sido muito útil para se aprofundarem questões relativas à prática docente e a métodos e técnicas aplicados nas escolas em épocas distintas, bem como à apreensão de nuances da organização dos profissionais da educação. Isso porque ela trabalha com periódicos que retratam, sobretudo, o trabalho docente e vão além da interpretação da lei, da crítica ou da defesa de políticas governamentais, da presença ou da omissão do Estado.

Nesse domínio, o trabalho de Nóvoa faz contribuições importantes à compreensão da abrangência dessa imprensa nos meios educativos ao introduzir seu *Repertório analítico sobre a imprensa da educação e ensino*; ele a considera de suma importância como fonte de pesquisa no fazer da história da educação porque contém elementos reveladores de vários aspectos norteadores da dimensão educacional:

²⁷ ADÃO, Áurea; MATOS, Sérgio Campos. A imprensa periódica: memória da educação. In: TEODORO, Antônio (Org.). **Histórias (re)construídas**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 61.

[...] esta compilação de periódicos pode funcionar como suporte para áreas tão distantes como, por exemplo, a história do pensamento e das ideias, a história cultural e intelectual, a história social e do quotidiano, a história da edição e da imprensa ou a história biográfica. No segundo caso, uma obra desta natureza, encontra-se apta a oferecer uma memória ao pensamento científico em educação e a permitir a ancoragem no tempo das problemáticas escolares e pedagógicas.²⁸

Para ele, a “[...] imprensa é o melhor meio para apreender a multiplicidade do campo educativo”, além de revelar “[...] múltiplas facetas dos processos educativos, numa perspectiva interna ao sistema de ensino”.²⁹

Dadas as condições da pesquisa científica relativas a valores, interesses, atitudes, privilégios, normas, vontades e sentimentos específicos do tempo e do lugar em que se coloca a investigação, não se pode desconsiderar marcas que a subjetividade deixou neste estudo. Subjetividade que impõe limites e dificuldades na apreensão do real em suas determinações múltiplas e complexas. Mas ela não se sobrepõe — nem pode se sobrepôr — ao rigor metodológico nem obscurecer o lugar de quem fala. Por isso, convém esclarecer: fala-se aqui de um lugar institucional — a academia — na condição de quem historia a educação — que supõe o exercício do “ofício de historiador”, o fazer historiográfico.

A história resulta de um diálogo no presente impregnado de subjetividade e tem de se admitir a parcialidade de toda compreensão, que resulta sempre de uma fusão de horizontes, da articulação da macroestrutura com a microestrutura. Ao buscar vestígios do passado, o pesquisador não lida com os fatos passados, mas com a reconstrução do real, pois os fatos nunca podem ser percebidos em sua totalidade e complexidade contraditória. O conhecimento histórico é, portanto, reconstrução do real. Nessa perspectiva, Chauveau salienta: “[...] a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente”.³⁰

²⁸ NÓVOA, António. **A imprensa de educação e ensino**: repertório analítico (sécs. XIX–XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993, p. 19.

²⁹ NÓVOA, 1993, p. 32.

³⁰ CHAUVEAU, Agnés. Questões para a história do presente. In: _____. **Questões para a história do presente**. São Paulo: Edusc, 1999, p. 15.

Nesse quesito, são significativas também as discussões desenvolvidas por Walter Benjamin³¹ ao tratar da relação do historiador com o passado. O estudo do passado passou por inovações que interferiram em sua significação; como argumenta Hobsbawm, “[...] o problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido de passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações”.³²

Paradoxalmente, o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte na descoberta da história como um processo de mudança direcional, de legitimação, mas com isso ela se ancora em um sentido de passado transformador [...] Nadamos no passado como o peixe na água, e não podemos fugir disso. Mas nossas maneiras de viver e de mover nesse meio requerem análise e discussão.³³

É nessa visão que ganha relevo o estudo do passado das sociedades uberabinhense e mafrense. Nossa análise parte do presente, mas decorre dos momentos passados e do presente, o que se transforma num exercício historiográfico desafiador a qualquer estudioso do passado, seja ele de ofício ou não. Cabe salientar, nos sujeitos históricos dessas sociedades do presente, o papel de tornar relevante sua história, construída por um movimento dinâmico e composta por elementos e fatores diversos. E mais: a sociedade do presente representa dado momento, consubstanciado na dialética complexa da existência social, e propõe-se a dialogar com as dimensões passado e presente, indissociáveis entre si na busca de uma compreensão da constituição do todo histórico, ou seja, de seus sujeitos, sua identidade, seus limites e suas possibilidades. Com base nesse horizonte teórico, desenvolvemos este estudo. Mas sabemos que há limitações aqui, sejam metodológicas, documentais ou mesmo de compreensão dos fundamentos teóricos seguidos.

Posto isso, esta tese se estrutura em três capítulos.

No capítulo 1, buscamos versar sobre república e educação no Brasil e em Portugal numa visão mais ampla. De início, abordamos aspectos mais gerais de questões relativas ao período republicano brasileiro; depois, as reformas educacionais proposta nessa época e as discussões que as nortearam; em seguida, fizemos um levantamento breve do panorama

³¹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 222. Segundo suas considerações, “[...] a história não é uma busca de um tempo homogêneo e vazio, preenchido pelo historiador com sua visão dos acontecimentos, mas é muito mais uma busca de respostas para ‘agora’. A História é um imenso campo de possibilidades onde inúmeros ‘agoras’ irão questionar momentos, trabalhar perspectivas, investigar pressupostos”.

³² HOBBSAWM, Eric. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 30.

³³ HOBBSAWM, 1998, p. 35.

histórico de Portugal no fim do século XIX para sublinhar como a República portuguesa surgiu e como foram desencadeadas suas reformas do ensino; por fim, falamos da educação em Portugal partindo do geral para o particular, ou seja, da forma como as medidas tomadas pelo governo republicano repercutiram num país de dimensões tão diferentes das do Brasil, não só territoriais, mas populacionais, seja numericamente ou na composição étnica. O ponto comum mais visível entre esses dois pontos separados pelo oceano Atlântico era o índice elevado de analfabetos: quase 80% da população nos anos iniciais do século XX.

No capítulo 2, fazemos uma breve análise da história de Minas Gerais nos primeiros 30 anos do século XX, salientado como esse estado se posicionou no novo cenário político do país. Também discutimos aspectos da história da educação mineira com ênfase nas reformas educacionais, pois consideramos que estas têm impacto importante na forma como os municípios conduziram suas ações no campo educacional; à medida que o estado mineiro constituía um marco regulatório por meio de leis para educação, observava-se uma diminuição das preocupações das Câmaras com a educação em âmbito local, pelo menos nas proposições legais.

No capítulo 3, expomos a educação nos municípios de Uberabinha e Mafra no período da primeira República brasileira e, no caso português, no fim da monarquia e durante a República. Nesse momento, tentamos fazer algumas aproximações contextuais históricas para mostrar os principais aspectos culturais, sociais, econômicos e, sobretudo, educacionais nas duas cidades objeto desta tese. Focamos nosso olhar no *município pedagógico*, ou melhor, nessa unidade política que assume, por dado momento, as iniciativas na educação, pelo menos em proposições regulatórias, como ocorreu em Uberabinha e Mafra.

Capítulo 1

REPÚBLICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM PORTUGAL

No Brasil a situação é aparentemente tão insolúvel quanto em qualquer outro lugar, excetuando-se países mais desenvolvidos. A crise educacional alicerça-se em deficiências estruturais, envolve problemas de saneamento básico, saúde pública, transporte, má distribuição de renda, subalimentação.
— PASCHOL LEMME, 1988.

A República libertou a criança portuguesa, subtraindo-a à influência jesuítica, mas precisa agora de a emancipar definitivamente de todos os falsos dogmas, sejam os de moral ou os de ciência, para que regulam a justiça entre os homens e a dignidade dos cidadãos.
— OLIVEIRA MARQUES, 1991.

A República brasileira resultou da aliança de três forças distintas. Vista como saída possível por republicanos liberais e positivistas, ela derivou de um jogo de forças díspares aliadas num movimento contrário ao poder moderador do imperador: fazendeiros produtores de café — principal produto de exportação — e setores do capital “estrangeiros” se aliaram aos militares, a setores da camada média defensores do positivismo e a outros grupos descontentes com o centralismo estatal ou com alguma medida político-econômica tomada contra seus interesses corporativistas. Sua proclamação foi facilitada indiretamente pelo desprestígio do regime imperial, pela abolição dos escravos e pelo enfraquecimento momentâneo das oligarquias ditas tradicionais.³⁴ Apoiou-se num aparato legal fundado no modelo liberal dos Estados Unidos e no positivismo, em voga no século XIX. O moderno se identificava com os princípios liberais e positivistas então divulgados também na Europa.

³⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 16. Costa aborda as transformações sociopolítico-econômicas ocorridas entre 1822 e 1889 no Brasil. Segundo ela, tais mudanças foram “[...] o resultado desses processos de desenvolvimento e perpetuação de valores tradicionais, elitistas, antidemocráticos e autoritários, bem como a sobrevivência de estruturas de mando que implicam na marginalização de amplos setores da população”.

Uma vez implantada, a República concretizaria esses ideais,³⁵ influenciando grupos sociais que se sentiam prejudicados pela política imperial, cujos princípios centrais que nortearam a Constituição de 1891 — expressos na plataforma política do Partido Republicano (PR) — eram a federação, o regime representativo e o presidencialismo. Precedido da abolição, o “15 de novembro” solapou de vez a base da monarquia representada pelos fazendeiros ligados ao trabalho escravocrata e aos políticos conservadores. Nesse movimento, delineou-se a influência de diversas correntes filosóficas e sociológicas, de produções científicas vindas — não só, mas sobretudo — das mãos dos positivistas.

Na implantação da República, foram encetados esforços para se organizar o aparelho de estado da União e dos estados federativos nos moldes da Constituição dos Estados Unidos e foi posta em prática a forma presidencialista e federalista de governo; o presidente da República deve ser eleito “pelo povo” e governar em prol dos interesses do “povo”, como apregoa o texto da Constituição de 1891. As províncias se transformaram em estados federativos, o que lhes dava autonomia quase irrestrita, desde que não ferissem a legislação federal. Esboçava-se, assim, a tão almejada descentralização administrativa presente nos ideais republicanos da década de 1870 — já explicitados na plataforma política do Partido Republicano, criado em 1870. Assim, o federalismo resultou da necessidade de se expandir e dinamizar a economia agroexportadora cafeeira, que via na centralização imperial um entrave a suas negociações externas.³⁶ Assegurou-se, assim, uma autonomia grande aos estados federados, que passaram a negociar diretamente com o mercado internacional, sem ingerência da União, pois a abolição ruiu os vínculos econômicos entre várias regiões produtoras.

Politicamente, o coronelismo predominava no país como elemento formador da base estrutural do poder. No regime republicano, ele se reafirma como elemento retroalimentador das formações oligárquicas, alocando-se na então chamada “política de governadores”. Com efeito, mesmo que um novo regime de governo anunciasse mudanças, segundo Nagle:

³⁵ Temos consciência de que não houve um simples transplante desses ideais para o Brasil. Uma vez aqui implantados, foram adaptados ao novo contexto. Por outro lado, não serão o mesmo em momentos distintos do país, pois são conceitos históricos, ou seja, situados em tempo e espaços específicos.

³⁶ SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada**: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870/1889). São Paulo: Hucitec, 1986.

A implantação do regime republicano não provocou a destruição dos clãs rurais e o desaparecimento dos grandes latifúndios, bases materiais do sistema político coronelista. Ainda mais instituindo a Federação, o novo regime viu-se obrigado a recorrer às forças representadas pelos coronéis, provocando o desenvolvimento das oligarquias regionais que, ampliando-se, se encaminharam para a “política dos Governadores”. Assim os “homens mais importantes do lugar”, pelo seu poderio econômico, político e social, mantiveram-se mais fortemente ainda como chefes das oligarquias regionais e, dessa forma, atuaram como as principais forças sociais no âmbito dos governos estaduais e Federal.³⁷

Perpetuadas, essas condições políticas indicavam a manutenção de um imobilismo estrutural longe de ruir — embora desse sinais de abalo. O Estado brasileiro se encontrava então entregue a uma composição de poder restrita e dominadora, em que se alastrava uma política baseada em jogos de poder e interesses que marcariam a história do país. Paralelamente a esse quadro político, o capitalismo e a industrialização começavam a ser implantados no Brasil, onde vários fatores eram favoráveis à sua consolidação e, por consequência, à da indústria, o que propiciou “[...] a aceleração do ritmo de crescimento do capitalismo”.³⁸ Um deles foi a abolição da escravatura, que — diz Basbaum — “[...] pôs à disposição do capitalismo e em particular da indústria, uma grande massa de braços livres aumentando assim a superpopulação relativa, condição de grande importância para o desenvolvimento industrial”.³⁹ Outro foi o aumento da imigração, que passou a se consubstanciar como fonte de capital, impulsionando à industrialização brasileira, e da população em geral. Produzindo mercadorias e acumulando fortunas, muitos imigrantes se transformaram em ícones do capitalismo nacional. Segundo Fernando de Azevedo,

A campanha que condenava a escravidão impelia, por seu lado, a organizar o trabalho livre, favorecendo as correntes imigratórias e aplicando somas consideráveis à imigração. Em 1876 a política imigratória toma um grande impulso, com as entradas de 30.567 imigrantes, dos quais apenas 1.303 para São Paulo; em 1881 instala essa província os serviços de imigração, subvencionando a entrada de imigrantes; em 1888, em que se extinguiu o trabalho escravo, dão entrada no país 133.253 imigrantes dos quais 91.826 para a província de São Paulo, desenvolvendo-se, no decênio de 1888–98, o surto tomado pela imigração européia nas províncias meridionais.⁴⁰

³⁷ NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: EPU, 1974, p. 4.

³⁸ BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: Alfa & Omega, 1975, p. 92.

³⁹ BASBAUM, 1975–76, p. 92.

⁴⁰ AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1964, p. 608.

O crescimento rápido da população foi fator de desenvolvimento do país a partir do século XIX.⁴¹ Segundo Basbaum, “[...] o simples crescimento da população gera não apenas novas condições de vida social, mas também transformações no modo de produção, maior polarização das classes e, conseqüentemente, efeitos históricos”.⁴² A esses acontecimentos se junta a Primeira Guerra Mundial (1914–8) como fato que se refletiu diretamente no desenvolvimento capitalista.

Durante pelo menos quatro anos, grandes capitais que emigravam habitualmente para a Europa, pela importação e pelo turismo dos nobres e entediados fazendeiros, e pelas remessas dos imigrantes aos seus países de origem, ficaram no país. Esse dinheiro tomou novos rumos e grande parte foi aplicada na criação de novas indústrias.⁴³

Entretanto, apesar de numerosas situações favoráveis à consolidação do capitalismo, esse processo não foi incontestado. Economicamente, o Brasil estava num “[...] período intermediário entre o sistema agrário-comercial e o urbano-industrial”.⁴⁴ No bojo desse sistema urbano-industrial emergente, começaram a surgir as contradições sociais, afloradas pela República. Marcada por desigualdades profundas, a sociedade monárquica tinha de ser reestruturada. Para tanto, plantou-se a ideia liberal de igualdade para todos; como a essa nova ordem econômica convinha uma colaboração massiva, foi exaltado o espírito de igualdade e participação pró-desenvolvimento. Noutras palavras, até então à margem dos acontecimentos, o povo agora era chamado a participar da grande marcha rumo à modernidade. Começava uma reformulação ampla e abrangente da ordem social, que disseminava novas inculcações ideológicas. No dizer de Peixoto,

Embora defendendo os ideais da burguesia em ascensão, o novo tipo de socialização das classes populares exigida pelo modelo econômico que se implantava no País, dá origem a uma abertura de espaços para a manifestação das camadas populares, até então, na prática, inteiramente marginalizadas do processo político do País.⁴⁵

Assim, após a proclamação da República, em 1889, os novos governantes se puseram na condição de inauguradores de uma ordem política superior, oposta ao império,

⁴¹ “Na época da proclamação da República a população era estimada em 14 milhões de habitantes, com 85% de analfabetos.” VEIGA, Cythia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007, p. 237.

⁴² BAUSBAUM, 1975.

⁴³ BAUSBAUM, 1975, p. 93.

⁴⁴ BAUSBAUM, 1975, p. 12.

⁴⁵ PEIXOTO, Anamaria C. **Educação no Brasil** — anos 20. São Paulo: Loyola, 1983, p. 14.

e na situação de quem se propõe a reorganizar a própria nação, instituindo valores, símbolos cívicos, heróis etc.⁴⁶ Era preciso não só criar outra realidade, mas também tentar “enterrar” a condição antecedente — os 67 anos de império. O passado aparecia envolto numa aura de atraso, descaso — marcas do império —, a ser superada pela nova ordem mediante valorização do conhecimento moderno, da ciência, do país e da educação — marcas da República. Os dirigentes republicanos viam a reforma do ensino como necessidade básica, dadas a implantação urgente do ensino técnico-profissionalizante (decreto 46, de 22/4/1890) e a preparação “[...] do povo para a vida cívica e a força de trabalho destinada a novas tarefas num sistema econômico-social em mudanças” (decreto 226, de 31/10/1890).⁴⁷ Mas, no Brasil do fim do século XIX e do início do século XX, a educação recebia contribuições de outras áreas do conhecimento, ainda em formação/afirmação e associadas a fatores provenientes das relações socioeconômicas e políticas. Na mudança para uma concepção moderna de educação fundamentada nos princípios positivistas⁴⁸ e liberais,⁴⁹ a sociedade passou a ser formada sob os princípios éticos e morais de caráter republicano.

⁴⁶ Uma análise relevante dos propósitos republicanos pode ser, por exemplo, a de: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁷ TÁCITO, Caio. Educação e cultura nas constituições. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 359–60, p. 3–10, fev./mar. 1985, p. 4. Diante da proposta de reforma constitucional na década de 1980, esse autor discute a retomada da plenitude democrática e o comprometimento político de estabelecer normas legais para educação e cultura; mas considera, numa análise comparativa das Constituições de 1824 e 1891, que, “[...] em ambas as Constituições cuidou-se, eminentemente, de fixar as declarações de direitos, as liberdades básicas que limitam o absolutismo do poder e preservam os direitos de personalidades, os direitos políticos e os direitos civis, em oposição abstencionista do Estado quanto a outros aspectos que não os da garantia de direitos individuais”.

⁴⁸ Entre o fim do século XIX e o início do século XX no Brasil, o pensamento influenciou todos os setores sociais. Na educação, uma das influências foram os estudos de Durkheim, para quem “[...] a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio espacial a que a criança particularmente se destina”. DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978, p. 41; cf. ainda: CARVALHO, Carlos Henrique; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar. O positivismo e o pensamento educacional de Durkheim. **Educação e Filosofia**, v. 14, n. 27–8, jan./jun.– jul./dez. 2000, p. 81–8.

⁴⁹ Segundo a concepção liberal, o objetivo do Estado é proteger os direitos individuais mediante contratos sociais estabelecidos entre os homens, promovendo, assim, a limitação de sua liberdade natural. Sobre a necessidade do Estado, Locke observa que: “[...] sendo, porém, os homens tão desonestos que a maioria prefere usufruir dos frutos do trabalho de outros homens em lugar de trabalhar para se prover do necessário, segue-se que para proteger suas posses, riqueza e prosperidade, como ainda sua liberdade e vigor corporal, que são seus recursos para subsistirem, os homens são obrigados a entrar em sociedade uns com outros, de modo que, por meio de assistência mútua e combinação de forças, cada homem possa assegurar-se da propriedade de coisas que são úteis à vida”. LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. In: _____. **Os pensadores**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 47.

Havia uma atmosfera de “entusiasmo pela educação”,⁵⁰ de crença em seu potencial transformador e mesmo regenerador — afinal, éramos um país de analfabetos e incultos, de negros recém-alforriados. Mas, com uma população tal, era possível formar um país respeitável política e economicamente? Como a conclusão era quase sempre negativa, a proposta de se ampliar a educação nacional era recorrente. E se pensava não só na formação moral e intelectual do povo, mas também em sua capacitação para o trabalho. Os moldes modernos de produzir, baseados na divisão “científica” do trabalho, requeriam do trabalhador uma escolarização mínima que o habilitasse a ler e compreender explicações sobre a forma de produzir e a operação de máquinas. Além disso, para que pudéssemos gerar algum tipo de tecnologia — fundamental ao desenvolvimento industrial, que poderia nos arrancar da condição ruralista —, precisávamos dominar a ciência, o que não poderia ser feito sem escola.⁵¹ A educação surge como “civilizadora”, formadora do cidadão para a República “democrática” que se anunciava, impulso para elevar o país ao estágio de nações desenvolvidas.

Esse debate foi acompanhado de numerosas reformas educacionais em vários estados, visando organizar e estruturar os sistemas de ensino, inclusive o ensino elementar.

A legislação da escola pública primária, instituída, em novembro de 1890, estabelecia a gratuidade e a instrução laica, mas não a obrigatoriedade. O ensino nesse nível foi organização em dois graus. A escola primária de primeiro grau compreendia três cursos, distribuídos de acordo com a idade — elementar (de 6 a 9 anos), médio (9 a 11 anos) e superior (de 11 a 13 anos) — e cada curso se desenvolvia em duas classes graduadas. A de segundo grau tinha três classes graduadas e se destinava a alunos de 13 a 15 anos. Para ingressar no primário de segundo grau era necessário o certificado de estudos do primeiro grau. Havia classes separadas para meninos e meninas. A escola primária possuía características enciclopédicas.⁵²

Ao se referir ao discurso de quem discutia a educação na transição de império para República, Cynthia Greive Veiga diz que:

⁵⁰ Expressão difundida por NAGLE, 1974; cf. p. 97 e seguintes.

⁵¹ Ao discutir a reforma do ensino primário, Rui Barbosa, já em 1883, observava que “O Estado tem deveres para com a Ciência. Cabe-lhe, na propagação dela, um papel de primeira ordem; já porque do desenvolvimento da ciência depende o futuro da nação; já porque a criação de focos científicos de ensino é de extrema dificuldade aos particulares...” — apud LACOMBE, Américo Jacobina. **O pensamento vivo de Rui Barbosa**. São Paulo: Livraria Martins, 1944, p. 142.

⁵² VEIGA, 2007, p. 240.

Na estrutura lingüística dos textos dos intelectuais, a educação e a escola são tomadas como sujeitos de uma nova história a ser escrita, além de estabelecerem uma relação entre “nós” e “eles” para designar os parceiros e os adversários da nação e da República. Estas palavras são, muitas das vezes, tomadas como expressões que possuem uma autonomia própria, encerrando nelas mesmas uma significação dada — progresso, ordem, razão, modernidade.⁵³

A percepção da importância atribuída à escola e ao domínio da palavra escrita para se dimensionar o universo social que se transforma, sobretudo nas relações econômicas, é diversa. Em Portugal, como descreve Justino Pereira de Magalhães,

As marcas de ruralidade acentuam-se com o isolamento e com a atrofia do elemento económico voltado para a mercancia. A escrita inscreve-se como factor de autocontrolo económico e jurídico-administrativo, associado a uma complexificação económica e a uma maior diversidade e especialização das forças produtivas, mas também a novas instâncias e novos aparelhos de poder.⁵⁴

Se a educação se apresentava como redenção de uma nação marcada pelo analfabetismo, pelo atraso técnico e pela base econômico-política de origem rural, então era necessário que fosse organizada de forma rápida e eficiente. E mais: se a ela cabia tal função, então tinha de se desenvolver não de modo espontâneo, mas segundo um direcionamento, um controle de ação dessa instituição redentora. Afinal, consolidar uma sociedade diferente supunha formar um novo cidadão: responsável pela nova ordem, que respeitasse as normas e trabalhasse para engrandecer o país. Com efeito, seguindo-se o modelo de países da Europa e o dos Estados Unidos, procurou-se implantar uma escola pública fundamental guiada pelo Estado e cujo sistema de ensino era estabelecido como mecanismo básico de transmissão e defesa de valores das sociedades democráticas liberais.

Contudo, ao discutirmos um projeto de sociedade, em especial o da Primeira República brasileira, falamos de uma sociedade liberal em formação, mas não nos descuidamos do que sustenta a continuidade dessa ação, fundada, sobretudo, na educação como transmissora e reforço dos valores liberais. Para nós, a educação ajuda a aprimorar a sociedade democrática, que é requisito ao desenvolvimento da sociedade liberal; não o contrário. A educação se torna, assim, centro da atenção de defensores do liberalismo;

⁵³ Cf.: VEIGA, Cynthia Greive. Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de (Org.). **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 138.

⁵⁴ MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime**. Bragança Paulista: EDUSF, 2001, p. 161.

ressalta-se sua importância mais para a cidadania, e menos para a formação profissional. Antonio Paim descreve claramente o que o liberalismo esperava da educação, sobretudo quanto a se preparar a população à prática política e construção do progresso e da ordem:

O sistema democrático exige, simultaneamente, que a grande massa de cidadãos tenha noção plena e integral do papel que compete a cada um desempenhar. Em toda parte, é certo, as funções do governo são exercidas por elites preparadas para esse mister. Contudo, devem ser avaliadas periodicamente, tarefa que incumbe à massa dos votantes. Os meios de comunicação contribuem, por seu turno, para destacar as questões efetivamente polarizadoras. Para compreendê-las, requer-se um mínimo de cultura geral, que o ensino fundamental deve ser capaz de universalizar. [...] Os liberais têm o dever, em toda parte, de tentar convencer as lideranças locais de que não conseguiremos erigir uma nação próspera e estável, com base num sistema de ensino que atua de modo perverso, contribuindo, precipuamente para engrossar o contingente de analfabetos. [...] A educação para a cidadania é uma tarefa específica.⁵⁵

Numa análise da discussão sobre privatização do ensino e distanciamento do Estado, Lílian do Valle diz que:

[...] a idéia de privatização da educação só pode aparecer como um contra-senso. A Escola pública não é apenas *um* dos lugares onde se dá esta socialização dos indivíduos: ela é, por excelência, o lugar onde se institui, na vida do futuro cidadão, esta participação, e um dos lugares mais visíveis de instituição daquilo que, na sociedade, foi decidido que, definitivamente, não pode ficar sob o controle exclusivo de alguns, para não se tornar privilégio de uns poucos.⁵⁶

As primeiras iniciativas de organização educacional do período republicano começam no governo provisório.

Em 5 de maio de 1890, foi criado pelo governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca (1890/1891) a pasta da Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Sua direção foi confiada ao positivista Benjamin Constant (1836/1891), que também acumulava a pasta do Ministério da Guerra. Essa pasta teve curtíssima duração e em 23 de outubro de 1891 as questões da educação passaram a ser decididas no âmbito do Ministério da Justiça e dos Negócios do Interior. Nas primeiras décadas republicanas em consonância com o federalismo presente na Constituição de 1891, apenas o ensino superior era da alçada do governo federal. Essas reformas compõem um segundo movimento na estrutura educacional. Antes da criação do ministério foram reformas marcadamente estaduais, com destaque para a introdução do ensino laico, característica unificadora da escola republicana, pela separação da Igreja e o Estado. Os demais níveis de ensino eram de responsabilidade das secretarias do Interior de cada estado, havendo autonomia na sua organização. Somente em 1930, foi criado por Getúlio Vargas o Ministério de Educação e Saúde.⁵⁷

⁵⁵ PAIM, Antonio. **O liberalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p. 122; 127.

⁵⁶ VALLE, Lílian. **A escola e a nação: as origens do projeto pedagógico brasileiro**. São Paulo: Letras & Letras, 1997, p. 10.

⁵⁷ VEIGA, 2007, p. 208.

À época, o Brasil passava do regime político monárquico para o republicano, que via na educação escolar um caminho mais profícuo para modernizar a nação porque objetivava o *status* de país “civilizado”. Nessa ótica, a Constituição de 1891 — republicana — continha declarações de estímulo ao ensino primário, secundário e superior, além da laicização do ensino, numa tentativa de alterar a direção e o desenvolvimento da educação. Com a implantação da República, vieram ideias positivistas⁵⁸ (da Europa) e liberais⁵⁹ (dos Estados Unidos) que exaltavam o nacionalismo e a formação de um homem que conseguisse conjugar as necessidades de seu tempo. Para tanto, foi preciso reestruturar diversos setores da sociedade e incutir os princípios éticos e morais do Estado republicano nos diversos grupos sociais.

Com a implantação do novo regime, houve uma rediscussão dos problemas nacionais, em que afloram as desestruturas, as lacunas subjacentes ao sistema. Nesse novo contexto, a educação passa a ser vista pelos republicanos como objeto de democratização e desenvolvimento para amalgamar o povo na busca de uma unidade nacional; como afirma Carvalho, ela eclode “[...] como uma das vias de ‘civilização’, de formar o cidadão para a República ‘democrática’ que se anuncia, de se ascender o país ao estágio das nações desenvolvidas”.⁶⁰ Dito de outro modo, no período republicano, debates fervorosos nortearam as ideias pedagógicas, o que contribuiu para o avanço da educação. Como afirma Carvalho,

⁵⁸ Conforme Carlos Henrique de Carvalho, em *República e imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães* (2007), o pensamento positivista foi marcante no fim do século XIX e no início do século XX no Brasil. Na educação, essa influência foi caracterizada por Durkheim, para quem a educar é “[...] a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança particularmente se destine”. DURKHEIM, 1978, p. 41.

⁵⁹ A doutrina liberal fundava-se nos princípios da individualidade, liberdade, propriedade, igualdade e democracia. À ordem “iníqua” que combatia, fundada na desigualdade “herdada”, opunha a ordem capitalista, que, respeitando as desigualdades “naturais”, consubstanciava-se numa sociedade hierarquizada, mas justa e, para tanto, “aberta”. A noção de sociedade aberta, concebível só numa ordem econômica caracterizada por uma diversidade cada vez mais complexa de tarefas, funções e papéis sociais, supunha a possibilidade de mobilidade social com base nos “méritos” individuais. Daí, como consequência lógica, o pensamento liberal desembocou na defesa da “Escola Pública, Universal e Gratuita” como condição indispensável à garantia de igualdade de direitos e oportunidades que justificava, em última instância, a desigualdade social “justa” porque “natural”. XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931–1961)**. São Paulo: Papyrus, 1990, p. 60.

⁶⁰ CARVALHO, 2007, p. 40.

Observa-se, pois, que esse período foi um dos mais importantes para a história da educação no Brasil, quando se delinearão e firmaram idéias pedagógicas que acabaram por orientar a evolução educacional e a busca de soluções para os problemas da educação, em que se pode destacar: movimento contra o analfabetismo; busca da extensão quantitativa e da melhoria qualitativa da escolaridade; movimento pela profissionalização dos educadores e mobilização da sociedade pela difusão do ensino elementar. Entretanto, apesar de ter sido um período fértil, o país apresentava uma situação de escolarização bastante deficitária.⁶¹

Nesse cenário nacional de transformações, Minas Gerais se destacava na luta pela hegemonia do poder, dividindo com São Paulo o controle político do país. Assim, se São Paulo:

[...] tem como base de sustentação de sua importância política a economia — a maior renda do País, extraída do café. No caso de Minas, a segunda força econômica do País, seu prestígio político se deve, especificamente a sua capacidade de colocar-se dentro da política dos governadores.⁶²

Os mineiros eram hábeis no jogo de manobras e barganhas políticas, visando sempre a seus próprios interesses. Essa prática de troca de favores e a simbiose entre Minas e São Paulo em diversas ocasiões eram situações comuns no período republicano.

Os mineiros têm na política a única maneira de fazer valer seus direitos a nível nacional, num período em que um federalismo desigual favorecia os Estados mais fortes. Em outras palavras, Minas não tinha outra opção que a de representar um papel central na política do País, “arena” em que poderia utilizar seu papel para defender ou promover interesses próprios.⁶³

Entre 1889 e 1930, os mineiros ocuparam a presidência da República por três vezes, e isso deu a Minas Gerais projeção política decisiva na bancada federal. Tal destaque resultou, sobretudo, de unidade política do estado, que dava grande poder ao estado e apoio fundamental ao presidente da República para que o sistema federativo se consolidasse de fato. Além disso, o estado se destacou na educação. Dada a situação conjuntural que em geral preconizava a disseminação da educação, Minas desenvolveu um programa favorável à propagação de escolas primárias e elaborou reformas educacionais de repercussão

⁶¹ CARVALHO, 2007, p. 34

⁶² PEIXOTO, 1983, p. 50.

⁶³ PEIXOTO, 1983, p. 51.

nacional, o que fez do estado um divulgador dos movimentos pró-educação — à época, São Paulo era o carro-chefe das reformas educacionais.

Se houve avanço no campo educacional, as desigualdades sociais permaneceram. Por causa disso, a educação teve um caráter dualista que a transformou numa distorção, pois não conseguiu aplainar as contradições políticas, econômicas e sociais. Na tentativa de reestruturarem o modelo educacional, as reformas de ensino — embora sinalizassem mudanças na educação — reforçaram o dualismo ao legitimar os preceitos políticos firmados em nome do desenvolvimento e ao manter as causas educacionais — uma demanda social — no campo político e econômico. Tais causas foram postas a serviço do poder e usadas para sustentar a ordem e o progresso que a elite dirigente almejava. Buscava-se homogeneizar a cultura por um consenso de unidade nacional, então alcançável via educação, instrução — mas uma instrução mínima necessária, ou seja, educação primária. Afinal, 80% da população do país no início do século XX era analfabeta; logo, os esforços centravam-se na instrução (educação) do povo para suprir as necessidades exigidas pelo novo contexto. Para tanto, foi preciso construir grupos escolares⁶⁴ e promover reformas estaduais.

Como se vê, educação era o elemento usado para amalgamar esse novo tempo de modificação, eixo norteador de legitimação dos preceitos da classe dirigente, instrumento viabilizador de um processo civilizatório que busca formar o cidadão para uma sociedade “democrática” de direito nos moldes do liberalismo. O movimento republicano se traduziu num movimento de inquietação de ideias sobre educação que culminou em reformas educacionais cujo fim era organizar e estruturar ainda mais o sistema educacional. Com isso, o espírito republicano, fortalecido pelo fim do império, penetrou aos poucos na sociedade e a educação passou a ser vista pela primeira vez neste país como “motor da história”, motivo para o “entusiasmo

⁶⁴ “Considerados os tipos de escola que melhor atendiam às necessidades de difusão do ensino primário, portanto o meio mais eficaz para a promoção da educação popular, especialmente nos núcleos urbanos, os grupos escolares consistiram em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época.” SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910)**. São Paulo, UNESP, 1998, p. 16; cf., ainda, GONÇALVES, Diana Vidal. **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

pela educação” e “otimismo pedagógico”.⁶⁵ Nesse movimento, os instrumentos e conteúdos pedagógicos começaram a mudar. Ora, até então, a educação como instrução para o povo não era sequer discutida; segundo Carvalho, a educação no período monárquico foi apresentada como panaceia.

O pensamento básico poderia ser explicado assim: todos os males estavam na ignorância reinante; a educação apresentava-se então como o problema principal do país e a solução de todos os problemas sociais, políticos e econômicos estaria na disseminação da instrução.⁶⁶

Para Nagle, “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” foram movimentos que estimularam debates fervorosos no país, a ponto de levarem à criação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação (ABE),⁶⁷ que, diz ele, teria surgido como desdobramento do “entusiasmo pela educação”.

O entusiasmo pela educação e otimismo, que tão bem caracterizam a década dos anos vinte, começou por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político-sociais e que consistiam em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem àquilo que, na década dos vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. A passagem de uma para outra dessas situações não foi propriamente gerada no interior desta corrente ou daquele movimento. Ao atribuírem importância ao processo de escolarização, prepararam o terreno para que determinados intelectuais e “educadores” — principalmente os “educadores profissionais” que apareceram nos anos vinte — transformassem um programa mais amplo de ação social num restrito programa de formação, no qual a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História brasileira.⁶⁸

⁶⁵ “Entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” são expressões usadas por Nagle para caracterizar discussões e movimentos que enfatizavam os problemas educacionais na década de 1920. Segundo ele, “Uma das maneiras mais diretas de situar a questão (educacional) consiste em afirmar que o mais manifesto resultado das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento do inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)”. NAGLE, 1974, p. 99.

⁶⁶ CARVALHO, 2007, p. 34

⁶⁷ Com base nos registros de Marta Carvalho, “Em outubro de 1924, um grupo de treze intelectuais cariocas fundou, em uma sala da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação... Estatutariamente, a Associação atribui-se objetivos pedagógicos: promover no Brasil a difusão e o aperfeiçoamento da educação em todos os ramos e cooperar em todas iniciativas que tenham direta e indiretamente, esse objetivo”. CARVALHO, Marta Chagas. **Molde nacional e forma cívica**. Bragança Paulista: ed. da Universidade São Francisco, 1989. p. 53-4.

⁶⁸ CARVALHO, 1989, p. 101.

A ABE era formada por intelectuais cujo objetivo era sensibilizar o poder público e os educadores para os problemas educacionais do país. No dizer de Marta Carvalho, “Tratava-se de organizar um amplo movimento de opinião pública, voltado para as questões educacionais e, para tal fim, o discurso cívico e a propaganda da educação eram também os discursos principais.”⁶⁹ Embora representasse uma luta ideológica que atravessaria o tempo, a ABE se apresentou — segundo Carvalho — como reestruturador dos mecanismos de controle da população urbana, um reforço do “velho” em nome do “novo”. Buscou-se formar uma elite “esclarecida”, ciente da relevância da educação, que almejasse elaborar e executar um projeto educacional para o país. Assim, ainda segundo Carvalho, a associação cumpria um compromisso firmado estatutariamente de se constituir nacionalmente como órgão coordenador e incentivador de iniciativas.

Contudo, mesmo com o inegável avanço na luta em prol das causas educacionais que a ABE desencadeou, seu discurso foi sedimentado na “formação da nacionalidade”: projetou-se a escola como “[...] instância de homogeneização cultural por via da inseminação de valores e da formação de atitudes patrióticas”.⁷⁰ Nos termos de Carvalho, esse processo se transformou em “[...] um programa mais amplo de ação social num restrito programa de formação”, ou seja, a educação se tornou elemento essencial de controle e organização social. A ABE disseminou país afora discursos cívicos, buscando erigir, via educação e em nome do progresso, um conceito de “homem” que atendesse às necessidades daquele tempo (de busca da unidade nacional); para isso, era necessária uma campanha de saneamento que extirpasse todos os males da sociedade.

Condensando os males do país na metáfora de um brasileiro indolente e doente e as esperanças da erradicação desses males na ação de uma “elite” dotada de poderes demiúrgicos, o discurso cívico da ABE é discurso profilático erigindo a questão sanitária em metáfora da situação nacional e a obra educacional em obra de saneamento.⁷¹

Historicamente, muitas vezes esses acontecimentos se apresentam entrelaçados, outras vezes se transformam em instrumentos que alavancam e impulsionam outros acontecimentos de porte maior, que se tornam mais significativos, derivam de uma matriz

⁶⁹ CARVALHO, 1989, p. 60.

⁷⁰ CARVALHO, 1989, p. 44.

⁷¹ CARVALHO, 1989, p. 145.

ideológica e compõem um “*corpus*” que segue uma direção por si mesmo. Nessa lógica, “entusiasmo educacional”, “otimismo pedagógico” e até a criação da ABE desencadearam, via manifestações culturais, debates intensos que se alastraram país a fora e reforçaram mais a crença no poder regenerador e reestruturador da escola para, enfim, consubstanciarem-se em movimentos⁷² e reformas que marcaram a história da educação no país. Exemplo relevante desse processo foi o *Manifesto dos pioneiros da educação nova*,⁷³ elaborado em 1932 por Fernando de Azevedo e assinado por 26 educadores brasileiros, líderes do movimento de “renovação educacional”. Seu começo já enfatiza a importância da relação entre educação e desenvolvimento: para que haja este, é fundamental que aquela aja. Educação era tida então como problema central no Brasil.

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade.⁷⁴

⁷² Convém salientar o movimento modernista no Brasil e uma de suas manifestações mais emblemáticas: a Semana da Arte Moderna, de 1922, com exposições de artes plásticas, concertos, leitura de textos e conferências. Foi organizada por um grupo de intelectuais paulistas que buscavam uma arte nova e um espírito novo, que pudesse revigorar e até mesmo “[...] remodelar a inteligência nacional”, diga-se, abrir as mentes e os corações para novas concepções e aspirações nascidas com a modernidade. Nas palavras de Mário de Andrade, “Manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional. A transformação do mundo com o enfraquecimento gradativo dos grandes impérios, com a prática europeia de novos ideais políticos, a rapidez dos transportes e mil e uma outras causas internacionais, bem como o desenvolvimento da consciência americana e brasileira, os progressos internos da técnica e da educação, impunham a criação de um espírito novo e exigiam a reavaliação e mesmo a remodelagem da inteligência nacional.” ANDRADE, Mário. **Sobre a música brasileira**. São Paulo: Martins, 1972, 1972, p. 231.

⁷³ Os educadores liberais sustentavam o papel primordial do ensino público e gratuito sem distinção de sexo. Propunham o corte de subvenção do Estado às escolas religiosas e a restrição do ensino religioso a instituições privadas mantidas pelas diferentes confissões. O ponto de vista dos educadores liberais foi expresso no *Manifesto dos pioneiros da Escola Nova* ou simplesmente *Manifesto da Escola Nova*, lançado em março de 1932. Seu redator central foi Fernando de Azevedo, mas o texto foi assinado ainda por Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros. O manifesto constatava a inexistência no Brasil de uma “cultura própria” ou mesmo de uma “cultura geral”. A partir de uma análise das finalidades da educação, propunha a adoção do princípio de “escola única”, concretizado, numa primeira fase, em uma escola pública e gratuita, aberta a meninos e meninas de 7 a 15 anos de idade, onde todos teriam uma educação igual e comum. In: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 5. ed. São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997.

⁷⁴ Manifesto dos pioneiros da educação da Escola Nova, 1932. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 226.

Os pioneiros da educação tiveram vitórias e derrotas. Mesmo engajados numa luta pró-educação estruturada e orgânica, mesmo cientes da defasagem entre escola e desenvolvimento, seu *Manifesto...* não se comprometia com a luta pela redução da defasagem. Em vez de questionar a nova ordem então em processo de implantação, esse documento propunha adequação do sistema educacional a essa nova ordem. Se, por um lado, proclamava a educação como direito individual a ser assegurado a todos, por outro não se preocupou com a sistematização desse direito. Essa racionalidade redundou em certa irracionalidade: a luta pela educação como direito coletivo não se coadunava com condições de permanência no modelo de ensino sendo implantado a partir dos anos de 1930. Ao mesmo tempo, mesmo que o manifesto com sua reflexão sobre as incoerências de então tenha se mostrado inconsistente e romântico às vezes, ele “[...] representou a reivindicação de mudanças totais e profundas na estrutura do ensino brasileiro, em consonância com as novas necessidades do desenvolvimento da época”.⁷⁵ Porém, em virtude de questões políticas, esse movimento renovador da educação entrou em hibernação — ao menos no campo das ideias, pois no campo efetivo os educadores continuaram a lutar.

1.1 Reformas do ensino na República brasileira

Do ponto de vista da história da educação — diz Nagle —, a República não se implantou a partir de 1889 nem a primeira República terminou em 1930; essas datas são “[...] simples marcos cronológicos, [...] [que] de forma alguma significam mudanças profundas no sistema educacional.”⁷⁶ Mas, idealizada e teoricamente construída, ao se tornar real a República teve de se adaptar às condições em que se tornara concreta, por isso houve muitas modificações. Uma vez instalado o novo regime, crescia a expectativa da população, e os novos mandatários precisavam acenar com medidas para supri-las. A educação exemplifica isso. Como parte da conjuntura geral, o setor educacional — influenciando no todo e por este sendo influenciada — apresentou-se como momento de ebulição e inquietação: estudantes e intelectuais discutiam formal e informalmente a educação, em debates e campanhas públicas; e uma das bandeiras de luta dos republicanos eram a democratização

⁷⁵ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 150.

⁷⁶ NAGLE, 1974, p. 261.

da educação e o incremento da oferta de oportunidades educacionais. O semanário *O progresso* indica que a população cobrava do novo regime a democratização do ensino.

No Brazil Republicano ainda se considera como objeto de luxo a instrução, desde que o ensino elementar da aula primária, onde aliás a maioria dos que a freqüentam nem se quer terminam o curso regulamentar. Nestas condições, como esperar o progresso, se o progresso de um povo depende antes de tudo, do amor a instrução? É o mesmo que pretender colher o fruto de uma árvore, sem dispensar-lhe o necessário cuidado para a sua florescência e vitalidade. Enquanto a ignorância for uma instituição na sociedade, o progresso há de ser também uma ilusão no espírito do povo.⁷⁷

Após quase um século de governo monárquico, a sociedade tinha dificuldades em funcionar organizadamente na nova realidade de alternância de grupos no poder. Nessa realidade, o problema da educação se sobressaía dentre os chamados grandes problemas nacionais em rediscussão. Se a urbanização e modernização cresciam, também crescia a necessidade de pessoas alfabetizadas, porque as técnicas — elementares — de leitura, escrita e cálculo eram essenciais ao desempenho de certas atividades centrais na modernidade. Daí a intensificação de campanhas de difusão do ensino, daí as reformas educacionais respondendo à reivindicação por educação, mas de modo pouco lógico. Cada novo governo estabelecia mudanças na orientação legal da educação. As reformas se sucediam porque não havia continuidade evolutiva de aperfeiçoamento do sistema educacional, e sim superposição de medidas, muitas vezes contraditórias, com avanços e retrocessos.

Nagle distingue três fases nesse período. Uma se estendeu do início da República até os 15 primeiros anos do século passado; foi marcada por um comportamento desalentador dos homens públicos em relação à educação e pela influência da herança do império. Outra fase começa em 1915, marcada pelo chamado entusiasmo pela educação e se apresentando como verdadeira panaceia; o pensamento básico poderia ser explicado assim: se todos os males estavam na ignorância reinante, a educação se apresentava como questão central: a solução dos problemas sociais, políticos e econômicos seria disseminar a instrução, mediante uma campanha nacionalista para erradicar o analfabetismo e a difusão do modelo existente de escola primária, com alteração de um ou outro aspecto do processo; na prática, essa mobilização teve motivações políticas: a luta pelo poder com aumento do número de eleitores, que, então, deviam ser necessariamente alfabetizados, pois o “[...]”

⁷⁷ EM PROL da instrução. **O progresso**, Uberabinha, anno II, n. 99, 15 ago. 1908.

sistema oligárquico se fundamenta na ignorância popular, de maneira que só a instrução pode superar este estado e, por consequência, destruir aquele tipo de formação social”.⁷⁸ A terceira fase é a do otimismo pedagógico, da pretensão de substituir um modelo de escola por outro fundamentado na crença em novos modelos educacionais. Esse modo de pensar se acentuou, sobretudo, a partir de 1927, com a introdução sistemática de reformas orientadas pelo ideário escolanovista em alguns estados, que acirrou a disputa entre as “escolas tradicionais” e a escola nova, que perdura além do período que ora abordamos. Eis como Nagle se refere ao movimento escolanovista:

[...] considerado em seu aspecto geral e apresentando-se como uma verdadeira “revolução copernicana” no campo da educação, o escolanovismo pretende deslocar o educando para o centro das reflexões escolares. Daí resultar em profunda alteração dos padrões em que se sustentava a chamada “escola tradicional”: são novos valores e princípios a fundamentar a organização escolar, novos modelos.⁷⁹

As orientações contidas nos dispositivos legais delineavam bem a variação das reformas. A primeira Constituição republicana — de 24 de fevereiro de 1891 —, seguindo a tradição imperial do ato adicional de 1834, continuou a atribuir a responsabilidade pela organização do ensino em geral aos estados, e, ao governo central, mas não privativamente, a criação de escolas de ensino secundário no Distrito Federal — município neutro. Essa atribuição acentuou as disparidades educacionais, agora dependentes da situação econômica das várias unidades da federação; e mais: ajudou a agravar as desigualdades entre estados e regiões.

Decretada em 1890 e posta em prática em 1891, sob influência de ideias positivistas, a reforma Benjamim Constant apresentou a liberdade e laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária como princípios básicos. Também criou o “exame de madureza” para se aferir o conhecimento intelectual do aluno ao fim do curso secundário. Houve o incremento das ciências naturais na escola primária e na escola secundária, estimulando mais os estudos científicos, e menos os literários. O mesmo se aplicou a disciplinas como Aritmética, Geometria, Biologia, Física e Química.⁸⁰ A intenção era romper com o passado. Em 1901, outra reforma: o código Epiácio Pessoa,

⁷⁸ NAGLE, 1974, p. 109.

⁷⁹ NAGLE, 1974, p. 256.

⁸⁰ Consideramos que a implantação das ciências não seguia corretamente a orientação positivista, pois antecipava a faixa etária orientada por Comte como recomendável para esse tipo de estudo.

estabelecendo a escola secundária como curso preparatório para o ensino superior e acentuando disciplinas como Biologia. Para Ribeiro, isto “[...] revela uma oscilação entre a influência humanista clássica e a realista ou científica”.⁸¹

A reforma Rivadávia Correia — Lei Orgânica do Ensino, de 5 de abril de 1911 — recoloca a direção positivista, estabelecendo orientação prática de estudo das disciplinas. Defende a liberdade de ensino via desoficialização e a liberdade de frequência com supressão da seriação e do diploma, que seria substituído por um certificado de assistência e aproveitamento. Foi tida como desastrosa. A reação transparece na reforma seguinte: a Lei Carlos Maximiliano, de 18 de março de 1915, retorna à situação anterior à Rivadávia Correia e reoficializa o ensino secundário. Enfim, em 1925, a reforma Rocha Vaz estabelece a seriação obrigatória.

Como se vê, houve reformas, mas com uma direção evolutiva e às vezes com movimentações de avanços e recuos. Sobre essas reformas, exceto a de Benjamim Constant, é pertinente replicar a observação de Azevedo: “[...] nenhuma delas introduziu alteração substancial... Todas elas mostraram grande hesitação, além de absoluta ausência de espírito de continuidade”.⁸² Além destas, houve reformas estaduais: a de Antônio de Sampaio Dória, em São Paulo; a de Anísio Teixeira, na Bahia; a de Francisco Campos, em Minas Gerais; a de Carneiro Leão, em Pernambuco; e a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal. Todas na década de 1920. Tais iniciativas mostraram a disposição de se modernizar a escola e atender às solicitações da sociedade. A concentração nessa década não significa que não tenha havido mais reformas em outros momentos e outros estados.

A movimentação nacional em torno da educação era grande. Campanhas públicas expunham o assunto em jornais e revistas. O debate ganhou importância e se fortaleceu ainda mais com a criação da ABE, primeira associação de projeção nacional, pois aglutinou profissionais de várias regiões e estados, sobretudo mediante as conferências nacionais a partir de 1927, de que participavam nomes expressivos como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Heitor Lira. A finalidade era defender os interesses da educação e dos princípios da educação propostos pela Escola Nova.

Não por acaso, na década de 1920 surgem os “primeiros profissionais da educação”. Como diz Ribeiro, a educação passava a ser tratada “[...] agora por educadores

⁸¹ RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira à organização escolar**. São Paulo: Cortez, 1987, p. 77.

⁸² AZEVEDO, 1964, p. 136.

de profissão”.⁸³ Até então, o exercício do magistério se apresentava como função paralela e complementar à atividade profissional principal dos professores, talvez porque a remuneração da atividade docente já fosse baixa, o que justificaria ainda a busca por mecanismos de profissionalização e valorização do magistério. Ao se referir à situação salarial do professor e à desatenção do poder público pela educação, Carneiro Leão denunciava, em 1922, que, além de ganharem mal, em certos estados — ele não diz quais — os professores estavam de 12 a 18 meses sem receber salário. Eis sua conclusão:

[...] ou acumulam a sua situação de educadores com outras ocupações, em detrimento inevitável do ensino, ou desertarão de vez, deixando o campo livre aos incapazes e medíocres. Por toda parte, desde que o governo deseje poupar, cortar despesas, é o fechamento das escolas o desconto ou o retardamento dos vencimentos dos professores, a primeira medida de salvação pública.⁸⁴

Nesse movimento pró-educação, o positivismo questionava o ensino religioso e defendia (impulsionava) o laicismo. A iniciativa privada também avançou, com a penetração de ideias de pensadores dos Estados Unidos e da Alemanha e se concretiza em colégios instalados em várias cidades, a maioria de orientação protestante. Bons exemplos são o Colégio Metodista, em Ribeirão Preto (1899), e o Colégio Bennet, no Rio de Janeiro (1920); outros se instalaram um pouco antes da República: Colégio Piracicabano, em 1881, e Colégio Americano de Petrópolis. A elite continuava a aspirar ao ensino superior, para manter o prestígio e poder político e econômico. Basbaum chama de bacharelismo essa aspiração ao título de “doutor” como modo de dar status aos filhos de famílias abastadas: “[...] ser doutor era, senão um meio de enriquecer, certamente uma forma de ascender socialmente. Ao doutor abriam-se todas as portas, e, principalmente, os melhores cargos no funcionalismo”.⁸⁵

À época, houve tentativas de se abrirem universidades no país, partindo-se das faculdades já existentes; mas todas sem continuidade. A primeira a ser instalada de vez foi a Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Tendo em vista os contrastes sociais, a expressão de Basbaum é precisa: “[...] éramos um país de doutores e analfabetos”. Com efeito, o problema do analfabetismo era grave, de solução difícil.

⁸³ RIBEIRO, 1987, p. 93.

⁸⁴ LEÃO, Carneiro. A situação do professor brasileiro. **A educação**, Rio de Janeiro, set. 1992, p. 101.

⁸⁵ BASBAUM, 1975, p. 288.

Como esclarece Paiva, “Em 1915, o nosso sistema de ensino popular mostrava-se, como sempre, profundamente insatisfatório. Nem mesmo os Estados mais a favor da difusão do ensino, tinham condições de debelar o analfabetismo”.⁸⁶

Por algum tempo, as escolas receberam denominação e eram classificadas conforme o número de salas de aula de que dispunham. Eis a classificação básica: escolas isoladas tinham uma sala de aula — para alunos de primeira e segunda série — e escolas agrupadas tinham mais de uma sala de aula — para turmas de primeira a terceira série. O ensino graduado se firmou no início da República, com o aparecimento dos grupos escolares, com turmas de quarta e quinta série, e das escolas-modelo. Todavia, para Vanilda Paiva, “[...] ainda em 1907, o tipo comum de escola primária é a de um só professor e uma só classe agrupando alunos de vários níveis de adiantamento”.⁸⁷ Segundo ela, no Brasil de 1915 havia 910.452 alunos matriculados no ensino elementar; em 1929, havia 1.641.891.⁸⁸ A Tabela 1 radiografa a situação educacional de alguns estados no início da República.

TABELA 1
 Índice de escolaridade do Censo de 1920

ESTADOS	POPULAÇÃO	ANALFABETOS	%
Alagoas	978.748	834.213	85,2
Amazonas	363.166	266.552	73,2
Bahia	3.334.465	2.720.990	83,7
Ceará	537.135	1.073.262	81,3
Distrito Federal	1.157.873	447.621	38,6
Espírito Santo	457.328	349.400	76,4
Goiaz	511.919	433.339	84,6
Maranhão	874.337	735.906	84,1
Mato Grosso	246.612	174.819	70,8
Minas Gerais	5.888.174	4.671.533	79,3
Pará	983.507	695.806	71,9
Paraíba	961.106	834.155	86,7
Paraná	685.711	492.512	71,9
Pernambuco	2.154.835	1.770.302	82,1
Piauí	609.003	536.061	86
Rio de Janeiro	1.559.371	1.173.975	75,2
Rio Grande do Norte	537.135	440.720	82
Rio Grande do Sul	2.182.713	1.334.771	61,1
Santa Catarina	668.743	471.342	70,4
São Paulo	4.592.188	3.222.609	70,1
Sergipe	477.064	397.429	83,2
Território do Acre	92.379	64.881	70,2
BRASIL	30.635.605	23.142.248	75,5

Fonte⁸⁹

⁸⁶ PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1983, p. 90.

⁸⁷ PAIVA, 1983, p. 81.

⁸⁸ PAIVA, 1983, p. 50.

⁸⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Recenseamento de 1920**.

No cenário delineado até aqui, firmaram-se ideias pedagógicas que orientaram a evolução educacional e os movimentos em busca de soluções para reduzir o analfabetismo, estender quantitativamente e melhorar qualitativamente a escolaridade, profissionalizar os educadores e mobilizar a sociedade para difundir o ensino elementar.

Contudo, a escolarização era deficitária — a relação entre população letrada e número de analfabetos (TAB. 1) mostra isso; a educação obedeceu a normas de instabilidade próprias de uma sociedade heterogênea, marcada pelo legado cultural academicista e aristocrático; as reformas educacionais falharam na tarefa de revigorar/criar o ensino no país — falharam por incapacidade criadora, por não produzirem modelos de educação sistemática que uma sociedade em transformação aspirante ao status de povo “civilizado” requer, por causa de omissão ante a necessidade de o país se converter em Estado educador, e não se manter como Estado fundador de escolas e administrador/supervisor de redes escolares.

Se não é correto negar a existência de atitudes de enfrentamento dos problemas educacionais tidos como graves, também não o é negar que tais atitudes seguiram um tipo de intervenção ditado pela escassez crônica de recursos materiais e humanos. Eis por que se deu proeminência a soluções educacionais do passado, incoerentes com o novo estilo de vida e as opções republicanas; eis por que a simplificação da contribuição construtiva da educação ao se orientá-la pela multiplicação de escolas invariavelmente obsoletas em sua estrutura e de organização marcadamente rígida em sua capacidade de atender às solicitações educacionais das comunidades do país; enfim, eis por que dizemos que a educação republicana obedeceu a normas de instabilidade próprias de uma sociedade heterogênea marcada por grandes contradições, sobretudo no campo educacional.

Nesse cenário, o Estado reconhecia a educação como necessidade pública para que a nação prosperasse e visse as pessoas — da infância ao fim da vida e sem menosprezar sua dignidade — como meio pelo qual se faz seu maior investimento. Vê-se, então, que de fato ocorre uma mudança que transita de um polo a outro: o que era tido como objetivo estritamente pessoal, regulado pelas pessoas em seu interesse exclusivo, agora é objetivo nacional. O país tinha de recrutar seu povo para educá-lo; ao mesmo tempo, criar um sistema educacional público e completo porque o fim da educação ia além da satisfação da

volúpia ou fome de saber de cada um, isto é, supunha convergir, pela educação, ao interesse maior do país: consolidar um regime calcado na ordem e no progresso.

Dito isso, até que ponto esse cenário educacional negativo não foi herança do passado do país, isto é, da condição de ex-colônia de Portugal e de morada da monarquia lusitana? Até que ponto essa elite preocupada em tornar o país mais civilizado pela educação não replicava a elite portuguesa que “[...] quis sempre justificar o poder que exercia sobre o restante dos portugueses através de um activismo cosmopolita, importando tudo o que rema novidades em Londres e Paris e censurando tudo o que lhe parecia atraso e rotina indígenas”?⁹⁰ Ora, também aqui se importaram modelos de civilização e de educação da Europa e dos Estados Unidos. Assim, em que se distinguem os republicanos daqui dos republicanos d’além-mar? Isto é, em que se distingue o projeto educacional republicano brasileiro do projeto republicano português? Responder a esses questionamentos supõe entender a origem da escola republicana em Portugal, cujo entendimento supõe compreender como acabou a monarquia portuguesa, sobretudo em seus anos finais do estado liberal (1890–1908).

1.2 Portugal no mundo do século XIX

No fim do século XIX havia uma crise social, política e econômica grave. De toda a população, quem vivia do próprio trabalho foi o mais prejudicado pela inflação e pelo desemprego, que crescia sem parar. Tal situação forçou um aumento de impostos que agravou a vida da população, sobretudo das classes média e operária. Logo a sociedade manifestou seu descontentamento em greves e manifestos.

Após a independência do Brasil, Portugal enfrentou dificuldades econômicas e financeiras. A fim de superá-las, os portugueses fizeram viagens exploratórias à África na tentativa de conquistar terras entre Angola e Moçambique. Em 1886, apresentaram um mapa (FIG. 1) indicativo dos territórios sobre os quais eles julgavam ter direito. Como a Inglaterra se opôs às razões dos portugueses, um ultimato de 1890 exigiu que abandonassem esses territórios sob pena de declaração de guerra. O rei dom Carlos e seu governo aceitaram a exigência britânica.

⁹⁰ MATTOSO, José. **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 2001, p. 57.

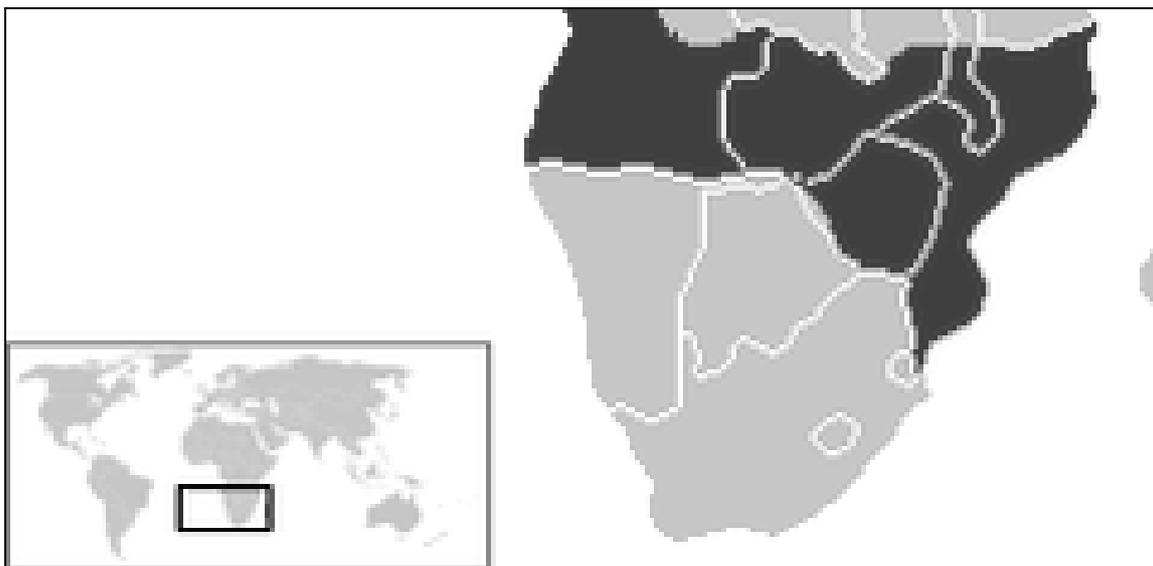


FIGURA 1 – Áreas em destaque são territórios que motivaram ultimato do ingleses
Fonte⁹¹

Igualmente, a consolidação e modernização do sistema imperial enfrentavam oposição de núcleos coloniais na África, não só de grupos sociais diretamente interessados na escravatura e no tráfico de escravos, mas também da própria administração, ainda ligada estreitamente às antigas formas de exploração territorial. Zonas periféricas do império centrado no Brasil, as posses africanas herdaram, do antigo regime, um aparelho administrativo cujos poderes públicos e poderes privados eram imbricados de forma muito una, com exercício de cargos no acesso a meios acrescidos de coerção sistematicamente usado para fins particulares. Em suma, Portugal estava longe das estruturas de um Estado moderno fundado na distinção entre interesses públicos e interesses privados.

Por outro lado, não havia um corpo territorial delimitado como base do exercício do poder estatal, mas uma zona de influência onde o grau de controle da Coroa dependia da época e região, com tendência a se desvanecer nas áreas mais periféricas de cada possessão. Historicamente, esse aparelho administrativo se vinculava ao tráfico de escravos, de que vivia em grande parte, sobretudo em Angola e com uma situação complexa em Moçambique. Era essa sua função no tempo do império luso-brasileiro, quando as colônias africanas forneciam mão de obra ao território americano —

⁹¹ MATTOSO, 2001, p. 88

fornecimento que durou por largos anos após a independência do Brasil. Assim, não surpreende que esse aparelho administrativo resistisse à mudança, sobretudo no escravagismo e trabalho forçado; também não surpreende a impotência do poder central, que com frequência tinha de enfrentar os instrumentos de ação de que julgava ter controle nas colônias.

De fato, é inútil tentar explicar uma realidade complexa como a expansão colonial portuguesa com base em uma só chave interpretativa, pois assim não se pode lhe apreender o sentido total. Essa ressalva se aplica, também, à análise do imperialismo europeu do fim do século XIX como fenômeno global. O que se pode dizer é que, na segunda metade desse século, o desenvolvimento econômico foi adiado em grande medida — mesmo com a preocupação dos governantes, a criação de infraestruturas essenciais e empréstimos para financiar o desejado relançamento da economia, que demorou, resultando em aumento da dívida pública e escassez de reformas nos campos do conhecimento.

No nível internacional, o interesse crescente das potências europeias na África mostrou que Portugal tinha de redefinir sua estratégia no continente para reclamar soberania nos territórios entre Angola e Moçambique, projeto que colidia com as pretensões inglesas de ligar o Cabo ao Cairo. Mas a Coroa portuguesa recuou ante o ultimato britânico de 1890, e a monarquia que tenta reagir num tom autoritário e já debilitada foi contestada.

A causa republicana tinha cada vez mais adeptos. O Partido Republicano crescia e capitalizava a seu favor o descontentamento popular e o sentimento patriótico pós-ultimato. Também tinha o apoio dos principais jornais de Lisboa e do Porto, assim como a colaboração de organizações poderosas. No fim de janeiro de 1891, na cidade do Porto, eclodiu a primeira revolta republicana, a 31 de janeiro. O sentimento de pertença a essa comunidade era mantido com a invocação do patriotismo: o patriota colocaria o bem comum acima de seus interesses particulares, e nessa direção caminharia o estado liberal. Os indivíduos teriam que dispor de tudo que se referia a si e caminhar para o bem comum da sociedade liberal. Afinal,

Os liberais aspiravam a construir em Portugal o que poderíamos chamar “um estado cívico”. Queriam que o governo pertencesse a um corpo de cidadãos, autônomos e iguais entre si, para quem a actividade política constituísse a mais alta forma de realização pessoal. Obviamente, sabiam que nem toda a população estava preparada para aceder a esse tipo de vida; uns porque não tinham educação, outros porque eram pobres, outros ainda porque suas naturezas os excluía da comunidade política: era caso, segundo os liberais, das mulheres e jovens. O estado cívico pertencia aos homens adultos, educados e com meios de vida. Era neles que a razão residia, e seria pelo uso calmo da razão que os liberais se propunham resolver a maior parte dos problemas humanos.⁹²

A Figura 2 reproduz um gráfico que permite ver o movimento da economia portuguesa. A linha azul mostra a evolução da renda per capita na monarquia (1855–1910); a linha ascendente vermelha indica a evolução do nível de rendimento na República e a linha vermelha fina aponta a tendência que o ciclo econômico podia ter seguido se não tivesse havido aqueles 16 anos da República de Portugal (1910–26), para muitas pessoas, anos perdidos, pois o país não cresceu com deveria.

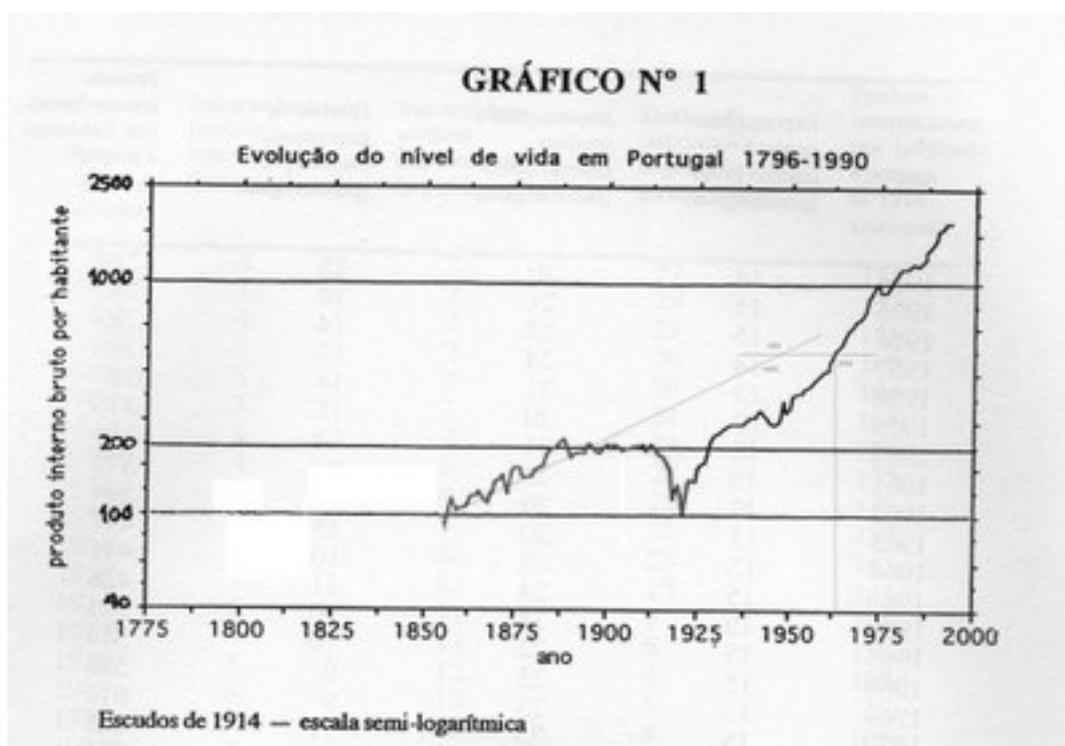


FIGURA 2 – Gráfico indicativo das condições de vida em Portugal
Fonte⁹³

⁹² MATTOSO, 2001.

⁹³ Disponível em: <<http://www.centenariodarepublica.org/centenario/2008/09/12/a-situacao-econonima-antes-e-depois-de-1910>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

No fim do século XIX, Portugal ainda era predominantemente agrícola; a industrialização ocorria em setores limitados — a maioria das fábricas estava na região de Lisboa e do Porto. A balança comercial era deficitária, pois as importações superavam as exportações. E mais, como foi preciso recorrer a empréstimos no estrangeiro para certas obras de vulto, o Estado não tinha como pagar os juros, cada vez mais elevados. A essas condições econômicas desfavoráveis somou-se uma crise econômica em toda a Europa entre 1890 e 1892: bancos faliram e empresas pequenas e médias atravessaram sérias dificuldades. A situação agravou o descontentamento de largos setores da burguesia e, mais ainda, do operariado: além da ameaça permanente de desemprego, em geral viviam em condições bastante ruins, por causa dos salários baixos e de uma jornada de trabalho que cobria quase o dia todo; eram poucas as horas de descanso.

1.3 Reformas do ensino na República portuguesa

O movimento que derrubou a monarquia foi às ruas na madrugada de 5 de outubro de 1910. O número de pessoas — algumas armadas como podiam — e um grupo pequeno de militares revoltados se encontraram na rotunda, no alto da avenida da Liberdade, onde hoje fica a praça do Marquês de Pombal. As forças fiéis da monarquia — militares e civis — não mostraram interesse em defender o rei nem as instituições monárquicas. O palácio das Necessidades, onde estava o rei dom Manuel II e sua família, foi bombardeado por navios de guerra que apoiavam o movimento revolucionário. Discretamente, rei e familiares rumaram para Mafra, de onde, no dia seguinte, partiram para Ericeira, onde embarcaram para o exílio. Na manhã de 5 de outubro de 1910, foi proclamada a república na Câmara Municipal de Lisboa. Nas demais cidades e regiões, a República foi aceita sem resistência; antes, quase sempre com entusiasmo. Com a República, era preciso fazer mudanças, que começaram após

[...] a promulgação da Lei da Separação do Estado das Igrejas, [quando] toda a parte eclesiástica ficou cindida e desligada da supervisão estatal. Tornava-se necessária uma reestruturação dos serviços do Ministério que contemplasse esta e outras modificações causadas pela conjuntura. Foi o que sucedeu com as reformas de 1914 e 1918 que, aliás, não trouxeram grandes inovações nem alargamento de serviços, limitando-se principalmente a uma melhor “arrumação” do que ficara e a uma reconversão do pessoal e seus vencimentos. Uma Inspeção-Geral dos Serviços de Protecção a Menores surgiu ainda em 1919, acompanhando a reforma de todos os serviços de assistência e protecção correlativos.⁹⁴

⁹⁴ Decreto 5.611, de 10/5/1919. In: MARQUES, A. H. O. **Portugal da monarquia para a república**. Lisboa: Presença, 1991, p. 293.

A formação do Partido Republicano⁹⁵ se beneficiou do descontentamento com a monarquia. O povo estava ressentido. A maneira como a monarquia reagiu ao ultimato inglês — cedendo territórios — estimulou a primeira tentativa de derrubá-la para implantação da república, em 31 de janeiro de 1891, na cidade do Porto. Não fosse a reação armada da Guarda Municipal, o golpe teria sido bem-sucedido. Os simpatizantes e difusores centrais do republicanismo eram os escritores. Mas o movimento republicano contava com apoio da pequena e média burguesia, do operariado e das atividades revolucionárias de sociedades secretas. A propaganda republicana criticava a corrupção, a monarquia e o clero; defendia a descentralização política e econômica, bem como a dinamização do poder local.

Mas nem todos sabiam o que era ser republicano.

[...] muito republicano jamais lera o programa ou os manifestos do seu partido. Sobre a futura República, não tinha idéias definidas. [...] ser republicano por 1890, 1900 e 1910, queria dizer ser contra a Monarquia, contra a Igreja e os Jesuítas, contra a corrupção política e os partidos monárquicos. Mas a favor de quê? As respostas mostravam-se vagas e variadas. Subsistia, como objectivo preciso, a descentralização. Mas, quanto ao resto, a tendência geral era geral para se conceder à palavra “República” algo de carismático e místico, e para acreditar que bastaria a sua proclamação para libertar o País de toda a injustiça e de todos os males.⁹⁶

Ainda assim, a propaganda republicana cresceu, a crise e o descontentamento se agravavam, e o rei foi acusado de passar o tempo se distraíndo em vez de estar à frente do governo. Então veio o regicídio: em 1908, o rei dom Carlos e o príncipe Luís Felipe foram assassinados em Lisboa. Em outubro de 1910, um governo provisório — presidido pelo professor Teófilo Braga — foi nomeado. O novo governo elaborou as primeiras leis do regime republicano, com esperança de mudanças. Iniciava-se assim a primeira República, que durou até 1926. O novo regime de governo era um modo de manter a democracia parlamentar, pois o povo estava cansado de sofrer com a monarquia.

⁹⁵ Segundo Marques, o Partido Republicano Português foi organizado internamente em 1909, com a “Lei Orgânica do partido, aprovada no Congresso republicano de Setúbal de 1909, estabelecia uma organização bastante democrática, assente no voto dos eleitores republicanos seus membros”. MARQUES, 1991, p. 404.

⁹⁶ MARQUES, 1991, p. 372.

A Primeira República Portuguesa (1910/26) constituía a primeira tentativa persistente de estabelecer e manter uma democracia parlamentar. Apesar das intenções e dos ideais generosos e do entusiasmo inicial, os republicanos foram incapazes de criar um sistema estável e plenamente progressista. A República foi prejudicada pela frequente violência pública, pela instabilidade política, pela falta de continuidade administrativa e pela impotência governamental. Com um total de quarenta e cinco governos, oito eleições gerais e oito presidentes em quinze anos e oito meses, a República Portuguesa foi o regime parlamentar mais instável da Europa ocidental.⁹⁷

Em 1911, ocorreram as primeiras eleições para a assembleia nacional constituinte, que elaborou a primeira constituição republicana portuguesa — a de 1911. Os poderes políticos tiveram esta distribuição: o Legislativo pertencia ao parlamento, oficialmente designado pelo congresso da República; o Executivo, ao presidente da República e ao governo; o Judicial, aos tribunais. Foram criados, então, outra bandeira — a da República; outro hino nacional — a Portuguesa; e outra moeda — o escudo. Composta de 87 artigos, a nova Constituição institucionalizou a supremacia do Poder Legislativo sobre o Executivo. O regime republicano passou, então, a ter legitimidade constitucional e democrática, como mostram estes artigos:

Artigo 7 – O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso da República, formado por duas Câmaras, que se denominam Câmara dos Deputados e Senado. § 1.º Os membros do Congresso são representantes da Nação e não dos colégios que os elegem. § 2.º Ninguém pode ser ao mesmo tempo membro das duas câmaras. § 3.º Ninguém pode ser Senador com menos de trinta e cinco anos de idade ou Deputado com menos de vinte e cinco. Artigo 8 – A Câmara dos Deputados e o Senado são eleitos pelo sufrágio directo dos cidadãos eleitores. § único. A organização dos colégios eleitorais das duas câmaras e o processo de eleição serão regulados por lei especial. Artigo 9 – O Senado será constituído por tantos Senadores quantos resultem da eleição dos três indivíduos por cada distrito do continente ou das ilhas adjacentes, e de um indivíduo para cada província ultramarina. Artigo 36 – O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelos Ministros. Artigo 37 – O Presidente da República representa a Nação nas relações gerais do Estado, tanto internas como externas.⁹⁸

Todavia, quem escolhia e destituía o presidente da República era o parlamento — eleito por sufrágio direto. Ao presidente, cabia nomear o governo, que só se mantinha em sua função enquanto fosse apoiado pela maioria dos deputados. Tal predominância do parlamento sobre o Poder Executivo — designada por parlamentarismo — seria uma das causas da instabilidade política que abalaria o regime republicano. Nessa lógica, era

⁹⁷ WHEELER, Douglas L. A primeira República portuguesa e a história. *Análise Social*, Lisboa, v. XIV, n. 56, p. 865–72, 1978, p. 70.

⁹⁸ Disponível em: <<http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/10/constituicao-1911.pdf>>. Acesso: 28 dez. 2009.

necessário definir-se a estrutura de poder. Os republicanos optaram, então, pelos clássicos, ou seja, pela tradição doutrinária da Revolução Francesa, em que o Legislativo é o órgão democrático por excelência, por isso cabiam-lhe as funções fundamentais do Estado, sobretudo a elaboração de leis regulatórias de questões essenciais da vida social. Como a supremacia dada ao Legislativo era própria dos momentos de luta contra o antigo regime, a opção parlamentarista da República se justificava em nome de uma recusa do autoritarismo da monarquia constitucional, contra a qual se batera o Partido Republicano desde o decênio de 1890. Como se vê, a tão sonhada república portuguesa já era vislumbrada antes de 1910; jornais de época veiculavam debates fervorosos em defesa do republicanismo (FIG. 3).



FIGURA 3 – Manchetes de jornais propalavam frases contra a monarquia, vista como malfeitora

Fonte⁹⁹

⁹⁹ Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/AMonarquiaConstitucional.aspx>>. Acesso em: 7 out. 2009.

Após muitas lutas, em agosto de 1911, a Constituição foi aprovada e consagrou o princípio da supremacia parlamentar, relativamente consensual entre os republicanos. Segundo tal princípio, o presidente da República, responsável pela nomeação dos ministros, é eleito pelo Parlamento, que pode destituir o presidente, mas não pode ser dissolvido por ele. Eleito por quatro anos, o presidente não pode ser reeleito no quadriênio seguinte — condição que enfraquece sua magistratura. O sistema eleitoral criado pelo governo provisório, que regeu as eleições republicanas, determinou leis regulatórias da eleição de deputados e senadores, criados pela Constituição, e se destinava a eleições suplementares, que ocorreriam em 1911. As determinações fundamentais (reforçadas na lei de julho de 1913) incluíam voto secreto e direto de cidadãos que soubessem ler e escrever, ou seja, chefes de família do sexo masculino. O corpo eleitoral se aproximou de 850 mil pessoas. Ainda em 1911, a legislação estabeleceu um princípio singular: nos círculos onde o número de candidatos singulares ou em lista não excedesse a representação a que o círculo tinha direito, a votação seria dispensada e quem se candidatou seria eleito automaticamente.

Dentre as realizações centrais dos primeiros governos republicanos, capitaneadas então pelo primeiro governo de Afonso Costa, está a criação do Ministério da Instrução Pública, decisivo para apontar os rumos da educação e de sua relação com a igreja católica. O governo republicano tomou medidas com enfoque na laicização do Estado (com a lei da separação da Igreja, que propiciou a expulsão das ordens religiosas e nacionalização dos seus bens),¹⁰⁰ na legislação social (que autorizou e regulamentou o direito de greve, instituiu o descanso semanal obrigatório e limitou o horários de trabalho, medidas favoráveis ao operário, que tinha apoiado ativamente a revolução republicana) e na educação (em que o ensino primário elementar passou a ser obrigatório e gratuito para crianças com idade entre 7 e 12 anos, bem como neutro, ou seja, sem interferência

¹⁰⁰ A Constituição da primeira república portuguesa, implantada em 5 de outubro de 1910, impôs a separação entre Estado e igreja católica. O Art. 2 prevê que “[...] a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas são igualmente autorizadas, como legítimas agremiações particulares, desde que não ofendam a moral pública nem os princípios do direito político português”. PORTUGAL. **Lei da Separação do Estado das Igrejas**. Lisboa: Companhia Portuguesa, 1914. Noutros termos, “[...] o Estado deixava de subsidiar o culto católico, extinguiu as cômguas impostas aos cidadãos, considerava livre o culto de qualquer religião, permitindo que as casas a isso destinadas tivessem a aparência de templo” — SERRÃO, Joel; MARQUES, Oliveira A. H. **Portugal: da monarquia para a república**. Lisboa: Presença, 1991, p. 495. O Estado ainda confiscou bens eclesiásticos em Portugal, o que foi objeto de numerosas negociações do país com a Santa Sé no decorrer da década de 1930 e concluídas com a assinatura da Concordata, em 7 de maio de 1940.

religiosa); também foi fomentada a educação superior com a criação das universidades de Lisboa e do Porto.

Em jornais de época, o povo clamava pela educação dos filhos:

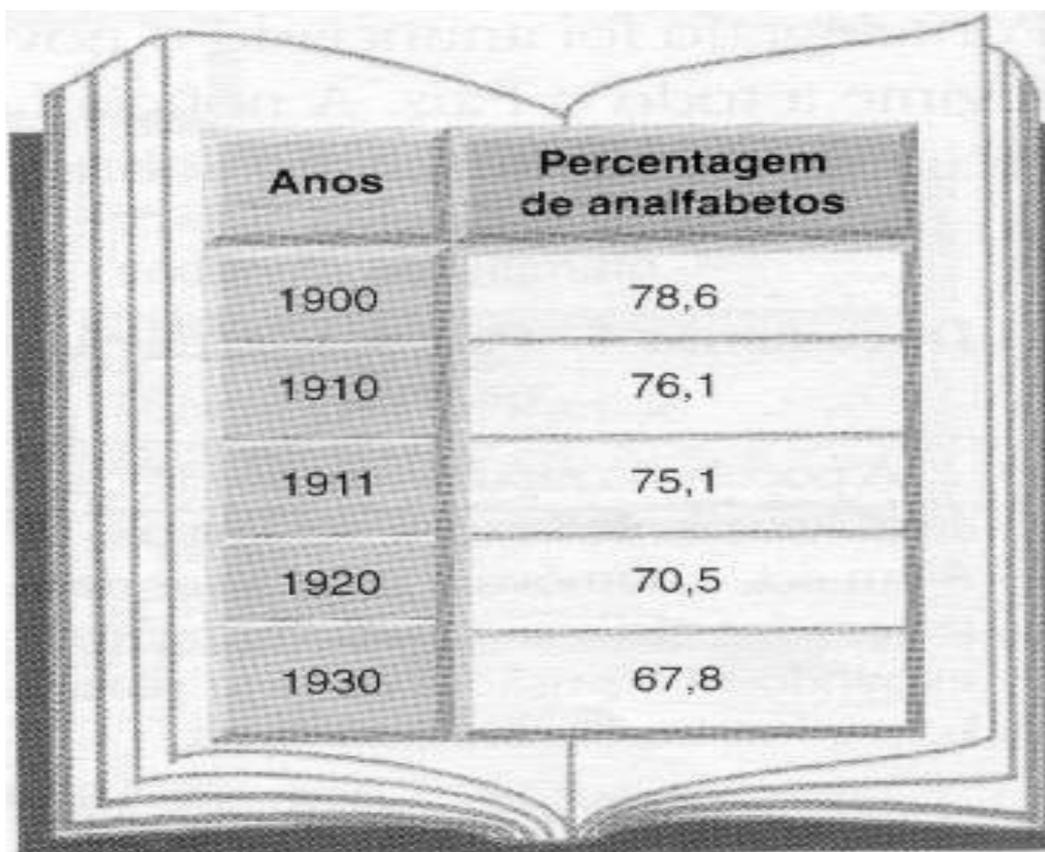
É do nosso esclarecido collega *O Domingo*, que vê a luz da publicidade em Aldegallega do Ribatejo, o curioso artigo que em seguida publicamos: Não nos cansamos de repetir que a instrução em Portugal está atrazadissima. E infelizmente uma verdade que se impõe aos olhos de todos e que nos envergonha perante as demais nações. Segundo uma estatística feita sobre o censo de 1898, apurou-se a seguinte percentagem de analfabetos sobre a população do universo: Portugal occupa o logar de honra com 67,35 por cento; Italia, 52,93; Polonia, 39,82; Hungria, 37,69; Russia, 36,42; Austria, 32,60; Grecia, 25,18; Roumania, 17,75; Belgica, 15,22; Turquia da Europa, 14,79; Bohemia e Moravia, 8,98; Hespanha, 8,71; Irlanda, 7,28; França, 3,50; Inglaterra, 3,49; Hollanda, 3,38; Escocia, 2,83; Allemanha, 2,49; Noruega, 1,02; Suecia, 0,74; Suissa, 0,60; Dinamarca, 0,49. Se nas cidades e villas a porcentagem dos analfabetos é grande no campo é enorme. É rarissimo encontrar ahi um rapaz que saiba ler e escrever. No campo, em geral, os paes dão por mal empregado o tempo que os filhos gastam na Escola, preferindo vel-os entregues a mais profunda mandrice, affirmando (como ainda ha bem poucos dias um nos disse) que *isto de saber ler e escrever* só é bom para gente rica; que nos pobres é perfeitamente dispensável, que os seus paes e avós não sabiam ler e nem por isso deixaram de viver bem, que na Escola mettem ideas novas na cabeça dos rapazes e que os estragam para o serviço no campo. E outras mil razões qual d'ellas a mais disparatada e absurda!¹⁰¹

Com efeito, a expectativa quanto à educação era grande. A propaganda republicana nos jornais reiterava: era preciso criar escolas, alfabetizar o povo e fazer reformas educacionais. A Figura 4 é sintomática dessa propaganda, pois revela um quadro pouco animador do avanço da alfabetização nas primeiras décadas da República. Segundo Marques, em 1911, a população de Portugal tinha 75,1% de analfabetos. Isso quer dizer que o governo monárquico não deu à educação a importância dada às estradas de ferro, ao comércio ou às finanças. Em primeiro plano, os bens materiais; em segundo, o desenvolvimento cultural. O programa de governo republicano postulava o contrário — valorizar o plano intelectual —, mas muitas vezes teve de lutar contra a falta de dinheiro, como se lê em texto veiculado pela imprensa:

A luz incommoda os governos maus, como cega as aves nocturnas. As trevas sim. São estas onde manobra perfeitamente a immoralidade, onde impera a corrupção. A instrução para que? De que serve esta? O povo com os olhos abertos ia estorvar os governos nos seus desmandos e arbitrariedade, como sentinella vigilante dos próprios interesses. Com os olhos fechados não se vê nada e tudo corre, assim as mil maravilhas a favor de governos ineptos e profundamente desmoralizados.¹⁰²

¹⁰¹ A INSTRUÇÃO em Portugal. **O correio de Mafra**. Mafra, anno IV, n. 142, 3 out. 1911, p. 2; grifos do autor.

¹⁰² A INSTRUÇÃO popular VIII. **O clamor de Mafra**, Mafra, anno 17, 21 set. 1907, p. 1.



Anos	Percentagem de analfabetos
1900	78,6
1910	76,1
1911	75,1
1920	70,5
1930	67,8

FIGURA 4 – Evolução da alfabetização em Portugal em três décadas
Fonte¹⁰³

As reformas educacionais tiveram implicações no sistema educacional. A reforma Rodrigues Sampaio, de 1878 — mas regulamentada em 1881 —, descentralizou o ensino, logo os municípios tiveram certa liberdade para gerir a educação. Nesse período, foram criadas instituições escolares: do maternal a escolas superiores; também surgiram cursos noturnos para adultos. A educação era alvo de investimentos:

A reforma de 1878 ainda havia sido um pequeno clarão na noite. Nos anos seguintes à reforma, funcionaram 137 cursos noturnos, com uma frequência de 5600 adultos; o Estado, desde 1881 a 1889, gastara com edifícios escolares 57000\$00 réis e anualmente, com as escolas normais de Lisboa, Porto e Évora, 23000\$00 réis e com subsídios aos municípios para pagamento dos professores, 160000\$00 réis. Os municípios despenderam com a instrução 500 000\$00 réis. Por aqui se pode ver a importância que se dava à instrução! Em Agosto de 1888, para regularizar a contabilidade relativa ao ensino foi criado um fundo de instrução primária.¹⁰⁴

¹⁰³ MARQUES, 1991, p. 39.

¹⁰⁴ PROENÇA, Cândida M. (Coord.). O sistema de ensino em Portugal — séculos XIX e XX. In: FERNANDES, Rogério. **Gênese e consolidação do sistema educativo nacional**. Lisboa: Colibri, 1998, p. 43.

Todavia, a descentralização foi efêmera. Um decreto de 6 de maio de 1882 centralizou, nas mãos do Estado, os serviços de instrução primária que as reformas de 1878 atribuíram às câmaras municipais. A promulgação, em 1890, da lei referendada por Lopo Vaz dava início à centralização do ensino — agora uma realidade desolada — e acabava com conquistas como o Conselho Superior de Instrução Primária, a inspeção técnica permanente, as juntas escolares, as comissões de exames e as verbas destinadas às despesas com tais exames. De novo, “[...] o Estado monopolizava a administração do ensino, sem advertir que restaurando os antigos comissariados e escravizando a escola aos interesses de um estreito partidarismo, inutilizava, num momento, todo esse laborioso e fecundo trabalho de alguns anos”.¹⁰⁵

A reforma do ministro João Franco, de 1894, nada acrescentou à causa da instrução. Antes, manteve a centralização do ensino primário (decretada em 1892, por Dias Ferreira), reduziu o número de escolas complementares, aboliu exames de primeiro grau do ensino primário (os do segundo ocorriam na sede dos liceus ou nas cidades) e restaurou a inspeção dos comissários de instrução (reitores de liceus das sedes distritais), mas esse regime fora extinto em 1878, após a tentativa de extinção na reforma de 1870. Houve redução drástica nas despesas de instrução, no número de pessoal docente e nos projetos de estabelecimento de escolas infantis nas cidades de Lisboa e Porto.

Conhecida a vantagem e utilidade que há na divulgação do ensino primário para a regeneração d’um paiz, cujo estado é uma decadência ruínosa devem os poderes públicos que estão à frente do seu governo, curar d’uma forma profícua e proveitosa para que a instrução seja adaptada de maneira a corresponder ao levantamento de todas as forças vitais. Portugal que tem descurado extensiva e intensivamente o ensino popular tem colhido amargamente o fructo d’este desleixo, pois a má e a pouca instrução tem concorrido d’um modo prodigioso para a sua decadência, que ha sessenta annos o domina e com poucas esperanças de o querer abandonar. Ainda a última reforma feita em 1894 veio confirmar o pouco cuidado que os governos têm dedicado a momentoso quanto útil problema.¹⁰⁶

O governo português dava pouca atenção à educação popular. Após 1894 houve só um decreto em 1897, de José Luciano de Castro, que mudou pouco a situação, pois o índice de analfabetos continuava alto. A introdução de modificações na estrutura do ensino primário coube à reforma do chefe do governo regenerador e

¹⁰⁵ ALVES, Dos Santos. **O ensino primário em Portugal**, novas sobre Portugal. Lisboa: 1908, p. 503.

¹⁰⁶ O ENSINO. **O correio de Mafra**, Mafra, anno II, n. 12, 5 fev. 1899, p. 1.

ministro do reino Hintze Ribeiro, em 1901 — embora a centralização tenha permanecido. Se não se pode dizer que foi radical, também não se pode dizer que foi irrelevante, pois estabeleceu

O ensino [...] gratuito e obrigatório durante três anos, escolas separadas para os dois sexos, regidas por professores do sexo respectivo. Só em casos excepcionais se aceitariam escolas mistas, confiadas a professoras. Mantinha-se a centralização do ensino. Os docentes recebiam um ligeiro aumento salarial, mas os seus ordenados continuavam a situar-se entre os mais baixos da função pública, oscilando entre um máximo de 19\$583,3 réis e um mínimo de 9\$000 réis por mês. [...] Na verdade, e para lá das disposições gerais sobre o ensino primário, a reforma ocupava-se ainda das escolas infantis, de cursos para deficientes, de cursos temporários e escolas móveis, do ensino normal, dos meios para tornar efectiva a obrigatoriedade do ensino das inspecções técnica e sanitária, das construções escolares, de caixas económicas, da independência do professorado face às autoridades concelhias, etc.¹⁰⁷

Ante uma taxa de analfabetos de quase 80% da população, que deixava Portugal atrás de outros países europeus; ante a necessidade de acompanhar a evolução desses países — dos quais a facilidade de comunicações nos pôs mais próximos; e ante as iniciativas de pedagogos, escritores, jornalistas, parlamentares e dirigentes de associações de classe, um novo diploma do ensino primário foi elaborado, pois era preciso — dizia João de Deus — “Derramar a plenos jorros a luz do alfabeto é dever indeclinável de quem está à frente dum país; como condição de dignidade humana, diremos que o homem que não sabe ler é bárbaro”.¹⁰⁸

]Assim, manteve-se a divisão desse nível em dois graus; em traços gerais, seus programas eram sensivelmente idênticos aos da reforma de Rodrigues Sampaio (como fogem ao escopo da pesquisa, esses programas não são detalhados aqui). Além de ser obrigatório e gratuito, o ensino primário se destinava a crianças dos dois sexos na faixa etária 6–12 anos; crianças residentes a mais de dois quilômetros de distância de uma escola

¹⁰⁷ MARQUES, 1991, p. 525.

¹⁰⁸ Apud MARQUES, 1991, p. 50. João de Deus nasceu em São Bartolomeu de Messines, a 8 de março de 1830, filho de Isabel Gertrudes Martins e Pedro José dos Ramos, modestos proprietários dali naturais e residentes. Em 1876, menos de um ano após a morte de António Feliciano de Castilho e perante a descrença em que caíra o *Método português* de Castilho, João de Deus se envolveu nas campanhas de alfabetização, escrevendo a *Cartilha maternal*, um novo método de ensino da leitura que o distinguira como pedagogo.

gratuita, pública ou particular, permanente ou temporária (havia escolas móveis,¹⁰⁹ para ajudar a combater o analfabetismo) eram desobrigadas.

Como não havia escolas públicas para a maioria das freguesias, a República criou e ampliou essa modalidade de ensino. Cada escola primária previa ensino nos dois graus — em regra, uma para cada freguesia¹¹⁰ e para cada sexo. Não havia regime de coeducação entre os sexos; mas se houvesse número de alunos insuficiente, então era criada uma escola mista. Além disso, essa reforma previa concessão de subsídios a escolas particulares que assegurassem, a alunos pobres, ensino primário gratuito dos dois graus, dispensando-se a criação de uma escola primária oficial. Onde as circunstâncias o exigissem, podiam ser criados cursos noturnos ou dominicais para adultos. A grande inovação, porém, eram tanto a possibilidade de criação do ensino infantil¹¹¹ em Lisboa, no Porto e em localidades mais importantes quanto o ensino para cegos e surdos-mudos (art. 22 do decreto 8, de 24 de dezembro de 1901).

As escolas primárias deviam funcionar em edificações próprias, adequadas e se situarem em áreas centrais e de fácil acesso. Tinham de ter vestiários, alpendre coberto para recreio discente, jardim e edifício para habitação docente — se possível, independente da escola. A área para cada aluno na sala de aula não devia ser inferior a um metro quadrado. A sala devia ser convenientemente equipada com material didático: carteiras, quadro-negro, mapas, coleção de pesos e medidas e outros. Para estudar, construir, administrar, fiscalizar, conservar e instalar os edifícios escolares, foi criada uma direção técnica (art. 381), atuante com a Direção Geral de Instrução Pública e subordinada ao respectivo diretor-geral. A fiscalização do ensino caberia a inspetores nas circunscrições escolares — em cada haveria uma secretaria de inspeção para registrar, dar expediente, arquivar e fazer estatística do setor de educação da respectiva área.

Também foi criada a inspeção sanitária escolar, a cargo de inspetores sanitários, delegados e subdelegados de saúde, que inspecionavam e fiscalizavam

¹⁰⁹ Criadas nos anos finais da monarquia, mas não oficialmente — a oficialização foi obra da Associação de Escolas Móveis pelo método João de Deus —, possibilitaram suscitar uma consciência cívica e política ampla nos anos pré-implantação da República. Em 1913, propôs-se a criação das primeiras 120 escolas móveis oficiais dotadas da respectiva verba, distribuída no país todo. A primeira escola móvel foi aberta em 1º de outubro de 1913, em Leça da Palmeira, para 100 alunos. Cf. MARQUES, 1991, p. 522.

¹¹⁰ No Brasil colonial, o termo freguesia tinha o mesmo sentido. No período imperial, essa estrutura administrativa se manteve; mas deu lugar aos distritos na divisão administrativa republicana, com a separação entre Igreja e Estado. Muitas vezes, as freguesias se tornaram bairros, sobretudo nas grandes cidades.

¹¹¹ As escolas infantis se destinavam a educação e ensino de crianças de 4 a 6 anos de idade.

colégios, escolas e demais estabelecimentos públicos e particulares de instrução. Foram criadas caixas econômicas escolares e comissões promotoras de beneficência e ensino em cada freguesia cuja função era realizar o ensino obrigatório e facilitar, a alunos necessitados, meios indispensáveis à sua frequência escolar. Sobretudo, tinham funções de beneficência escolar entre alunos e de estímulo entre particulares, a fim de angariar a contribuição de donativos para a causa da instrução. A comissão da caixa escolar incluía pároco, professor e cinco cidadãos nomeados pela Direção Geral da Instrução Pública.

Enfim, nessa reforma, a aprovação no curso de escolas normais ou habilitação do magistério primário era aquilo que habilitava para o exercício do magistério primário. O provimento era feito pelo governo, por meio de concurso documental dos candidatos.

Após a reforma de 1901 e 1902, foram criadas mais de 561 escolas, de modo que no fim de 1906 havia 5.226 — cerca de 2 mil para o sexo feminino (a esse montante se agruparam, nos três anos seguintes à implantação da República, mais 800 escolas primárias, das quais 500 entraram em funcionamento). Mas a taxa de 75,1% de analfabetos em 1911 numa população de 5 milhões de habitantes indicava que a demanda superava a oferta e permite supor que as reformas não alteraram muito o quadro educacional, que em geral continuava atrasado em relação ao de outros países da Europa, como salienta Carlota Boto:

A escola que vê entrar a República em Portugal é ainda uma instituição primária que não logrou obter a desejada homogeneidade, a desejada unificação por todo o território do continente. É, muito aquém disso, uma instituição pobre, fragmentária, que atende populações as mais diversificadas e que não dispõe dos necessários recursos para seu papel educativo. Essa escola é responsável por uma prática desacreditada pelas populações, incapaz que se revela de atender seus próprios objetivos declarados: as crianças não aprendem, em sua maioria, nem a ler, nem a escrever, nem a contar.¹¹²

Se os investimentos na educação eram insuficientes, o aperto na gestão dos serviços educacionais era constante. Só o primeiro grau do ensino primário era gratuito, mas este não dava acesso ao ensino secundário, cujo requisito era o ensino do segundo grau, que

¹¹² BOTO, Carlota. **Ler, escrever, contar e se comportar**: a escola primária como rito do século XIX português (1820–1910). 1997. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 192.

permitia entrar nos liceus e só existia em centros urbanos mais importantes. De fato, à maioria dos portugueses era difícil galgar outros graus de ensino (secundário e superior), sobretudo caso se considere que mais de três quartos da população vivia na zona rural.

Em 1911, veio a primeira reforma republicana do ensino. No dizer de Marques,¹¹³ essa reforma foi descentralizadora.

As reformas republicanas do ensino primário e o espírito que as animava influenciaram consideravelmente a qualidade da instrução oficial aberta a todos. Foram escassos, todavia, os seus efeitos no que respeita à educação das massas, devido à constante pobreza do Estado. A legislação de 1911 estabeleceu instrução oficial e livre para todas as crianças aos níveis infantil e primário, e escolaridade obrigatória entre as idades de sete e dez anos. Tanto métodos quanto disciplinas seguiam os sistemas à época mais atualizados. O princípio geral da descentralização levou o Governo a confiar aos municípios a organização e a superintendência da instrução primária, regra mantida até 1918 (neste ano voltou novamente a depender do Governo). O ensino elementar foi classificado em infantil e primário, com este último abrangendo três graus, primário elementar, primário complementar e primário superior.¹¹⁴

Eis a distribuição da rede escolar primária nessa reforma: em cada freguesia havia uma escola primária para cada sexo; quando não, por causa de densidade escolar exígua, havia uma escola mista, que lecionava os graus elementares e complementares. Onde não fosse possível instalar escolas fixas, seriam criados cursos temporários ou escolas móveis, que funcionariam, ao menos, por dez meses consecutivos. A importância das escolas móveis para o país foi destacada pelo ministro da Instrução Pública:

As escolas móveis são absolutamente indispensáveis na luta contra o analfabetismo, neste momento não podemos perder tempo, é necessário agir rapidamente. Não podemos esperar que o artista, o trabalhador, o operário, venham à escola; é necessário que a escola vá ao “atelier”, à oficina, à fábrica, ao campo. É a escola que deve procurar o analfabeto, e não podemos ficar aguardando que o analfabeto venha procurar a escolar.¹¹⁵

¹¹³ Convém destacar a importância desse intelectual português no período republicano. “Oliveira Marques foi dos primeiros a contabilizar as associações republicanas em vários estudos pioneiros de que referimos: *História de Portugal desde os tempos mais antigos até ao governo do senhor Marcelo Caetano*, 2 vols. Lisboa: Palas Editores, 1973/1975; *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d. (1977); *Portugal da Monarquia para a República — Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa: Editorial Presença, 1991.” CÂNDIDA, Maria Proença. A República e a democratização do ensino. In: _____. **O sistema de ensino em Portugal século XIX–XX**. Lisboa: Colibri, 1998, p. 52.

¹¹⁴ MARQUES, Oliveira A. H. **A primeira república portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1980, p. 84–5.

¹¹⁵ ENTREVISTA do Ministro da Instrução Pública, Dr. Sousa Júnior. **O século**, Lisboa, 13 jun. 1913, p. 1.

A reforma de 1911 dividiu o ensino primário em três graus — elementar, complementar e superior (art. 4) —, prolongando-se por três anos e sendo obrigatório à faixa etária 7–14 anos, exceto a quem morasse a mais de dois quilômetros de qualquer escola, oficial ou particular gratuita (art. 37). A título de curiosidade, vejamos os programas para o grau elementar: ensino da leitura e escrita, contos da história da pátria e lendas tradicionais, noções sumárias de geografia geral sobre províncias, cidades e vilas portuguesas, moral prática, breves noções de educação social, econômica e cívica, aritmética e geometria elementares, sistema métrico, desenho e modelação, canto coral e dicção, higiene e ginástica, jogos e trabalhos manuais, conforme sexo e região (art. 9). Dada a riqueza disciplinar, os programas de ensino merecem estudo à parte, mais detalhado, com enfoque no conteúdo de cada disciplina, num viés comparativo dos programas de ensino primário do Brasil e de Portugal, o que foge ao propósito desta pesquisa. Os programas do grau complementar tinham estrutura relativamente idêntica, mas eram mais amplos — incluíam ensino de caligrafia e fotografia, prática de exercícios militares, jardinagem e horticultura. Duravam dois anos (10 a 12 anos de idade). Há quem diga que sua extensão era excessiva para os alunos e que ignorava as reais capacidades mentais das crianças.

A reforma também tornou gratuitos (art. 34) os ensinos infantil, primário, complementar e superior. Deviam ser criadas em bairros de Lisboa e do Porto, capitais distritais, povoações com mais de dez mil habitantes e em centros fabris ou comerciais importantes (art. 35). As escolas de ensino primário superior (cujos docentes eram escolhidos pelo governo dentre pessoas habilitadas com o curso da escola ou mediante concursos por provas públicas),

[...] destinam-se não somente a aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos nas escolas elementares e complementares, mas também, e principalmente, a estimular, desenvolver e educar, por uma aprendizagem conveniente, nos alumnos que as freqüentem, as aptidões naturaes que possuam e que desejam valorizar para a vida. [...] O regime d'estas escolas é o da co-educação dos sexos.¹¹⁶

As despesas com a instrução eram mantidas pelo Estado e pelas câmaras municipais, mas eram estas que administravam a verba: pagando vencimentos do corpo

¹¹⁶ DIRECÇÃO geral da instrução primaria. **Diário do governo**, Lisboa, anno 1911, n. 73, 30 nov. 1911, p. 2.

docente (que elas também contratavam mediante concursos, embora faltassem professores habilitados), aluguéis de casas das escolas, subsídios de renda de casa de professores, conservação de edifícios e aquisição de material necessário ao desenvolvimento do ano letivo.

As câmaras municipaes poderão comprar, ou arrendar, para a referida installação, quaesquer edifícios públicos ou particulares, contanto que esses edifícios sejam plenamente adaptáveis aquelle fim. [...] As câmaras municipais criarão, nos termos do presente decreto, cursos nocturnos, missões escolares, cursos dominicaes e outros análogos, para extincção do analfabetismo, em ambos os sexos, naquellas localidades onde as circunstâncias o exigirem.¹¹⁷

Cada município tinha seu fundo escolar, com receita própria. Logo, isso sugere que a descentralização do ensino entrava em cena de novo, após Dias Ferreira ter centralizado o ensino primário, em 1892. Mas, segundo Oliveira Marques, ela não funcionou muito bem:

A experiência descentralizadora, posta em prática em 1913, não resultou, a não ser em alguns municípios mais ricos e culturalmente evoluídos. Muitos professores, aliás, aceitando-a em teoria, recusavam-na dentro das realidades portuguesas da época. Na generalidade, as câmaras municipais defendiam mal os interesses do ensino, atrasavam-se no pagamento dos ordenados, respeitavam pouco os docentes, etc. Com o advento do Sidonismo pôs-se termo à experiência, voltando os serviços de instrução primária a ser administrados pelo governo.¹¹⁸

Assim, para os municípios sem condições econômicas de manter as escolas, foi criada uma assistência escolar, cujo conselho era formado por cinco membros, encarregados de cuidar dos alunos mais necessitados. Mas essa assistência parece não ter agido no período republicano, pois

É na escola primária que mais se ressentia a falta da sua acção benéfica... [...] Mas, se antes da República pouco ou nada se fazia a que verdadeiramente se pudesse dar o nome de assistência escolar, no regime republicano é ainda quase nula a sua acção na escola primária, chegando, por vezes a dar a impressão de que nada existe nas leis a tal respeito.¹¹⁹

Também foi criado o Ministério da Instrução Pública, em 1913, ao qual ficaram dependentes “[...] os serviços da Instrução no continente e ilhas adjacentes, à exceção das escolas profissionais que à data da presente Lei estão subordinadas ao Ministério da Guerra

¹¹⁷ DIRECÇÃO geral da instrução primaria. **Diário do governo**, Lisboa, anno 1911, n. 73, 30 nov. 1911, p. 2.

¹¹⁸ MARQUES, 1991, p. 529.

¹¹⁹ ASSISTÊNCIA escolar. **O século**, Lisboa, 1º abr. 1918, p. 1.

e da Marinha”.¹²⁰ Também coube ao ministério — como representante direto do governo — a inspeção escolar, cujo objetivo era cumprir os regulamentos e garantir a boa prática pedagógica.

A segunda reforma pós-República veio em 1919, com o ministro da Instrução Pública Leonardo Coimbra. Segundo Marques, ela “[...] preencheu o remanescente período republicano, complementada por diplomas diversos de regulamentação e ligeiras alterações”.¹²¹

A reforma mudou vários níveis de ensino, mas nos atemos aqui à instrução primária. Regulado pelo decreto 5.787-A, de 10 de maio de 1919, esse nível foi dividido em três graus: infantil, primário geral e primário superior. O infantil previa a faixa etária 4–7 anos, em regime coeducativo, ministrado em três classes, respectivamente: 4 a 5 anos de idade, 5 a 6 e 6 a 7. O primário geral (obrigatório) era para crianças de 7 a 12 anos de idade, o primário superior para crianças de 12 a 15 anos. Caso não se pudesse criar escolas infantis, então seriam criadas classes preparatórias exclusivas para crianças de 6 a 7 anos de idade nas escolas de ensino primário. O ensino infantil seria gratuito e preparatório para o primário geral; incluiria desenvolvimento físico e intelectual, educação dos órgãos dos sentidos e da fala, bem como cultivo dos sentimentos morais. Os programas de ensino se harmonizavam mais com o desenvolvimento físico e intelectual da criança que os programas da reforma de 1911; e o ensino era ministrado por um corpo docente qualificado, sob forma de representações plásticas com material froebeliano e material da professora Maria Montessori.

A reforma previa, ainda, que o governo promovesse, em todos os círculos escolares e a cada quatro anos, conferências pedagógicas públicas e obrigatórias para o professorado do respectivo círculo (o país foi dividido em três circunscrições escolares, cada qual agrupando vários distritos com sede, respectivamente, em Lisboa, Coimbra e Porto; por sua vez, as circunscrições se dividiam em círculos com número de 75). Se a reforma manteve a estrutura da inspeção escolar do ensino primário das reformas anteriores, ela aproximou os inspetores de círculo do Ministério da Instrução Pública.

¹²⁰ DIÁRIO DO GOVERNO, Lisboa, 7 jul. 1913, p. 5.

¹²¹ MARQUES, 1991, p. 530.

A rotina nesse período supunha o dia escolar de seis horas, incluindo intervalos de disciplina para disciplina nunca inferiores há 15 minutos. Sempre que o tempo permitisse, a quinta-feira era destinada a excursões ou passeios de estudos. O horário das crianças que frequentavam escolas particulares¹²² e oficiais era de 30 tempos semanais. O tempo destinado a cada lição do ensino infantil e das duas primeiras classes do ensino primário não excedia 30 minutos; nas três últimas classes do ensino primário geral, era de 45 minutos. Além disso, o Dia da Árvore era comemorado nas escolas com um fervor tal que, em 1923, a portaria de 17 de março determinou que em todas as escolas de ensino primário normal, superior e geral escolhessem um dia do mês de abril para celebrarem a Festa da Árvore; a fim de que as crianças percebessem esse valor educativo, a celebração era acompanhada de preleções patrióticas.

Essa reforma atribuiu muitas funções às juntas escolares.¹²³ Uma era organizar o orçamento anual do ensino primário do concelho. As juntas tinham fundo próprio — fundo escolar de cada concelho —, que incluía o produto do imposto especial municipal para instrução primária, lançado sobre contribuições gerais diretas do Estado, o produto de subsídios ou quaisquer donativos, heranças e legados de particulares, o produto de contribuições extraordinárias legalmente autorizadas e, ainda, o produto de subsídios do Estado para o caso de deficiências de receita proveniente do imposto próprio. Além disso, tinham de construir edifícios escolares e pagar despesas com sua reparação, conservação e limpeza, alugar casas para escolas; criar cursos noturnos e dominicais e propor ao governo a criação, transferência, conservação ou suspensão de escolas; organizar cadastro escolar e professorado, nomear docentes interinos, conceder aos professores licença de até 30 dias em cada ano civil, provendo sua substituição, e pagar seus vencimentos; impulsionar o desenvolvimento do ensino primário; superintender a assistência escolar e assistir alunos necessitados; comprar material didático e mobiliário escolar.

¹²² Cabe dizer que, assim como no Brasil, uma parcela da população de Portugal pagava por aulas particulares para seus filhos. A instrução primária não se confinava, como foi dito, ao ensino oficial. No país todo havia uma rede, às vezes densa, de escolas particulares onde se ministravam as primeiras letras e se preparavam os alunos para os exames do primeiro e segundo grau. Tanto particulares quanto coletividades, por razões lucrativas ou ideológicas, dirigiam e organizavam escolas primárias, dotando-as de programas e meios, muitas vezes, superiores aos do Estado. Era também o caso dos republicanos e da maçonaria, em que se contaram algumas das iniciativas mais fecundas do ensino particular. Cf. MARQUES, 1991.

¹²³ Criada por Rodrigues Sampaio, em 1878, cada junta continha dois representantes da Câmara Municipal — presidente e o vereador do pelouro da instrução —, subinspector ou inspector escolar, inspector sanitário escolar, um professor primário eleito pelos colegas do concelho e dois representantes do povo.

As juntas constituíam um modo de descentralizar o ensino; também um sistema de administração escolar que agradou o professorado: se este discordou de forma decidida e quase unânime da administração municipalista do ensino, aderiu de igual modo a uma descentralização baseada nas juntas. A acolhida pelo professorado primário era tal que este se mostrou disposto a colaborar na execução da reforma, defendendo as juntas com intransigência quando se pretendeu extingui-las.

As Juntas Escolares são como que a carta de alforria passada pelo Estado ao professor primário, são uma elevada prova de consideração da República pela classe que tem vivido no mais aviltante desprezo social; e, sendo a lógica consequência do fracasso da centralização e da descentralização camarária, as Juntas Escolares são, ainda implicitamente, a satisfação integral das nossas reclamações sobre administração do ensino.¹²⁴

Todavia, há quem as criticasse dizendo que não tinham tanto poder assim — da maneira como se organizavam, não passavam de uma função de secretaria desempenhável, com facilidade, por qualquer pessoa; que não tinham meios necessários para mandar reparar edifícios do Estado e as casas alugadas de terceiros. Tal crítica sugere que eram restritos seus poderes e que, de fato, não tinham meios nem recursos disponíveis, mesmo com as atribuições a elas designadas. Como de costume, tudo dependia do poder central. Os professores, porém, quase sempre se preocuparam com as juntas escolares, cuja manutenção passou a ser a grande preocupação deles, “[...] tanto mais que, na prática, eram os professores que geralmente as controlavam. Suprimidas em Maio de 1925, foram restauradas um ano mais tarde, devido à intensa reacção do professorado”.¹²⁵

Em 1923, como ministro da Instrução Pública, João Camoesas apresentou uma proposta de lei à Câmara dos Deputados para reorganizar a educação nacional, que não chegou a ser aprovada porque o governo caíra. A reforma ficou no papel. Seu projeto foi debatido entre docentes primários, cuja maioria o aprovou, mas combatido pelo professorado do ensino secundário (liceal), que não via com bons olhos a expansão do ensino técnico, pois o sistema educacional português nesse período seria todo reorganizado. No jornal *O século*, António Sérgio disse isto:

¹²⁴ O PROFESSOR PRIMÁRIO, Lisboa, n. 20, 1919, p. 2.

¹²⁵ MARQUES, 1991, p. 530.

[...] a reforma é sincera e efectiva, e não aparente, como certas reformas ou pseudo reformas que temos tido até agora; é sistemática e coordenada no seu todo e nas suas partes, o que não sucede na lei vigente, está de acordo com os princípios da moderna pedagogia, ao contrário da organização actual. [...] A plena justificação da mudança de instituições era: a necessidade de educar o povo. A monarquia descurava propositadamente o problema, no seu interesse próprio. Convinha-lhe uma população ignorante, inconsciente, que facilmente se pudesse sujeitar aos caprichos dos governantes. [...] não seria uma reforma brilhante e para ser vista pelos estrangeiros, mas era, na nossa modesta opinião, a única que se (acomodava) às condições e conveniências do país.¹²⁶

Ainda em 1923, um decreto¹²⁷ modificou parcialmente a disposições do Regulamento do Ensino Primário e Normal, intensificou a obrigatoriedade escolar e aumentou a eficácia do trabalho docente e discente. Além de se referir à aplicação de receitas da caixa escolar, determinou que o fundo geral de instrução primária — cuja administração competia às juntas escolares — suprisse despesas com ensino primário e propôs outra constituição para elas: agora passariam a ter um inspetor, ou seu delegado, que assumiria a presidência, três professores primários e um representante do município.

Para fazer cumprir o que previa a lei 1.358, de 21 de setembro de 1922, o decreto 10.366, de dezembro de 1924, determinou a destinação de até 5% do imposto especial para despesas com instrução, a fim de ampliar verbas que eram encargo obrigatório dos municípios para expediente, limpeza, aluguel, conservação, reparação e construção de edifícios escolares, assistência escolar, aquisição de mobiliário e de material didático. As câmaras municipais (que não tinham juntas escolares e às quais foi dada autonomia para o exercício da administração das escolas) deviam enviar, à Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, uma exposição dizendo por que defendiam o abono de subsídios a que supunham ter direito. Nos concelhos em que a administração do ensino primário incumbia às juntas escolares, os inspetores escolares deveriam organizar relatórios esclarecedores da situação das dotações escolares ante suas necessidades. A solicitação de subsídios ao Tesouro seria feita pelo respectivo município, devidamente instruído com os elementos indispensáveis da situação financeira da respectiva Câmara.

¹²⁶ O SÉCULO, Lisboa, 26 jul. 1923, p. 3.

¹²⁷ O decreto 9.223, de 6 de novembro de 1923, modificou disposições do Regulamento do Ensino Primário e Normal, aprovado pelo decreto 6.137, de 29 de setembro de 1919.

Em 1925, o decreto 10.532, de 11 de fevereiro, determinou que o pagamento de despesas da instrução primária subsidiadas pelas receitas próprias dos municípios e que constituíssem encargo obrigatório destes ficaria a cargo das câmaras municipais do continente e das ilhas. Através deste decreto restringiu-se a ação das juntas escolares, “[...] que passam a ter dois patrões, o Estado e a Câmara Municipal”.¹²⁸ Em 19 de maio de 1925, o decreto 10.776 mandou criar uma junta escolar em cada freguesia, cujo presidente seria quem presidisse a junta da freguesia, ajudado pelo respectivo posto de registro civil e por professor eleito pelos demais docentes da freguesia; o objetivo seria construir e reparar edifícios escolares, organizar a assistência escolar, desenvolver o ensino primário geral na freguesia, obter receita, desenvolver o ensino popular e recensear crianças em idade escolar.

Além dessas preocupações, os republicanos mostraram estar preocupados com a formação docente:

A formação de professores primários constituiu outra grande preocupação de todo o primeiro terço do século XX. Quer a reforma de 1901, quer sobretudo as reformas republicanas de 1911, 1914 e 1918–19 consagraram-lhe desvelada atenção: curso geral para os dois sexos de três anos, depois aumento para quatro (e, mais tarde, reduzido de novo para três) anos, acompanhado por cursos especiais destinados a cada sexo, e seguido por diferentes cursos complementares voluntários (cursos de lição de coisas, curso colonial; cursos para professores de escolas de anormais). Todo o ensino normal, a partir da República, passou a ser misto.¹²⁹

Dito isso, uma conclusão plausível é que, bem ou mal, a República portuguesa tentou mudar o sistema educativo via reformas, decretos e portarias. O resultado dessa tentativa se traduz em aumento no corpo docente: o número de alunos por professor diminuiu de 127,6, em 1910, para 82; o número de escolas primárias (incluídas as móveis, excluídas as infantis e superiores) chegou quase sete mil em 1927: de uma escola por 19,4 quilômetros quadrados, passou-se a uma por 13,2 quilômetros quadrados; o número de escolas sediadas em edifício próprio passou de 22 a 30 em cada centena de escolas.¹³⁰ Ainda assim, a campanha contra o analfabetismo não teve os resultados por que tanto se ansiava e que tanto se prometera: no curto período da

¹²⁸ O PROFESSOR PRIMÁRIO, Lisboa, n. 276, 22 fev. 1925, p. 1.

¹²⁹ MARQUES, 1991, p. 530.

¹³⁰ ENSINO primário e analfabetismo. **Dicionário de história de Portugal**. Lisboa: 1957, p. 52, v. II.

República, a mancha do analfabetismo baixara de 76,1% (1910) para 70,5% (1920) e para 67,8% (1930). Os investimentos na instrução não aumentaram o bastante para mudar o sistema educativo vigente (cf. TAB. 2).

É preciso considerar, porém, que alguns fatores afetaram a primeira República portuguesa, a exemplo da participação na Primeira Guerra Mundial e a instabilidade política e econômica, que suscitaram uma corrente oposta ao poder vigente. Após várias tentativas, o golpe comandado pelo general Gomes da Costa, José Mendes Cabeçadas e outros foi bem-sucedido. Era 28 de maio de 1926. Era o fim da primeira República: instituições democráticas se dissolveram, partidos políticos se extinguíram. Impôs-se a ditadura militar.

TABELA 2
 Ensino primário oficial

ANOS	N. DE ESCOLAS (TOTAL)	% DE VARIAÇÃO	NÚMERO DE ESCOLAS FECHADAS	% SOBRE O TOTAL	NÚMERO DE PROFESSORES	NÚMERO DE ALUNOS
1911-12	6.412	+ 15,4	—	—	—	—
1912-13	6.516	+ 1,6	—	—	—	—
1913-14	6.593	+ 1,1	—	—	—	—
1914-15	6.700	+1,6	—	—	—	—
1915-16	6.756	+0,8	—	—	—	—
1916-17	6.862	+1,5	—	—	—	—
1917-18	6.895	+0,4	422	6,1	—	—
1918-19	7.963	+2,4	500	7,0	—	—
1919-20	6.868	-2,8	353	5,1	—	—
1920-21	6.894	+0,3	330	4,7	—	—
1921-22	6.872	-1,2	347	5,0	—	—
1922-23	6.726	+0,9	397	5,7	—	—
1923-24	6.850	-2,1	399	5,9	—	—
1925-26	7.126	+ 1,8	371	6,5	8.484	316.888
1926-27	7.174	+0,6	526	7,3	8.384	318.437
1927-28	7.489	+4,3	514	6,8	8.555	321.234
1928-29	7.441	-0,6	436	5,8	9.048	340.622
1929-30	7.729	+ 3,8	552	7,1	9.488	367.330

Fonte¹³¹

1.4 Educação em Portugal: do global ao local

Falar de municípios portugueses na área da educação supõe uma retrospectiva histórica para que se possa entender mais o municipalismo. Enfatizemos os momentos que, ora por

¹³¹ MARQUES, 1991, p. 531.

decisão do poder central (quase) sempre presente, ora fruto de uma vontade reivindicativa dos agentes organizados em torno do seu governo local, marcaram a relação entre o centro e o local ao longo dos tempos. A contextualização geopolítica desse debate não é descabida, como veremos.

Na Europa do norte — países anglo-saxônicos e escandinavos —, o sistema nacional se construiu como matriz descentralizadora, cuja base era uma administração localizada e cujos protagonistas eram, em essência, autoridades locais da educação e as escolas. Desde o início da educação pública, os municípios viram suas competências ser reconhecidas segundo um modelo de “corresponsabilização” com o Estado e em domínios como definição da rede escolar do concelho, contratação de professores, nomeação de diretor escolar, aprovação de programas e horários escolares, construção de edifícios escolares e serviços de ação social escolar. Na Europa central e do sul, o desenvolvimento dos sistemas educativos ocorreu sob a vigilância e o controle do Estado, o que lhes deu um carácter altamente centralizado, cujo expoente máximo costumava ser o exemplo francês, sem ignorar o papel de países como Prússia e outros. Nesse contexto marcado por uma forte direção do centro, o *Estado educador* toma forma. Ultimamente, tal Estado tem sido alvo de muita crítica, e a crise parece justificar — em Portugal pelo menos — o renascimento do poder local de base municipal, de que falaremos depois. Por ora, cabe dizer que são muitas as contribuições para se conhecerem as peculiaridades do sistema português e sua administração, em especial a forte dimensão burocrática que o caracteriza.

Posto isso, é plausível questionar: qual é o papel dos municípios na administração do sistema educativo em Portugal? Uma resposta óbvia seria que o papel dos municípios foi reduzido nos últimos dois séculos, quase sem ter por que em vários períodos — embora alguns ensaios legislativos pretensamente valorizadores de sua intervenção tenham surgido aqui e ali. O professor Rogério Fernandes entende que os governos liberais e republicanos “impuseram”, às câmaras, responsabilidades na instrução pública “[...] com o único objectivo de mobilizar os recursos municipais para a tarefa nacional de expandir o ensino primário a toda população”.¹³² O pequeno sucesso dessas medidas ainda é patente no atraso educacional que algumas estatísticas (da época) atestam, a exemplo de um analfabetismo

¹³² FERNANDES, Rogério. O sistema de ensino em Portugal século XIX e XX. In: PROENÇA, Maria C. (Org.). **Gênese e consolidação do sistema educativo nacional (1820–1910)**. Lisboa: Colibri, 1998, p. 40.

crônico. Fernandes diagnostica as causas dessa espécie de “alheamento” dos municípios relativo à educação básica: “Este ônus nunca foi cabalmente assumido pelos municípios devido à escassez de recursos, ao desinteresse e a resistências locais quer dos professores quer dos próprios autarcas”.¹³³

Como escapam ao objetivo central deste trabalho, falemos das leis, mas rapidamente e, sobretudo, das mais importantes: a de Rodrigues Sampaio (2/5/1878) e a de Luciano de Castro (11/6/1880). De caráter descentralizador, elas continuaram a prever juntas de paróquia e câmaras municipais na subvenção de casas para aulas, habitação docente, mobiliário escolar, organização de bibliotecas, auxílio a comissões promotoras de beneficência e ensino, fornecimento de vestuários, livros e outros meios indispensáveis (para que órfãos e filhos de viúvas pobres ou pais indigentes, impossibilitados de trabalhar [lei de 2/5/1878] frequentassem a escola. Caso as juntas de paróquia, pelos seus rendimentos, não cobrissem os referidos encargos, a lei de 11/6/1880, verificada a sua pobreza, facultava-lhes o direito cobrar, para esse fim, um imposto especial, inferior a 3% adicionais às contribuições gerais diretas do Estado. Para isso, cada freguesia devia tratar da formação de um fundo escolar constituído com o produto de legados, heranças, donativos e esmolos favoráveis à instrução primária, com rendimento de bens próprios da paróquia, sem aplicação especial com o produto de vendas, aforamentos ou arrendamentos dos baldios paroquiais e, ainda, com a importância de subsídios concedidos pelo governo. Esse fundo era destinado exclusivamente à sustentação das respectivas escolas.¹³⁴

Entretanto, como essa descentralização era penosa para autarquias sem meios de cobrir dignamente tais despesas, algumas câmaras municipais nomearam professores para escolas de instrução primária sem que estas tivessem convenientemente casa e mobília e até habitação para os docentes. Assim, para evitar fugas à lei, o governo intensificou a inspeção e ordenou, aos governadores civis, que não proovessem escola alguma das criadas após a lei de 2 de maio de 1878 sem que, antes, uma comissão composta pelo inspetor ou subinspetor do círculo escolar respectivo, um facultativo do partido municipal e o pároco da freguesia a que pertencesse a escola atestasse que seu edifício e seus utensílios reuniam, pelo menos, as

¹³³ FERNANDES, 1998, p. 41.

¹³⁴ PORTUGAL. Portaria de 6/12/1880. In: _____. **Collecção official de legislação portugueza**, anno de 1880. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 392.

condições indicadas na relação contida na portaria de 7 de julho de 1871 e verificasse a existência de casa com as condições indispensáveis à moradia do docente.

Com uma reforma administrativa descentralizadora, Rodrigues Sampaio aumentou as competências municipais, em especial na instrução pública, embora sem o suporte financeiro compatível com as novas competências atribuídas. Para anular esse entrave, foram criados impostos cuja cobrança, receita e administração seriam atribuídas aos municípios, para que fizessem face às políticas relativas à instrução pública. Porém, muitas vezes, essas verbas destinadas à educação eram desviadas para outros fins. Quando às escolas pré-existentes à lei de 2 de maio de 1880 instaladas em casa própria, alugada ou oferecida por particulares vagassem e antes de serem providas de novo, as câmaras municipais deviam agir do mesmo modo.¹³⁵ Há, portanto, uma implicação desses organismos na administração jurídico-econômica, pois a dimensão técnica continuava na mão do Estado: este criava escolas, preparava e habilitava professores, selecionava candidatos ao magistério, mandava inspecionar escolas, professores e ensino, distribuía louvores aos professores etc. Com isso, a escola adquiria contornos de um serviço local; era — digamos — uma descentralização incompleta.

No fim do século XIX, princípio do século XX, o problema dos edifícios escolares ganhou amplitude, a ponto de ser objeto de reflexão e discussão em jornais e revistas pedagógicas, no parlamento e, em especial, nos meios republicanos, opositores ao partido monárquico. Exceto as escolas de Conde Ferreira, o país tinha — na expressão de Oliveira Marques — “pardieiros em ruínas”, e não edifícios escolares. Assim, de uma hora para outra, parecia que toda a obra de construção de tantas e tantas escolas primárias, à custa de juntas de paróquia ao longo de quase meio século, fora inútil, dada a falta de zelo e eficácia. Na verdade, a iniciativa de certas localidades muito pobres de meios não foi premiada com subsídio prometido pelo Estado. Logo, é plausível supor que um parque escolar primário estava à altura do possível.

Dada inoperância das leis descentralizadas citadas há pouco, o decreto de 6 de maio de 1892 voltou a pôr a administração da escola primária nas mãos do governo.¹³⁶

¹³⁵ PORTUGAL. Portaria de 4/12/1886. In: _____. **Collecção official da legislação portugueza**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887, p. 856–7.

¹³⁶ DECRETO. **Almanack do professorado primário para 1895**, 1º ano, Coimbra, Manuel José Ferreira, p. 191–202.

As escolas de instrução pública, passam novamente para a responsabilidade do estado, retirando essa função às autarquias que lhe pertenciam. Desde que é transferido para o Estado todo o serviço da instrução primária na capital, não pode deixar de ser ampliada a todo o país esta providência [...] porque não seria justificável que fosse privada a câmara municipal de Lisboa da direcção do Ensino Primário, e conservado o mesmo serviço nas atribuições das outras municipalidades do reino [...]. Como consequência da centralização dos serviços da Instrução Primária, são extintas as juntas escolares... [...] Continuam a cargo das câmaras municipais as bibliothecas populares... e as actuaes escolas de instrução primária elementar privativas de algum outro estabelecimento do município.¹³⁷

No país todo, desde logo foi planejado o modelo de Adões Bermudês: a construção de quase duas centenas de edifícios, com capital do Estado e subsídios de diversa ordem das localidades: donativos, materiais, transportes, trabalho braçal etc. Assim, os serviços das construções escolares ganharam alento; estabelecidos provisoriamente para execução da carta de lei de 30 de junho de 1898, foram alvo de atenção especial no decreto 2, de 24 de dezembro de 1901,

O que se pretende agora é apenas legalizar e regularizar essas funções, visto que se reconhece satisfazerem a uma inadiável necessidade pública, que torna indispensável organizar os serviços de estudo, construção, administração, fiscalização e conservação dos edifícios escolares, serviços que, em todos os países, se encontram perfeitamente regulamentados, mas que, até hoje, se têm exercido, entre nós, sem nenhuma orientação definida, e com flagrante desaproveitamento de uma grande parte dos sacrifícios impostos ao país, urgindo igualmente dirigir a iniciativa das corporações administrativas locais, neste ramo de serviço, tantas vezes bem intencionada, mas tantas mal realizada, e, sobretudo, aproveitar a iniciativa particular, tão generosa, perseverante e fecunda, de que não se há tirado suficiente partido em benefício da educação nacional.¹³⁸

Na verdade, não foi fácil às juntas paroquiais fazer face aos encargos da instrução primária para os quais não estavam capacitadas materialmente nem moralmente. A maior parte dos autarcas locais era gente pouco instruída que não compreendia a importância da necessidade de se observarem regras higiênicas e pedagógicas nas construções dos prédios escolares. Por isso, em todo o país havia escolas deficientemente instaladas; era um problema complexo cuja solução tinha de ser pensada por pedagogos, higienistas e arquitetos. Acima de tudo, procurava-se acabar com a aglomeração de crianças em locais que as condenavam ao estiolamento físico, pois a obrigatoriedade escolar só tinha sentido quando o Estado era capaz de oferecer uma escola saudável e agradável — que o país

¹³⁷ DECRETO de 22 de dezembro. **Diário do governo**, Lisboa, 1892, p. 3.

¹³⁸ DECRETO 2. **Diário do governo**, n. 294, de 28 dez. 1901.

estava longe de ter. As diversas regiões precisavam de escolas suficientemente espaçosas, ventiladas, aquecidas e iluminadas, com instalações asseadas, onde as crianças, rodeadas dos cuidados necessários, pudessem se desenvolver na íntegra.

Enfim, à semelhança de países mais civilizados — França, Suíça e Estados Unidos —, Portugal reconheceu que a higiene escolar foi, entre os portugueses, uma doutrina descurada em suas aplicações práticas. As construções escolares se ressentiram dessa lacuna e, mais ainda, dos poucos recursos financeiros das juntas de paróquia. Sem rendimentos próprios e sem que se verificasse entre os portugueses uma propensão para donativos e legados, restava a esses organismos lançar mão dos bens comuns, pois os edifícios públicos eram poucos.

Uma vez no poder, os republicanos começaram a combater o que viam como “grande vergonha nacional”: uma população com 76,1% de analfabetos (1911) e 702 freguesias sem escolas. A lei de 11 de março de 1911, que reorganizou profundamente o ensino primário, mostra a vontade de mudança deles.

O homem vale, sobretudo, pela educação que possui, porque só ella é capaz de desenvolver harmonicamente, as suas faculdades, de maneira a elevarem-se-lhe ao máximo em proveito d'elle e dos outros. A educação exerce-se, como que automaticamente, durante toda a vida, só com a diferença de que, na idade adulta, o homem confia a si mesmo a missão de sua própria educação, ao passo que, na idade infantil, precisa de um guia, que é conjuntamente a família e o mestre. Educar uma sociedade é fazê-la progredir, torná-la um conjunto harmônico e conjugado das forças individuais, por seu turno desenvolvidas em toda a plenitude. E só se pode fazer progredir desenvolver uma sociedade, fazendo com que acção continua, incessante e persistente de educação, atinja o ser humano, sob o tríplice aspecto: physico, intellectual e moral. Portugal precisa de fazer cidadãos, essa matéria prima de todas as pátrias, e, por mais alto que se affirme a sua consciência colectiva, Portugal só pode ser forte e altivo no dia em que, por todos os pontos do seu território, pullule uma colméia humana, laboriosa e pacifica, no equilíbrio conjugado da força dos seus músculos, da seiva do seu cérebro e dos preceitos da sua moral.¹³⁹

A descentralização voltou a preocupar os decisores políticos da primeira República, sobretudo a do ensino, como fora na entrega da administração do ensino primário aos municípios, que lhes competiu até 1918, quando ela voltou ao governo central,

¹³⁹ DIRECÇÃO geral da instrução primária. **Diário do governo**, Lisboa, n. 73, anno 1911, 30 mar. 1911, p. 1.

Verificando-se que a descentralização dos serviços da instrução primária, instituída pelo decreto de 29 de março de 1911, não têm produzido no maior número dos municípios os benefícios que deveriam resultar da autonomia administrativa desses serviços, posta em execução pela lei de 29 de junho de 1913. [...] O Governo da República Portuguesa decreta: Artigo 1: Os serviços de instrução primária que, nos termos do decreto com força de lei de 29 de Março de 1911 e da lei de 29 de junho de 1913, pertenciam às câmaras municipais, passam a ser administrados pelo Estado, a partir do ano económico de 1918–1919. Art. 2: Ficam competindo ao Governo as atribuições que na administração dos serviços da instrução primária cabiam às câmaras municipais.¹⁴⁰

Este avanço e recuo em questões relativas à problemática da descentralização foi constrangedor nos governos republicanos, tendo em vista seus protagonistas momentâneos, as conjunturas favoráveis à ascensão política deles e os condicionamentos de ordem diversa. César de Oliveira evidenciou uma posição contraditória:

Por um lado, após o triunfo da revolução republicana sentia-se na obrigação de mudar alguma coisa no sentido de uma aproximação ao ideário que era parte do seu património; por outro, o jacobinismo dos seus principais dirigentes impelia-os para o centralismo e para a supremacia do Terreiro do Paço sobre o país e sobre a sociedade.¹⁴¹

A lei 88, de 7 de agosto de 1913, foi uma legislação descentralizadora das competências dos municípios e das freguesias. Mas suas receitas para fazer face, sobretudo, à construção e manutenção dos edifícios escolares do ensino primário eram claramente insuficientes, pois dependiam essencialmente de “[...] subsídios especiais consignados no Orçamento do Estado”,¹⁴² por isso mesmo ficavam à mercê da discricionariedade do poder central.

A chegada dos republicanos ao poder trouxe a vontade de descentralizar e a consequente prática de descentralização. Mas não houve coerência entre vontade, lei e prática nos diversos governos da primeira República. A tendência centralizadora pré-instauração do regime republicano se manteve em dez anos de República — na qual se investiu pouco. A República não baixou o percentual de analfabetos como se esperava — a redução ficou no discurso — nem trouxe o progresso e a modernidade para Portugal.

¹⁴⁰ SECRETARIA de Estado da Instrução Pública. **Diário do governo**, Lisboa, anno 1918, n. 156, 13 jun. 1918, p. 1.186.

¹⁴¹ OLIVEIRA, César. **História dos municípios e do poder local**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, p. 259.

¹⁴² ORÇAMENTO do Estado. **Diário do Governo**, Lisboa, 1913, p. 1.

Capítulo 2

MINAS GERAIS, ORGANIZAÇÃO NACIONAL E EDUCAÇÃO

Minas procura ressurgir pela escola, vai recebendo impulsionamento que a administração dos últimos governos tem lhe facultado. [...] Convém, pois, que o governo tome consideração do problema até agora esquecido — o de tornar obrigatório o ensino. Não serão exclusivamente os membros do professorado quem convença o pae de família à necessidade de bem. É preciso convencer-o a convencer-se se não for possível, obrigá-lo a convencer-se.

— O PROGRESSO, 1909.

A República no Brasil floresceu sob o signo da esperança. Os ideais que mobilizaram as forças políticas de então se estruturavam, externamente, na lógica mudancista, promovida pelo pensamento positivista, dentre outras influências. Suscitava euforia a possibilidade de o país se ajustar ao mundo moderno civilizado para nele se inserir. Intelectuais liberais, Exército e fazendeiros do café compunham a linha de frente — sobretudo estes dois últimos — no movimento que culminou na proclamação da República, cuja instauração exigia que se vislumbrasse um Brasil mais próspero não só nos âmbitos político, educacional, cultural, social e urbano, mas também no da higiene (saneamento básico). O progresso do país pedia uma capital federal saneada, reurbanizada, conforme os princípios do trabalho livre. Nessa lógica, remodelar o Rio de Janeiro se tornou questão nacional, pois nos primeiros anos do século XX as condições sanitárias da capital pioraram graças ao crescimento urbano-populacional; daí a necessidade de uma política sanitária para controlar tal espaço. Eram os ventos da modernidade.

A esse discurso de modernidade subjazia uma crítica à sociedade tradicional, que passava a ser vista como atrasada. Afinal, o país aboliu a escravidão e começava a buscar relações sociais capitalistas para se modernizar. Como essa sociedade se fundava em práticas sociais insalubres, era fundamental acabar com a desordem; isto é, criar uma

imagem de higiene, ordem e disciplina. O espaço urbano deveria ter as condições necessárias à moralidade, saúde e higiene físico-social. A classe que chegava ao poder — a burguesia cafeeira — precisava ter outra imagem, e o Rio de Janeiro tinha de ser modelar, pois os projetos políticos e econômicos dos republicanos eram audaciosos. Se ao Estado cabia executar os planos para remodelar a capital, elaborados por especialistas; à população cabia obedecer, pois as pessoas precisavam ser educadas para viver nessa sociedade.

Educação era então prioridade porque — diria Rui Barbosa — “[...] a chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria”.¹⁴³ Logo, urgia uma política educacional transformadora de fato. Nas décadas finais do século XIX e nas primeiras do século seguinte, a educação era vista como fonte libertadora, e “[...] uma nova dinâmica impulsionava as relações escolares. O aluno assumia soberanamente o centro dos processos de aquisição do conhecimento escolar: aprendizagem em lugar de ensino”.¹⁴⁴ Eram os ventos da escola nova, cujo ideário embasava a necessidade de se reestruturar a educação, daí o fomento a reformas que dessem elementos fundamentais para a ordem e o progresso.

2.1 Educação no Brasil republicano

As transformações na sociedade brasileira já se processavam com mais dinâmica desde a segunda metade do século XIX. A própria educação tomava novos rumos: escolas ligadas aos protestantes introduziam a pedagogia dos Estados Unidos, reformas na educação paulista solidificavam a Escola Normal, e à influência positivista se alinhavam tentativas de se pensar no processo educativo com mais clareza e praticidade. A última reforma educacional do Império se preocupou com as necessidades motivadas pelos novos tempos. Embora o parecer de Rui Barbosa — diriam seus detratores — se aproximasse mais de uma obra literária (no sentido da ficção) do que de um projeto concretizável de fato, ele estudara “[...] a estatística e situação do ensino popular; a ação do Estado (Ministério da Instrução Pública); despesas com o ensino público, sua incomparável

¹⁴³ BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1947, p. 42.

¹⁴⁴ VIDAL, Diana G. A escola nova e o processo educativo. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 498.

fecundidade; da obrigação escolar; da escola leiga; liberdade de ensino; métodos e programas escolares”¹⁴⁵. Curiosamente,

Já no fim do século XIX, muitas das mudanças afirmadas como novidades pelo “escolanovismo” nos anos 20 povoavam o imaginário da escola e eram reproduzidas, como prescrição, nos textos dos relatórios de inspetores e nos preceitos legais: a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno.¹⁴⁶

Junção de interesses e forças opostos — sobretudo Exército e fazendeiros do café —, a República significou, de início, a possibilidade de mudanças, mas “[...] o coronelismo foi o formador da base da estrutura do poder no Brasil e [...] sua supremacia incontestável permaneceu durante a Primeira República”.¹⁴⁷

Várias razões explicam o êxito das oligarquias dos grandes Estados. As duas forças em atrito não se equivaliam ao nível dos projetos que visavam a dar ao país uma nova fisionomia. Os militares não viam com bons olhos a autonomia estadual, pretendiam melhor pagamento e a ampliação dos efetivos das Forças Armadas, adotavam uma vaga postura nacionalista e de estrato protetor da República que haviam implantado. Para São Paulo e Minas tratava-se de assegurar a supremacia política da área agrário-exportadora e de estabelecer mecanismos tributários e financeiros capazes de garantir sua expansão.¹⁴⁸

Dominada pelas oligarquias, a República pouco fez pela educação em seus primeiros 30 anos, mesmo com cinco reformas entre 1890 e 1925. Segundo Fernando de Azevedo,

A política dos governadores, a organização de polícias militarizadas, como pequenos exércitos capazes de fazer face ao governo central, o apelo freqüente à força e à indisciplina e as crises militares, produzidas pela exploração política dos quartéis, denunciavam não só a fraqueza do Estado, em luta com forças tão disparatadas, mas [também] “a ausência de um sentimento público em que as instituições políticas pudessem apoiar-se e ganhar, por sua vez, outra ascendência no sentimento e no ideal coletivo”.¹⁴⁹

Após a Primeira Guerra Mundial, o mundo ocidental abraçou novos valores, a ordem econômica e política mudou, e as mudanças se aceleraram no Brasil. O país vivia

¹⁴⁵ MOACYR, Primitivo. **A instrução e o império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 221.

¹⁴⁶ VIDAL, 2000, p. 497.

¹⁴⁷ VIDAL, 2000, p. 3.

¹⁴⁸ FAUSTO, Boris. Pequenos ensaios de história da República (1889–1945). In: FENELON, Dea Ribeiro. **50 textos de História do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1974, p. 118.

¹⁴⁹ AZEVEDO, 1964, p. 189.

um processo sutil de transformação, com situações capazes de jogar por terra o poder das oligarquias exclusivistas e excludentes; houve uma efervescência ideológica intensa e uma crise no seio das elites que comandavam a vida no país: enquanto intelectuais enalteciam a cultura do Brasil e seus valores conquistados ao longo de sua história, militares recomeçavam a luta pelo controle político; enquanto uma classe média desejosa de se aproximar do poder se estruturava e tomava corpo, uma classe proletária surgia aos poucos em razão do esforço de industrialização, pois o antigo modelo econômico se esgotara, e a necessidade de industrializar o país começou a entrar no pensamento dos setores dominantes.

Na educação, elemento suscetível de alavancar mudanças, contribuir para uma revolução no pensamento pedagógico e fundamentar ideologicamente as lutas pela expansão do ensino, destacou-se a Escola Nova: “[...] movimento que reuniu personalidades de diversas tendências, unidas sob a maneira comum de colocar a educação a serviço da cidadania”.¹⁵⁰ Na primeira metade da década de 1920 — início da desintegração do regime oligárquico e marco simbólico de diversas tentativas de se reformar o sistema nacional de ensino —, educadores e intelectuais em geral preocupados com a educação brasileira pensavam em fundar uma federação de associações de ensino e até em criar um partido político — a Ação Nacional. Se naquele instante tais ações e manobras políticas foram em vão, os ideais escolanovistas — aqui muito mais ligados aos aspectos técnicos da educação do que à educação popular propriamente dita — continuavam a dar o tom entre os que refletiam sobre a educação. A Escola Nova, que “[...] começa de forma fracionada nos Estados, onde alguns dos seus futuros dirigentes chegaram a assumir posições de destaque na Administração, aos poucos e depois das tentativas acima citadas, no Rio de Janeiro, adquire feição estruturada, em torno da ABE [Associação Brasileira de Educação]”,¹⁵¹ buscando “[...] promover no Brasil a difusão e o aperfeiçoamento da educação em todos os ramos e cooperarem com todas as iniciativas que tendam, direta ou indiretamente, a esse objetivo”.¹⁵²

¹⁵⁰ CUNHA, Fátima. **Filosofia da Escola Nova: do ato político ao ato pedagógico**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Niterói: Universidade Federal Fluminense/EDUFF/PROED, 1986, p. 59.

¹⁵¹ CUNHA, 1986, p. 59

¹⁵² CARVALHO, 2000, p. 55.

Os fundadores da ABE buscaram na National Education Association dos Estados Unidos o modelo de instituição que tivesse, em cada estado, um departamento independente do carioca e viesse, em conjunto, formar um

[...] órgão legítimo de opinião das classes cultas, prontas a colaborar em perfeita harmonia com os governos e aplaudir-lhes os acertos, mas capazes de falar-lhes de frente, de apontar-lhes quando necessário os erros e as lacunas de suas leis de educação e de ensino e de defender vigorosamente, neste terreno, os grandes interesses do Brasil.¹⁵³

Embora o papel da ABE tenha sido significativo na luta pró-transformações na educação brasileira e mesmo com a autoimagem de instituição apolítica — talvez pela necessidade de “[...] escapar à repressão política do governo Bernardes”¹⁵⁴ — havia contradições em sua atuação. Internamente, ela padecia de um conselho diretor eivado de resíduos positivistas e de alguns membros que eram, por exemplo, diretores do Club dos Bandeirantes do Brasil, “[...] organização de caráter tendencialmente fascista e nitidamente belicista”.¹⁵⁵ Um grupo ligado ao seu conselho participou da organização partidária do Partido Democrático do Distrito Federal, fundado em 1927 — aliás, “[...] o privilégio conferido à educação pelo Partido fez com que este surgisse como espécie de prolongamento da Associação”.¹⁵⁶ Externamente, as influências vinham das disputas ideológicas de então, aqui e no contexto internacional, em que as chamadas democracias capitalistas ocidentais disputavam a hegemonia política e econômica mundial com as ideias totalitárias do fascismo italiano e com o socialismo, implantado na Rússia por Lênin (no Brasil, o Partido Comunista surgiu em 1922). Por consequência, as discussões e os embates políticos eram intensos no interior da associação.

Além da situação contraditória interna, havia outras instituições que não se coadunavam com a ABE: uma, a Sociedade Paulista de Educação, antecessora e nem sempre parceira da associação; outra, a Federação Nacional das Sociedades de Educação, fundada em 1929 sem o apoio da ABE. Se essas contradições internas podem ser vistas como motivo para a falta de convergência entre essas instituições, cremos que outra motivação era a imagem que as elites ou mesmo os intelectuais cujo pensamento e interesse

¹⁵³ Discurso pronunciado na ABE, em 19 de novembro de 1925, por Heitor Lyra Silva, apud CARVALHO, 2000, p. 150.

¹⁵⁴ CARVALHO, 2000, p. 56.

¹⁵⁵ CARVALHO, 2000, p. 88.

¹⁵⁶ CARVALHO, 2000, p. 72–3.

se traduziam nos ideais da ABE tinham do povo brasileiro: gente degenerada, endêmica, viciosa. Ora,

[...] a chamada obra educacional da ABE tinha como denominador comum o empenho na moralização dos costumes, proposta como obra de civismo: pregações; festas pedagógicas; controle do lazer por procedimentos vários, que abrangiam a seleção e a censura de filmes, a elaboração de listas de livros recomendáveis e a organização de divertimentos infantis; constituição de Círculos de Pais destinados a alargar o raio de ação formativa da escola etc. [...] Somente a Seção de Ensino Técnico e Superior, em que estava sediado o grupo Labouriau, é que se diferenciava nitidamente desse tipo de intervenção cultural, promovendo cursos e conferências de “alta cultura” para realizar uma “demonstração prática” da viabilidade do ensino universitário no país. [...] À exceção das Conferências Nacionais e dos inquéritos sobre o ensino secundário e superior, o trabalho de estudos e debates ficou limitado às conferências e palestras que a Associação promoveu na cidade do Rio de Janeiro, com intensidade considerável nos anos de 1927 e 1928, sem dúvida, os anos em que a ABE gozou de maior prestígio na década.¹⁵⁷

Personificada na personagem Jeca Tatu,¹⁵⁸ essa imagem do brasileiro sintetizava determinismos cientificistas de ordem vária. Ao mesmo tempo em que se lastimava tal realidade determinista, almejava-se superar o estereótipo que o trabalhador brasileiro carregava como ser improdutivo. Essa tarefa caberia à educação: condição natural para eliminar o determinismo social em que a sociedade se encontrava e lhe possibilitar a assimilação de elementos capazes de alterar o meio em que estava, ou seja, o ambiente sociocultural marcado pela ignorância — provam-na os índices de analfabetismo.¹⁵⁹ Eis por que o entusiasmo pela educação em setores da ABE se resumia, fundamentalmente, à saúde, à moral e ao trabalho: pilares sobre os quais se assentava a convicção relativa à importância da educação.¹⁶⁰ É nesse clima que surgiram obras como as de Carneiro Leão, José Augusto, Afrânio Peixoto e outras dispostas a refletir sobre a educação brasileira e que o governo federal buscou participar da luta contra o analfabetismo. Afinal, “[...] como esperar o progresso, se o progresso de um povo depende antes de tudo, do amor a instrução?”¹⁶¹ Reflexo disso foi a reforma de João Luiz Alves, em 1925, caracterizada pela “[...]”

¹⁵⁷ CARVALHO, 2000, p. 60; 63.

¹⁵⁸ Personagem criada pelo escritor Monteiro Lobato na obra *Urupês* que simboliza o atraso, a apatia, a indolência e as doenças do povo brasileiro, muito aquém do povo das nações desenvolvidas.

¹⁵⁹ CARVALHO, 2000, p. 141.

¹⁶⁰ CARVALHO, 2000, p. 147.

¹⁶¹ EM prol da instrução. **O progresso**, Uberabinha, anno II, n. 99, 14 ago. 1909, p. 1.

implantação do regime seriado, reorganização do ensino superior”.¹⁶² Também parte desse afã mudancista foram as reformas estaduais de ensino, instrumentos dinamizadores do processo educacional proeminentes em estados como Minas Gerais.

2.2 Educação na Minas republicana

Política e economicamente, Minas era um pilar da forma republicana de governar, instaurada e dominada por forças econômicas de mais presença na economia vigente desde o Império: a agroexportadora. A política café com leite alijou os aliados de menor poder e se consolidou, embora alguns buscassem outros caminhos rumo à modernização do país, a exemplo de Rui Barbosa, que defendia a industrialização. O estado buscou se adequar aos novos tempos reformando o ensino no início do século XX com João Pinheiro, implantando grupos escolares¹⁶³ por meio dessa mesma reforma e, ainda, aprofundando sua atuação no cenário educacional com a reforma de Francisco Campos (1927–8), coroamento do esforço de renovação da década de 1920. Todavia, o efeito dessas reformas não era imediato, pois demoravam a chegar a muitos municípios mineiros.

As mudanças ocorridas nas décadas finais do século XIX derivavam da necessidade de se dar uma aparência moderna a comportamentos, práticas e lugares, à semelhança dos países europeus. Em Minas, discutia-se a transferência da capital da província, pois arcaica e provinciana ficou a imagem de Ouro Preto. A transferência expressaria a transformação de Minas em um estado moderno. A escolha do local para a construção de uma cidade obedeceu a princípios políticos, e não só à topografia, à acessibilidade e a outros determinantes geográficos. O projeto da futura capital foi concebido antes de ser onde ela seria construída — dadas as condições precárias do Arraial de Curral Del Rei — e concretizado em quatro anos (1894–7), sob o signo da modernidade, conforme os tempos que se abriam à República.

¹⁶² CUNHA, 1986, p. 60–1.

¹⁶³ Grupos escolares podem ser conceituados como escolas graduadas e escolas centrais, termos com o mesmo sentido. No *Diccionario de las ciencias de la educación*, são um “Sistema de organização vertical de ensino por cursos ou níveis que se sucedem. As características principais da escola graduada são: a) agrupamento dos alunos segundo um critério nivelador que pelo geral é a idade cronológica para obter grupos homogêneos; b) professores designados a cada grau; c) equivalência entre um ano escolar do aluno e um ano de progresso instrutivo; d) determinação prévia dos conteúdos de diferentes matérias para cada grau; e) o aproveitamento do rendimento do aluno é determinado em função do nível estabelecido para o grupo e o nível em que se encontra; f) promoção rígida e inflexível dos alunos grau a grau”. Cf. SOUZA, 1998, p. 69.

Era necessário criar uma cidade que fosse mais consoante aos novos tempos que se abriam à nação republicana. Talvez se pudesse mesmo dizer, uma cidade que funcionasse, ela mesma, como mais um elemento contribuinte na constituição dessa mesma nação. Já aqui é possível identificar a força com que a idéia de moderno se inscreve na criação e na história da nova cidade: moderno igual a novo (república) em oposição a antigo (império). Constituição de uma nação/cidadão (Belo Horizonte) em oposição à colônia/súdito (Ouro Preto).¹⁶⁴

Como cidade planejada, Belo Horizonte retirava de seus sujeitos a possibilidade de escolha e autodeterminação ao formatar um “viver moderno”, isto é, ao intensificar o desejo de modernidade, racionalidade, funcionalidade, disciplina e eficiência.

Esse desejo de modernidade da capital também havia no interior, em municípios como São Pedro de Uberabinha (1888–1929), no Triângulo Mineiro (FIG. 5),¹⁶⁵ cuja emancipação política¹⁶⁶ antecedeu a proclamação da República. Esse município se caracterizou por absorver e se desenvolver sob a influência dos ideais republicanos de modernização da sociedade guiados por valores e conteúdos oriundos da ciência. Seu desenvolvimento resultou da produção agropecuária e comercial diversa e do pequeno número de indústrias de beneficiamento, provenientes da ocupação de seu espaço físico em séculos anteriores. Antes de se tornar município, a freguesia passou por um processo de colonização nos séculos XVIII e XIX à margem dos centros mineradores da região do Sertão da Farinha Podre e movido pela condição do município como ponto passagem e entreposto comercial. Na segunda metade do século XIX, a feição do processo de ocupação mudou por causa do declínio da atividade mineradora e do uso da terra para atividades de autossustentação e agropecuárias, sobretudo o cultivo de algodão e café, que compuseram a estratégia de expansão e conquista territorial entre grandes proprietários latifundiários.

¹⁶⁴ SILVEIRA, Anny Jackeline T. *Imagens destoantes: a moderna capital de Minas*. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5., out. 1998, Campinas. **Anais...** Campinas, 1998, p.1. Cf., da mesma autora: *As ruas e as cidades*. **Cadernos de História**, Belo Horizonte: PUC/MG, V.2, n. 3, p. 29–35, out. 1997.

¹⁶⁵ Cf. TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil central**. Uberlândia: Uberlândia Gráfica Ltda., 1970, p. 41. “Uberabinha fora a primeira designação concedida pelo Vice-Presidente da Província de Minas Gerais, Barão de Camargos, ainda no período do Império, à Freguesia de São Pedro de Uberabinha e Santa Maria, em 31 de agosto de 1888, tem sua localização geográfica ao norte do Triângulo Mineiro, região do Estado de Minas Gerais.”

¹⁶⁶ “As freguesias de São Pedro da Uberabinha e Santa Maria ficam elevadas à categoria de município, desmembradas dos termos de Uberaba e Monte Alegre [...] Dada no Palácio da Presidência da Província de Minas Gerais, aos 31 de agosto de 1888. Barão de Camargos — Vice-Presidente da Província de Minas Gerais.” TEIXEIRA, 1970, p. 41.



FIGURA 5 – Mesorregiões de Minas Gerais, segundo o IBGE
Fonte¹⁶⁷

No início da década de 1920, o Triângulo já tinha outras cidades (Uberaba, Araguari, Frutal e Araxá, por exemplo) há muito emancipadas e com grau de desenvolvimento e infraestrutura comparável ao de Uberabinha, então com 32 anos de existência como município autônomo. O número de casas iluminadas, de aparelhos telefônicos e o montante de arrecadação regional deixavam esse município em quinto lugar em desenvolvimento,¹⁶⁸ que tanto incluía mudanças constantes nas atividades comerciais e industrial-agroexportadoras (traduzidas na produção, no beneficiamento e na comercialização de cereais e produtos de origem animal, sobretudo curtumes) quanto anunciava a diversificação de outras áreas de produção e comercialização, como informa

¹⁶⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Mesorregiões de Minas Gerais**, 2001.

¹⁶⁸ Cf. SOARES, Beatriz R. **Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado** — imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo; e VIEIRA, Flávio C. F.; CARVALHO, Carlos. H. Educação e o movimento de transformação social: Uberabinha (1919–1930). In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES, 5., 2001, Ouro Preto/Mariana. **Anais...** Universidade Federal de Ouro Preto, p. 2.

edição de época da revista *O município*.¹⁶⁹ Em suma, a década marcou a transição do terceiro para o quarto estágio de emancipação de Uberabinha, com solidificação da economia, aumento populacional e demanda por educação — enfoque desta pesquisa, que visa verificar a escolarização nesse município.

Enfocar a educação em Uberabinha supõe identificar os pilares reformadores do sistema educacional de Minas. Nesse estado, o século XX começou sob os auspícios de reformas educacionais, das quais uma veio implantar “[...] uma instituição educativa comprometida com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira”:¹⁷⁰ os grupos escolares. Todavia, detemo-nos, sobretudo, em duas: a João Pinheiro e a Francisco Campos, de 1906 e 1927, respectivamente. Recorremos a fontes como jornais de época, sobretudo de Uberabinha, trabalhos acadêmicos que investigaram as reformas, *Revista do ensino*, textos de estudiosos da educação publicados nas primeiras décadas do século XIX, legislação da época e atas das Câmaras Municipais. Cremos que uma leitura crítica dessas fontes pode delinear uma visão de conjunto que facilite compreender a história da educação em Minas e em Uberabinha nos primeiros 30 anos do século passado, assim como entender a relação entre processo educativo e ideia de modernidade.

Das transformações nos dez primeiros anos do século passado, duas suscitaram debates que refletiam preocupações com a educação brasileira na modernidade: aumento da população urbana e crescimento industrial (ainda incipiente). Em parte, dentre os motivos para essa discussão, pode-se supor que um era a incoerência entre tal desenvolvimento — de tendência ascendente — e o analfabetismo no país todo — também ascendente. Como província mais populosa, Minas Gerais não ficou imune à discussão, a ponto de já em 1870 ter uma legislação escolar interessada no ensino primário — instrumento de inserção do brasileiro em sua cidadania. Em 1887, o então presidente Carlos Augusto de Oliveira

¹⁶⁹ “Actualmente, devido ao desanimo de capitaes, as indústrias se resumen, principalmente, em vastas e numerosas instalações para o beneficio de arroz e do algodão, em serrarias e carpintarias providas de machinários apperfeçoados e outros produtos da carne e couros, como curtumes, pequenas fábricas de banha, sabão, calçados, arreios, bem como differentes outros ensaios industriaes, como cerâmica, bebidas, pilhas telephonicas, desfiação de fumo, manteiga, gelo, refinação de assucar, moinhos e produtos pharmaceuticos, dos quaes alguns já são exportados e largamente conhecidos.” MUNICÍPIO DE UBERABINHA, Uberabinha, 1922, p. 52.

¹⁷⁰ NUNES, 1998, p. 118 apud GOUVEIA, Maria Cristina Soares de; ROSA, Walquíria Miranda. A Escola Normal em Minas Gerais. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Educação de Minas Gerais. **Lições de Minas** — 70 anos da Secretaria de Educação. Belo Horizonte, 2000, 172p. 7 v.

Figueiredo criticou severamente as escolas normais: a escola do professor — espaço de formação de quem ia desenvolver o trabalho no ensino primário.¹⁷¹ Para esse presidente, a escola normal não produzia os resultados esperados. Em 1892, um decreto reformou a instrução pública mineira e extinguiu os externatos; conforme a reforma Afonso Pena (lei 41), o programa de ensino devia ser adaptado à região onde estivesse a escola. Em 1899, Francisco Silvano de Almeida Brandão sancionou a lei 281, que organizou e estabeleceu diretrizes para o ensino público em Minas. Em 1901, a lei 318 reformulou o currículo do ensino normal. Em 1906, o presidente Francisco Antônio Salles, via decreto 1.908, definiu a distribuição das cadeiras no curso normal, unificando o currículo em todas as escolas normais.

2.3 Reforma João Pinheiro: grupo escolar e modernidade pedagógica

Algo fundamental à educação da massa trabalhadora — base da produção — era um sistema de instrução que a capacitasse: ela precisava ser produtiva, e isso exigia qualificá-la, adequá-la às necessidades dos novos tempos. Essa era a suposição do empresário João Pinheiro,¹⁷² que deixa entrever três questões significativas: o conceito — elitista, determinista e partilhado por intelectuais — de massa popular, a ideia de produtividade fabril aplicada à educação primária e a formação de quem conduziria a missão da escola, tida como sacerdotal

A noção de massa popular supunha ignorância, que a educação devia anular, civilizando-a e preparando-a para a modernidade; a educação conduziria e orientaria as transformações sociais, econômicas e políticas, isto é, “Reinventar[ia] os sujeitos sociais, sendo a escola afirmada como local legítimo de transmissão do saber considerado como necessário ao cidadão republicano.¹⁷³ Nessa lógica, à República coube, então, materializar as representações da educação escolar como fundamental, visto que eram antigos os vícios que ela tinha de anular de uma vez por todas. Isso supunha “regenerar” a sociedade,

¹⁷¹ ZUIN, Elenice de Souza Lodron. O ensino de geometria e desenho na reforma do ensino primário de Minas Gerais, em 1906. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio, FARIA FILHO, Luciano Mendes de; XAVIER, Maria do Carmo (Org.). **História da educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p. 427–30.

¹⁷² João Pinheiro Silva, empresário na cidade de Caeté, foi presidente de Minas em dois períodos: de 11/2 a 23/7/1890; de 7/9/1906 a 25/10/1908, data de sua morte, antes de terminar seu segundo mandato.

¹⁷³ VEIGA, 2000, p. 45.

sobretudo crianças pobres, para que não se impregnassem desde cedo dos males supostamente disseminados nas populações pobres.¹⁷⁴ Haveria uma revolução nos costumes do ponto de vista moral em benefício da vida econômica, pois, em vez “[...] de um exército de analfabetos a povoarem as oficinas, [haveria] um pessoal operário suficientemente preparado para exercitar os seus misteres com inteligência e aptidão [...] [apto a dar] garantias de economia e incremento” à indústria que se organizava em Minas.¹⁷⁵

Aplicar a ideia de produtividade fabril à educação primária era introduzir o taylorismo na escola, isto é, organizá-la como se organizava o trabalho nos Estados Unidos. Assim, o programa de ensino que começava a ser posto em prática objetivava produzir alunos aptos à leitura e escrita — ou seja, capazes de pensar; a confiar em seu esforço e no valor da disciplina a fim de que adquirissem conhecimentos e soubessem usá-los para o êxito e aperfeiçoamento material e moral.¹⁷⁶ Destinada à massa, a escola primária seria para “[...] os operários não somente uma fonte de luz e alegria, mas uma fonte de proveitos pecuniários”.¹⁷⁷ Por outro lado, em seu universo de atribuições e no cumprimento de sua função,

A escola impõe às crianças uma “oposição e ruptura com relação a seu espaço cotidiano de vida, a sua forma habitual de estar, falar, mover-se e atuar”, e como alunos são “submetidos a toda uma ginástica contínua que lhes é estranha: saudar com deferência ao professor, sentar-se corretamente, permanecer em silêncio e imóveis, falar baixo e depois de havê-lo solicitado, levantar-se e sair ordenadamente”. Alunos devem ser transformados em bons trabalhadores, e a “maquinaria escolar” como os autores sintetizam a organização da escola, seria a bigorna sobre a qual o professor depositará estas naturezas de ferro para forjar com paciência e obstinação o futuro exército do trabalho.¹⁷⁸

Enfim, a formação de quem conduziria a missão da educação se esbarrava em seu financiamento. Minas não estava isenta de problemas financeiros nem João Pinheiro ignorava isso. Mas, como o professor da escola pública era tido como essencial ao êxito dos propósitos desse reformador, a solução seria fazer esse professor se conscientizar da

¹⁷⁴ FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. A reforma João Pinheiro e a modernidade pedagógica. In: MINAS GERAIS, 2000, p. 39 — citação do relatório da Secretaria do Interior ao presidente do estado, 1910, p. 15; grifo dos autores.

¹⁷⁵ SECRETARIA DO INTERIOR. Relatório do secretário ao presidente do Estado. 1907, SI 2.829, 4ª seção. In: MINAS GERAIS, 2000, p. 41.

¹⁷⁶ VEIGA, 2000, p. 38; grifo do autor.

¹⁷⁷ SECRETARIA DO INTERIOR. Relatório do secretário ao presidente do estado. 1909, p. 46. In: MINAS GERAIS, 2000, p. 40.

¹⁷⁸ VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. In: MINAS GERAIS, 2000, p. 45.

importância de sua posição social como braço forte da educação do povo. Ora, “A reforma não podia consentir que o professor continuasse a exercer o papel de roda morta na máquina administrativa, indiferente à causa do ensino e preocupado apenas com a sua situação pessoal”.¹⁷⁹

A implantação dos princípios básicos da reforma em 1906 visava, sobretudo, desenvolver a educação popular num aspecto tríplice: físico, intelectual e moral.¹⁸⁰ Nesse caso, a reforma buscou organizar pedagogicamente a escola segundo regras e modelos para os prédios escolares e o fornecimento de mobiliário e material didático; também criou a instrução manual, pois era fundamental a um povo civilizado que a escola primária se detivesse não só na instrução abstrata, mas também na educação física e moral do homem. “Daí o natural desenvolvimento que vão tendo os métodos de programas de ensino, acrescidos da ginástica, exercícios físicos e evoluções militares; dos trabalhos manuais; canto coral; noções elementares de ciências físicas e naturais; de agronomia, etc.”¹⁸¹ Os reformadores não se restringiram ao puramente ideológico e teórico; ao contrário, à instrução-educação, acrescentaram uma meta prática voltada à política de desenvolvimento estatal, em que o verdadeiro intuito das escolas segundo métodos da democracia eram “[...] instrução, educação e *profissão*”.¹⁸²

Isso, porém, pedia uma estrutura administrativa que cumprisse a lei. Assim,

Um sistema rigoroso de inspeção escolar foi estabelecido e denominado como “a alma do ensino”, e o Estado de Minas Gerais foi dividido em quarenta circunscrições, que seriam percorridas pelos inspetores, agentes de confiança do Governo. A tarefa desses inspetores (todos do sexo masculino) seria a de fiscalizar as escolas e orientar os métodos de ensino e o material pedagógico, com vistas a “abrir aos professores uma maior assistência” em suas condições de trabalho.¹⁸³

A reforma continha pilares que merecem atenção. Por causa dos poucos recursos estatais, um dos pilares era a recorrência à iniciativa particular, cujo estímulo era visto como importante para combater a ignorância e o analfabetismo: chagas que levavam a uma

¹⁷⁹ PINHEIRO, João. **Minas Gerais**, órgão oficial do Estado, 16 dez. 1906, p. 1, cl. 2.

¹⁸⁰ MINAS GERAIS. Secretaria da Educação. **Lei 439, de 28 de setembro de 1906**, p. 38.

¹⁸¹ MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Relatório do secretário ao presidente do estado**, 1911, p. 26.

¹⁸² MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Relatório do secretário ao presidente do estado**, 1909, p. 46.

¹⁸³ CHAMON, Magda Lúcia. **Relações de gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830–1930)**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 166; grifo do autor.

condição “[...] de inferioridade vergonhosíssima em face de outros países. O Estado estava diante de uma magna obra de patriotismo”.¹⁸⁴ Isso significava que o ensino primário podia ser “[...] livremente ministrado no Estado por particulares e associações”, os quais se sujeitariam à fiscalização do governo só nos quesitos higiene, moralidade e estatística; também podia continuar a ser “[...] em domicílio particular, por imediata iniciativa das famílias”, com estímulo do Estado, que daria aos docentes uma gratificação para cada aluno aprovado no exame final do curso primário oficial.¹⁸⁵

Outro pilar foi a construção dos grupos escolares segundo o modelo paulista de 1892 sem deixar de lado as escolas isoladas ou agrupadas. Nesse modelo, o grupo escolar condensava a pretendida modernidade pedagógica, e o método intuitivo era central na institucionalização de um sistema de educação pública modelar.¹⁸⁶ Pretendia-se que os grupos escolares se expandissem, se generalizassem e se consolidassem no estado, a começar na capital, como espaços específicos da instrução educacional de crianças; desse modo, a escola isolada se tornava uma exceção condenada a virar regra.¹⁸⁷

Se esse pilar suscita inovação física do espaço onde haveria atividades educacionais, também sugere uma posição eminentemente técnica e duas propostas transformadoras: metodologia e ensino seriado.

Ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob única direção, métodos pedagógicos modernos dados a ver na Escola Modelo anexa à Escola Normal e monumentalidade dos edifícios em que a Instrução Pública se faz signo do Progresso — essa era a fórmula do sucesso republicano em São Paulo. Viagens de estudo a esse Estado e empréstimo de técnicos passam a ser a rotina administrativa na hierarquia das providências com que os responsáveis pela Instrução Pública dos outros Estados (e também do Distrito Federal) tomam iniciativas de remodelação escolar na Primeira República.¹⁸⁸

Nessa afirmação social da escola, os reformistas optaram pela formação docente; mais que isso, a lei 439, de 28/9/1906, que reorganizava o sistema de instrução pública, criou “[...] a Escola Normal da Capital, destinada exclusivamente ao sexo feminino”.¹⁸⁹ Vemos essa preferência pela admissão de professoras para o ensino primário de dois

¹⁸⁴ MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Relatório do secretário ao presidente do estado**, 1909, p. 20.

¹⁸⁵ MINAS GERAIS. Secretaria da Educação. **Decreto 1960, de 16 de dezembro de 1906**, arts. 9, 12 e 13.

¹⁸⁶ CARVALHO, 2000.

¹⁸⁷ MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Relatório do secretário ao presidente do estado**, 1907, p. 33.

¹⁸⁸ CHAMON, 1996.

¹⁸⁹ CHAMON, 1996, p. 166; grifo do autor.

modos: como outro pilar da reforma e como justificativa para abrir à mulher mineira uma carreira digna que lhe proporcionasse o ensejo para ser útil ao país.¹⁹⁰ No pensamento pedagógico dos reformadores, a mulher compreenderia mais a infância, logo a professora estaria apta a educar sem “desviar” o espírito, sem “corromper” o coração e sem “degradar” o caráter. “Acresce que a professora com mais facilidade sujeita-se aos vencimentos com que o Estado pode remunerar o seu professorado.”¹⁹¹ Essa feminização da docência tinha suas razões de ser: uma era afetiva — a docilidade e o caráter da mulher, tidos como essenciais à educação de crianças; outra era de fundo social e moderno — estimular abertura do mercado de trabalho à mulher; a terceira era econômica — o Estado não podia pagar bons salários, mas a mulher podia se submeter a essa condição. Eis a visão sacerdotal do magistério: trabalho feito por abnegação, por “amor” à causa. Eis o mito do sacrifício: dedicação sem pecúnia. Não nos esqueçamos, porém, de que essa mulher que ganhou espaço num trabalho *útil e digno* era de classe social abastada, por isso o salário era secundário.

Por fim, o quarto pilar da reforma seria a ideia de produtividade, que se soma à “[...] frequência mínima, para manutenção de uma escola primária, a qual seria de 20 alunos por turma”.¹⁹² Quando a exigência, estabelecida por lei, não era atendida, o governo fechava a escola — e de fato cerca de 300 foram fechadas. Nesse caso, o gasto se condicionava à produtividade. É claro, essa atitude foi criticada severamente; houve até quem suspeitasse de que o fechamento tivesse motivação política — o governo negava a suspeita.

Embora o povo não tenha aderido à suposição — elitista — de que a escola tinha de mudar para se compatibilizar com a modernidade, isto é, civilizar a população pobre, a reforma de 1906 pretendeu expandir o ensino: fazê-lo chegar a todas as faixas da população, mas sem determinar radicalmente a obrigatoriedade do ensino. Ainda assim, a edição de 14 de março de 1909 do jornal *O progresso*, de Uberabinha, publicou o texto “A obrigatoriedade do ensino”, que cobrava tal atitude do governo:

¹⁹⁰ MINAS GERAIS. Secretaria do interior. **Regulamentando da instrução pública**, p. 167; grifo no original.

¹⁹¹ DIÁRIO OFICIAL DE MINAS GERAIS, 16 dez. 1906, p. 1, cl. 3.

¹⁹² CHAMON, 1996, p. 167.

Três anos após a reforma, em 1909, outro Secretário do Interior, Estevão Leite de Magalhães Pinto,¹⁹³ fez um balanço do que fora conseguido até então, avaliando que podia-se sentir “uma nova vida transpirar das escolas, ontem tristes e sem alento”, mostrando-se ufanista ao comentar o que esperava do novo programa escolar, que deveria “instruir sem fatigar e deleitando”, provocando, assim, “o amor da criança pela escola”.¹⁹⁴

Afora essas questões relativas aos grupos escolares, em meados da década de 1920 já havia uma efervescência ideológica favorável à regulamentação educacional em Minas, mas sua implantação foi obstada pela desintegração gradativa do poder oligárquico, com vários conflitos nos grupos dominantes. Por outro lado, havia uma classe média se expandindo, um operariado crescendo e o êxodo rural começando — e, com este, o excesso na oferta de trabalho. Era preciso redefinir a aliança dos políticos mineiros com outras oligarquias estaduais, sobretudo as de São Paulo, e no interior de Minas. Era o pós-guerra, o Brasil mudava, e a aproximação da modernidade exigia novos instrumentos de convivência social.

Uma vez que a educação foi eleita instrumento para preparar a população, a reforma educacional era premente. Sem demora, em 1924, o governo mineiro de Fernando Mello Vianna começou a publicar seu regulamento do ensino primário, posto em prática a partir de janeiro de 1925 para reformar a instrução pública. Viana fora secretário do Interior no governo de Raul Soares de Moura, que foi eleito para governar de 1922 a 1926, mas morreu em 1924. Seu vice, Olegário Maciel, assumiu e convocou outra eleição, da qual saíra vencedor Mello Vianna, que convidou Sandoval Soares Azevedo para a Secretaria do Interior. Essa reforma se constituiu de quatro decretos, regulamentando três pontos tradicionais nas reformas em Minas: ensino primário — para o qual se previa até programa específico —, ensino normal e o programa a ser implantado nesse curso. A reforma ainda criou a *Revista do ensino*,¹⁹⁵ estabelecendo seus objetivos e sua organização editorial. Na verdade, o regulamento de 1924 executava a lei 800, de 1920.

¹⁹³ Vice de João Pinheiro e eleito em janeiro de 1909, Wenceslau Braz Pereira Gomes assumiu o governo em 3 de abril e indicou Estevão Leite de Magalhães Pinto à Secretaria do Interior.

¹⁹⁴ FARIA FILHO; VAGO, 2002, p. 39; grifo do autor.

¹⁹⁵ A revista foi criada antes, na primeira reforma do ensino mineiro, no fim do século XIX, governo de Afonso Pena, como informa o parágrafo 18 do artigo 27 da lei 41, de 3 de agosto de 1892. Nessa etapa, três edições foram publicadas. O regulamento do ensino primário de 1924 a recriou, conforme o título X, que tratava da questão. Nessa nova fase, o primeiro número, sob o encargo da diretoria da Instrução, foi publicado em 8 de março de 1925.

2.4 Reforma Francisco Campos: a modernidade do mundo urbano industrial

Se no decênio de 1910 a educação popular no Brasil se tornou pauta política e foi posta de lado quando a aristocracia rural assumiu o poder, no decênio seguinte ela reentrou na pauta política, em grande parte por causa da onda de nacionalismo gerada pela Primeira Guerra Mundial: era preciso nacionalizar o país, ameaçado pela infiltração de estrangeiros em razão da guerra; e a criação de uma rede de ensino primário seria uma forma de se alcançar tal objetivo. A campanha pela divulgação da escola elementar apelava ao sentimento nacionalista, pois salientou a necessidade de se recuperar a imagem do Brasil no exterior: país onde havia mais analfabetos no mundo; o analfabetismo era visto então como chaga que impedia o país de pertencer ao grupo de nações cultas e desenvolvidas. Assim, o país tomava consciência da precariedade das instituições escolares — então um dos problemas sociais mais discutidos à época —, e a educação foi vista como única forma de conseguir chegar à democracia.

Se a educação fator-chave do desenvolvimento social, evolução da sociedade, espaço de intercâmbio social, substituta da política, cimento da construção do homem moderno e de uma sociedade orgânica com liberdade, então ela precisava mudar. Nessa lógica, as reformas estaduais do ensino na década de 1920 representaram uma antecipação da transformação do governo quanto a se preocupar com a educação, assim como o delineamento de um sistema em que a importância da educação fundamental resultava do avanço da ordem social burguesa; e aconteceram em vários estados, a exemplo de Minas Gerais.

O governo de Mello Viana terminou em 1926, quando, em 7 de setembro, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, de Barbacena, formado em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo e herdeiro de uma carreira política invejável, assumiu a presidência de Minas Gerais. Como era época de efervescência educacional no país, ele surpreendeu a todos com um programa de governo de cunho liberal que rompe com a rotina e em que se destacam iniciativas na área educacional. Dentre os princípios de seu programa de governo, cabe destacar a melhoria e expansão das oportunidades de ensino, pois a educação tinha função estratégica na implantação de governo: a ela cabia oferecer ao indivíduo condições do exercício da cidadania. Como quer Peixoto, a educação tinha esse destaque,

[...] de um lado, pelas próprias condições sócio-econômicas do País naquele momento. Neste novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, os problemas relacionados às necessidades de formação de mão-de-obra, à divisão social e técnica do trabalho e a aceleração do processo de urbanização tornam necessária a criação de um sistema de educação comum, capaz de entender as novas exigências no que diz respeito a mão-de-obra capaz de incorporar os novos grupos ao projeto das classes dominantes.¹⁹⁶

Das ações de Antônio Carlos na área da educação, destacam-se a “[...] fundação da Universidade de Minas Gerais (Lei n° 956, de 7/9/27); a extensão do ensino primário de médio, mediante a construção de uma rede de novos prédios escolares e a aquisição de modernos aparelhos e materiais pedagógicos”.¹⁹⁷ A criação da universidade — segunda do Brasil — vinha suprir a necessidade secular. No ensino primário e normal, ele fez uma reforma cujas medidas marcaram uma ação mais intensa pelo estado em relação à sociedade civil.

Para ajudar no planejamento e na implantação de seu programa de governo, Antônio Carlos convocou Francisco Luís da Silva Campos, que assumiu o cargo de secretário do Interior e faria a reforma do ensino público mais importante da década.

Advogado e jurista [que] formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, em 1914. Em 1919, iniciou sua carreira política elegendo-se deputado estadual em Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Dois anos depois, chegou à Câmara Federal, reelegendo-se em 1924. Em 1926, com a posse de Antônio Carlos no governo de Minas Gerais, assumiu a secretaria do Interior daquele estado. Utilizando-se de muitos postulados defendidos pelo movimento da Escola Nova, promoveu uma profunda reforma educacional em Minas.¹⁹⁸

As ideias que orientaram a reforma de Francisco Campos representaram uma tomada de posição política e constituiu uma tentativa de responder ao momento histórico vivenciado pela sociedade mineira na década de 1920. Campos era uma das personalidades públicas mais importantes à época, figura exponencial do pensamento educacional tupiniquim e cuja crença era de que, com educação de qualidade, era possível erradicar os males da sociedade civil.

¹⁹⁶ PEIXOTO, 1983, p. 71.

¹⁹⁷ ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro. **Dicionário bibliográfico de Minas Gerais** — período republicano: 1889–1991, p. 34.

¹⁹⁸ FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Francisco Campos**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/francisco_campos>. Acesso em: 28 mar. 2010.

A dupla formada por Antônio Carlos e Francisco Campos propõe então criar

[...] um todo harmonioso, a sociedade democrática. Nesta, o voto secreto constitui expressão máxima da igualdade de direitos e de participação de todos os indivíduos na ordem universal, um símbolo da auto-afirmação individual. Na construção dessa sociedade a educação tem um papel de destaque, uma vez que da escolaridade depende o direito do voto. Além disso, a educação adquire o caráter de instrumento nivelador, capaz de garantir aos indivíduos oportunidades sociais.¹⁹⁹

Para um e outro, educação era instrumento de reconstrução social. A formação de pessoas racionais, capazes de respeitar e que os direitos inalienáveis de cada um fossem respeitados com base na formação escolar faria surgir uma sociedade harmoniosa fundada na igualdade de direitos. Eis a grande função da escola para Campos: transformar as pessoas em seres racionais, ou seja, adaptá-las adequadamente à sociedade em que vivem. A escola de que tratava Campos não era a escola tal como estava implantada no Estado. Para atuar em sua grande missão transformadora do social, a escola tinha de mudar, de modo a abranger não só o ensino primário, mas também o normal, a fim de que este pudesse capacitar o professor segundo os métodos educacionais mais modernos até então.

Em 15 de outubro de 1927, saiu o decreto 7.970,²⁰⁰ que oficializou a reforma do ensino primário, técnico-profissional e normal em Minas Gerais almejada por Campos.

A reforma caracterizava os esforços anteriores em termos educativos como sem sucesso, descrevendo como caótico o quadro educacional brasileiro. A falta de materiais, a inconsistência dos métodos, a inadequação das instalações e a ineficiência do ensino clamada pelos altos índices de analfabetismo (em torno de 80%) eram os argumentos recorrentes de educadores e jornalistas na configuração da escola brasileira.²⁰¹

A reforma se preocupava com o aspecto técnico-pedagógico do sistema escolar, mas seu mentor queria, com ela, chegar a uma sociedade liberal de fato. Isso está patente na parte 6 do decreto, nos artigos 195–6:

¹⁹⁹ PEIXOTO, 1983, p. 80.

²⁰⁰ Com 224 páginas e 586 artigos, divididos em 15 partes, o decreto almejava reconstruir e reformular o ensino em Minas Gerais.

²⁰¹ VIDAL, 2005, p. 33.

Art. 195. A escola primária, sendo destinada não somente à instrução, como também à educação, deve procurar desenvolver nos alumnos o instituto social, oferecendo-lhes oportunidade de exercer os sentimentos de sociabilidade, responsabilidade e cooperação. Parágrafo único. Para este fim deverá os directores e professores concorrer para a organização de associações escolares e promover obras e estudos escolares feitos em comum, pelotões de saúde e higiene e outras formas de actividade social próprias da infância. Art. 196. Além disso, a escola deve manter-se em íntimas relações com o meio social em que funciona, colaborando com as instituições complementares e auxiliares da escola na obra de aperfeiçoamento do meio escolar e social da localidade, para o que procurará interessar na vida da escola e da população local, particularmente as famílias dos alumnos.²⁰²

Com efeito, é possível ver que, ao decreto, subjaziam as bases liberalistas da educação. Retomemos brevemente a noção de liberalismo — e sua influência na educação — a fim de evidenciá-las. O liberalismo tem raízes no humanismo, que começou com a contestação da autoridade das igrejas oficiais na Renascença. Mas os movimentos em geral tidos como liberais surgiram durante o Iluminismo e se opunham à monarquia absoluta, ao mercantilismo e a formas diversas de ortodoxia religiosa e clericalismo. Foram os primeiros a formular os conceitos de direitos individuais e do primado da lei, bem como a ressaltar a importância do autogoverno mediante representantes eleitos pelo voto.

O enfoque na liberdade como direito político essencial das pessoas foi defendido repetidamente ao longo da história. O conceito básico de liberdade é criada da Grécia Antiga. Na Idade Média, as cidades italianas se revoltaram contra os Estados pontifícios papais debaixo da bandeira da liberdade, e, um século e meio depois, o filósofo Nicolau Machiavel fez da defesa das liberdades civis a chave da forma republicana de governar. A resistência holandesa ao opressivo catolicismo espanhol é com frequência apontado como outro exemplo; mesmo com a recusa em conceder liberdade de culto aos católicos, é em geral considerada uma luta predecessora dos valores liberais.

Como ideologia consistente, em que a liberdade não é acessória mas base dos direitos políticos e, mais tarde, do próprio Estado, o liberalismo é uma corrente política que abrange ideologias históricas diversas e presentes que proclama como único objetivo do governo a preservação da liberdade individual. Tipicamente, o liberalismo favorece o direito à discordância dos credos ortodoxos e das autoridades estabelecidas em termos políticos ou religiosos. Nessa lógica, opõe-se ao conservadorismo. O liberalismo rejeita

²⁰² MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Regulamento ensino primário de Minas Gerais** — decreto 7.970 de 15 de outubro de 1927, p. 103.

axiomas fundamentais que dominam vários sistemas anteriores de governos político, tais como direito divino dos reis, hereditariedade e sistema de religião oficial. Seus princípios fundamentais incluem transparência, direitos individuais e civis, em especial o direito à vida, à liberdade, à propriedade, a um governo baseado na liberdade pelo voto, à igualdade da lei e de direitos para todo e qualquer cidadão, que tem o direito de pensar o que quer, exprimir-se e pôr em prática o que pensa da forma como bem quiser — desde que não infrinja diretamente a igual liberdade do outro. O liberalismo parte do princípio de que o homem nasce livre e que o papel da sociedade é proporcionar meios para que ele atue na sociedade com liberdade, mas com consciência.

O ápice das concepções liberais ocorreu no século XVIII, quando houve grandes transformações políticas, sociais, econômicas, educacionais e religiosas; quando houve um processo de laicização e de mais liberdade das classes sociais e das pessoas (liberdade de ação e julgamento); enfim, quando se realizou, pela primeira vez, uma “sociedade moderna” em sentido próprio: “[...] burguesa, dinâmica, estruturada em torno de muitos centros (econômico, políticos, culturais, etc.), cada vez mais participativa e inspirada no princípio e valor da liberdade”.²⁰³

As ideologias do liberalismo se desenvolveram em várias instâncias. Não só na economia, na religião e na consciência dos indivíduos civis, o liberalismo surgiu como ideologia política e se desenvolveu, também, na educação. Ora, como em qualquer época, a escola sempre foi “lócus” da divulgação de ideais, por isso incorporou os ideais liberais e foi espaço de sua propagação.

[...] no século XVI desenvolve-se uma imagem nova da pedagogia moderna: laica, racional, científica, orientada para valores sociais e civis, crítica em relação a tradições, instituições, crenças e práticas educativas empenhada em reformar a sociedade também na vertente educativa, sobretudo a partir da vertente educativa.²⁰⁴

As bases teóricas do liberalismo advieram dos iluministas, que delinearam uma renovação dos fins da educação, dos métodos, depois das instituições. Primeiramente, renovou-se a escola com uma reorganização das bases estatais segundo as finalidades civis, depois se promoveram programas de estudos radicalmente novos e funcionais, para formar o homem moderno: mais livre, mais ativo, mais responsável na sociedade e nutrido do espírito burguês. O

²⁰³ CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: ed. da UNESP, 1999, p. 324.

²⁰⁴ CAMBI, 1999, p. 329.

liberalismo delineou uma forma nova de educação para a sociedade que influenciou a educação nos séculos seguintes. A escola tem um modelo educacional natural e libertário que busca formar o homem socialmente ativo e responsável. Essa educação devia ser desenvolvida pelo Estado, ou seja, ser uma instrução estatal para todos, civil, laica, gratuita e obrigatória.

Outros sujeitos educacionais surgiram. Um é a criança, não mais vista como “miniatura de homem”, e sim como sujeito educacional por excelência, sujeito dos jardins de infância ao lado da escola, pois agora é justamente na idade pré-escolar que se desenvolve o germe da personalidade humana. Outro é a mulher, que começou a se afirmar cada vez mais no centro da cena educacional. Um terceiro exemplo foram pessoas com deficiência física, que começaram a ter seu espaço na educação, isto é, foram postas no centro de uma pedagogia de recuperação que objetivou normalizá-las. Por fim, entrou em jogo na educação a ótica do profissionalismo, que a escola assumiu como tarefa social primária. As bases teóricas liberalistas vieram, também, de filósofos: “[...] de Locke a Diderot, de Condillac a Rousseau, de Genovesi a Kant, de Basedow a Pestalozzi”.²⁰⁵ Esse último nos interessa mais aqui, pois é com base em Pestalozzi²⁰⁶ que Cambi define essa educação para o trabalho e a questão do liberalismo na educação:

Em Pestalozzi podemos colher o vínculo estreitíssimo entre pedagogia e sociedade através da disciplina e do trabalho, mas também a formação do homem vista como exercício da liberdade e da participação na vida coletiva, econômica e social. É na liberdade que Pestalozzi (como depois Fichte e Froebel) indica a função sociopolítica e portanto ideológica da educação: a ação que deve emancipar integrando, tornando o sujeito partícipe e responsável na nova sociedade a caminho, industrial e liberal.²⁰⁷

²⁰⁵ CAMBI, 1999, p. 330.

²⁰⁶ Johann Heinrich Pestalozzi inovou na educação ao lançar as bases da pedagogia moderna quando concebeu um sistema de ensino prático e flexível que procurava estimular as faculdades intelectuais e físicas da criança. Pestalozzi nasceu em Zurique, Suíça, em 12 de janeiro de 1746. Estudou línguas, teologia, direito e história. Em 1769, comprou uma granja em Neuhof para se dedicar à economia rural e, mais tarde, transformou-a numa escola para crianças pobres. Voltado ao ensino elementar, procurou dar às crianças uma formação profissional, ainda que rudimentar, que lhes permitisse ter uma vida independente e produtiva. A comunidade de Neuhof faliu em 1780, mas Pestalozzi deu continuidade ao seu projeto em Stanz, em 1799, onde enfrentou condições extremamente desfavoráveis ao cuidar de crianças desamparadas pela guerra, e em Burgdorf, entre 1800 e 1804. Em 1805, fundou, em Yeverdon, um instituto que recebia crianças de toda a Europa e funcionava como centro de formação de professores. O instituto adquiriu renome internacional e divulgou suas ideias e seu programa revolucionário de ensino durante vinte anos. O currículo básico enfatizava o entendimento oral e atividades coletivas como desenho, escrita, canto, exercícios físicos, modelagem, cartografia e excursões ao ar livre. O método indutivo criado por Pestalozzi estimulava a observação e o raciocínio pela sucessão de etapas de complexidade gradativamente crescente e dava margem à manifestação das peculiaridades individuais. Pestalozzi foi um dos primeiros educadores a mostrar a influência do meio social na educação. Morreu em Brugg, Suíça, em 17 de fevereiro de 1827. GRANDE ENCICLOPÉDIA BARSA. 3. ed. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2004 p. 294, v. 11.

²⁰⁷ CAMBI, 1999, p. 330.

Discípulo de Pestalozzi, o pedagogo Froebel²⁰⁸ defendeu a pedagogia libertadora em torno do amor pela infância. Para ele, o professor tem de assumir um comportamento antiautoritário e preservar a espontaneidade e inocência da criança; os jardins de infância têm de ser um espaço não só de recolhimento dos infantes, mas também de aparelhos para o jogo (que ele vê como atividade séria e que desenvolve o espírito humano), para o trabalho infantil e para atividades grupais, organizados por um educador especializado em orientar atividades. Para Froebel, eles têm de ter canteiros e áreas verdes para estimular atividades variadas na criança.

No século XX, os ideais da pedagogia libertadora foram difundidos pela Escola Nova, cujo movimento propunha acabar com a rigidez do ensino escolar tradicional. Acreditava-se que um ensino mais libertador e humanizado formaria cidadãos mais participativos e engajados, numa internacionalização ainda mais precoce de regras de convivência numa sociedade disciplinada, racionalmente distribuída e democrática. A prática educativa no século XX se voltou a um sujeito humano novo: o homem-indivíduo e homem-massa ao mesmo tempo; impôs novos protagonistas (crianças, mulheres, pessoas com deficiência física), renovou instituições formativas (da família à escola e à fábrica etc.), dando vida a um processo de socialização dessas práticas (com envolvimento do poder público sobretudo) e de articulação e sofisticação. A escola se impôs como instituição-chave da sociedade democrática e se nutriu de um forte ideal libertário.

Na base dessa escola, estavam descobertas da psicologia — a psique infantil difere radicalmente da do adulto — e a emancipação das classes populares — abaixo o papel elitista da escola. Em seu desenvolvimento, o movimento foi acompanhado e

²⁰⁸ Friedrich Wilhelm August Froebel foi adepto das ideias de Pestalozzi, defendeu a liberdade na educação e criou o jardim de infância, instituição adotada no mundo todo. Nasceu em Oberweissbach, Alemanha, em 21 de abril de 1782. Perdeu a mãe aos 9 meses de idade e foi educado pelo pai, pastor protestante. Solitário e introvertido, logo demonstrou grande interesse pela natureza e, aos 15 anos de idade, começou a trabalhar como guarda florestal, enquanto se dedicava ao estudo autodidata de botânica e matemática. Em 1805, tornou-se professor da escola-modelo criada em Frank-Furd por Anton Gruner, que adotava a pedagogia inovadora de Pestalozzi. Ao descobrir sua vocação para o ensino, Froebel viajou para a Suíça e colaborou por dois anos com o próprio Pestalozzi, na cidade de Yeverdon. De volta à Alemanha, estudou nas universidades de Göttingen e Berlin, além de começar a desenvolver suas teorias, cujos elementos fundamentais eram os jogos e as atividades livres. Em 1817, criou em Keilhau sua primeira escola, onde pôs em prática suas ideias. Em 1832, fundou o *Kindergarden* ou jardim de infância; o estabelecimento passou por vários problemas econômicos e acabou sendo fechado pelo governo prussiano. Froebel ainda tentou, sem êxito, continuar seu trabalho em Marienthal, Saxônia, mas morreu em 21 de junho de 1852. GRANDE ENCICLOPÉDIA BARSA, 2004, p. 452, v. 6.

sustentado por um trabalho intenso de teorização com base nos fundamentos filosóficos e científicos da renovação pedagógica. O trabalho das escolas novas formou um projeto de educação ativa cujo movimento vinculava a pedagogia às ciências humanas; também reconhecia a importância da criança no processo educacional, valorizava o “fazer” na aprendizagem infantil (atividades manuais, jogos e trabalhos como atividades educativas centrais, motivando a criança com temas que ela propunha como aprendizagem mais significativa), além de apontar o estudo do ambiente como essencial à aprendizagem, incentivar a socialização através de trabalhos em grupos e discriminar o autoritarismo dos professores, propondo uma educação mais livre e com características de amor materno.

Os mestres teóricos do ativismo devem ser reconhecidos em Dewey e Decroly, em Claparède e Ferrière, além de Maria Montessori. Neste estudo, detemo-nos em Decroly e Montessori, por terem sido citados por Francisco Campos no desenvolvimento de sua reforma.

A obra educacional de Decroly²⁰⁹ se destaca pelo valor que deu às condições de desenvolvimento infantil, ao caráter global da atividade da criança e à função de globalização do ensino. Promove o trabalho em equipe, mas mantém a individualidade do ensino a fim de se preparar o educando para a vida. A ausência de ideais religiosos caracteriza seu modelo pedagógico, por isso seria liberalista. Decroly postulava que a escola, vista como instituição humana mais elevada, tinha de se modificar profundamente. Sua crítica era severa porque a escola não cumpria seus propósitos; e, para ele, o futuro de um povo dependia da organização e influência da escola, a educação não era uma

²⁰⁹ Ovide Decroly foi um dos formuladores da ideia de que era preciso abandonar métodos tradicionais em favor de uma compreensão maior das necessidades da infância. Ele nasceu em Renaix, Bélgica, em 23 de julho de 1871. Doutorou-se em Medicina na universidade de Gand, depois estudou em Berlim e Paris. De volta à Bélgica, especializou-se em neurologia. Dedicou-se ao estudo da infância deficiente e, em 1901, fundou um instituto para a educação de pessoas excepcionais. Em 1907, criou a École d’Ermitage, em Bruxelas, que se tornou famosa como exemplo da “escola nova”. Ali, aplicou ao ensino de crianças normais as conclusões extraídas da educação de excepcionais. Desenvolvidas nos livros *Vers l’école rénovée* (1921; por uma escola renovada) e *Fonction de globalisation* (1923; função da globalização), suas concepções fizeram dele um dos renovadores da teoria educacional ao lado de contemporâneos como a italiana Maria Montessori. Seu ponto de partida era que o pensamento infantil não era analítico, mas sintético, ou melhor, sincrético: percebe os objetos em sua totalidade. Nessa teoria, ele baseia seu método de leitura indeovisual, com a integração da ordem perceptiva visual-verbal. Como desdobramento, Decroly formulou o centro dos interesses, baseados nas quatro necessidades fundamentais que, segundo ele, uma criança manifesta: alimentação, vestuário, proteção e recreação. Outra de suas contribuições básicas foi dar um ambiente de liberdade e espontaneidade à escola, que deve ser escola para a vida pela vida. Ele morreu em 10 de setembro de 1932, em Bruxelas. GRANDE ENCICLOPÉDIA BARSA, 2004, p. 85, v. 5.

preparação para a vida adulta e a criança teria de aproveitar sua juventude e resolver dificuldades compatíveis com seu momento de vida. O pressuposto básico era que a necessidade produz interesse, essencial ao conhecimento, pois está na base de toda atividade, incita a criança a observar, associar e a se expressar.

Ainda na visão de Decroly, as necessidades básicas do homem em sua troca com o meio seriam alimentar-se, defender-se das intempéries, lutar contra perigos e inimigos, trabalhar em sociedade, descansar e se divertir. Desse pressuposto derivou sua proposta de organização escolar. Mais conhecido como centros de interesse, seu método se destinava, em especial, a crianças de classes primárias. Nesses centros, elas passavam por três momentos:

A “observação, que é ponto de partida de todo conhecimento, que deve ser colocada no centro da atividade escolar, cujo lema deve ser “poucas palavras, muitos fatos”, usando-se um material bastante variado que deve ser manipulado e observado diretamente pela criança; a “associação”, que organiza, embora de forma elementar, o ambiente que a criança observou na direção do espaço e do tempo, dando lugar aos conhecimentos fundamentais da geografia e da história; a “expressão”, que pode ser concreta ou abstrata: a primeira refere-se aos trabalhos manuais, à modelagem e ao desenho; a segunda, à linguagem, ou seja, à leitura e à escrita.”²¹⁰

Outra página central na história do ativismo foi escrita pela pedagogia montessoriana,²¹¹ que se vincula à normatização, isto é, à harmonização como interação de forças corporais e espirituais — corpo, inteligência e vontade. O sistema montessoriano está em escolas do mundo todo, e o método objetiva educar a vontade e atenção; nele, a criança tem liberdade de escolher o material a ser usado, além de proporcionar a cooperação. Os princípios fundamentais desse sistema são a atividade, a individualidade e a liberdade; a ênfase nos aspectos biológicos supõe a vida como desenvolvimento, por isso é função da educação

²¹⁰ CAMBI, 1999, p. 528.

²¹¹ Criadora do método de ensino que levou seu nome, Maria Montessori baseou suas concepções pedagógicas na defesa do potencial criativo da criança e no direito de receber uma educação adequada às peculiaridades da personalidade. Ela nasceu em Chiaravalle, próxima a Ancona, Itália, em 31 de agosto de 1870. Primeira mulher a se graduar em medicina (1894) na Itália, logo ingressou como assistente na clínica psiquiátrica da Universidade de Roma, onde começou a se interessar pela educação de crianças portadoras de deficiências mentais. De 1904 a 1908, ocupou a cadeira de antropologia da Universidade de Roma. Em 1907, num bairro pobre de Roma, abriu sua primeira *casa dei bambini* (casa das crianças), onde aplicou, na educação de meninos normais, a metodologia bem-sucedida no trabalho com crianças portadoras de deficiências mentais. O método montessoriano conjuga o desenvolvimento biológico e mental da criança, dando ênfase ao treinamento prévio dos movimentos musculares necessários à realização de tarefas como a escrita. Ela cria uma nova relação entre aluno e professor, em que este orienta aquele, que por si só se corrige. Em 1922, foi nomeada inspetora do governo nas escolas italianas, mas deixou o país em 1934 por discordar do regime fascista. Morreu em Noordwijkaanze, Países baixos, em 6 de maio de 1952. GRANDE ENCICLOPÉDIA BARSA, 2004, p. 146, v. 10.

favorecer esse desenvolvimento. A criança deve desenvolver livremente suas atividades para amadurecer suas capacidades e atingir um comportamento responsável. Mas tal liberdade — diria Maria Montessori — não pode ser confundida com espontaneidade; antes, tem de acontecer sob vigilância atenta e não opressiva do professor. Nessa lógica, a criança na sala de aula era livre para agir sobre os objetos sujeitos à ação dela, mas estes já estavam preestabelecidos, como os conjuntos de jogos e outros materiais que desenvolveu.

A pedagogia de Montessori se insere no movimento das escolas novas, é uma oposição aos métodos tradicionais que não respeitavam necessidades e mecanismos evolutivos do desenvolvimento da criança. Ocupa papel de destaque nesse movimento pelas técnicas que apresentou aos jardins de infância e às primeiras séries do ensino formal. Montessori criou ainda materiais didáticos para seu trabalho educativo, que pressupõem compreender as coisas partindo-se delas mesmas e tendo como função estimular e desenvolver a criança com um impulso interior que se manifesta no trabalho intelectual espontâneo. Montessori tem o mérito de ter conjugado, com esforço teórico e político notável, o momento da necessidade de uma pesquisa científica com a libertação da criança e do homem, associando com originalidade dois elementos em geral distantes na pedagogia.

Dito isso, Francisco Campos sugeriu em sua reforma exatamente o que os liberais/iluministas propunham: reconstruir o aparelhamento do ensino público, o espaço físico e as relações humanas na escola. Por isso, criou associações escolares e favoreceu o espírito associativo infantil, a cooperação e recreação, além de mudar a relação entre aluno e professor — agora o discente teria voz ativa no processo educacional.

A função educacional do Estado e a obrigatoriedade do ensino apareceram na primeira parte do decreto: “Do ensino primário em geral”, nos artigos 1º, 2º e 21:

Art. 1º. O ensino primário ministrado pelo Estado de Minas Gerais será de duas categorias: o fundamental e o complementar, sendo que o último terá caráter técnico-profissional e regulamento à parte. Art. 2º. O ensino fundamental é obrigatório e leigo, e dividi-se em dois graus, correspondendo o primeiro grau às escolas infantis, e o segundo às escolas primárias, cujo curso será de três e quatro anos, respectivamente. [...] Art. 21º. É obrigatória a frequência das escolas de ensino primário para as crianças de ambos os sexos, dos 7 aos 11 anos de idade. Essa obrigação estende-se até os 16 anos, em relação aos indivíduos que, aos 14, não estiverem habilitados nas matérias do curso primário.²¹²

²¹² MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Regulamento ensino primário de Minas Gerais** — decreto 7.970 de 15 de outubro de 1927, p. 25; 31

A laicidade apareceu na parte 15, Art. 580, disposições gerais:

Art. 580. Nos edifícios das escolas públicas e particulares subvencionadas, poderá ser ministrado, fora das horas dos trabalhos escolares, pelo ministro do culto que a isto se propuser, o ensino da religião catholica. Parágrafo único. Esse ensino será facultativo, sem cunho oficial e não será ministrado aos alumnos cujos os paes e responsáveis a ele se opuserem.²¹³

Quanto à educação de pessoas com deficiência física, o decreto 7.970 tinha, na parte 11, um subtítulo inteiro destinado ao ensino delas: “Das escolas especiais para débeis orgânicos e para retardos pedagógicos”. Segundo os artigos 366–83, as escolas com classes especiais para débeis teriam edifícios próprios e aplicação de testes psicológicos, exames médicos e terapêuticos, além de atividades como escrita, cálculo, desenho, jogos e trabalhos manuais. Também seriam nomeados professoras aptos a esse tipo de ensino. Os jardins de infância idealizados e concretizados por Froebel estavam previstos na parte 7 do decreto, nos artigos 233–45. Sobretudo nessa parte relativa ao jardim de infância há vários fundamentos da escola nova, um dos postulados mais influentes na reforma em busca de técnicas pedagógicas melhores e de mais liberdade para alunos e professores.

Como se vê, a reforma Francisco Campos tinha um discurso de tom liberal e modernizante. Foi o movimento pedagógico mais considerável da história do estado, de repercussão no progresso da educação do país todo. Nitidamente, refletiu aspirações de uma fração da classe dominante da época. É fato que os processos de ensino não mudaram radicalmente sua orientação e seu sentido do dia para noite. A transição e acomodação demoraram. Houve dificuldades e tropeços. Mas esse movimento envolveu grupos empenhados em pôr a educação e a escola a serviço de forças emergentes na sociedade, cuja economia agroexportadora caminhava para se tornar urbano-industrial. Tentavam pôr em prática, portanto, o princípio da ideologia liberal de que a escola é direito de todos.

²¹³ MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Regulamento ensino primário de Minas Gerais** — decreto 7.970 de 15 de outubro de 1927, p. 223.

Capítulo 3

AÇÕES EDUCACIONAIS EM UBERABINHA E MAFRA: O LUGAR DO MUNICÍPIO

O município dispõe de uma administração e de órgãos específicos para o fomento da instrução pública. As autoridades do poder local dispõem de uma grande oportunidade para formarem e politizarem os seus cidadãos e as elites local não a desprezaram. A integralização municipal encontra na instrução pública uma nova oportunidade e um factor de construção de identidade.

— JUSTINO MAGALHÃES

Em meados do século XVII, na primeira incursão dos bandeirantes ao interior do Brasil, o explorador Anhanguera rasgou o solo com uma estrada — a Estrada Real, também “estrada Anhanguera” ou “picada de Goiás” — que criou condições para que arraiais e núcleos de povoamento surgissem em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O sucesso dessa expedição, que descobriu pequenos veios auríferos no interior goiano e mato-grossense, estimulou a organização de outras expedições, motivadas ainda pela notícia de que havia ouro às margens do rio Abelha (atual rio Araguari) na região que ficou conhecida como Triângulo Mineiro.

Abertos nos séculos XVII e XVIII, os primeiros núcleos mineiros enfrentaram vários problemas, sobretudo conflitos com araxás e caiapós, tribos indígenas fixadas no Triângulo Mineiro. No fim do século XVIII, após ataques sistemáticos a essas tribos, a região recebeu um número maior de povoadores.²¹⁴ Impelidos pela possibilidade de haver riquezas minerais na região, fluxos migratórios passaram a usar a estrada aberta por Anhanguera e consolidar a região como ponto de passagem obrigatório a quem procurava ouro e pedras preciosas. O povoado de Uberabinha, então, tornou-se ponto convergente de uma área que

²¹⁴ Muitos trabalhos sobre a origem dos primeiros povoadores do Triângulo Mineiro realçam os problemas enfrentados para a demarcação das terras, pois a região está entre os atuais estados de Goiás e São Paulo. Desses trabalhos, o do memorialista Antônio Pereira se destaca.

cobria Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso e logo se inseriu nos planos dos governos provinciais como área de passagem a quem rumava para Goiás e Mato Grosso à procura de ouro e prata.

A decadência da mineração levou a uma rearticulação da economia mineira que incentivou a doação de sesmarias e a diversificação na produção da província das Geraes, a exemplo do cultivo de café na Zona da Mata e no sul do estado, que rearticularam a economia. As demais regiões, inclusive Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, integraram-se à economia resultante da política de sesmaria do governo imperial com base nas atividades-base de agricultura e pecuária. A partir daí, as correntes de povoamento se intensificaram (QUADRO 1).

QUADRO 1
População e comércio no Triângulo Mineiro — 1910

CIDADE	POPULAÇÃO	UNIDADES COMERCIAIS
Araguari	10.633	84
Araxá	34.017	—
Carmo do Paranaíba	25.056	46
Estrela do Sul	18.071	52
Frutal	9.470	28
Monte Alegre de Minas	14.198	34
Monte Carmelo	16.602	57
Patos de Minas	28.477	89
Patrocínio	49.893	63
Sacramento	15.531	93
Uberaba	20.818	168
Uberabinha	11.853	77

Fonte²¹⁵

3.1 Panorama histórico-educacional de Uberabinha

No primeiro quartel do século XIX, surgiram os primeiros arraiais do Sertão da Farinha Podre. À época havia alguns povoados, tais como Aldeia de Santana do Rio das Velhas, Desemboque, Prata, Sacramento, Uberaba e outros.

Em geral, a aglomeração humana ocorria ao redor de templos ou capelas, que garantiam auxílio mais próximo e serviços institucionais como registro de nascimento, batismo, casamento, obituário etc. Feito o reconhecimento das categorias eclesiásticas para uma construção — capela, paróquia e matriz —, seguia-se o reconhecimento civil do povoamento. Noutros termos, a construção de uma capela sinalizava o povoado, a paróquia

²¹⁵ PEREIRA, Antônio. **As histórias de Uberlândia**. Uberlândia: Correio, 2001, p. 60.

designava o arraial, e a matriz identificava a freguesia. A construção da capela implicava adensamento de população e garantia de atenção do poder administrativo. Todavia, mesmo com reconhecimento administrativo, os primeiros núcleos “urbanos” padeciam do descaso das autoridades, da ausência de infraestrutura e da despreocupação com a configuração do espaço: predominava a tradição em torno da Igreja.

Uberabinha não fugiu à regra. Surgido no fim do século XIX, às margens do córrego São Pedro, o povoado tinha vínculos fortes com a igreja. Com a vinda de famílias, sobretudo, de outras regiões mineiras e de outros estados, ganhou novo impulso. Segundo Jerônimo Arantes, o povoamento ocorreu de forma desordenada: as casas não tinham alinhamento e tendiam mais para os lados dos córregos. “As melhores construções ficavam no largo da igreja. Servia de cemitério do arraial uma faixa de terra cercada ao redor da capela. Sepultavam-se aí os mortos e também no recinto da capela.”²¹⁶ Essa forma de ocupação e construção deu ao local uma aparência algo tosca. Não havia planejamento; as ruas eram estreitas — o único referencial consistia em margear a igreja, pois em torno dela havia não só práticas religiosas, mas também atividades comerciais, de lazer e sociabilidade.

O povoado chegou à categoria de arraial em 1852, ano de construção da capela e quando sua sede administrativa eclesiástica era em Uberaba. Em 1857, foi elevado à condição de freguesia, com a demarcação do patrimônio. Em 1863, ganhou a primeira agência postal. Representada pelos seus dirigentes, a população de Uberabinha elaborou um projeto — na verdade, um manifesto descritivo — e o enviou ao governo da Província, para elevar a freguesia à categoria de vila. O manifesto tentava convencer os interlocutores do desenvolvimento do povoado em um tom algo ufanista, dado o detalhamento do que este possuía. Mas não se refere a atividades do campo; é como se a cidade não tivesse relações com o rural, visto como algo oposto, indigno de menção. Na descrição, lê-se que:

A população consta de vinte mil almas mais ou menos. Contém 60 engenhos de serra, 9 olarias de telhas, 6 oficinas de ferreiro, 14 oficinas de sapateiro, 600 carros arriados em trabalho, 200 prédios, um cemitério obra de pedra aperfeiçoando uma matriz importante, contendo os paramentos; uma Igreja do Rosário em construção, 2 aulas de sexo masculino e feminino, 8 aulas particulares, 10 capitalistas, 9 negociantes de fazendas, 12 negociantes de gêneros do paiz, 1 fonte de águas sulfurosas já acreditadas, 1 hotel bem montado, pedras de diversas qualidades e muitas madeiras de lei.²¹⁷

²¹⁶ ARANTES, Jerônimo. **Corografia do município de Uberlândia**. Uberlândia: Pavan, 1938, p. 18.

²¹⁷ ARANTES, 1938, p. 20-1.

Graças ao crescimento desse primeiro núcleo “urbano”, a lei 51 elevou a então já freguesia à condição de vila em 1888, ano de abolição da escravatura. A condição de vila supunha ocupação anterior do território, existência de outros arraiais na área assistida pela matriz a fim de comprovar que não se tratava de lugar isolado, delimitação de fronteiras, designação da sede do município e determinação de logradouros públicos como cadeia, Câmara e fórum. Em 31 de agosto de 1888, o decreto 4.643 emancipou a vila para município graças, em especial, a sua economia, movida por

[...] 70 engenhos de cana-de-açúcar; 7 engenhos de serra; 9 olarias; 6 oficinas de ferreiro; 14 oficinas de sapateiro; 600 carro-de-bois; 200 prédios; 2 escolas públicas e 2 particulares, para ambos os sexos; 10 capitalistas; 9 negociantes de fazenda; 12 negociantes de secos e molhados; 1 hotel; 80 eleitores e 20 mil cabeças de gado.²¹⁸

Em 7 de março de 1892, foi criada a Câmara Municipal de Uberabinha. Em 24 de maio de 1892, a lei 23 elevou à categoria de cidade todas as vilas-sede de comarca da província, consolidando a aspiração de Uberabinha de se tornar uma cidade sempre em busca do progresso e da modernidade. Todavia, a legitimação como cidade obedecia mais a razões geopolíticas, e menos ao crescimento e desenvolvimento urbanos. O presidente da Câmara abriu a primeira sessão ordinária em 1895, com um discurso enfático sobre a necessidade de se criar um espírito de progresso. Clamando por melhorias, disse que Uberabinha não ficaria esquecida como à época da monarquia:

Não tenho conhecimento dos diversos anos administrativos especialmente do de instrução pública e economia financeira — base primordial do progresso e engrandecimento de todas as nações, mas confiante nos espíritos esclarecidos e lúcidas inteligências de meus nobilíssimos colegas espero vencer todos os obstáculos para elevar este futuro município à altura de que é credor pela sua posição topográfica, clima ubérrimo e salutar que possui. Boa vontade não me falta e escudado pela coadjuvação de meus colegas espero fazer uma administração justiceira e econômica, econômica, principalmente, por se achar o nosso município com o seu cofre exausto de dinheiro digo exausto não porque o seu dinheiro tenha sido esbanjado pela administração que ora finda, mas sim por ser este município muito novo e ter sido por longo tempo esquecido. Aqueles que delle deviam curar pertencendo, no tempo da monarchia e mesmo no começo do actual regimes, a outras municipalidades que aqui mandavam cobrar os impostos, ficando dest’arte, os habitantes convictos de que o código de posturas municipaes, era mera formalidade, e que deixando de contribuir voluntariamente com as quotas em que são collectados, não poderiam ser a isso compellidos. A administração passada usando de muita prudência na arrecadação conferia um dever cívico para com um município novo, mas nós temos necessidades palpitantes a remediar urge pois que a

²¹⁸ TEIXEIRA, 1970, p. 37–8, v. II.

digníssima Agente Executivo empregou energicamente os meios para a arrecadação dos impostos a fim de pôr-mo-nos em condições de com a máxima economia dar andamento aos melhoramentos de que tanto precisa o nosso município. Republicano por natureza saberei respeitar a opinião de todos, com tanto que estejam ellas compreendidas dentro da vastíssima órbita do direito e da justiça: pouco ou nada, por mim adiantarei, attento ao acanhamento da minha intelligencia, como já disse, em matéria de finanças e administração, mas sob egyde do prestígio e lucidez dos companheiros que me cercundão e na força da vontade, único elemento de que disponho, espero ver realizada a nobre e bem merecida aspiração do futuro município de Uberabinha a que tenho a honra de representar actualmente.²¹⁹

O desejo dos legisladores municipais era promover o crescimento da cidade e fazer dela referência no Triângulo Mineiro. Para isso, era preciso abraçar os ideais das sociedades tidas como civilizadas, ou seja, portadoras de civilidade, ordem, progresso e educação. O discurso do presidente da Câmara Municipal revela que a monarquia foi péssima para Uberabinha, pois a cidade ficou parada no tempo e no espaço; e o município não podia parar de crescer e se modernizar, mesmo que houvesse casas de taipa, carros de bois rangendo tristemente, um rego d'água cortando a cidade e poucas pessoas caminhando pelas ruas cheias de buracos. Para demonstrar que esse crescimento era palpável, o argumento era a saúde financeira do município, como deixa entrever parte do relatório de prestação de contas da Câmara Municipal em 1908,

Apraz-nos registrar nestas linhas, o bom andamento que tiveram os negócios municipaes durante o anno findo. Vimos, com prazer, que esse abençoado torrão se desenvolve sobre o influxo da honrada administração que actualmente dirige os nossos destinos, que esta cidade e município vão se encaminhando, a passos gigantescos, para uma era francamente próspera, para um porvir brilhantíssimo. Notamos, como extraordinário júbilo que as rendas municipaes sem serem creados novos impostos, tem augmentado sensivelmente n'estes últimos anos, tendo mesmo algumas verbas ultrapassado, em 1908, a previsão orçamentária. Por outro lado, uma grande saptisfação nos invade a alma, pois apezar da actual administração ter, em um só anno executado mais serviços que todas as outras câmaras, ainda conseguiu encerrar o exercício com um saldo de mais de desesseis contos de réis. Este facto demonstra claramente o magnífico (p. 21f) estado financeiro do município, toma maior vulto ainda considerando-se que a actual câmara só deve o empréstimo contrahido para os serviços públicos e que, absolutamente, não pesa no exercício financeiro. A associação feita durante o anno, como se verão pelo relativo que esta acompanha, alcançou a importante somma de 66\$766\$692, tendo a despeza durante o mesmo período de tempo, sido de R\$ 50.270.960 contos, relator Rodrigues da Cunha.²²⁰

²¹⁹ UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da 1ª sessão** — 2 de janeiro de 1895, livro 2, p. 3.

²²⁰ SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta de sessão ordinária**, realizada em 2 de janeiro de 1909, livro 9, p. 7.

Os legisladores da Câmara agradeciam a boa saúde financeira e viam o progresso em todas as ramificações da atividade humana. O observador devia ter um olhar atento, projetando a esperança e vendo cada item observado como uma semente a germinar, pois as limitações eram consideráveis. A metáfora da semente reverberava na imprensa escrita, que via a natureza como provedora das condições que permitiriam a cidade ser — num futuro próximo — centro de indústria e comércio. Mas a ela estava reservado o papel só de provisão, pois a vida urbana estava instituída e seria o suporte para algo mais nobre, o abrigo para uma jóia em lapidação.

De facto, dotada de excellentes elementos naturaes, contando em seu seio homens emprehendedores e activos... gozando de clima sadio e de uma série de melhoramentos que a collocou em primeira linha entre as demais cidades mineiras [...] ²²¹ é à nossa Terra, fadada por Deus a esse grande fucturo, abrir-se-ão novos horizontes. ²²²

O contentamento pelo crescimento alcançado atestava a profecia do progresso. E a imprensa veiculava a intensidade do debate sobre o progresso: a cidade era maravilhosa e o povo, ordeiro, trabalhador, pacífico, de boa índole:

Lancemos um olhar despretençioso sobre a vida activa e laboriosa desta ordeira e pacata cidade: O que vimos? O progresso em todas as ramificações da actividade humana manifestar se em toda a sua iniciativa, sempre com tendências, com instintos, com perspectiva as mais risonhas e esperançosas para esta rica e florescente zona... Façamos um retrospecto, do movimento econômico, financeiro e commercial desta cidade mineira, equiparando a monotonia, a inacção de ha 3 anos atrás com a vida activa, como progresso da sua lavoura, das suas indústrias e do seu commercio, verdadeiro orgulho desta zona; pela honestidade de seus habitantes, do critério, seriedade desta classe commercial, que faz jus ao conceito e consideração do público. Uberabinhenses! Nós, como filho intruso desta terra, não obstante, alimentamos e nutrimos amor por ella...! Desejamos o seu progresso. O seu engrandecimento; nella, nasceram e crescem do nosso Ser, e que são o verdadeiro estímulo do nosso trabalho, do nosso amor e da nossa dedicação em prol do bem estar commum desta terra. Trabalhemos cada um deper si, para o engrandecimento desta cidade, tão ingratamente esquecida pelos poderes públicos! Chamemos para o nosso meio, tudo quanto possa ser útil e proveitoso e, vamos com a nossa palavra, com a nossa colaboração digna e desenteressada, trabalhar com afinco para o progresso desta terra cumprindo assim um dever cívico social e patriótico que redundará em nosso proveitoso e bem estar commum de todos os seus habitantes. ²²³

²²¹ SURTO industrial. **A tribuna**, Uberabinha, 29 fev. 1920, n. 25.

²²² O PROGRESSO, Uberabinha, 1907, p. 1.

²²³ UBERABINHA, cidade maravilhosa. **O progresso**, Uberabinha, 1907, p. 1.

Ao crescimento vertiginoso da população — de 5 mil habitantes em 1870, passou a quase 12 mil no começo do século XX —, correspondia a ascendência econômica — em 1890, havia 77 unidades comerciais, que punham Uberabinha em décimo lugar entre as 12 cidades do Triângulo Mineiro; “A partir de 1900, [quando] Triângulo começou a produzir lavouras abundantes de arroz, milho, feijão, bem como produtos mais especializados”,²²⁴ veio um *boom* econômico. Uberabinha não era acanhada: desde pequenina, suas intenções eram de grandeza; era preciso ser um centro urbano, uma das mais belas cidades mineiras. Aos poucos, o povoado redundou na cidade de Uberlândia,²²⁵ que saíria do obscurantismo para se tornar “grandiosa”. Esse sempre foi o ideal almejado por seus habitantes, notadamente de grupos sociais dominantes preocupados em investir na cidade para atrair investidores e torná-la próspera, moderna, bela.

Um dos marcos do progresso foi a chegada da estrada de ferro, em 1895, graças à companhia Mogiana, que lidava ainda com navegação. Detentora de concessões para trafegar por São Paulo, com extensões na região do Triângulo Mineiro, a companhia pretendia estender suas linhas até a província de Goiás com um traçado que passaria em Uberaba. Uberabinha, porém, não interessava à companhia, pois era fim de linha, distava dos grandes centros comerciais. Inconformados, os uberabinhenses se viram obrigados a negociar: apontar os dividendos políticos e financeiros que a companhia teria, demonstrar os atributos da cidade — em especial os políticos — como prova de que merecia ter ligação com São Paulo, pois dela adviriam vantagens econômicas. A negociação era justificável: o progresso viria nos trilhos, grande responsável pelo crescimento rápido do município. A ligação com São Paulo fez de Uberabinha ponto de convergência desse estado com Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais.

À estrada de ferro se juntava a estrada de rodagem como estímulo ao progresso do município. Em geral, a região do Triângulo Mineiro começou a se desenvolver mais com a chegada das estradas, que aos poucos ligariam as cidades mineiras. “Quase todas as primeiras estradas foram construídas pelos governos municipais e iniciativa privada, como no Triângulo. [Além disso] Essas estradas intermunicipais também davam melhor acesso às

²²⁴ WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na federação brasileira 1889/1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 45.

²²⁵ Em 8/12/1929, o semanário *A tribuna* noticiou “[...] com grande satisfação” o novo nome do município, que entrou “[...] em vigor, no dia 02 do corrente mez, — Uberlândia, novo e lindo nome com que o Congresso do Estado, este anno, classificou a nossa estimada e querida cidade mineira, hontem se chamou, Uberabinha...”. *A TRIBUNA*, Uberabinha, 8 dez. 1929, p. 3.

estações de estrada de ferro”.²²⁶ Enquanto a ponte Afonso Pena, de 1909, era o elo com sul de Goiás, a Rede Mineira de Auto-Viação Intermunicipal, de 1912 (propriedade de Fernando Vilela), ligava Uberabinha com outros municípios mineiros e cidades paulistas. A malha viária se desenvolveria a ponto de dar a esse município o monopólio do movimento agropecuário e comercial nessas regiões, reforçando sua proeminência comercial. A circulação de mercadorias ocorria assim: produtos manufaturados vindos de São Paulo e do Rio de Janeiro eram levados, de início, em carros de bois, depois em caminhões, que chegavam aos rincões goianos e mato-grossenses. A produção agropecuária goiana e de regiões próximas a Uberabinha era destinada aos mercados paulista e fluminense.

Esse movimento fez da cidade o centro de uma rede de linhas de automóvel que liga “[...] regiões fertilíssimas do Triângulo Mineiro e do sudoeste goiano à estrada Mogiana que é grande escoadouro de seus productos. A sua posição geographica que lhe dá um prestígio de empório collosal é o penhor do contínuo desenvolvimento”.²²⁷ No dizer de Singer, era

A integração da economia mineira no grande mercado urbano formado pelo eixo Rio–São Paulo [que] acarretou o desenvolvimento de certas zonas que até então tinham estado parcialmente excluídas da economia de mercado. Isto aconteceu, sobretudo no sudoeste do então Triângulo e Alto Paranaíba cuja economia se ligou ao mercado de São Paulo.²²⁸

Wirth reitera essa ideia ao afirmar que:

O Triângulo e grande parte do Sul pareciam pertencer naturalmente ao mercado paulista com o qual estavam ligados através de boa estrada e comunicação por via férrea. Os guias comerciais de São Paulo incluíram os municípios do Triângulo, no final com letra miúda.²²⁹

Essas afirmações foram constatadas no jornal local *A tribuna*: “O Triângulo é uma continuação do Estado de São Paulo e é com ele que operamos comercialmente”.²³⁰ De fato, a historiografia local atribui esse sucesso à localização geográfica do município. Com efeito, Uberabinha começou a tomar vida a partir de 1912, quando chegou a estrada que a ligou às demais cidades do Triângulo, com o sul de Goiás e com Mato Grosso, sobretudo a

²²⁶ WIRTH, 1982, p. 107.

²²⁷ IMPRESSÕES de Uberabinha. *A tribuna*, 20 mar. 1921, n. 80.

²²⁸ SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 232.

²²⁹ WIRTH, 1982, p. 77.

²³⁰ O MOMENTO econômico e financeiro. *A tribuna*, 15 set. 1929, n. 462.

partir do decênio de 1920. Até então, conforme dados dos fins do século XIX e do início do XX (QUADROS 2 e 3), o comércio da cidade era inferior ao de algumas cidades da região e sua infraestrutura urbana, incipiente.

Os quadros mostram que a produção local não indica, necessariamente, progresso. Ainda assim, comparada com demais cidades da região, Uberabinha revela movimentação considerável. Mas destacar como cidade progressista exigia tanto mais empreendimentos que a fizessem crescer quanto convencer a população da ideia de progresso, para que esta a pusesse em prática. Ora, ainda faltavam luz elétrica, esgotos, um sistema de tratamento de água potável, calçamento nas ruas (para evitar o excesso de poeira na seca e de lama na chuva), mais escolas, custo de vida mais baixo (alimentação e aluguéis). A chegada real do progresso pressupunha resolver esses problemas.

QUADRO 2
 Dados estatísticos sobre o comércio no Triângulo Mineiro (1904–5)

MUNICÍPIO	N. ESTABELECIMENTOS	VENDAS ANUAIS
Araguari	23	1.260:000\$000
Araxá	50	500:000\$000
Monte Alegre	28	326:500\$000
Monte Carmelo	36	443:000\$000
Patrocínio	63	389:000\$000
Sacramento	87	1.304:000\$000
Uberaba	88	5.198:000\$000
Uberabinha	11	672:000\$000

Fonte²³¹:

QUADRO 3
 Infraestrutura urbana de cidades do Triângulo Mineiro — 1920

MUNICÍPIO	POPUL.	POPUL.	FOCO DE	CASAS	CASAS ABAST.	APARELHOS	AG.	ARRECADAÇÃO
		SEDE	ILUM. PÚB.	ILUM.	COM ÁGUA	TELEFÔNICOS	BANCÁRIA	(EM CONTOS)
Araguari	27.729	8.700	450	870	ND*	540	1	428:263
Araxá	46.866	3.690	370	371	574	168	ND	360:847
Ituiutaba	20.772	1.992	300	160	143	1	ND	195:684
Mte. Alegre	10.987	2.790	ND	ND	132	24	ND	116:654
Mte. Carmelo	24.768	1.152	200	120	97	ND	ND	119:929
Patrocínio	44.067	3.150	282	150	N.D	39	ND	291:418
Sacramento	34.889	3.054	295	285	146	45	1	293:224
Uberaba	59.807	19.338	440	1.830	487	473	2	2.429:519
Uberlândia	22.956	6.912	202	189	N.D	90	ND	204:561

Fonte²³²

²³¹ DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do progresso em tons altissonantes** — Uberlândia (1900–1950). Uberlândia, 2001, p. 77.

²³² DANTAS, 2001, p. 77.

A energia elétrica chegou em 1909 e ajudou a alavancar ainda mais o progresso. Mas a cidade arrecadava²³³ pouco com taxa de iluminação pública. Comparativamente, em 1913, a Câmara arrecadava 2:500\$000 contos de réis com energia e 14:000\$000 contos de réis com a distribuição água, cujo abastecimento era recente nesse período (GRAF. 1). A vinda da rede de energia elétrica impulsionou a comunicação telefônica, pois até então a cidade dispunha do Telégrafo Nacional, cuja rede chegou em 1889. Em 1910, o presidente da Câmara Municipal assinou contrato com Carmino Coelha para exploração de serviços telefônicos, que puseram o município em contato com as principais transformações nacionais e internacionais, além de fomentar cada vez mais a vinda de imigrantes de vários estados.

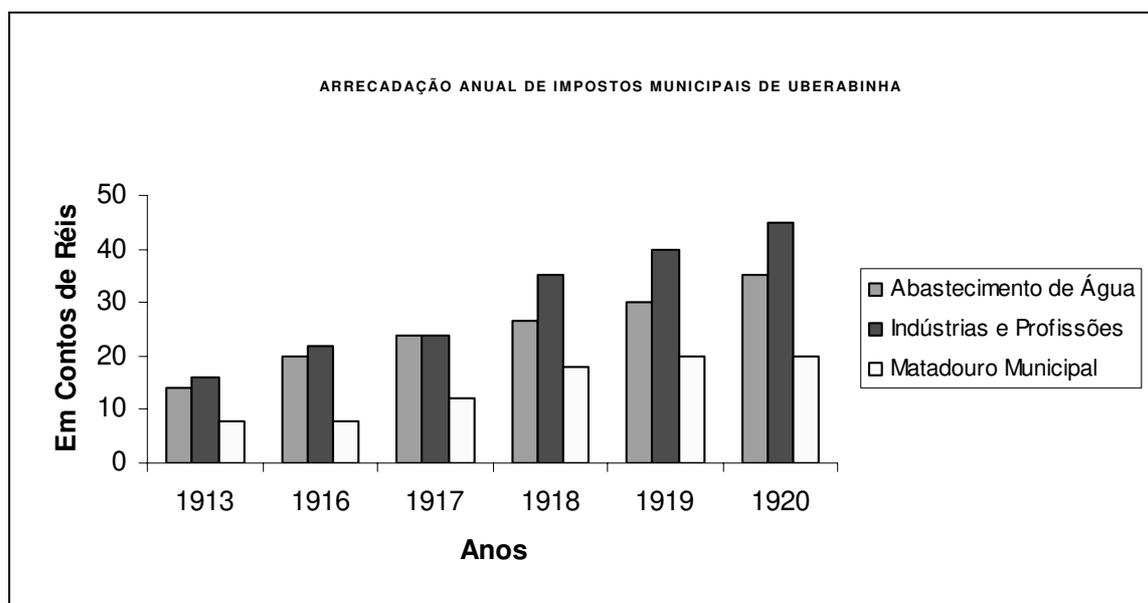


GRÁFICO 1 – Impostos municipais de Uberabinha arrecadados de abastecimento de água, de indústrias e profissões e matadouro municipal

Fonte²³⁴

²³³ UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 6 de novembro de 1913**, p. 14/verso

²³⁴ GUILHERME, Willian Douglas. **O progresso e a cidade de Uberabinha–MG: evidências oficiais – 1888 a 1922**. 2007. Monografia (Graduação em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, p. 49. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/2677801/O-IDEAL-DE-PROGRESSO-E-A-CIDADE-DE-UBERABINHAMG-EVIDENCIAS-OFICIAIS-1888-A-1922>>. P. 49.



FIGURA 6 – Vista parcial de Uberabinha, com expansão no sentido norte (Cidade nova), década de 1920; algumas edificações dão à cidade ares de modernização e desenvolvimento, pois expressam características arquitetônicas distintas das concepções neoclássicas predominantes no país na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do XX.

Fonte²³⁵

Também em 1910, graças a um empréstimo de mais de 120 contos de réis aos cofres do estado, o então agente executivo major Alexandre Marquez inaugurou o que seria o primeiro “[...] serviço de abastecimento d’água da cidade, importantíssimo melhoramento que iniciará o desenvolvimento progressivo dessa futura localidade”.²³⁶ Todavia, o serviço de canalização supria a necessidade só da região central da cidade.

Logo, era necessário ampliar o abastecimento. Nesse sentido, o vereador João Severiano Rodrigues propôs mais investimentos no setor, pois eram urgentes as melhorias. “Em breve prazo, os defeitos do serviço se faziam sentir e a Cidade começou a sofrer horrivelmente com a falta de água.”²³⁷ Essa luta por abastecimento de água potável se estendeu até 1922 e é visível nas arrecadações da Câmara Municipal, como mostra o Gráfico 1.

Necessária para que a cidade ficasse “limpa”, a rede de esgoto se tornou realidade em 1920, embora fosse debatida na Câmara desde 1912. Para o município, investir “Uma

²³⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Documentação e Pesquisa em História/CDHIS, 2008.

²³⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 12 nov. 1910 apud DOUGLAS, 2007, p. 49

²³⁷ INVESTIMENTOS no abastecimento de água. **Jornal Paranayba**, 24 set. 1914, ano 1, n. 2

verba de 25:000\$000 por anno bastaria para ir prudentemente attendendo as exigências da hygiene da cidade. Em cada anno, uma linha seria construída e ligada e daria a renda sufficiente para o custeio do serviço”.²³⁸ Também era preciso cuidar das águas “[...] e sua área de proteção a fim de verificar a causa presumida da poluição das águas e indicar os remédios de proteção ou correrão os vícios de insalubridade”, o que coube a “[...] uma commissao da Câmara guiada pelo seu engenheiro municipal [que faria] o exame detalhado do manancial” a mando do Poder Executivo local.²³⁹

Se é válida a premissa de que Uberabinha deve muito de seu progresso a três padrinhos — companhia Mogiana, ponte Afonso Pena e a Companhia Mineira de Auto-Viação Intermunicipal —, também o é a de que suas três madrinhas foram a política, a imprensa e a polícia. Responsáveis por garantir o que veio dos padrinhos, encarnavam as faces do poder no município. A política se expressava nas autoridades governamentais e associações patronais, a maioria composta de empresários, comerciantes e fazendeiros detentores do controle político e financeiro do município — eram as famílias dos primeiros entrantes ou dos que se assentaram nas terras do município. Representada pela delegacia, pela cavalaria e pela unidade do Exército, a polícia garantia a ordem. Enfim, a imprensa veiculava a ideologia da ordem e do progresso.

Em 1920, a população (cf. TAB. 3 e FIG. 7) somava quase 24,5 mil habitantes,²⁴⁰ dos quais em torno de 14 mil eram analfabetos. Logo, o número de alfabetizados na população estava próximo de 42,37%, conforme dados publicados pelo jornal *A tribuna*,

Uberabinha possuía em 1920 inclusive de Santa Maria 4390 em edade escolar de 7 a 14 anos, 1228 das quaes estudavam, 3505 que não estudavam. O número de analfabetos era de 14.073, 1959 das quaes cabiam ao distrito de Santa Maria. Nesta época a nossa população orçava por 24.420 habitantes dos quais 14.195 do sexo masculino, 1060 estrangeiros. A nossa produção bovina sem a taxa de deficiência orçava por 54.984, cabendo a Santa Maria uma contribuição econômica de 14.812 cabeças.²⁴¹

²³⁸ UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 17 de maio de 1920**, p. 30/frente.

²³⁹ UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 26 de abril de 1922**, p. 111/verso.

²⁴⁰ CENSO de 1920. **A Tribuna**, Uberabinha, 22 set. 1925, ano VIII, n. 305, p. 1. Em Brandão, têm-se 27.956 habitantes — cf. BRANDÃO apud SOARES, 1995, p. 67. O censo de 1920 aponta 22.956. Optamos pelo dado veiculado na imprensa escrita, por estar próximo à média dos três valores apresentados: 25 mil habitantes, incluindo dados da população alfabetizada.

²⁴¹ UBERABINHA. **A tribuna**, Uberabinha, 22 set. 1925, ano VIII, n. 305, p. 1.

TABELA 3
 Quadro comparativo do percentual de analfabetos e da população de 7 a 14 anos de Uberabinha, de Minas Gerais [cf. FIG. 6] e do Brasil — 1920

DESCRIÇÃO	UBERABINHA		MINAS GERAIS		BRASIL	
População total	24.420*	%	5.888.174**	%	30.635.605**	%
População de analfabetos	14.073*	57,62	4.671.533**	79,33	23.142.248**	75,54
População total 7 a 14 anos	4.390*	%	1.318.365**	%	6.582.917**	%
População de analfabetos 7 a 14 anos	3.505*	79,84	1.112.073**	84,35	5.282.886**	80,25

Fonte²⁴²

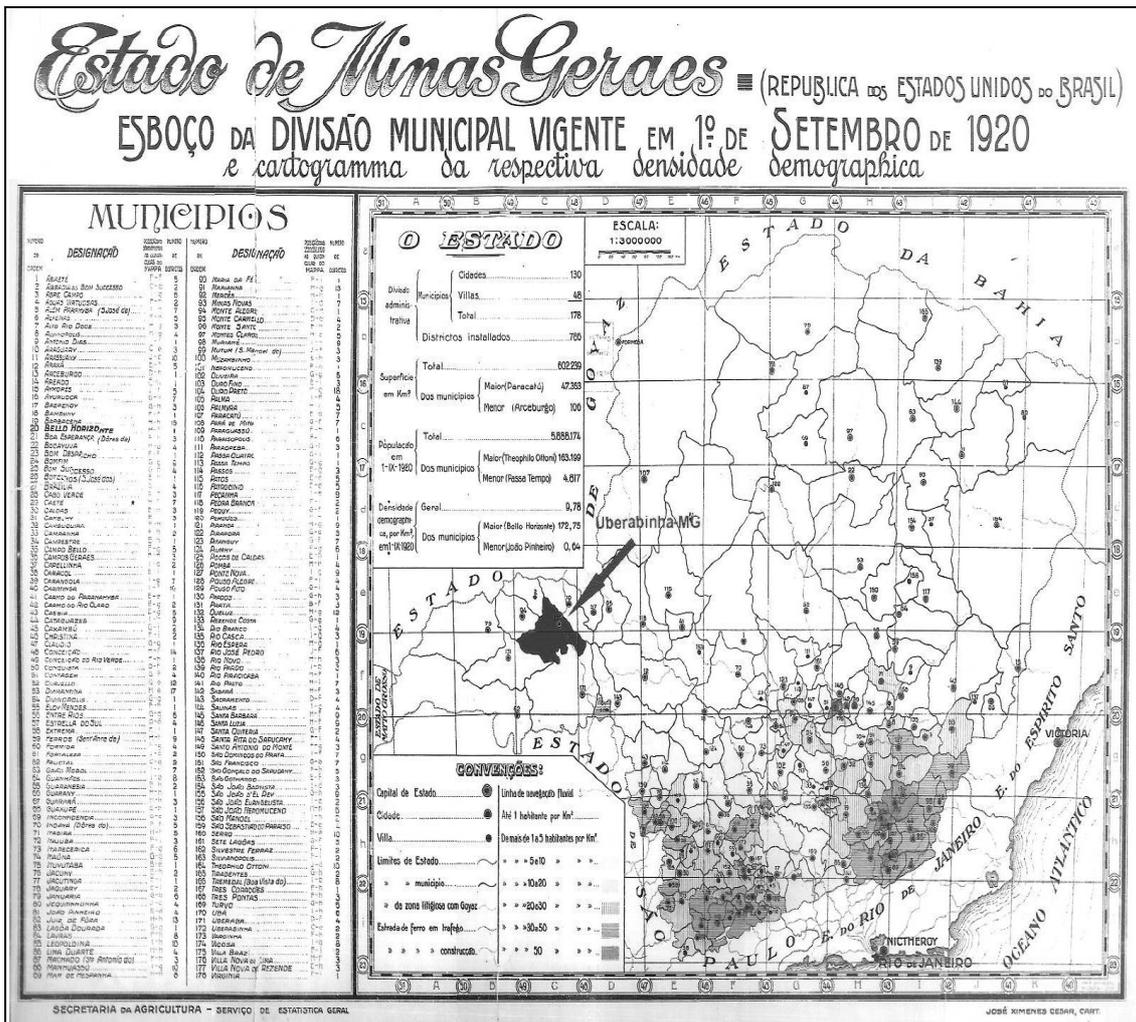


FIGURA 7 – Divisão municipal de Minas Gerais com densidade demográfica no começo da década de 1920
 Fonte²⁴³

²⁴² A TRIBUNA, Uberabinha, 22 fev. 1925, p. 1*; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE, 1941, p. 590. **

²⁴³ ESTADO DE MINAS GERAES. Belo Horizonte, 1º set. 1920, p. 3.

Os números obtidos no recenseamento de 1920 no Brasil e em Minas²⁴⁴ apresentavam, respectivamente, 75% e 79,3% de analfabetos. Comparado com os números da população de crianças analfabetas com idade entre 7 e 14 anos do país e de Minas Gerais (respectivamente, 80,2 % e 84,3%), o número de analfabetos da população de Uberabinha na faixa etária 7–14 anos (3.505, de um total de 4.390 crianças, ou seja, 79,84%) mostra que a cidade tinha um percentual menor de analfabetos do que o estado e o país. Se esses dados revelam que havia uma massa de analfabetos no país e uma minoria apta a ler e escrever — dentre estes, os tidos como alfabetizados, quiçá alguns com habilidades mínimas de leitura e escrita —, Uberabinha apresentava um maior número de alfabetizados em comparação às médias estadual e nacional.

Talvez por isso os estabelecimentos educacionais privados criados no início do século passado pela iniciativa particular de professores — como o Colégio Bandeira, de Eduardo Martins Marquez, da primeira década do século passado — ou de um grupo de professores se avolumaram na década de 1920 em todo o município, com mais expressão na chamada zona urbana. Eis algumas dessas escolas: o Collégio Amor às Letras, do professor Jerônimo Arantes; Colégio São José, do professor José Avelino; Colégio Bandeira, do senhor Eduardo Martins Marquez; Escola Ruy Barbosa, da professora Juvenília Ferreira dos Santos; Colégio Santa Rita de Cássia, da professora Clélia Alvim; Externato Spenser, da professora Iolanda Paes; Gymnásio de Uberabinha,²⁴⁵

²⁴⁴ Conforme estudos de Paulo Krüger Corrêa Mourão sobre o ensino em Minas na Primeira República, pela lei 439, de 28 de setembro de 1906, que reformulou as bases da instrução pública no estado. Sobre as reformas levadas adiante pelo governo, Mourão observa: “João Pinheiro e seu Secretário do Interior Dr. Manuel Tomaz de Carvalho Brito tiveram a felicidade de introduzir em Minas Gerais, uma modificação realmente substancial no ensino, algo que então constituía uma conquista dos países mais civilizados do mundo: a instituição dos grupos escolares. O artigo 3º definindo o ensino primário como gratuito e obrigatório, especificava que seria ministrado em I – Escolas isoladas; II – Grupos escolares; III – Escolas modelos, anexas às escolas normais. Pela primeira vez, em toda a legislação do ensino em Minas Gerais, surgia a denominação — grupo escolar!”. MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962, p. 93–4.

²⁴⁵ O Gymnásio de Uberabinha era a escola particular de mais destaque em 1919. Oferecia o ensino primário e secundário na cidade a mais de 200 alunos, incluindo dez cujos estudos Câmara Municipal pagava.— cf. GATTI, Giseli Cristina do Vale. **História e representações sociais da Escola Estadual de Uberlândia (1929–1950)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Eis o que disse o inspetor técnico do ensino da 14ª região, Arthur Queiroga, sobre o Gymnásio de Uberabinha e seu diretor deste: “Com prática longa no serviço educativo, em nosso país e nos Estados Unidos; comprovada dedicação ao serviço da educação; atido exclusivamente ao nobre e importante offício, o diretor Silveira escolhendo com justos critérios os seus auxiliares, e organizando usualmente, um systema de preceitos racionais, na manutenção do instituto, serviços inestimáveis vae prestando e maiores prestará com o tempo a boa causa da educação nacional, no que tem de interessante nesta zona do Triângulo, dentro da futura cidade de Uberabinha”. GYMNASIO de Uberabinha. **A tribuna**, Uberabinha, 16 nov. 1919, ano I, n. 11, p. 3.

do professor Antônio Luiz da Silveira, tendo anexos a Escola Normal e o Instituto Comercial; e a escola confessional Colégio Nossa Senhora da Conceição, dirigido pela professora Alice Paes.

Assim, para sustentar sua situação educacional, a sociedade uberabinhense, sob os princípios de progresso e desenvolvimento proclamados pela elite, esforçou-se para que cada geração oferecesse mais oportunidades de acesso e permanência no processo de escolarização das futuras gerações. Entre 1919 e 1922, fim do segundo período administrativo do agente executivo de Uberabinha João Severiano Rodrigues da Cunha, o número de estabelecimentos de instrução subiu de seis para oito. Esses colégios de ensino primário (escolas isoladas) se destinavam, sobretudo, a grupos de 50 crianças em média na área rural e tinham funcionamento instável por causa de vários fatores, dentre outros, falta de prédios próprios, remuneração docente baixa e frequência discente inconstante, oficialmente vinculada ao uso período de colheita agrícola e outras.

Os estabelecimentos institucionais estaduais e os particulares ficavam na área urbana. Dentre os primeiros, destacava-se o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão:²⁴⁶ primeira escola pública da cidade e um propagador central do ideal de progresso e modernidade no município. Isso porque o grupo escolar se impôs como cenário e cena, estrutura e linguagem de uma cultura escolar que se desejava estabelecer como instrumento de controle e canal de propagação de ideias que materializassem o surgimento de uma concepção de sociedade. Seu espaço passou a exercer a função de homogeneizar diferenças sociais, como observa Luciano Mendes:

²⁴⁶ Em maio de 1911 houve uma grande exposição agropecuária em Uberabinha, que apresentou os principais produtos da lavoura do município. Presidente de Minas Gerais nessa época, Júlio Bueno Brandão esteve na cidade para abrir a exposição. Na noite de sua chegada, a Câmara Municipal lhe ofereceu um banquete. Até então havia na cidade apenas escolas isoladas, funcionando em casas pequenas e impróprias para receber um número mais expressivo de alunos. Então as autoridades pediram ao presidente do estado que criasse um grupo escolar, e Júlio Bueno Brandão prometeu que mandaria construir um prédio para abrigá-lo e criaria o estabelecimento de ensino, que tanta falta fazia à comunidade do município. A construção foi concluída no fim de 1914, quando o presidente do estado era Delfim Moreira da Costa Ribeiro, sucessor de Bueno Brandão. O grupo foi instalado e começou a funcionar em 1º de fevereiro de 1915. Cf. CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. **A configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano (Uberabinha 1911–1929)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 70.

Na definição desse espaço, busca-se projetar uma educação escolar que pretende realizar a homogeneização utilizando-se de mecanismos que evidenciem, e controlem, as diferenças. Com os grupos escolares, a dimensão pedagógica do espaço toma corpo e visibilidade, ou, se quisermos, uma materialidade, de uma forma nunca antes vista na instrução pública primária mineira.²⁴⁷

Esse grupo escolar apresentava esta estrutura: oito cadeiras, um diretor e sete professores; funcionava em dois turnos — um das 7h às 11h, outro das 12h às 16h.²⁴⁸ Em 1916, 787²⁴⁹ crianças foram matriculadas, dentre meninos e meninas na faixa etária 7–16 anos; e a cada ano o número de matrículas crescia. Tinha um salão nobre, onde ocorriam festividades da instituição e ficavam os retratos (FIG. 8) pintados a óleo de Bueno Brandão e Delfim Moreira, que suscitaram discussão.



FIGURA 8 – Inauguração do salão nobre do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, em 1915
Fonte²⁵⁰

²⁴⁷ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: ed. da UPF, 2000, p. 62.

²⁴⁸ Cada grupo escolar seria constituído do número de escolas (isoladas) necessário para que o curso primário fosse ministrado separadamente a cada sexo. O número mínimo de escolas para constituição de um grupo escolar seria de quatro — nesse caso poderiam ser mistas. Cada escola devia ter, pelo menos, 45 alunos matriculados. Se houvesse tais condições, o governo poderia reunir em grupo escolar tais escolas. Os grupos teriam um professor para cada classe e um diretor incumbido da administração. Quando o número de cadeiras fosse inferior a oito, o diretor seria um dos professores.

²⁴⁹ “Destina-se o presente livro às actas de exames dos alumnos do Grupo Escolar Bueno Brandão, aos termos de visitas de auctoridades escolares, bem como a quaisquer actas ou termos referentes a serviço do mesmo Grupo.”
UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão de 29 de janeiro de 1915**, livro I, p. 1–2.

²⁵⁰ UBERLÂNDIA. Arquivo Público Municipal, s. d.

A doação do dinheiro para a compra desses quadros — a serem postos na inauguração do salão nobre — suscitou debate nos jornais e na Câmara Municipal. O diretor da escola, professor Honório Guimarães, foi a uma sessão na Câmara tentar convencer os vereadores de que a escola merecia esse bem. A doação foi aprovada, mas houve voto contrário.

Foi aprovado contra o voto do vereador Julio Alvarenga, a indicação que autorisa o sr. Agente Executivo a subscrever a quantia de 200\$000 para aquisição de retratos dos Ex^{mos} srs. Bueno Brandão e Delfim Moreira que deverão ser collocados na sala de honra do grupo escolar desta cidade.²⁵¹

O professor Honório Guimarães se destacava entre os intelectuais uberabinhenses e, como diretor da escola, tentava disseminar o ideal republicano na cidade. Para tanto, comemorava todas as datas cívicas (21 de abril, 7 de setembro, 15 de novembro, 19 de novembro, Dia da Árvore), além de aniversário do grupo, formatura de alunos e outras datas. Sempre preocupado com os assuntos educacionais, conforme as atividades exercidas no grupo escolar e em outras escolas da região, ele incorporou concepções metodológico-educacionais de cunho positivista e liberais.²⁵² Seus textos e editoriais mostravam um pensamento fundamentado na ideia de quase-imutabilidade das leis sociais; a realidade social não sofreria mudanças substanciais, apenas evoluiria naturalmente; se tudo estivesse harmoniosamente organizado, caberia tão-somente ao indivíduo se adequar ao meio social.

²⁵¹ UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária 2 de fevereiro de 1914**, livro 12, p. 96.

²⁵² Honório Guimarães nasceu em Franca (SP), em 20 de setembro de 1888. Logo sua família se mudou para Uberaba, onde ele fez o primário e o Curso Normal. O ingresso na vida pública ocorreu com sua inserção no meio jornalístico, quando passou a escrever para jornais do sul do Triângulo Mineiro e do norte paulista (Uberaba, Franca, Batatais e outras cidades). Em Uberaba, publicou dois semanários, *Brado* e *O lírio*. Atuou como escrivão, gerente de hotel e solicitador. Em 1907, na cidade de Uberabinha, hoje Uberlândia, tornou-se professor efetivo da primeira cadeira estadual do sexo masculino. A seguir, organizou a primeira escola primária do município, já cumprindo os requisitos da reforma João Pinheiro, de 1906. Criou polêmicas ao estabelecer o ensino militar obrigatório, uso de uniformes escolares (semelhante ao dos militares) e ao promover desfiles pelas principais ruas da cidade em datas comemorativas do calendário republicano. Também criou uma banda de música infantil, além de organizar o periódico *A escola*. Entre 1907 e 1914, foi o principal articulista do jornal *O progresso* e um dos defensores mais ferrenhos da causa republicana na cidade. Em 1910 foi um dos mentores do primeiro Congresso dos Professores Públicos Primários do Estado de Minas Gerais. Assumiu a direção do Grupo Escolar de Araguari em 1912. Nesse mesmo ano, casou-se com Margarida de Oliveira, então professora dessa instituição. Em 1914, foi nomeado diretor do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão (cf. FIG. 9), cargo que ocupou até 1920. Sua atuação no campo educacional não se restringiu à docência e à direção, pois atuou como inspetor regional de ensino nos municípios de Estrela do Sul, Monte Carmelo, Patrocínio, Patos de Minas e Carmo do Paranaíba. Em 1922, foi transferido para o Grupo Escolar de Cabo Verde e, logo depois, mudou-se para Belo Horizonte, onde fundou o Instituto Comercial de Minas Gerais. Participou da revolução de 1930, quando fora primeiro-tenente do batalhão João Pessoa. Terminou a carreira como diretor do Grupo Escolar de Divinópolis. Cf. CARVALHO, 2002, p. 90.

Essa concepção de sociedade permite excluir da discussão desenvolvida por ele quase todos os aspectos conflitantes do contexto da época.

A educação era vista como fator de promoção social. Sua função era enquadrar as pessoas na vida social, considerando-as como seres individualizados, desvinculados de grupos sociais a que pertenciam. Assim, o fracasso ou o sucesso de cada um dependia dele mesmo, de suas tendências inatas. Todos tinham acesso às mesmas condições educacionais; só não obtinha sucesso quem não respeitasse suas inclinações naturais. A fala do professor Honório Guimarães vinha ao encontro do interesse de se organizar Uberabinha segundo a proposta positivista de civilidade, pois a sociedade evoluiria naturalmente, e a cidade devia acompanhar essa evolução, conformar-se às condições sociais, fruto do processo de urbanização no país. E para institucionalizar esse ajustamento, a educação foi usada como instrumento. Nos jornais de Uberabinha do período analisado, havia um forte apelo à criação de escolas porque, pela instrução, a cidade atingiria o mais alto patamar de progresso e civilidade. As prefeituras eram elogiadas com entusiasmo quando criavam um grupo escolar pelo estado de Minas Gerais, fosse na zona rural ou na urbana. Além de reivindicações relativas à criação de escolas, defendia-se certa visão de educação: de que tinha de propiciar ajustamento social do indivíduo; para tanto, retirava-se a ação do sujeito ao se considerá-lo como conjunto de tendências e aptidões inatas, que deveriam ser orientadas ao convívio social harmonioso.



FIGURA 9 – Batalhão do professor Honório Guimarães, em frente à escola Júlio Bueno Brandão, em 1922
Fonte²⁵³

²⁵³ UBERLÂNDIA. Arquivo Público Municipal, s. d.

Para que as concepções educacionais de Honório Guimarães se cristalizassem no contexto social, era preciso propagá-las, formar uma opinião pública favorável, e para isso os meios de comunicação constituíam difusores importantes dessas ideias porque eram o principal divulgador desse pensamento. Seus textos contribuíram para essa propagação ao apresentar esse paradigma educacional visto por ele como mais adequado à sociedade; e seu pensamento ia ao encontro da visão dos setores dominantes, que visavam adequar a população local à nova realidade brasileira pela educação. Nesse modelo, a Uberabinha republicana participou, com seu desenvolvimento material e intelectual, do caminho reservado ao Brasil: o da ordem e do progresso.

A preocupação de Honório Guimarães com a disseminação e consolidação do ideário republicano no município é patente em seus textos de opinião, seus editoriais e nas atas do grupo escolar (embora não vamos entrar no mérito destas, apenas indicar sua preocupação). Esses registros escritos permitem desvelar e aquilatar o quão importante era criar no município uma escola pública, que devia ser o foco central de propagação de tal ideário. Para tanto, ele desencadeou na imprensa uberabinhense uma verdadeira campanha prol da criação de uma escola pública na cidade, em decorrência da reforma do ensino promovida por João Pinheiro em 1906, cujo idealizador fora o secretário do Interior Manuel Tomaz de Carvalho Brito. No dizer de Honório Guimarães,

Continuamos a falar da construção do prédio para o Grupo Escolar que já foi creado por decreto do governo do Estado. Appelamos para os sentimentos republicanos dos illustres srs. presidente Bueno Brandão e dr. Delfim Moreira, na esperança de que s.s. exes. venham ao nosso encontro mandando construir logo o prédio destinado ao Grupo local. Temos uma população escolar avantajada que não recebe instrução como bem verifica a Secretaria do Interior em ligeira estatística ultimamente feita no município e sede escolar. Vamos esperando, sem todavia deixar de dizer que o fazemos até que em breve certamente vejamos se transformar em realidade a promessa que há uma anno nos foi feita pessoalmente pelo honrado presidente de Minas.²⁵⁴

Com a instituição dos grupos escolares, buscava-se uma nova configuração sociopolítica. As escolas públicas possibilitariam “as pegadas dos povos civilizados” em sua caminhada rumo ao progresso. Nesse sentido, elas reproduziam e sedimentavam espetáculos e celebrações que compunham o enredo da “liturgia política da República”.

²⁵⁴ GUIMARÃES, Honório. Grupo escolar. **O Progresso**, Uberabinha, anno v, n. 237, 4 maio 1912, p. 1.

As preocupações de Honório Guimarães refletiam a apreensão de pensadores como José Veríssimo, cujo livro *A educação nacional* salienta a “desordem” imperante no modelo educacional brasileiro. Daí a imposição de um sistema educativo de fato orgânico e civilizador da sociedade. Para José Veríssimo,

A educação não é de certo, como inculcaram apóstolos demasiado convictos, uma panacéia, mas é sem contestação poderosíssimo modificador. Tristemente, mas triunfantemente, as estatísticas demonstraram a falsidade da asserção que começava a adquirir fóros de axioma, que abrir escolas era fechar prisões. Mas, discutindo o valor dos métodos e sistemas, nenhum pensador há que sem paradoxo discuta e deprecie a proficuidade da instrução e a acção modificadora da educação.²⁵⁵

Educação se configurava, então, como depositária da unidade nacional, viabilizando a concretização de uma sociedade calcada nos ideais de civilidade, elemento primordial à construção da grande nação brasileira, pois:

Um povo analfabeto é um aleijão destruidor do equilíbrio de um corpo-nação. Um povo analfabeto é um escravo submisso ao poder irresistível dos povos cultos, cuja soberania possui o dinamismo invencível da superioridade inevitável. Um povo analfabeto é um povo miserável que, pisando riquezas incalculáveis, como o nosso, na inconsciência da própria desgraça, se atasca de olhos vendados pela cegueira espiritual, ao abismo do infortúnio para, de lá, rastejante, esfarrapado, implorando a compaixão dos adventícios — olhos de lynce, intelligencia arguto —, que, chegando na indignância regressam na opulência. Um povo analfabeto é um espectro de gente, onda inconsciente que se agita à mercê de qualquer comando, irresoluta; dúbio, jungida à estranha vontade, servil, impotente, amorpha. Um povo analfabeto é um attestado o mais eloquente do desamor à própria espécie e a mais evidente prova do olvido à sagrada idea de patria, que deveria palpitar sempre dentro de nos mesmos, quente, fervoroso, para nosso próprio engrandecimento! A grandeza da nossa pátria não mais tolera a pequenez de um povo analfabeto. À Escola! O Brasil precisa de filhos esclarecidos que se tornem o inexpugnável baluarte da sua felicidade.²⁵⁶

As palavras do professor Honório Guimarães revelam essas mesmas preocupações porque ele percebe que, instrumentalizada pela educação, a República era o caminho para a sociedade atingir seu mais alto grau de progresso, e a instrução pública seria um sustentáculo do regime republicano. Assim, no jornal *O progresso*, esse professor fez uma longa campanha para estabelecer a obrigatoriedade do ensino, mesmo que ao governo fosse preciso intervir mais energicamente. Sobre isso, ele salienta que:

²⁵⁵ VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906, p. 45.

²⁵⁶ GUIMARÃES, Honório. Pela instrução, appello aos pais. **A tribuna**, Uberabinha, anno VII, n. 295, 28 jun. 1925, p. 1.

O ensino particular em S. Paulo está methodisado pelo ensino público, de maneira que o pae ou professor pode e deve no fim de cada anno apresentar a creança a exame nos estabelecimentos estadoaes, porque está instruído pelo methodo official. Em Minas, estes exames só podem ser feitos no anno final do curso mediante despacho favorável da Secretaria do Interior, quando este processo poderia se realizar na própria localidade, com a audiência do inspector escolar que é o representante do governo. Se assim o fosse e se taes exames se realizassem quanto a qualquer dos annos do curso, ter-se-ia estabelecido facilidade a diffusão do ensino particular e a obrigação em que os seus professores teriam de ver-se adoptando o programma official, porque preparariam os meninos em exame público, desta maneira garantindo o dispêndio dos paes por verem seus filhos com attestados válidos de approvação. Visto o exposto, facilitar a adaptação do ensino público, methodisal-o por este estabelecer a obrigatoriedade do ensino em geral, são medidas que por certo já animam o pensamento do moço competente que dirige a pasta do Interior de Minas e que tem dado attestados de viva capacidade.²⁵⁷

Como se vê, as ideias de Honório Guimarães se aproximavam muito dos pressupostos consubstanciados pelas ideias republicanas de então, sobretudo aquelas ligadas ao problema educacional, em especial nas localidades onde ele atuava como educador ou jornalista. Sua luta em favor da instrução pública apresentava um significado político, pois enfatizava a importância dessas escolas como promotoras do ensino moral e cívico, desde os primeiros anos de escolaridade. Por isso, a escola era idealizada por ele como algo acima das demais instituições, lugar privilegiado de afirmação da ordem; noutros termos, “[...] a instrução, com ênfase no ensino da moral e civismo, se configurava como instrumento de controle social”.²⁵⁸ Nessa ótica, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão foi tanto uma instituição modelar e síntese da expectativa pedagógica e política de racionalização e modernização social e educativa quanto um signo e dispositivo de conformação de uma cultura urbana — esta, por sua vez, era signo e estratégia de confirmação da nova ordem republicana em Uberabinha. Por isso, ela aparece como peça central na fala e nas ações de seu diretor, investimento necessário para se marcar e consolidar o novo regime e dar à cidade a “oportunidade” de instaurar o modo de vida moderno e civilizado.

²⁵⁷ GUIMARÃES, Honório. A obrigatoriedade do ensino. **O progresso**, Uberabinha, anno II, n. 77, 14 mar. 1909, p. 1.

²⁵⁸ CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo**: a imprensa paulista — 1920–1945. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 147.

Após 1922, houve um surto de aumento dos estabelecimentos escolares que marcou a década. Era o resultado da convergência de ações de agentes públicos e privados que estavam para se constituir como especialistas na área educacional. Essa preocupação é patente na gestão final (1918–22) do agente executivo da prefeitura de Uberabinha e presidente da Câmara Municipal João Severiano Rodrigues da Cunha. Entre 1911 e 1922, foi promulgada a lei 230, de 21 de novembro de 1919, que isentou de impostos e liberou material básico para a construção dos novos prédios destinados à instrução em Uberabinha, porém destinada à iniciativa privada. A lei 230 de 21/11/1919 foi publicada em *A tribuna*:

LEI N.º. 230, de 21/11/1919.

A Câmara Municipal, por seus Vereadores Directores e eu sancionamos a seguinte lei:

Art. 1.º. Fica concedida a isenção de impostos municipais, por quinze annos, sobre o prédio que a sociedade “Progresso de Uberabinha” pretende construir nesta cidade, para um estabelecimento de instrução.

Art. 2.º. A Câmara Municipal fornecerá de sua Pedreira as pedras necessárias para a construção do edificio.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

Paço da Câmara Municipal de Uberabinha, em 21 de Novembro de 1919.

O Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal

J. S. Rodrigues da Cunha.²⁵⁹

Por decisão do governo municipal, a Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha²⁶⁰ seria isenta de impostos e receberia pedras para a construção do edifício, cujo começo aguardava a planta que era elaborada em São Paulo, conforme *A tribuna* noticiou em 14 de setembro de 1919, quatro meses antes da publicação da lei:

Deve chegar, por estes dias a planta do prédio para Collégio, que a Directoria da Sociedade Anonyma “Progresso de Uberabinha” mandou executar em São Paulo. Sabemos que tão logo essa planta chegue, os serviços serão iniciados. Os directores daquela Sociedade empenham-se em levar a cabo o mais breve possível os trabalhos, pois conhecem bem a extraordinária falta que o prédio vem fazendo sentir em virtude do crescente número de estudantes que de várias localidades afluem a nossa terra. O terreno está comprado, e só esperam a chegada da planta para iniciarem os trabalhos.²⁶¹

²⁵⁹ LEI N. 230 de 21/11/1919. *A tribuna*, Uberabinha, 21 dez. 1919, ano I, n. 15, p. 3.

²⁶⁰ Essa organização reunia representantes de parte da elite local.

²⁶¹ PRÉDIO para collegio. *A tribuna*, Uberabinha, 14 set. 1919, anno I, n. 3, p. 1.

Às ações do governo municipal, associavam-se as da iniciativa privada, também favorável ao desenvolvimento da instrução em Uberabinha. Dentre estas, está a de particulares movidos, ao certo, pelo compromisso de minimizar o grave problema do país, caracterizada pelo elevado número de analfabetos, visto como dos grandes obstáculos ao desenvolvimento e à modernização da sociedade que ainda estava, economicamente, alicerçada no comércio, sobretudo de carnes e cereais. As iniciativas particulares de intelectuais foram reconhecidas até pelo presidente de Minas, na pessoa do secretário do Interior de Minas Gerais, Affonso Penna Júnior (1922–6), que congratulou a iniciativas de algumas professoras com telegrama de menção honrosa, conforme foi noticiado pelo jornal *A tribuna*:

MENÇÃO HONROSA.

O ilustre Sr. Dr. Affonso Penna Júnior digno Secretário do Interior, do nosso Estado, com o propósito de animar a iniciativa particular no combate ao analfabetismo, endereçou às dignas docentes a circular abaixo, que honra o auctor e muitos as homenageadas,

Ex^o, Sr.

Meus Cumprimentos

Vejo, pelos relatórios do Regional que V. S. mantém nesta cidade, por iniciativa própria uma escola primária, e que a elle se consagra com prazer e operosidade. Cumpro o grato dever de aplaudir e louvar essa sua collaboração no problema da educação, que é hoje a questão vital para o paiz não podendo ter em paz a consciência, como patriota, quem não contribui, por qualquer forma, para extinguir a triste vergonha do analfabetismo. Creia na sincera estima e alto apreço do Co. Att. Obr. Affonso Penna Júnior.

As professoras particulares, elogiadas na circular do dr. Secretário do Interior, dr. Affonso Penna Júnior são as seguintes: Senhoritas Alóre Ribeiro, Violeta Guimarães, d. Juvenilia Ferreira dos Santos e Antônia Avelina Franco.²⁶²

A “triste vergonha do analfabetismo” — na expressão de Affonso Penna Júnior — atingia quase 75% da população do país. Essa massa de analfabetos era herança de um processo longo de extrativismo de riquezas do país enviadas à Europa e a outras partes do mundo associado com uma instrução dualista: uma para “dizer” — reservada à classe dominante —, outra “serviente” — para a servidão, para fazer, conduzido pelos dirigentes do país. Como a educação era vista pelos intelectuais republicanos como alavanca ao progresso, ela recebeu contribuição dos governos municipal e estadual e, num percentual menor, da iniciativa privada. O resultado disso foi que o número de estabelecimentos de

²⁶² MENÇÃO honrosa. *A tribuna*, Uberabinha, 16 nov. 1919, anno I, n. 10, p. 1.

ensino quase dobrou; a esse aumento, equivaleu uma elevação substancial do número de alunos. Graças a esse *boom* na instrução pública de Uberabinha entre 1911 e 1929, os estabelecimentos educacionais passaram a suprir mais as necessidades de escolarização, também, de crianças da zona rural; porém, em número de vagas, os estabelecimentos urbanos, a maioria de agentes privados, tinham mais alunos. A *tribuna* publicou o seguinte texto sobre essa expansão do ensino e a necessidade de criação cadeiras de docentes para o ensino público:

A elevada freqüência que tem tido o grupo escolar desta cidade, accrescida agora com os alumnos matriculados na segunda quinzena de junho, obrigou o Sr. Director desse estabelecimento a instalar uma classe extraordinária até que a secretaria do Interior resolva sobre o caso, provalvemente creando mais uma cadeira. O numero de docentes do grupo tornou-se insufficiente para o grande numero de alumnos, attendendo-se ao argumento da população e ao interesse com que todas as famílias procuram educar seus filhos. Esse facto consolador sob todos os pontos de vista acarreta maiores responsabilidades para os institutos de ensino e para os estabelecimentos públicos, como o grupo escolar, importa em aumento de despezas, a que o governo não pode, todavia, se recusar, sob pena de resultarem inuteis os esforços dos que trabalham em prol da instrução. Desde o anno passado, a freqüência do nosso grupo vem exigindo a criação de mais cadeiras, repletas, como se acham as classes, algumas funcionando com quantidade de alumnos superior ao Maximo do regulamento. É intuitivo que essa plethora prejudica a eficiencia do ensino, visto como, não se falando na transmissão das matérias estudadas, as professoras têm que dispende o dobro da actividade normal para a simples manutenção da disciplina. Neste mez, com acrescimento, a que nos referimos, da matricula suplementar, foi absolutamente impossivel a distribuição dos discentes pelas cadeiras do instituto, tornando-se forçada a providencia da installação de mais uma classe. Assim, o grupo que consta de 8 cadeiras e um lugar de adjunto, está funcionando com 10 classes, todas grandemente freqüentadas.²⁶³

Embora a sociedade de Uberabinha tenha passado por mudanças em seu desenvolvimento educacional instituído segundo os princípios republicanos, agentes públicos e privados defenderam a educação como coluna para a concretização da modernização social. Nesse sentido, O jornal *Triângulo Mineiro* indica que o município estava em pleno desenvolvimento não só educacional, mas econômico, comercial e populacional.

²⁶³ PELA instrução. *Triângulo Mineiro*, Uberabinha, 16 jun. 1922, anno III, n. 148, p. 5.

Uberabinha cresce a olhos vistos e cada vez mais se afirma uma cidade merecedora da boa fama de que goza olhares. As construções continuam surgindo por todos os cantos e um sopro de intensa vaidade imprime à nossa cidade agradável aspecto dos centros palpitantes de animação. As indústrias vão tomando seguro incremento de molde a trazerem-nos a convicção animadora de que em breves dias Uberabinha atingirá proeminência tal entre as suas coirmãs que se destacam de todas pelo seu progresso. A nossa gente é ordeira, pacata e boa. Gente trabalhadora e simples, forte, porque o nosso clima é excelente, alegre porque a saúde e o bem estar desde logo se patenteiam à observação de quem quer que seja. Assim, amparada por uma política de realizações fecundas e felizes, tendo por base a operosidade, a honradez e a justiça. Sob a égide da lei exercitada por autoridades cónscias dos deveres, Uberabinha não poderia ser de outra forma além do que de facto é: Uma excelente cidade.²⁶⁴

O jornal *A Tribuna* revela que a voz da imprensa escrita não só registrou informações, mas também participou de diversas discussões sobre o processo educacional. Uberabinha se projetou de tal forma na década de 1920 que se destacou entre as cidades que a cercavam no Triângulo Mineiro, nas demais regiões do estado e no sul de Goiás. Na edição de 25 de abril de 1926 se lê: “Uberabinha é a cidade de Minas onde a matrícula escolar é a mais alta, relativamente a sua população”.²⁶⁵ Logo, era preciso ampliar o número de instituições escolares para suprir a necessidade crescente da população uberabinhense.

Mas para qual população e em que região? Ora, o número de escolas municipais anotado no relatório de Francisco dos Santos Silva, inspetor de Educação Municipal, publicado no jornal em *A tribuna* de 12 de julho de 1925, aponta nove escolas municipais: Paraíso, Burity, Marimbondo, Tenda, Pereiras, Sucupira, Machados, Quilombos e Noturno, todas funcionando plenamente. Destas, a Noturno se localizava na zona urbana; as demais estavam na região rural. Talvez fosse mais coerente dizer que era preciso *disseminar* “[...] a escola primária, o nível essencial do sistema escolar, que proporciona a aquisição dos direitos políticos”.²⁶⁶

De fato, a escolarização em Uberabinha na primeira República se desenvolveu em etapas; a da década de 1920 foi a última e a de mais destaque em razão do número maior

²⁶⁴ UBERABINHA seu progresso e sua gente, política. **Triângulo Mineiro**, Uberabinha, 1926, p. 2.

²⁶⁵ A TRIBUNA, Uberabinha, 25 abr. 1926, p. 1. Um olhar mais aprofundado sobre esse número de matrículas possibilitou verificar um crescimento maior de matrículas escolares na região urbana do que na região rural.

²⁶⁶ NAGLE, 1976, p. 102.

de estabelecimentos escolares abertos (quase o dobro do que havia no começo da década) e de alunos matriculados.

Resultante do esforço de agentes públicos e privados, investidos de autoridade, e de outros voluntários, esse destaque projetou Uberabinha na imprensa escrita como a cidade mineira onde houve o maior aumento no número de matrículas escolares em proporção à população. Disso se deduz: o esforço para suprir a demanda crescente por escolarização na sociedade uberabinhense e a preferência por investir na educação eram coerentes com o ideal republicano de desenvolvimento social da área urbana do município.

Ora, em 1925 havia dez escolas rurais em funcionamento; no fim da década, eram sete. Houve retrocesso no ensino rural e avanço no urbano. Esse processo se manifestou em associação com um pensamento político fundamentado nos ideais republicanos e preocupado em formar um novo cidadão, civilizado, a fim de superar a barbárie imperial e promover transformações profundas na sociedade com a difusão da instrução e do conhecimento.

Tomar Uberabinha como município pedagógico supõe destacar que a Câmara Municipal, em suas primeiras ações, elaborou leis sobre para a instrução, pôs em prática e manteve uma estrutura para gerir a educação pública na cidade por muito tempo. Em 9 de abril de 1896, dois dias após a sua abertura, a Câmara criou o imposto da taxa escolar. Em 16 de junho, já havia um regulamento da instrução escolar no município. Outro foi aprovado em 1896, para regular aulas, feriados incumbências do professor, livros adotados e outras normatizações.²⁶⁷ Em 8 de junho de 1899, surge um terceiro regulamento.

Dada a riqueza de detalhes, o Quadro 4 apresenta apenas parte dos artigos dos dois regulamentos de 1892 e 1899. Quanto aos artigos do regulamento de 1896, não os incluímos no quadro a seguir porque não tivemos acesso ao seu conteúdo. Soubemos de sua existência no trabalho de Gonçalves Neto.

²⁶⁷ Cf. GONÇALVES NETO, Wenceslau. Cultura escolar em Minas Gerais: o município de Uberabinha no início da República. In: YAZBECK, Dalva C.; ROCHA, Marlos. Cultura e História em Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2000

QUADRO 4
Regulamentos escolares de Uberabinha — 1892 e 1899

REGULAMENTO ESCOLAR DE 1892	REGULAMENTO ESCOLAR DE 1899
<p>Art. 1º Ficão os districtos do município devidido em quatro zonas cada um, nas quaes se criarão escollas municipaes de instrucção primária de ambos os sexos, mantidas a custa do cofre municipal. § Único. Em cada zona serão mantidas duas escollas para ambos os sexos.</p> <p>Art. 2º. Nas zonas a onde não assumirem numero legal de alumnos, para cada escolla ficão estas convertida em uma mista.</p> <p>Art. 3º Terá inspeção emmediata sobre o procedimento profissional dos professores, verificando-se se cumpre elles o regulamento escollar e mais despozicoes legae.</p> <p>Art. 4º. Nas zonas a ondem existirem aulas particulares mantidas a inoprenças de qualquer Cidadão passarão ellas a serem municipaes, mantidas e regidas segundo o regulamento municipal. § Único. O agente escollar logo que tenho certeza a que algum menino não frequenta a escolla, intimará o responçavel pela a educação para no prazo de secenta dias o matricular em qualquer das escollas das zonas literárias sob as penas cominadas de d'zobediencia.</p> <p>Art. 5º. A camara municipal sempre que for necessário desapropriará pelos canais ordinários o terreno de cem metros em quadra para a construção de prédios destinados as escollas no pirimitto de cada zona. Sempre que se proceder desapropriação para este fim, será escolhido local saudável e com mananciães d'ondem derivem uma pena de água para uso ordinário da escolla. § 1º. Os proprietários das fazendas divididas que fizerem aduação ao município do terreno necessário as construções de prédios para escolhas, ficão izentos de emposto escollar por 20 annos. § 2º. Os proprietários que fizerem aduação ao município de terreno e cara construídos segundo as disposições desta lei, ficão izentos detodas os empostos municipais por 25 annos, por morte do doador passará o direito de izenção a seus herdeiros que entre si dividirão as vantagens rezultantes do mesmo direito.</p> <p>Art. 6º. É criada em cada zona literária, um funcionário com denominação de Agente Escollar sob cuja a inspeção (p. 57f) ficarão as seguintes attribuições: Diga-se §1º. O agente escollar nominado pela Câmara d'entre os Cidadãos rezidentes nas zonas reconhecido por sua moralidade, probidade e intelligência tomará posse perante a mesma Camara em sessão, sendo previamente avizado. O titular para o se exercicio é izento de qualquer emposto municipal. § 2º. Ao agente escollar compete executar todas as ordens da Câmara, ezemitir amisma em sua ultima sessão annual, uma lista, contendo, nome, idade, profissão e as circunstancias de qual de saber ler e escrever, de todos os habitantes das circunscrições litterárias a seu cargo.</p>	<p>Art. 1º Serão admitidos nas escolas municipaes menores de 6 a 17 annos de idade, como também será permitida nas escolas ruraes a matricula de alumnos de 17 a 20 annos de idade, desde que estes se apresentem expontaneamente e tenham exemplar comportamento, reconhecido pelo próprio professor, ficando deste modo alterados as disposições do § único n. 2 do art. 8 do Reg. Escolar.</p> <p>Art. 2º Os Agentes Literários são obrigados a observar as faltas dos alumnos matriculados nas escolas municipaes não podendo taes faltas exceder de 30 dias sem motivo justificado.</p> <p>Art. 4º O anno lectivo começará a 7 de Janeiro e terminará a 13 de dezembro de cada anno.</p> <p>Art. 5º Nas escolas ruraes sómente serão feriados os dias seguintes: a) Os domingos e dias de guarda. b) Os de festa nacional, a saber: 7 de setembro, 15 de novembro, 21 de abril e 13 de maio, os dias da Semana Santa e finalmente os dias comprehendidos entre 11 de dezembro a 6 de janeiro. § Único As férias das escolas da sede do município serão reguladas pelo art. 4 do Reg. Escolar, o qual continuará em pleno vigor nessa parte.</p> <p>Art. 6º Haverá na sede do município um inspector Litterario nomeado pelo Presidente e Agente do Executivo Municipal. A este incumbe: a) Fiscalisar as escolas municipaes da sede; b) Tomar contas aos Agentes litterarios ruraes, de conformidade com os preceitos da presente lei; c) Visar os certificados de todos os professores municipaes, remettendo taes certificados ao Agente Executivo que dará o seguinte despacho: "Pagne-se". d) Assistir aos exames annues nas escolas da sede e presidil-os exames das escolas por meio de edital que será afixado na sede das mesmas, de modo que possa assistil-os ou presidil-os communicado previamente ao Agente Executivo os dias, horas e logares em que se effectuem os referidos exames; f) Fazer executar o Regulamento escolar, salvo as alterações que nelle faz esta lei, e bem assim a presente resolução, explicando aos professores e Agentes ruraes os meios mais convenientes ao bom desempenho de seu cargo.</p> <p>Art. 7º Aos agentes litterarios ruraes compete: a) Inspeccionarem as escolas de suas circumscrições, visitando-as ao menos uma vez por mez, lavrando-se disto a competente acta, termo da visita no livro próprio e assignado pelo Agente, professor e mais pessoas presentes. c) Attestar o cumprimento de deveres do professor sob a sua fiscalisação; d) Communicar ao Inspector Literrario todo o movimento da escola e suas necessidades para este promover e requisitar ao Agente Executivo essas mesmas providenciar; e) Fazer parte da banca examinadora de suas circumscrições; f) Cumprir tudo que for ordenado pelo Agente Executivo Municipal e Inspector Literário.</p>

Continuação do Quadro 4

Art. 7º. A Camara fornecerá aos alunos pobres, livros, papel, pena, tinta necessários ao ensino, devendo quando o fundo escolar comporte fornecer roupa necessária para a frequência do aluno. § Único. Para ter lugar a fornecimento dos objetos do art. antecedente, o professor requisitará do agente escolar sua intervenção perante a Câmara, devendo este em relatório circunstanciado de ministrar a necessidade da medida exigida. Art. 8. O exercício do agente escollar (p. 59f) durará por tres annos não podendo se excuzar de exercello excepto por motivo justo e provado sob pena de pagar trinta mil reis para o fundo escollar.

Art. 9º. Quando por moléstia ou mudança o agente escollar não possa continuar no exercício de suas funcções deverá pedir a exoneração a Camara remetendo relatório de sua gerencia. Art. 10º. O agente escollar que dezempenhar com tino e proficiencia seu dever receberá dez por cento sob a quantia quelidquidar para o fundo escollar na zona de sua gerencia. Este favor seduzirá a seis por cento do primeiro anno em diante. Art. 11º. Além das obrigações que lhe são empostas nos artigos antecedentes, o agente fará vizita as escollas ao menos uma vez por mês, fazendo manter todos os preceitos de hygiene e prescrições desta lei. Art. 12º. O agente escollar que for convencido de desvio e encurria ou falta prevista nesta lei, enagerais vigentes, além de demissão a bem do serviço publico pagará dez mil reis de multa. Art. 13º. As cazas destinadas as escollas construídas pelo fundo escollar ou aduadas por qualquer Cidadão terão as seguintes demenções e condições: Midirão cincoenta (p. 59v) palmos de frente sob trinta e ceis de fundos contendo varanda conforme a regra da construcção. Nestas cazas se observarão as condições higienicas recomendadas pela a sciencia e terão comodação necessária ao serviço da instrucção e ao pessoal docente. Art. 14º. A Câmara, no regulamento escollar criará instituição litteraria sob a denominação de protectores da infância, que se comporá de todas as pessoas que prestarem serviço a instrução pública. Art. 15º. A Câmara Municipal em suas sessões deliberará sobre premio e recompensa destinadas aos membros da instituição que se distinguirem por serviços a intrução publica. Art. 16º. Os prêmios constarão de diplomas honoríficos, medalhas commemorativas de acto de benemerência e izenção de empostos. Art. 17º. Os cazos omissos nesta lei serão regulados pela lei da instrução publica que for adoptado no Estado aonde não for contraria a esta. Art. 18º. Ficão revogados as dispozições em contrário.

Art. 8. O ensino municipal será obrigatório desde a publicação desta lei, ficando a cargo do Inspector Litterario na sede do município e os Agentes em suas circumscrições fazer os munícipes cumprirem as disposições do Regulamento e da presente lei, ficando mais a seus cargos as seguintes attribuições: a) Admoestarem pela primeira vez a todas as pessoas que tiverem educandos na idade prevista nesta lei; b) Não sendo attendidos ainda depois da segunda admoestação, farão incontinente intimação verbal em presença de duas testemunhas e passarão certidão de haver intimado a pessoa, assignado também a certidão além do Agente Executivo Municipal por intermédio do Inspector Litterario; c) Fiscalisar si o professor tem tomado as devidas notas pra os mapps sobre as faltas dos alumnos com ou sem justificação acceitavel.

Art. 9º Ao Presidente e Agente Executivo compete: a) Nomear Inspector Litterario para a sede do município e Agentes para todas circumscrições litterarias; b) Receber dos mesmos Agentes a estatística e esclarecimento das escolas, no fim de cada anno lectivo, os quaes serão obrigados a remettel-os dos exames de cada uma das aulas; c) Prover as escolas de conformidade com as exigências das localidades; d) Fazer cumprir o ensino obrigatório em todo o município; e) Marcar prazo fixo ao Inspector e Agentes ruraes para fazerem admoestações a todos os chefes de família, marcando mais o prazo de 30 dias para terem lugar as intimações de que trata o art. 6 da letra (i) e (j); f) Multar na quantia de dez mil réis pela 1 vez e o duplo na reincidência a todos os que infringirem as disposições da presente lei; g) A reincidência se verificará depois dos 30 dias da 1 intimação do Inspector Agente Litterario, não podendo, porém essas multas subirem a mais de quarenta mil réis por cada um menor, que por negligencia ou propósito de seus educadores deixarem de ser matriculados em tempo; h) As escolares erão recolhidas para os fundos destinados a essa verba, não podendo lançar-se mão das mesmas como verbas eventuaes ou de multas communs, podendo sómente serem applicadas aos misteres das escolas; i) Autorisar aos Agentes Litterarios a fazerem a liquidação da taxa escolar em suas circumscrições, fornecendo aos mesmos as cadernetas próprias, podendo alterar essas disposição conforme a razão lhe guiar sobre o meio mais favorável do liquidante, que poderá ser qualquer pessoa de sua inteira confiança, mas que seja effectuada essa liquidação na caderneta própria para esse fim; j) Ordenar o pagamento da porcentagem de 10% sobre essa arrecadação a cargo do Inspector Litterario na sede e aos Agentes nas suas circunscrições ou quem estiver encarregado, assim como a mesma porcentagem sobre as multas que forem arrecadadas. Art. 10º Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento da presente lei pertencer, a faça publicar, correr e executar. Paço da Câmara Municipal de Uberabinha, 8 de junho de 1899. Severiano Rodrigues da Cunha.

Fonte²⁶⁸

²⁶⁸ UBERABINHA. Câmara Municipal. *Atas*, 1892 e 1899.

Na visão dos legisladores municipais, era premente buscar o progresso social via educação. Todos os esforços eram válidos. Por isso, a quem ajudasse no desenvolvimento da educação, a Câmara daria prêmios e honrarias. Era a prova de que o município se preocupava com a instrução de seu povo. E se esses regulamentos não se preocupavam com quase tudo, atinham-se pelo menos ao básico relativo à instrução primária. Daí certas decisões como aprovar “aulas noturnas” e dividir a cidade não só em “zonas literária”, mas também em distritos. E mais: criança em idade escolar — 7 a 17 anos — tinha de estar em sala de aula, do contrário seu responsável estava sujeito a penas legais cabíveis, aplicáveis pelo agente escolar, cuja vigilância se estendia ainda ao professor: verificar se ele cumpria o regulamento ou não. Aos alunos sem condições financeiras, a Câmara doava o material necessário ao desenvolvimento escolar.

Contudo, o artigo do regulamento de 1892 que previa que a Câmara Municipal ajudaria os alunos carentes com material escolar e roupas desapareceu do de 1899.

Art. 7º. A camara fornecerá aos alunos pobres, livros, papel, pena, tinta necessários ao ensino, devendo quando ofundo escolar comporte fornecer roupa necessária para a frequencia do aluno. § Único. Para ter lugar aforneimento dos objetos do art. antecedente, o professor requizitará do agente escolar sua intervenção perante a Camara, devendo este em relatório circunstanciado de ministrar a necessidade da medida exegida.²⁶⁹

O regulamento de 1899 determinou horários de aulas, período de férias, dias feriados nas escolas, além de detalhar a função do agente literário (urbano e rural) e dos presidentes do Legislativo e do Executivo. Ainda manteve o controle sobre os professores, reforçou a obrigatoriedade do ensino municipal e criou mais leis de imposto escolar e penalidades para quem não as cumprisse. Também desapareceram os prêmios para quem abraçasse a causa da instrução, conforme o Art. 15º do regulamento escolar de 1892: “A câmara municipal em suas sessões deliberará sobre premio e recompença distnadas aos membros da instituição que se distinguirem por serviços a instrução publica”.²⁷⁰ Isso sugere que os vereadores municipais buscavam uma identidade própria para o município, segundo suas necessidades, preocupações e interesses locais.

²⁶⁹ SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Regulamento da instrução escolar**. Uberabinha: 1895, livro 2, p. 47

²⁷⁰ SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Regulamento da instrução escolar**. Uberabinha: 1895, livro 2, p. 48.

Os professores que ministravam aulas particulares pediam ajuda à Câmara, que se prontificava a enviar um agente executivo para ver a situação em que o docente ministrava aulas; também os colégios que pediam ajuda à Câmara era atendidos, mesmo que tivessem de oferecer bolsas a alunos carentes.

Pelo cidadão Francisco de Paula Ferreira Pinto foi apresentado uma representação capeando um mappa de frequência de 21 alumnos da aula particular do que é professor, e pedindo uma subvenção a Câmara. Em vista da hora adiantada e sendo o assumpto de magna importância foi addiada a sua discussão para a próxima sessão. Pelo vereador Arlindo Teixeira foi indicado que a Câmara empregasse todos esforços no sentido de, o mais breve possível concluir-se o serviço do relógio público fazendo-se depois disso a sua inauguração. Posta em discussão foi deliberado que o cidadão Agente Executivo municipal fosse autorizado a tomar necessárias providencias no sentido de ser promptamente saptisfeita a indicação requerida.²⁷¹

Pelo vereador Rodrigues da Cunha foi apresentado um emmenda ao orçamento que é o seguinte: “A verba de escripturário fica augmentada (p. 84v) de mais de 2.600\$000. A despeza fica augmentada de mais 500\$000 que será dado ao Collégio Bandeira, ficando a Camara com o direito de collocar no mesmo 5 alumnos pobres que também, digo, também concluído o curso primário nas escolas públicas; posto em votação, foi approved. Foi approved o projecto na parte não prejudicada pelas emmendas.²⁷²

Nessa luta pelo desenvolvimento educacional da população, as pessoas se uniam para trazer a cidade uma escola secundária, a fim de que seus filhos não precisassem sair do município para continuar os estudos. O semanário *O progresso* noticiou esse assunto:

Quando ouvimos falar na construcção de edificio para a installação de um estabelecimento de instrucção secundária, pareceu-nos extemporânea e irrealizável a idéia, levantada pelo te-cel José Theophilo Carneiro e deixamos de tocar no assumpto, na dúvida de ser acceita pela opinião pública. Hoje porém, que vai tomando incremento a realisação desta idéia e que vemos bem acceita e tomando-se quasi uma aspiração geral dos homens cujo devotamento à causa da instrucção não mede sacrificios, que dentro em pouco, veremos amontoar materiaes e iniciar-se o grande empreendimento. Ainda bem que o povo conhecedor da importância de tão útil estabelecimento. E desejoso de proporcionar a seus filhos um certo grau de instrucção, sem as fabulosas despezas e dificuldades de installação em longincuos collegios, vai acaraçoando e animando, os promotores da idéia, não regateando os necessários auxílios para ser em breve levada a effeito. A Câmara Municipal composta de homens patriotas e que sabe aquilatar o valor de um estabelecimento desta ordem, não só já fez concessões no sentido de impulsionar e facilitar a construcção, como ainda garante o seu auxílio, para que Uberabinha possa tornar-se um centro de educação e instrucção, fazendo convergir para esta cidade a mocidade dos logares circunvisinhos.²⁷³

²⁷¹ SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Regulamento da instrucção escolar**. Uberabinha, 1895, livro 2, p. 49.

²⁷² SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da 5ª sessão ordinária da terceira reunião da Câmara Municipal de Uberabinha**, realizada em 18 de setembro de 1908, livro 8, p. 85.

²⁷³ INSTRUCCÃO. **O progresso**, Uberabinha, anno II, n. 89, 6 jun. 1909, p. 1.

Como sugere esse texto, de fato a população contava com seus legisladores municipais e esperava que a Câmara Municipal fizesse sua parte (trazer uma escola secundária para a cidade), pois esse benefício evitaria a saída da mocidade uberabinhense para estudar noutras localidades. Na medida do possível, a Câmara supria as expectativas da população. Por exemplo, em 1899, ela buscou diminuir os impostos e manter as aulas. Ainda que tenha reduzido o mínimo possível de aulas, teve de acabar com algumas para o sexo feminino na zona urbana.

Tomando a palavra o vereador Sant'Anna e discutindo sobre o parecer e indicação da redução de impostos requeri que ficasse subentendido que os 10% não seriam contados sobre o imposto de cabeça de gado e de porcos, ficando somente a favor da redução de 10% contados nas licenças de açougueiros [...] usando ainda da palavra o mesmo vereador e discutindo a parte da indicação a verba escolar, apresentou o meio de equilibrar o deficiente dessa verba de receita e despendio; concluindo demonstrar que necessariamente a Câmara necessita manter-se as doze aulas municipaes necessitava a elevação da verba escolar a 15:000\$000, isto é, calculando-se 3000 pessoas como contribuintes a 5\$000 cada uma, e ao contrário suprimir-se as aulas urbanas em número, digo, as aulas ruraes em número de 5 dos Districtos da cidade, e assim mais a do sexo feminino da sede do município, ficando conservadas 6 aulas municipaes a saber: a do sexo masculino da sede do município e 4 ruraes no districto de Santa Maria e a rural que alli existe, visto como tem aquelle districto um saldo sufficiente para manter suas aulas. Posto em discussão e votação foi unanimemente aprovada e votado que se supremisse a aula urbana do sexo feminino da sede e os 5 ruraes menos freqüentada, prevalendo o imposto de 3000 conforme a indicação.²⁷⁴

Mesmo assim, o apoio à Câmara Municipal era tal que o professor que não a apoiasse pagava um preço — às vezes, boicote às suas aulas.

É lido um officio de Vigilato Gonçalves de Andrade, professor Municipal de Santa Maria, communicando a Câmara que tendo aberto a sua aula, foi obrigado a abandonar a sua cadeira porque Ernesto Rodrigues da Cunha aconselha a todos os pais de família para não por em sua escola os seus filhos porque faz franca opposição a actual Câmara a que de tal modo não conseguiu alumnos.²⁷⁵

Minas Gerais apresentou seu regulamento escolar no fim de 1892. Como Uberabinha já tinha o seu, preocupou-se apenas em fazer adequações necessárias; assim, em 8 de junho 1896, saiu um novo regulamento escolar,²⁷⁶ cujo Art. VIII falava da obrigatoriedade do ensino municipal. Esse artigo é relevante porque, à época, poucos

²⁷⁴ SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da 7ª sessão da reunião ordinária da C. M. da Cidade**, realizada em 13 de setembro de 1899, livro 5, p. 31.

²⁷⁵ SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão da reunião ordinária da C. M. da Cidade**, realizada em 24 de janeiro de 1901.

²⁷⁶ SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Regulamento escolar**: lei n. 15 de 8 de junho de 1899. Uberabinha: Leis da Câmara Municipal de Uberabinha, 1899.

municípios se preocupavam tanto com a instrução pública. Em setembro de 1908, o vereador Rodrigues da Cunha propôs à Câmara que se adotasse na íntegra o regulamento escolar do estado. “Pelo vereador Rodrigues da Cunha foi apresentado uma indicação mandando adoptar-se nas escolas municipaes desta cidade o regulamento escolar estadual. Em discussão foi sem debates approved”.²⁷⁷

A primeira escola de Uberabinha para mulheres foi criada em 1902. Havia várias meninas em idade escolar, mas nenhuma instituição pública destinada a elas, pois a maioria das escolas funcionava isoladamente nas fazendas.

O Snr. Presidente communica a Camara que havendo máxima necessidade de uma escola do sexo feminino nesta cidade e achando-se vagas diverças cadeiras ruraes para uma do sexo masculino, o Snr Vice-Presidente da Camara estando no exercício de Presidente, convertendo uma daquellas cadeiras ruraes para uma do sexo feminino nesta cidade por acto de dez do corrente nomeou pra professora da mesma a Exma. Snra Da. Anna Cândida Garcia, e pedia a Camara approvação desse acto. [...], foi por esta approvada o acto de nomeação da dita professora.²⁷⁸

Embora a Câmara Municipal se manifestasse sobre os problemas relativos à instrução pública na cidade, os jornais noticiaram as condições dos prédios (que não eram construídos para ser escola) e destacaram problemas de higiene, desconforto, más condições para os professores ministrarem aulas e o número de alunos elevado por sala. Daí a preocupação com a vinda do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, que na década de 1920 chegou a ter 1,2 mil alunos matriculados. No jornal *O progresso* se lê que:

A instrucção pública, que no presente preocupa o Governo e prende attenção de todos os homens bem intencionados é nesta cidade, insufficiente e incapaz de satisfazer a necessidade, porque as quatro escolas isoladas que aqui funcçionam, embora o sacrifício e bôa vontade dos professores que mantêm uma matrícula muito superior à regulamentar, e da Câmara Municipal que sustenta uma escola com uma matrícula de mais de oitenta meninos, sendo preciso dar um auxiliar ao professor. Os predios em que estas escolas funcçionam, de propriedade particular e sem a comodidade precisa, sem hygiene, e sem conforto, vem alem de tudo, sacrificar os professores obrigando-os a aluguel de prédios, muito maiores e mais caros do que as necessidades de sua residência podiam exigir.²⁷⁹

²⁷⁷ SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da oitava sessão ordinária da Terceira reunião da Câmara Municipal de Uberabinha**, realizada em 23 de setembro de 1908, livro 8, p. 92.

²⁷⁸ SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão da reunião ordinária da Câmara Municipal da cidade de Uberabinha**, realizada em 12 de maio 1902, p.152b.

²⁷⁹ BENEFÍCIOS Locaes. **O progresso**, Uberabinha, anno V, n. 260, 12 out. 1912, p. 1.

Para ministrar certas disciplinas à época, a exemplo de Francês, era preciso criar uma verba específica na Câmara Municipal:

Pede a palavra o snr. Mello Júnior e diz que, sendo superior a verba sobre imposto escolar a 3:000\$000 de réis conforme está descripto no orçamento, pedia, pois, que se consignasse na Receita aquella verba (p. 141v) na importância de 4:400\$000. Mostrando ainda o mesmo vereador a conveniência de ser creada a verba de 1:200.000 para ser applicada, como auxílio de um professor habilitado, que licione portuguez, arithimetica, geographia e francês nesta cidade a 10 alumnos pobres, com liberdade de liccionar a outros quaisquer, para cujo fim dá sufficientemente a verba escolar. Pedia, pois aprovação do que vinha de expor, constando dar emendas seguintes: — onde se lê na receita — Taxa escolar... 3:000\$000, leia-se Taxa escolar 4:400.000; onde se lê na despesa: com um professor que insine primeiras letras na sede — leia-se gratificação a um professor secundário — 1:200\$000; onde se lê 500\$000 com a guarda cívica municipal — leia-se 1:500\$000 e não 500\$000, como se acha consignado pela comissão de Finanças e para equiparar as despesas seja creada na receita a verba de mais 1:000.000 por arrecadação de carros de dentro do Município, aqual será applicada em auxílio ao pagamento da verba — guarda cívica.²⁸⁰

Em 1907, a Câmara Municipal fez um balanço da instrução pública que mostra uma cidade bem servida de estabelecidos de ensino.

Instrução pública funcionaram regularmente durante a anno as escolas municipais de Rio das Pedras, Martins e Terra Branca, e a do Districto de Santa Maria, na fazenda do Sr. Fernando Alves Vieira. A matrícula e a frequência das mesmas como podereis verificar pelos mappas e outros documentos existentes na Secretaria foram satisfatórios — A cidade tem para o ensino da sua população escolar as aulas do Grupo Escolar e do “Gymnasio de Uberabinha” estabelecimentos estes que têm já prestado assignalados serviços a nossa mocidade e mercedores, por isso, da sympathia do público. A Câmara Municipal manteve no Gymnasio, por conta da subvenção que lhe concede, dez alumnos reconhecidamente pobres e todos no curso secundário.²⁸¹

Em 7 de março de 1923, foi criada a lei 278, para oficializar a reforma municipal Eduardo Marquez, que desencadeou um processo de ampliação de recursos e do número de estabelecimentos escolares na zona rural e na urbana.²⁸² Esse processo já estava em andamento antes do começo da década 1920 e pode ser notado em diferentes manifestações: alteração no número de matrículas de alunos e de instituições escolares públicas e privadas, reformas educacionais nos âmbitos municipal e estadual, transformações na área educacional associadas com alterações conjunturais socioeconômicas e políticas provenientes da transição em que não só

²⁸⁰ SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão da reunião ordinária da C. M. da Cidade**, em 27 out. de 1904, p.141.

²⁸¹ SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão da reunião ordinária da C. M. da Cidade**, em 24 fev. 1917, livro 9 p. 27.

²⁸² Cf. VIEIRA; CARVALHO, 2001.

a sociedade uberabinhense estava imersa, mas também o próprio país. A criação de escolas na zona rural não aconteceu na íntegra, por falta de prédios e verbas necessárias, como se lê no relatório²⁸³ apresentado à Câmara pelo agente executivo municipal coronel Eduardo Marquez.

Outra vez, o poder municipal, com base na lei 278, contribuiu para o processo de crescimento, sobretudo do número de estabelecimentos públicos para o ensino rural, que atenderiam parte da população dispersa em uma área territorial extensa. Mas o governo municipal, pela mesma lei, garantia atendimento às subvenções para alguns estabelecimentos particulares e a criação de uma escola noturna para suprir as necessidades de outra parte da população, em especial da área urbana do município. Isso mostra que, mesmo com a ajuda do estado na manutenção do grupo escolar, o município investia na educação dos uberabinhenses. Esse investimento incluiu ainda muitas iniciativas individuais de professores ou de um grupo que deram origem a estabelecimentos educacionais privados no início do século passado, acima de tudo na década de 1920 e na área urbana. Sempre que possível, o Poder Legislativo ajudava financeiramente a todos, como se vê no Gráfico 2, dos gastos da Câmara Municipal com a instrução, cujas cifras mostram com mais detalhes o aumento da receita.

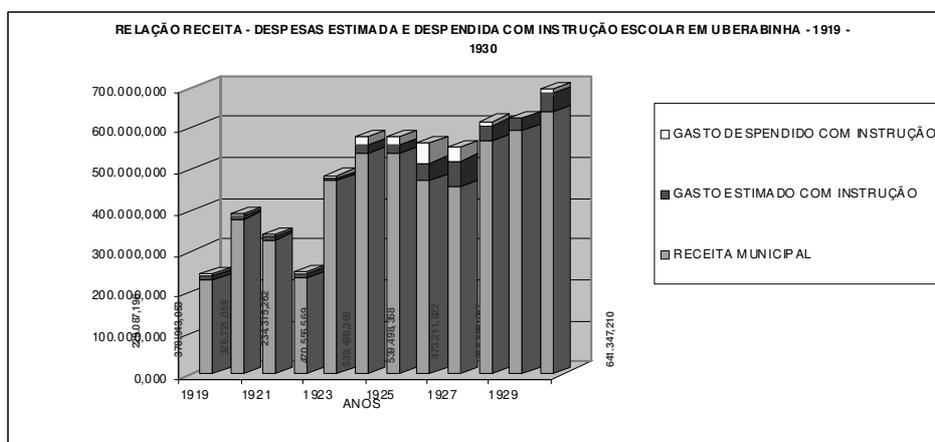


GRÁFICO 2 – Gastos da Câmara Municipal com a educação de Uberabinha
Fonte²⁸⁴

²⁸³ Em 21/11/1924, foi apresentado à Câmara Municipal o relatório do Exercício financeiro de 1923. Transcrevemos a fala do Legislativo “[...] Por falta absoluta de prédios, na zona rural, para a instalação das escolas creadas pela lei n. 278, de 7 de Março de 1923, não me foi possível po-la em execução desse exercício; consegui, entretanto, no corrente anno, obter de alguns fazendeiros, os prédios necessários para instalação das escolas que, actualmente, funcionam com uma matrícula e freqüência bastante animadoras. Apenas a aula nocturna, creada pela mesma lei, funcionou logo após sua criação. Foram mantidas todas as subvenções aos estabelecimentos de ensino da cidade e escolas estadoaes do districto de Santa Maria, tendo a Câmara despendido com o serviço de instrucção a quantia de 8:074\$606”. UBERABINHA. Câmara Municipal. *Atas*, 1919–1930.

²⁸⁴ UBERABINHA. Câmara Municipal. *Atas*, 1919–1930.

A oscilação no gasto com instrução escolar teve influência nas reformas educacionais no âmbito dos governos municipal e estadual; a de 1927 teve considerações do agente executivo Otávio Rodrigues da Cunha (1927–30), que registrou no relatório da Câmara Municipal do exercício de 1929 a seguinte declaração sobre a instrução:

Ensino Primário. Até agora tem corrido por conta do estado a instrução no município. Entretanto, observa-se a deficiência de serviço, pois absolutamente não estão satisfeitas as necessidades, visto ser diminutíssimo o número de escolas em funcionamento, por conta do governo estadual. Embora indo de encontro a uma lei maior, pedi, na elaboração do orçamento para 1930, verba para custeio de escolas rurais. Consegui o necessário para a manutenção de dez, ficando, no orçamento, destacada a importância de 45:000\$000, para o financiamento desse serviço. Creio dever a Câmara ampliar mais esta verba, de maneira que permita a difusão máxima do ensino primário, levando-o aos mais remotos recônditos do município. Crente fervoroso que sou de uma sociedade que pode erguer-se e agigantar-se moral e materialmente, pelo ensino adequado, ministrado nas escolas à creança, não teria receio de fazer maiores sacrifícios pelo incremento e expansão destes estabelecimentos. Seleccionando um corpo docente, orientando-o e fazendo-o locomover-se em regulamento idôneos, dentro em pouco o município veria, nas gerações recém-formadas, mentalidade e gênio à altura das intenções e desígnios que as plasmaram. Seria um trabalho de verdadeiro patriotismo.²⁸⁵

Essas reformas educacionais — a municipal de 1923, as estaduais de 1927 e 1928 — associam-se em especial às do ensino primário e normal como ações legais e constitucionais para promover, pela educação, transformações na sociedade. Mas se pode questionar: em que área social absorveu esse desenvolvimento? Pode-se apontar que o desenvolvimento educacional na área urbana fora maior que na área rural, como parte do processo de transformação social em que o modelo adotado fora do urbano como moderno, em oposição ao rural como antigo e ultrapassado. Em 1919, essa polarização já se revelava nos dados sobre as despesas com a instrução (QUADRO 5).

QUADRO 5
 Balancete da Câmara Municipal de Uberabinha com despesa de instrução — 1919

INSTRUÇÃO PÚBLICA	QUANTIAS		DIFERENÇAS	
	Orçada	Despendida	Para mais	Para menos
Subvenção do Gymnásio de Uberabinha	2:000,000	3:000,000	1:000,000	—
Idem ao Colégio Alice Paes	1:200,000	1:200,000	—	—
Idem ao Instituto F. H. Guimarães	600,000	550,000	—	50,000
Auxílio a seis professores	3:000,000	693,700	—	2:306,300
Ordenado do professor de Martinópolis	1:200,000	—	—	1:200,000
Total	8:000,000	5:443,700	1:000,000	3:556,300

Fonte²⁸⁶

²⁸⁵ UBERABINHA. Câmara Municipal. **Relatório do agente executivo relativo ao exercício de 1929**, p. 7.

²⁸⁶ UBERABINHA. Câmara Municipal. **Relatório do Exercício financeiro de 1919 do Agente Executivo de Uberabinha**, 15/5/1920, p. 45.

Esses números mostram que o total gasto com a instrução em 1919 foi de 5:443\$700 (cinco contos, quatrocentos e quarenta e três mil e setecentos reis), dos quais cerca de 87% — ou seja, 4:750\$000 (quatro contos setecentos e cinqüenta mil de réis) — destinavam-se à subvenção de estabelecimentos escolares privados, enquanto cerca de 13%, isto é, 693\$700 (seiscentos e noventa e três mil e setecentos réis) ia para o ensino público rural. A justificativa para tais gastos foram assim registradas:

Foram pagas, ao Gymnásio de Uberabinha, Instituto Fundação Honório Guimarães e Collegio N. S. da Conceição as consignações orçamentárias mantendo a Municipalidade, nesses estabelecimentos, os alumnos a que tem direito. As escolas ruraes entretanto, não têm tido o desenvolvimento que seria para se desejar e poucas foram as conceções de auxílios neste sentido. O Gymnásio de Uberabinha recebeu a mais, no exercício, uma prestação que deixara de procurar em 1918.²⁸⁷

Como se vê, das etapas da escolarização em Uberabinha na primeira República, a da década de 1920 foi mais significativa, porque foi quando o número de estabelecimentos escolares aumentou quase o dobro, assim como quando cresceu o número de alunos matriculados. Para esse aumento, foi crucial o esforço de agentes públicos, agentes privados e outros voluntários. O investimento maior na educação da área urbana se coadunou com o desenvolvimento social da cidade segundo o ideal republicano de formar um novo cidadão brasileiro. Logo, era necessário transformar a sociedade difundindo a instrução e o conhecimento como “instrumentos” mais eficazes. Nesse ambiente, muitos municípios assumiram a responsabilidade pela educação, ao menos nos momentos iniciais da República.

Em Uberabinha, como tentamos mostrar até aqui, houve várias iniciativas em prol da constituição de um aparato legal suficientemente forte para propagar e consolidar os fundamentos de uma escola pública. Tais preocupações e iniciativas são o que denominamos de *município pedagógico*: ações materializadas ou não pelo Legislativo e pelo Executivo para resolver o problema da educação e que podem caracterizar uma autonomia relativa às demais instâncias de poder da recém-proclamada República brasileira. São esses aspectos que procuramos sublinhar a seguir com um estudo sobre Mafra, mas tendo em conta as especificidades da realidade dessa cidade portuguesa.

²⁸⁷ UBERABINHA. Câmara Municipal. **Relatório do Exercício financeiro de 1919 do Agente Executivo de Uberabinha**, 15/5/1920, p. 4.

3.2 Panorama histórico-educacional de Mafra

Mafra é uma vila portuguesa no Distrito de Lisboa, região lisboeta e sub-região da Grande Lisboa. É sede de um município cuja área é de 291,42 quilômetros quadrados, onde residiam 54.358 habitantes em 2001. O município é subdividido em 17 freguesias: Azueira, Carvoeira, Cheleiros, Encarnação, Enxada do Bispo, Ericeira, Gradil, Igreja Nova, Mafra, Malveira, Milharado, São Miguel de Alcainça, Santo Estevão das Galés, Santo Isidoro, Sobral da Abelheira, Venda do Pinheiro e Vila França do Rosário. No norte, limita-se com o município de Torres Vedras; no nordeste, com Sobral de Monte Agraço; no leste, com Arruda dos Vinhos; no sudeste, com Loures; no sul, com Sintra; no oeste, com o oceano Atlântico.

O conceito de freguesia, a que nos referimos antes, advém da nomenclatura territorial portuguesa. Trata-se da área que, em Portugal e no antigo império português, tem as menores divisões administrativas. São as subdivisões obrigatórias dos concelhos, ou seja, todos estes têm ao menos uma freguesia (cujo território, nesse caso, coincide com o do concelho), exceto o de Vila do Corvo, onde essa divisão territorial não existe por força do Art. 86º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores. A Figura 10 reproduz um mapa das freguesias de concelho de Mafra.

A freguesia é governada por uma junta: órgão executivo eleito pelos membros da respectiva assembleia de freguesia, exceto o presidente (o primeiro candidato da lista mais votado é automaticamente nomeado presidente da junta de freguesia). A assembleia de Freguesia é um órgão eleito diretamente pelos cidadãos recenseados no território da freguesia, segundo o método de Hondt, através de listas que tradicionalmente são partidárias mas que se abriram há poucos anos a listas de independentes.

Em Portugal há 4.257 freguesias, cujos territórios podem ser superiores a 100 quilômetros quadrados ou inferiores há alguns hectares. As populações vão de dezenas a dezenas de milhares de habitantes. Aos municípios cabe propor a criação de freguesias em território, que devem obedecer a um conjunto de critérios legais. As autoridades portuguesas estabelecem três tipos diferentes de freguesias, para efeitos de ordenamento do território:

O representante das freguesias nos órgãos municipais é o presidente da junta, cujo cargo lhe dá uma cadeira na assembleia municipal. As freguesias são a representação civil das antigas paróquias católicas — muitas vezes, surgiram decalcadas de antigas unidades eclesiásticas medievais. Daí que, em tempos mais remotos, o termo “freguês” servisse para designar, também, os paroquianos: “fregueses”, por assim dizer, do pároco. Pode-se afirmar ainda que as freguesias seriam uma espécie de autarquia territorial com personalidade jurídica. No Brasil, o bairro ou distrito municipal seriam equivalentes à freguesia. Como os bairros não costumam ter função administrativa, a segunda analogia seria mais correta, embora freguesias pequenas possam remeter, ao mesmo tempo, à ideia de bairro. Ainda hoje no Brasil o termo freguesia designa certos distritos ou bairros de algumas cidades. Por fim, em Portugal e no Brasil, o termo freguesia tem o sentido de clientela de dado estabelecimento comercial: cada cliente individualmente é chamado freguês.

Portugal se divide em 308 municípios (concelhos), administrados pelas Câmaras Municipais, e os concelhos se subdividem em 4.257 freguesias, administradas pelas juntas de freguesia. Os distritos são uma subdivisão administrativa: união de vários municípios próximos que formam dada região distrital. Portugal tem 18 distritos; aquele em que ora centramos nossa pesquisa é o de Lisboa, composto pelos concelhos Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Cascais, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Vila Franca de Xira. A estes se acrescem as ilhas Açores e Madeiras, que são autônomas. Essa divisão difere da que há no Brasil hoje, dividido em 27 estados, mais o Distrito Federal, criado para abrigar a capital federal (a cidade do Rio de Janeiro, depois Brasília, a partir da década de 1950) e onde está a sede do governo. As decisões políticas mais importantes relativas ao país têm origem em Brasília, mas cada Estado tem autonomia para criar leis com base na Constituição Federal, assim como os municípios de cada estado têm autonomia para aprovarem, mas desde que nem um nem outro ultrapassem os limites constitucionais.

Segundo Marques, a divisão administrativa de Portugal no fim da monarquia e no início da República tinha estas características:

No plano regional e local, a organização em vigor ao findar a Monarquia seguia os modelos introduzidos pelo constitucionalismo nos seus primeiros tempos. O território de Portugal continental e das ilhas adjacentes dividia-se administrativamente em distritos, estes em concelhos e os concelhos em paróquias, que também chamadas freguesias. Nas cidades de Lisboa e Porto, os concelhos dividiam-se em bairros e estes em paróquias. Os concelhos estavam classificados em 1 e 2 ordem em função do seu papel administrativo e do seu peso demográfico e econômico. [...] Junto destas circunscrições existiam representantes do poder central: o governador civil nos distritos, o administrador do concelho nos concelhos, o administrador dos bairros nos bairros das duas grandes cidades e o regedor nas paróquias.²⁸⁹

Grande parte do atual território do concelho de Mafra é coberta por vegetação natural, formada por um número elevado de matas e bosques; o manto vegetal ocupa cerca de 80% da área total do concelho e mantém características mediterrânicas. Além disso, tem vestígios patrimoniais diversos que atestam o percurso histórico de várias comunidades que o habitaram desde épocas remotas. O patrimônio histórico arquitetônico-artístico, que marca a paisagem com referenciais históricos, e o patrimônio arqueológico, presente no subsolo, constituem referências históricas que consubstanciam a construção da memória coletiva do concelho.

A paisagem é marcada por numerosos elementos e espaços construídos, uns mais monumentais que outros, uns mais visíveis que outros, dadas as suas características específicas e a adaptação a condicionantes físicos locais. No patrimônio monumental, e numa perspectiva cronológica, o arquitetônico-religioso é o mais representativo em todos os períodos, exceto nos séculos XIX e XX, em razão das conjunturas históricas. São desse período as residências burguesas no meio urbano e as quintas no meio rural ou periurbano. Na arquitetura dita industrial, também nesse período, realçam-se os moinhos que, dada a quantidade e localização obrigatória (lugares altos), constituem imagens “típicas” da paisagem do concelho.

Um terremoto em 1755 marcou o patrimônio. Os estragos são, em geral, conhecidos pela documentação disponível. Na arquitetura religiosa, as necessidades do culto obrigaram à recuperação imediata dos espaços, fazendo-se, conforme os casos, a reconstrução total ou parcial dos edifícios ou restauros pontuais. Há uma história segundo a qual a família real quis manter residência fixa em Mafra, mas o terremoto a dissuadiu da ideia, pois o palácio tem dois andares. No século XIX, o patrimônio religioso foi marcado por campanhas decorativas.

²⁸⁹ MARQUES, 1991, p. 314–5.

Estruturalmente, em alguns casos eram obras necessárias ao tempo ou por questões de modernização dos espaços, noutros eram fruto do arrastamento de obras de reconstrução ou restauro de templos em virtude do terremoto de 1755. Na arquitetura civil, destaca-se o movimento burguês de construção de edifícios residenciais nos meios urbanos mais desenvolvidos (Mafra e, sobretudo, Ericeira)⁷⁰ e a construção ou reformulação de quintas, com residência e todos os edifícios utilitários, de grande porte e qualidade construtiva, que servem às atividades econômicas delas. Menos monumental, a arquitetura popular, também, compõem a paisagem arquitetônica do concelho: das casas mais “ricas” — as “saloiias”, de dois pisos, ritmadas por sequência de janelas de vão em ângulo reto, revestidas ou não a cantaria e com telhado de quatro águas — às mais “pobres” — casas térreas, com porta e uma ou duas janelas, cobertas singelamente por telhado de uma água longuíssima ou duas.

Mafra é famosa pelo seu palácio-convento (FIG. 11), mandado construir por dom João V no século XVIII e que constitui a mais grandiosa obra do barroco português — entre os moradores há quem diga que o convento é cópia do Palácio de Versales, na França. Mas se pode reconhecer nele alguma inspiração do convento castelhano do Escorial, numa articulação harmoniosa de três componentes distintos: palácio real, convento e igreja. O projeto original é de João Frederico Ludovice, autor da basílica do bairro da Estrela, em Lisboa. O palácio era popular para a família real, que gostava de caçar na Tapada de Mafra, por isso é conhecido até hoje como o palácio da temporada de caça.

O convento foi ocupado por franciscanos — que aí desenvolveram a farmácia e a enfermaria — e por dominicanos — que nele criaram uma das maiores bibliotecas da Europa. Em parte das instalações está a Escola Prática de Infância. O palácio-convento foi construído para cumprir a promessa do rei, que — muito doente — queria um descendente para ocupar o trono. Com o nascimento da princesa dona Maria Bárbara, foi determinada a construção do palácio. Faraônica, a obra começou em 1711, e nela trabalharam mais de 50 mil pessoas. Há portugueses que dizem que o convento é de Portugal e, também, do Brasil, pois foi construído à custa do ouro tupiniquim. É o paradigma do reinado mais rico da história de Portugal.



FIGURA 11 – Vista panorâmica do Palácio de Mafra — 2004
Fonte²⁹⁰

O palácio-convento²⁹¹ é o monumento mais emblemático do concelho: surpreende o olhar do visitante pela projeção que alcança na paisagem. Em 1,2 mil divisões, além dos aposentos reais, destaca-se a biblioteca, das mais importantes e magníficas do século XVIII — seu acervo é de quase 35 mil volumes.

A basílica do convento, patrimônio religioso ímpar de Portugal, é tida como obra-prima da arquitetura setecentista, distinguindo-se pela coleção de estátuas italianas do segundo quartel do século XVIII, pelo conjunto sonoro de seis órgãos, para os quais tem partituras que só podem ser executadas e para os carrilhões: único no mundo graças pelas a suas dimensões (92 sinos) e a beleza do seu mecanismo. Essa obra monumental exerceu as maiores influências formais nos meios artísticos nacionais por mais de um século. Nela se destaca ainda a Escola de Escultura de Mafra, criada para enriquecer o

²⁹⁰ MAFRA. Arquivo Municipal, s. d.

²⁹¹ SOMSEN, Mínguel; RIBEIRO, João Maria. **Convento e basílica de Mafra: *13*** O país das maravilhas. Lisboa: Tugaland, 2007, p. 20.

monumento no nível da execução dos altares para as capelas da basílica, escultura de vulto e de uma série numerosa de baixos-relevos para o monumento.

Durante a permanência da corte de dom João VI no palácio de Mafra, o monumento ficou marcado por uma nova campanha de obras. O monarca atribuiu a direção da decoração do palácio a Cirilo Volkmar Machado, que também o pintou.

A pedido do rei dom Pedro V, foi criada no palácio, em 1855, a Escola Real de Mafra para meninos, que se tornou uma instituição de ensino importante no concelho.²⁹² A escola funcionou durante a República, mas as atas da Câmara Municipal não registram pedido de subsídio para ela.

Maria do Céu esclarece o desenvolvimento da cidade de Mafra. Segundo ela,

O comércio necessita de técnicos preparados para a escrituração e contabilidade. Estes, regra geral, têm como destino a cidade de Lisboa. O mesmo para o telégrafo que se firma em novos códigos de comunicação — a taquigrafia e a telegrafia —, advindo uma sensibilização na Escola Real e, finalmente, o avanço da via férrea — o comboio — aporta outros fiscais que também necessitam da cultura escrita. Os serviços de alfândega, fiéis de armazéns, de igual modo não diferem da anterior, assomando uma classe alfabetizada. Por metade do século XIX, coincidente com a cultura da vinha, de forte implementação no Concelho, despontam os taberneiros, que ganham o sustento nas lojas de venda do vinho, regra geral são também alfabetizados. Os meninos mais inteligentes, órfãos e/ou oriundos de famílias de trabalhadores rurais pobres eram cooptados pela mercê régia com o intuito de seguirem o Magistério Primário, outros, a escola industrial e rural, e uma ínfima parte os Estudos Superiores. Alguns, oriundos do Norte do País, seguiram destinos militares ou medicina. Diferente sorte tiveram outros órfãos, expostos, filhos de trabalhadores rurais ou de pescadores pobres e alguns deficientes, que constituíam um subgrupo de alunos, que iniciavam o espaço escolar sem sucesso e elevados índices de abstenção. Para alguns, as aprendizagens não chegam à apreensão de uma sílaba ou de uma letra rudimentar e, muito a custo, outros atingem uma leitura silabada e uma escrita muitíssimo elementar. Às crianças órfãs ou expostas esperava-as o destino dos trabalhos do campo, sobre a tutela de um proprietário rural nas diferentes Freguesias do Concelho.²⁹³

O jornal *Diário de notícias* publicou em 2000 um estudo sobre a qualidade de vida nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Realizado pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), esse trabalho se embasou na análise destes indicadores socioeconômicos: infraestrutura e saneamento, habitação e demografia, poder de compra,

²⁹² “Ainda neste importante momento histórico (1855) acontece a instauração da Escola Real de Mafra, por D. Pedro V. Nesta perspectiva detectámos um Concelho com uma dinâmica espacial interessante que adquire contornos pertinentes com a recriação Liberal que o transforma num Município animado pelo Movimento Regenerador burguês.” ALVES, 2003, p. 115.

²⁹³ ALVES, 2003, p.09.

desporto e cultura, mobilidade e acessibilidade, educação e saúde, comércio e serviços, segurança, ambiente, emprego e salários. Em essência, o estudo pretendeu avaliar quais eram as oportunidades reais de acesso a diversos serviços pelos cidadãos que vivem nos centros urbanos ou nas periferias. A qualidade de vida foi traduzida assim: “[...] faz-se de coisas tão básicas como o acesso à água canalizada e a uma habitação condigna, à educação, à saúde e a outras que só poderemos exigir quando as primeiras estão garantidas, como actividades culturais e equipamentos desportivos”.²⁹⁴

Dentre os demais municípios portugueses, Mafra se destacou — e se destaca. Desde muito cedo, investiu em seus aspectos sociais, culturais e educacionais. A preocupação com a educação era vista nos jornais de época e nas atas da Câmara Municipal, que fomentou a educação. Essa preocupação com a instrução no concelho está impressa nas páginas do jornal *Folha de Mafra*, que traz na íntegra a sessão de 28 de outubro de 1896:

Outro; do commissariado da Instrucção primaria do districto de Lisboa, rogando que a câmara atenda ao pedido dos professores d’este concelho com respeito a livros e impressos para as escolas a que se refere o artigo 37.º do regulamento de 18 de junho último. O vice-presidente declarou que já se tinha officiado ao commissario, dizendo-lhe que se tem indicado aos professores que estes serviços são tratados pela Administração do Concelho; e bem assim qual a verba inscripta em orçamento para todas as despesas de instrucção. — Outro; do commandante do districto de recrutamento e reserva n.º, participando que, no dia 14 de novembro próximo futuro, pelas 9 horas da manhã se deverá proceder ao sorteio para exército e armada, dos mancebos recenceados por este concelho. — Outro; da administração d’este concelho fazendo igual participação à do referido commandante, relativamente ao dia do sorteio. — Outro; da junta de parochia da encarnação, devolvendo, informado favoravelmente o requerimento de Francisco Jorge do logar da Encarnação, pedindo para efectuar algumas obras d’uma caza que possui no referido logar. A câmara deferiu ao pedido.²⁹⁵

Nossa preocupação inicial foi pesquisar documentos similares aos que pesquisamos no Brasil. Assim, começamos a ler e transcrever atas da Câmara e textos sobre educação no período publicados em jornais. Ainda tivemos contato com livros de recenseamentos escolares do município — muitas vezes, ofereciam dados importantes para que os jornalistas (escritores, autores dos artigos) enfatizassem a importância da educação para o concelho de Mafra. Também lemos correspondências do Ministério da Instrução com a Câmara Municipal, que foram documentos importantes para percebermos a atuação do Legislativo na educação.

²⁹⁴ NEVES, Céu. **Diário de notícias**, Lisboa, 19 jul. 2000, p. 3.

²⁹⁵ CÂMARA Municipal. **Folha de Mafra**, Mafra, anno I, n. 12, 1º nov. 1896, p. 2.

Nos jornais, vimos recenseamentos escolares de 1882 e 1883, que se reportam às crianças nascidas entre 1870 e 1876. Foram objeto de análise da Junta Escolar do Concelho (eleita no biênio 1881–3), que elaborou um “Mapa do movimento escolar e plano provisório”, apresentado à presidência do município. No ano escolar de 1883, foram recenseadas 369 crianças em idade escolar: 190 crianças do sexo masculino, 179 do feminino. Dentre elas, 33,8% se encontravam abrangidas pela escolaridade obrigatória e 66%, fora da escolaridade obrigatória nas localidades com distância superior a dois quilômetros da sede das escolas da Vila de Mafra. Em 1889, foram recenseadas 483 crianças: 260 do sexo masculino, 223 do feminino. Em 1897, foram 725 as crianças recenseadas: 349 meninos, 376 meninas. O semanário *O mafrense* de 25 de dezembro de 1887 publicou um quadro com as 14 freguesias, hectares, fogos e almas que havia no município, além de mencionar a população total — 22.781 habitantes (QUADRO 6)

O número de pessoas alfabetizados no contexto educacional de Mafra em 1900 era este: dentre pessoas de ambos os sexos com idade entre 40 e 50 anos (nascidas entre 1851 e 1862), 20% eram alfabetizados; dentre os nascidos entre 1863 e 1878 (idade entre 30 e 40 anos), 23% o eram; dentre os nascidos entre 1875 e 1886 (idade entre 15 e 25 anos), 17% o eram; enfim, dentre os nascidos 1887 e 1895 (idade entre 5 e 14 anos), 15% das pessoas de ambos os sexos eram alfabetizadas.²⁹⁶

QUADRO 6
 Distribuição de área e população — 1886

FREGUESIAS	HECTARES	FOGOS	ALMAS
Mafra	5.143	767	3.231
Milharado	3.649	660	2.670
Egreja Nova	2.257	380	1.572
Santo Isidoro	2.891	412	1.594
Encarnação	2.591	325	1.367
Azueira	1.976	459	1.896
Santo Estevão	1.707	339	1.363
Enxara	1.595	514	2.002
Alcainça	1.453	180	713
Sobral	1.209	234	1.091
Carvoeira	970	174	679
Ericeira	838	803	2.903
Gradil	711	238	848
Chelleiros	350	204	852

Fonte²⁹⁷

²⁹⁶ Cf. ALVES, Maria do Céu. **Um tempo sob outros**: o processo de escolarização no concelho de Mafra — anos de 1772–1896. Braga: Universidade do Minho, 2003.

²⁹⁷ O MAFRANSE, Mafra, ano I, n. 1, p. 3, 25 dez. 1887.

O ensino noturno para adultos foi implantado na freguesia de Mafra em 1863 e há registros de seu desenvolvimento até 1873 nas instalações da Escola Real de Mafra. Quanto ao desenvolvimento da aprendizagem no segundo ano do curso, grande parte dos discípulos lia e escrevia com dificuldade (uns, “bastardinho”; outros, “cursivo”), fazia as quatro operações sobre inteiros, dízima e 12 alunos principiavam a aprender o sistema métrico. Os adultos que frequentavam a aula noturna vinham de ofícios vários que requeriam o domínio da palavra escrita para se desenvolverem profissionalmente; dito de outro modo, a qualificação profissional exigia um saber-fazer cujo acesso a instrução primária elementar facilitava (a especialização dos ofícios).

As freguesias tinham uma população dispersa, dada a extensão geográfica do município. O acesso à escola era restrito a crianças que moravam nas vilas. Muitas delas trabalhavam para ajudar no sustento da família. Como o ensino escolar ainda não era obrigatório, grande parte das crianças ficava de fora, por causa da pobreza, sobretudo quem morava a dois quilômetros de distância da escola. Crianças cujos pais se deslocavam até o centro por motivos de trabalho não perdiam as aulas.

Ciente da carência de escolas no país todo, um certo conde²⁹⁸ deixou em testamento um investimento alto para construção de várias escolas no país. As escolas eram casas em condições paupérrimas, onde faltava luminosidade e a higiene era precária. Com a passar do tempo (1896), uma delas (FIG. 12) começou a se deteriorar, a ponto de ser preciso uma professora informar a administração do concelho de que as paredes estavam caindo, ameaçando a segurança das crianças e impedindo as atividades escolares. (Entre 1882 e 1893, lecionaram três mestras. Uma tinha provimento vitalício e era habilitada com o primeiro grau do Curso Normal Primário, as demais obtiveram provimento temporário nos primeiros anos de ensino, depois foram habilitadas com o primeiro e segundo graus do Curso do Magistério Primário. Habilitada com o exame de admissão aos liceus, uma professora-ajudante apoiava as docentes no desenvolvimento escolar. A média etária delas era de 24 anos.) Além dos problemas de má conservação, começaram a vender peixe e assar castanhas em uma tira do terreno da escola. O mau cheiro e a fumaça atrapalhavam

²⁹⁸ Joaquim Ferreira dos Santos (nascimento: 4/10/1782, Campanha — morte: 24/3/1866, Porto), mais conhecido como Conde Ferreira, foi um comerciante que fez fortuna no Brasil e na África. Quando regressou para Portugal, decidiu construir e mobiliar (em um total de 120) várias escolas primárias em Portugal. As escolas tinham a mesma planta e habitação para professores. Ele é visto como um dos grandes impulsionadores da educação pública em Portugal.

prejudicavam a saúde das meninas, pois não havia mais áreas arejadas na escola. Em 1899, as professoras foram à justiça dizer que a Câmara não cuidou do prédio como devia, que outras câmaras haviam feito várias benfeitorias na escola, como se observa no artigo abaixo

Por se achar em estado de ruina, foi comdenada a escola do Conde Ferreira, d'esta Villa. Por tal motivo vae ser arrendada uma caza em condições, para aquella escola funcionar, em quanto se não procede aos devidos reparos ou construe outro edificio nas condições exigidas. Pena será que a demolir-se o actual edificio, se não aproveite aquelle recinto para um pequeno mercado, acabando-se com a aglomeração de *pocarinhos* ao centro da praça de D. Carlos Fernando, e construindo o edificio para a escola em ponto mais apropriado. Sabemos que nada se faz senão com *aquilo* que se compra os melões, mas o que é facto é que os mesmos melões, melancias, etc., sobre tudo com um bocadinho de boa vontade, se levaria a effeito aquelle melhoramento, sem se tornar pezado aos munícipes, que em abandono da verdade, não querem, nem pódem pagar mais impostos. O vendilhão, com certeza se não importava pagar uma ninharia para estar ao abrigo, quer do sol, quer da chuva, e cremos que este ponto é um dos que afugentam os vendedores, que, na incerteza de venderem os seus gêneros teem mais tarde que andar porta em porta ou então carregar com elles outra vez. Estamos convictos que a exm.^a câmara não deixará de meditar sobre este alvire. Assim o esperamos.²⁹⁹



FIGURA 12 – Alunos na entrada do prédio da Escola Conde Ferreira, atualmente prédio da Biblioteca Municipal da Vila de Mafra

Fonte³⁰⁰

²⁹⁹ ESCOLA do Conde Ferreira. **O correio de Mafra**, Mafra, anno III, n. 78, 1º jul. 1900, p. 1.

³⁰⁰ MAFRA. Arquivo Municipal, s. d.

Em 1900, as professoras foram informadas de que a escola seria transferida para uma casa provisória, pois não havia prédio próprio para alocá-la. Não temos mais informações sobre o destino da escola; só sabemos que, em 1924, o prédio original foi demolido, a contragosto de muitas pessoas que queriam mantê-lo para contar a história do legado de Conde Ferreira. Fragmentos como portas, janelas e cantarias reaplicaram-se num edifício escolar, construído na freguesia de Igreja Nova, hoje sede da junta e que, nas décadas seguintes, acolheu a instrução de meninos e meninas daquela paróquia. O destino do edifício histórico da Escola Conde Ferreira, desde o nascimento desta, foi avesso ao que seu mentor concebera. Nunca se reconheceu o valor intrínseco; antes, houve um embaraço a quem a ela concorreu astuciosamente e a uma fração da população vizinha com interesses pessoais e comerciais que persistiram no tempo. Contrastando com o palácio-convento, essa obra do conde devia ter representado, com sua pequenez, a grandeza do legado precioso de um benemérito que, na gênese do movimento republicano em Portugal, mostrava conhecer bem as condições materiais deploráveis da maioria das casas de ensino primário no reino, confirmadas nas diferentes escolas do concelho de Mafra no século XIX.

Em 1897, ainda sob a égide da monarquia, a situação do analfabetismo no concelho de Mafra não diferia da situação nas demais partes do país. O povo clamava por reformas de ensino, no país e nos municípios. O ensino ia de mal a pior. Urgia uma reforma na educação. Mesmo que houvesse investimentos da Câmara Municipal na instrução primária, estas eram insuficientes. Eis alguns dados que o semanário *Folha de Mafra* publicou sobre o analfabetismo e investimentos na instrução pública do concelho,

Por mais de uma vez nas paginas d'este semanario, temos alludido ao estado desgraçado em que se encontra a instrucção no nosso concelho. Milhares de factos corroboram o nosso asserto. Os acontecimentos do 1 de julho demonstram bem a que excessos pode ser levado o alphabetismo, quando explorado por aventureiros sem consciência. Para se fazer ideia do atraso em que se encontra o concelho, sob o ponto de vista da sua instrucção, basta meditar bem nos seguintes números, por demais eloquentes. População de residência habitual no concelho, em 1 de dezembro de 1890 — 24:222 habitantes. Número total de alphabetos — 19:894. Sabem lêr e escrever — 3:884. Conclue-se d'estes números que apenas pouco mais de um quinto da população sabe lêr e escrever! Não faremos grandes dissertações sobre os inconvenientes da falta de instrucção popular. É assumpto já muito debatido e em que não queremos entar n'este momento. Por agora limitamo-nos a lembrar n'este ligeiro artigo, destinado a ser lido pelas classes menos illustradas, os sacrificios que o município faz com a instrucção e as vantagens que lhes correspondem. No presente anno contribue a câmara com a quantia de 3:9593275 réis para as desepezas da instrucção primaria. Para uma câmara cuja totalidade das receitas ascende à quantia de 16:8563217 réis, é

óbvio que não é pequeno o sacrifício. E corresponderá porventura a esse sacrifício camarário, um grande derramamento da instrução nas classes populares? Não por certo. É ver as escolas desertas em quasi todas as freguezias; é vêr as más condições hygienicas da maior parte dos edificios escolares. Inspecção às escolas, para julgar da aptidão dos professores e do aproveitamento dos alumnos não existe. O sr. inspector Travassos Lopes visitou ultimamente algumas escolas do concelho, deixando outras completamente abandonadas.³⁰¹

A escola pública do sexo feminino admitiu crianças cuja média etária se firmava em 7,5 anos. O período de escolaridade se repartia entre seis e onze anos. Grande parte delas residia na Vila de Mafra; 8% moravam a mais de um quilômetro da escola; 13%, nas localidades adjacentes fora da obrigatoriedade de frequência escolar; 4%, noutras freguesias — Igreja Nova, Freguesia Confinante e Encarnação, ao norte, uma das mais distantes da sede do concelho. Na escola particular de dona Maria da Conceição Rocha Almada estavam matriculadas 22 crianças de ambos os sexos. Ela funcionava em regime de coeducação, e as atividades escolares ocorriam de manhã e à tarde.

Até a reforma de João Franco, em 1894, os exames de instrução primária de nível elementar (primeiro grau) ocorriam na Escola Real de Mafra. Depois passou a ser em cada escola pública das diferentes freguesias do concelho de Mafra. O professor emitia um certificado e o remetia ao comissário de estudos de Instrução Primária, em Lisboa. O certificado autenticado pelo comissário era entregue às famílias que o requeriam. Alunos propostos pelos professores — em condições de terminar os estudos primários do nível complementar (segundo grau de instrução primária) — iam ao Liceu Nacional de Lisboa para serem examinados por um júri. Os alunos propostos e as classificações obtidas eram registrados em pauta própria.

O exame das meninas pedia máquina de costura, pano, agulhas e linhas, além de outro material de uso geral como tinta, papel, penas e mapas anexos, normalizados no regulamento de 28 de julho de 1881, na Câmara Municipal do concelho. Os exames tinham duas fases distintas e complementares: uma escrita, outra oral; o número de dias podia ser proporcional ao maior número de alunos propostos, sendo então atribuídos mais dias aos exames. No término das provas, a comissão inspetora se reunia para deliberar as notas e atribuí-las, afixando-as em pautas de exame (modelo E — livro 321), para posterior consulta de qualquer interessado. O estado custeava bolsa de 10\$000 réis aos alunos mais bem classificados, em

³⁰¹ INSTRUÇÃO Primária. **Folha de Mafra**, Mafra, anno I, n. 25, 31 jan. de 1897, p. 1.

geral quem saía dos exames com “distinção”; a atribuição do prêmio e a comunicação às autoridades competentes cabiam ao júri de exames.

O concelho de Mafra, através da Câmara Municipal, investia na educação de sua comunidade, pois sempre que pôde atendeu aos ofícios dos professores,

Ofício da professora da escola oficial do sobreiro pedindo lhe seja fornecidos os livros e impressos para serviço da escola a seu cargo a que se refere o regulamento de dezoito de junho último. Resolveu responder em harmonia com o que se tem dito as demais professoras e professores, isto é, que se [...] a administração do conselho por onde são processadas as folhas de todas as despesas escolares. Um exemplar impresso oferecido a esta câmara pela associação dos engenheiros civis portugueses contendo o catálogo descritivo da coleção de alguns memórias e desenhos de Portugal apresentados na exposição universal de Chicago em mil oitocentos e noventa e três. Resolveu agradecer. [...] Comissárias da instrução primária do distrito de Lisboa sob o número duzentos e cinquenta e cinco rogando que a câmara atenda aos pedidos dos professores deste conselho com respeito a livros e impressos para as escolas, conforme dispõe o artigo trinta e sete do regulamento de dezoito de junho último. O vice presidente declarou: que já tinha oficiado ao comissário dizendo-lhe o que se tem feito a tal respeito e qual a verba inscrita no orçamento para todas as despesas de instrução. [...] Em seguida o presidente levantou a sessão. E eu Carlos Augusto Cassimiro da Silveira, secretário da câmara subscrevo esta acta.³⁰²



FIGURA 13 – Vista parcial da cidade de Mafra em 1920; a arquitetura se assemelha à de Uberabinha nessa mesma década, pois mostra prédios que fogem ao estilo neoclássico e sugerem certa preocupação com a modernização da cidade

Fonte³⁰³

³⁰² MAFRA. Câmara Municipal. **Acta da sessão do Conselho de 25 de novembro de 1896**, s. p.

³⁰³ MAFRA, Arquivo Municipal, s. d.

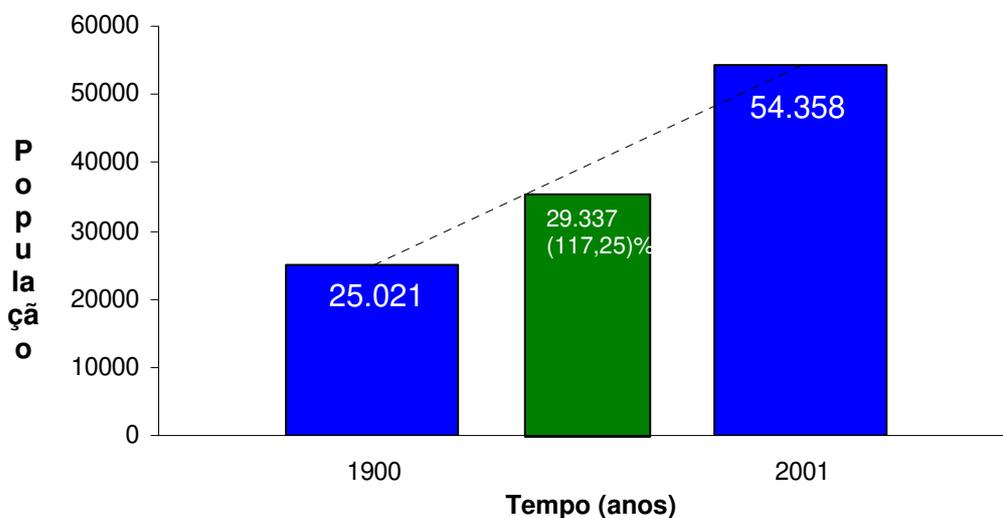


GRÁFICO 3 – Crescimento populacional de Mafra entre 1900 e 2001
Fonte³⁰⁴

Em 1900, o concelho de Mafra tinha mais de 25 mil habitantes; em 2001, eram mais de 54 mil (GRÁF.3). Essa evolução demográfica revela uma diferença significativa entre a população residente de 1900 a 2001:³⁰⁵ mais de 29.337 habitantes, o que representa aumento de 117, 25%, como mostra o gráfico a seguir. Na década de 1910, o aumento populacional no concelho resultou, sobretudo, de migrações para a zona litorânea. No decênio de 1920, ocorreu um decréscimo da taxa bruta de crescimento em razão de um surto epidêmico de pneumonia e da entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, a partir de 1914. O terceiro recenseamento (1920–50) registrou uma taxa de crescimento positiva graças, em grande parte, à emigração para o distrito de Lisboa, inclusive para o concelho de Mafra.

O povo era incansável na batalha contra o analfabetismo, mas era difícil vencer esse vilão, pois a maior parte da população dependia da lavoura para sobreviver e morava na zona rural. Ainda assim, os jornais clamavam pela instrução no concelho de Mafra:

³⁰⁴ DIVAGANDO... **Democracia**, Mafra, ano I, n. 10, 5 abr. 1914, p. 1 apud SOMSEN, Mínguel; RIBEIRO, João Maria. **Convento e Basílica de Mafra**: *13* O país das maravilhas. Lisboa: Tugaland, 2007, p. 11.

³⁰⁵ Cf. SOMSEN; RIBEIRO, 2007, p. 11.

Olhar pela criança é olhar pelo futuro: é promover o progresso da nação, e por isso o bem geral: é tornar possível a riqueza colectiva, tornando possível, pela instrução, a riqueza individual; é preparar o futuro no presente; é prevenir; é afastar a necessidade de remediar, é consolidar a existência da nação, a sua autonomia, e levantal-a no conceito de outras nações. E não ha outra forma de o conseguir, desenganemo-nos! Valorizar o indivíduo pela instrução, é habilitat-o a valorisar a terra pelo trabalho, — e valorisada a terra, a indústria agrícola brotarão infallivelmente as outras indústrias, a riqueza, a abundância, o bem-estar, a paz a liberdade. — A liberdade, que é hoje um apanágio de meia dúzia, o bem-estar, que a maioria não sabe sequer o que é — fora das suas crenças! E estas lh'as não roubaria a instrução.³⁰⁶

Há relatos de os alunos faltavam muito às aulas. Alguns não tinham roupa para ir à escola; muitos ajudavam os pais na lavoura. Mas em um texto de jornal deixa entrever que vários alunos ajudavam os professores em suas hortas; a Câmara Municipal pedia, então, punição a quem exploravam o trabalho dos alunos em vez de instruí-los.

As queixas graves que por vezes temos recebido contra determinados professores acusando-nos de incúria e desleixo e até falta mais importantes, provam-nos que no concelho não ha fiscalisação ou inspecção dos serviços de instrução. Ha escolas de populosas freguezias que apenas são frequentadas por meia dúzia de alumnos que cousa algum adianta durante esta frequência ao passo que outros são regularmente concorridas. Qual a causa? Será por que n'umas freguezias as famílias dos menores comprehendem melhor os seus deveres no que em outras? Pode ser uma das causas, mas não nos parecem que seja a principal. N'essa hypothese, porém compete aos parochos aconselhar aos paes a mandar os filhos à escola. Disse também que a miséria do maior número é um factor importante para a deficiência da frequência à escola. Que a maior parte das famílias, por falta de recursos para apresentar os rapazes ou raparigas decentemente vestidos na escola, os não mandam lá. Que também, desde bem pequenitos os filhos dos pobres ajudam os paes nos labores do campo e que por consequência consideram como prejudicial aos seus interesses o tempo que estão na aula. São, sem duvida, estas, uma das causas da falta de frequência. A miséria e também o egoísmo e a estupidez, porque muitos paes entendem que desde que elles vivem sem saber lêr, não precisam que os filhos sejam letrados! Mas, também tem grande parte no mal a falta de cuidado de alguns professores. Sabemos de alguns que são os primeiros a instar com os paes para mandarem os filhos à escola, mostrando-lhes a vantagem da instrução e, bem ou mal lá os convencem a mandar os rapazes. Outros professores, porém, fazem pelo procedimento quanto podem para afungentar os alumnos para assim lhes dar mais tempo para tratar da horta, e, ainda sim, até às vezes aproveitam os poucos rapazes que teem em os ajudar nos seus serviços em logar de lhes dar a instrução que dévem. Ora, os paes vendo isto, dizem, e com razão, que visto que os rapazes vão para a escola tratar da lavoura do mestre, melhor a ficar em casa a tratar da sua. Mas, para de tudo haver cá no concelho, existe até n'uma freguesia um professor que pelos seus maus costumes, impede as famílias de mandar os rapazes à escola; outros que lançam contribuições forçadas aos rapazes, e outros ainda que usam e abusam dos castigos corporaes, com a letra expressa da lei.³⁰⁷

³⁰⁶ AO POVO: contra o analfabetismo. **O correio de Mafra**, Mafra, anno V, n. 176, 3 out. 1902, p. 1–2.

³⁰⁷ INSTRUÇÃO no concelho. **O jornal mafrense**, Mafra, anno VIII, n. 416, 22 dez. 1905, p. 1.

Nossa análise revela que Mafra é um dos poucos concelhos que têm condições financeiras de manter a instrução no município. Sua preocupação com a educação para crianças em idade escolar mostra que a cidade quer o progresso e sabe que o conseguirá pela instrução. Nessa perspectiva, vemos Mafra também como município pedagógico. De fato alguns textos de jornais sugerem que o povo do concelho reclamava da administração quando o estado voltou a gerir a instrução pública. E mais: observamos que muitos prédios onde funcionavam as escolas não tinham condições mínimas de higiene e iluminação, essenciais para que as crianças possam aprender. Mas havia uma preocupação com essas questões na Câmara Municipal, como revela as atas:

Correspondência-ofício da professora oficial da escola do sexo feminino da freguesia do gradil de dezoito do corrente mês pedindo para esta comissão tomar a responsabilidade pelo pagamento da renda de sessenta mil réis anuais de um prédio que reúne as condições exigidas e o número de casas necessárias situado em frente do atual edifício escolar por este não ter condições higiênicas e pedagógicas, pois, além de ser mal ventilado e iluminado é de acanhadíssimas dimensões, não tendo o número de casas necessárias.³⁰⁸

A preocupação se estendia à estrutura física dos edifícios escolares, dada a precariedade de muitos deles, conforme evidencia esta passagem:

Ofício datado de vinte e três de março último da professora oficial da escola da Carvaina, pedindo os urgentes reparos de que carece o edifício onde funciona a escola que rege e que serve também para sua habitação por estar em péssimo estado. Foi resolvido mandar fazer as reparações de que necessita o referido edifício segundo o respectivo orçamento que foi apresentado pelo vereador Manuel Franco por meio de arrematação, visto que no orçamento de instrução primária existe consignada verba para este fim. Ofício número duzentos sessenta e quatro.³⁰⁹

O Legislativo não se cansava de tentar adequar às escolas, isto é, buscava melhorá-las, tentando viabilizar verbas para o concelho:

Proponho que a Câmara peça a comissão central da execução da lei de separação para que, na freguesia de Azueira e em todas as outras freguesias onde esta comissão tenha prédios que possam ser adaptados para casas de escolas e habitação dos professores, sejam cedidas a esta câmara, mediante uma pequena renda, obrigando-se a câmara a fazer os necessários concertos. O vereador secretário Candido Duarte. Admitido. Posta a discussão a votação foi aprovada por unanimidade. Proponho que se oficie imediatamente ao excelentíssimo ministro de Instrução Pública, pedindo para que sua excelência distribua a verba dos duzentos contos uma parte para a reparação da escola Conde Ferreira desta vila e construção da escola oficial da igreja nova, visto que a junta de paróquia tem em seu poder a quantia de quatrocentos e cinquenta escudos destinada àquela construção e bem assim para a construção de uma escola na vila da Ericeira.³¹⁰

³⁰⁸ MAFRA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária de 20 de março de 1912**, Mafra: Livro 22, p. 40.

³⁰⁹ MAFRA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária de 22 de abril de 1914**, Mafra: Livro 24, p. 90.

³¹⁰ MAFRA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária de 7 de janeiro de 1914**, Mafra: Livro 27, p. 20.

Ao reassumir o controle da instrução (decreto 2.387, de 12 de maio de 1916), o Estado reorganizou o ensino primária e acabou com descentralização — tirou dos municípios a autonomia para gerir sua educação. Várias câmaras reclamaram, pois os professores ficaram sem receber salários subsídios. Em Mafra, o jornal *Democracia* informou:

Ainda está por pagar os vencimentos dos professores do nosso concelho respeitante ao mes de agosto. As subvenções também estão por pagar deste julho. Enquanto este serviço, este a cargo da Câmara Municipal, pontualmente estes funcionários receberam seus vencimentos, até mesmo adeantados, agora que é o Estado quem directamente lhes paga, já se não torna necessária tal medida. Como a vida está barata e a maioria se não todos, vivem apenas do seu trabalho, a que ponto chegam esses humildes funcionários? Providências!³¹¹

Até 1927, o concelho de Mafra lutou para implantar uma escola primária complementar. Essa luta está patente em textos de jornais, nos debates da Câmara Municipal e na correspondência entre Ministério da Instrução Pública e Câmara, como sugere documento reproduzido na Figura 14.

Dito isso, Mafra mostra ser um município com características de pioneirismo em Portugal ao propor investimentos na educação pública, pois uma das preocupações do Poder Legislativo era pagar os vencimentos e o subsídio dos professores. De fato o concelho tinha receita que lhe permitia administrar suas despesas com educação; mas outras necessidades típicas do ambiente cultural de modernização republicana careciam de investimento (higiene, saúde, moradia, água tratada, luz, telefone e outras).

As atas da Câmara Municipal não tinham dados de quanto se investia nessas áreas nem a imprensa local revelou a quantia destinada a cada um desses setores; tampouco tivemos acesso a outras fontes sobre o concelho de Mafra que permitissem fazer uma análise comparativa com os investimentos feitos pelo município de Uberabinha.

³¹¹ ORDENADO e subvenção aos professores. *Democracia*, Mafra, anno III, n. 143, 22 out. 1916, p. 3.

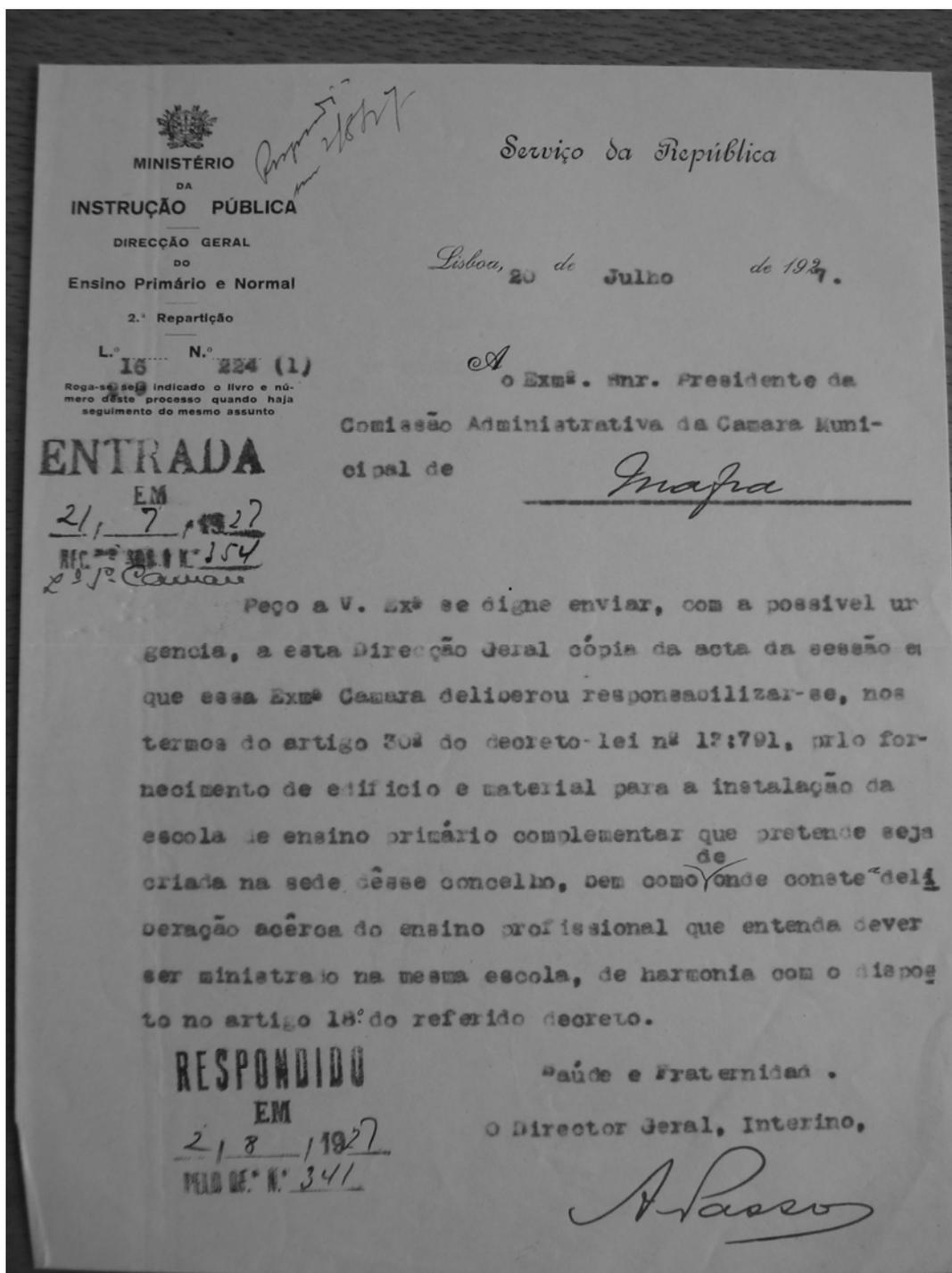


FIGURA 14 – Ofício de 2 de agosto de 1927 respondendo ao pedido de um edificio e de material para instalação de escola de ensino primário complementar à criada no concelho de Mafra e onde o ensino profissional seria ensinado

Fonte³¹²

³¹² MAFRA. Arquivo Municipal. Pasta de documentos primários, 1927.

Em todo caso, nosso objetivo foi tentar salientar como iniciativas postas em andamento nessas duas cidades caracterizaram uma ação descentralizadora em cada uma. Tal descentralização é patente nas discussões sobre o ensino nos municípios em que o poder público local assume a responsabilidade de promover a instrução tendo em vista os ideais republicanos de modernidade pedagógica. Por outro lado, havia a proximidade de interesses permeando cada comunidade; em outras palavras, grupos hegemônicos locais, de certa maneira, viam-se pressionados pela população que eles queriam que alçasse uma situação melhor, e essa melhoria supunha quase necessariamente a chancela educacional. Para nós, os textos de jornais e os debates, muitas vezes intensos, nas Câmaras Municipais apontam essa direção. Assim, a conjugação ou somatória desses elementos podem corroborar nosso pressuposto de existência de ações direcionadas à presença do município pedagógico no concelho de Mafra nos últimos anos de monarquia, nos primeiros anos da República portuguesa, já no século XX, e na Uberabinha das primeiras décadas do século passado.

Considerações finais

O analfabetismo foi visto como fator gerador de problemas econômicos e sociais no Brasil e em Portugal no fim de século XIX e no começo do século XX. Inversamente, a educação escolar foi vista como fator central para que esses países progredissem e se modernizassem. Alvo do descaso da monarquia de cá e de lá, a educação do povo, ou a extinção do analfabetismo, esteve na pauta dos agentes políticos da primeira República brasileira e dos republicanos de Portugal (embora lá a República tenha sido instaurada algumas décadas após a monarquia dar lugar ao republicanismo aqui). A autonomia relativa e os princípios de descentralização advindos do governo republicano puseram em pauta a instrução pública, que ganhou importância, pelo menos discursivamente, na estruturação política, econômica, social e cultural de ambos os países. Ela se alinhava aos ideais de democracia, progresso e ordem — princípios do liberalismo. Passou a ser vista pela elite governamental como via de ascensão social e sustentação do chamado Estado democrático de direito. Por isso, mas não só, verifica-se um movimento expressivo pró-educação pública no Brasil e em Portugal.

A República brasileira resultou da aliança entre Exército, fazendeiros do café ligados ao capital internacional e setores da camada média; e sua proclamação foi facilitada indiretamente pelo desprestígio do regime imperial, pela abolição da escravatura e pelo enfraquecimento momentâneo das oligarquias ditas tradicionais.³¹³ O novo regime se ergueu com um aparato legal fundado no modelo liberal dos Estados Unidos e no positivismo, em voga no século XIX; noutras palavras, aqui, o moderno se identificava com princípios liberais e positivistas então divulgados na Europa e na América do Norte. Imbuídos dessas concepções, os republicanos apresentaram propostas para mudar o quadro desfavorável da educação e criar condições para o desenvolvimento econômico e político do país, isto é, para fazê-lo alçar ao panteão das nações tidas como mais civilizadas. Eis a linha discursiva do debate sobre os problemas educacionais nas discussões parlamentares

³¹³ COSTA, 1977, p. 16. Segundo essa autora, tais mudanças foram “[...] o resultado desse processo de desenvolvimento e perpetuação de valores tradicionais, elitistas, antidemocráticos e autoritários, bem como a sobrevivência de estruturas de mando que implicam na marginalização de amplos setores da população”.

na capital federal de então (Rio de Janeiro), nas assembleias legislativas estaduais e nas câmaras municipais de muitas cidades.

Após a proclamação da República portuguesa, os responsáveis pelo novo regime de governo buscaram reformar o modelo educativo vigente em todos os níveis de ensino — mas deram atenção especial ao analfabetismo. Os reformistas separaram o conceito de instrução do de educação; entendiam que, para chegar a esta, aquela era condição essencial. Pretendiam não só instruir, mas também educar, ou seja, enaltecer os valores os princípios cívicos da pátria lusitana, seus feitos coloniais, seus heróis etc. Pela instrução cívica, iniciada na infância, o país recuperaria sua condição natural de potência europeia. Também promoveram a laicização do ensino para retirar da igreja católica boa parte de seu controle sobre a educação. Assim, para os dirigentes da educação do período republicano, esta entraria numa fase áurea, pois até a proclamação da República portuguesa (5 de outubro de 1910) não se pensava muito na educação básica nem se cogitava a criação do Ministério da Instrução Pública de imediato (foi criado em 7 de julho de 1913, pelo decreto-lei 12). Quanto ao regulamento para o ensino primário, as medidas iniciais foram tomadas em 22 de julho de 1911 e visavam corrigir a condição de abandono a que monarquia relegou essa modalidade de ensino. Os republicanos lusos levantam, então, duas bandeiras: instrução pública para instruir e para educar.

Os republicanos viram — e consideraram — a educação como fator de eficácia. Isso implicava uma dinâmica congruente entre diversas forças locais, orientadas para um projeto autônomo (incluindo disciplinas adaptadas aos locais), e a confluência dessas dinâmicas num ideário nacional (o patriótico e o municipal compunham a mesma cidadania: a do progresso e da modernização). Nesse sentido, buscamos identificar o ideário que embasava a República em seu começo, o papel esperado da educação nesse ideário e como ele repercutiria na esfera municipal. Como era o Estado que se via como liberal, seja o estado português ou o brasileiro, à educação se reservava um espaço fundamental, tendo em vista tanto as experiências de desenvolvimento no século XIX que abriram caminho à industrialização e ao progresso europeus, ao menos em países já industrializados, quanto a necessidade de se formar o cidadão, seja para a prática política, o exercício da cidadania, a preservação da tradição humanista ou a formação profissional.

Fosse contrária ou favorável a posição da maior intervenção do Estado na sociedade, pode-se dizer que a crença no poder da educação como formadora da consciência do país, de preparação para a democracia e para o progresso material era disseminada entre as elites; e a República apareceria como sistema político apto a oferecer as luzes ao povo, sobretudo pela educação, com seu poder civilizatório. Esta passou a ser tida como direito do cidadão, e aí se assentaram os debates sobre educação municipal como forma de o local promover e propiciar a todos o acesso a essa condição essencial ao exercício da cidadania. Pensada e construída com iniciativas dos municípios, a escola se configurou como estrutura-base para se garantir localmente os princípios universais da cidadania. Logo, “[...] como se trata de um direito, é preciso que ele seja garantido e para isto a primeira garantia é que esteja inscrito em lei de caráter nacional”,³¹⁴ mas estendida ao local. Este, por sua vez, passou a tomar medidas para consolidar sua aplicabilidade aos municípios.

Nessa lógica, o período 1888–1928 pode ser caracterizado em Uberabinha e Mafra. A cidade mineira chega à condição de município em 1888, marco inicial da pesquisa, cujo marco final é 1928, quando o governo de Minas Gerais fez reformas significativas na educação no estado — por exemplo, disponibilizou mais verbas para a rede de ensino estadual e criou escolas em muitos municípios, dentre os quais Uberabinha. De 1888 a 1910, Mafra ainda estava sob o regime monárquico, mas os municípios portugueses tinham certa autonomia no plano político (ao menos mais que no Brasil) no período monárquico, sobretudo nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX, quando se observa uma relativa descentralização administrativa: a organização da instrução pública local cabia às câmaras municipais. Como marco final, escolhemos 1928 porque em 26 de outubro desse ano o decreto 16.077 alterou os objetivos do então ensino primário, com a publicação do relatório de uma Comissão constituída com objetivo de modificar os respectivos programas curriculares do ensino primário.

Embora essa contextualização política sugira semelhança entre os dois municípios, eles se diferiam, especialmente porque são espaços culturais, políticos e econômicos distintos, o que lhes dá dinâmicas distintas. Um ponto que os distingue é que Uberabinha investia na educação de crianças pobres, doando uniformes e material escolar. Em Mafra

³¹⁴ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 8.

não havia essa preocupação com os menos favorecidos; vários textos de jornais tinham relatos de pais dizendo que os filhos não frequentavam a escola porque não tinham roupas — mas alunos pobres com mais potencial intelectual eram cooptados com frequência, pelo menos no período monárquico; iam ser professores, médicos, advogados... De fato, jornais, atas e legislação educacional sugeriam um movimento pró-descentralização no concelho de Mafra, que buscou instruir seu povo sem se preocupar com legislação nacional em vários momentos. Contudo, não percebemos em Uberabinha leis municipais relativas à descentralização educacional; talvez porque, no Brasil, não se falava então em descentralizar o ensino, assim como não se cogitava que a legislação brasileira desse mais poder aos municípios tupiniquins, como ocorria com os lusitanos.

Desse contexto, merecem destaque as discussões e reformas relativas ao ensino público de nível primário levadas adiante pelos municípios em questão, tendo em vista a pretendida organização e fiscalização desse grau de ensino. Na tentativa de identificar imbricações, particularidades, nexos e contradições, pudemos ver algumas ações em Uberabinha e Mafra. Por exemplo, o balancete da Câmara Municipal de Uberabinha referente à receita do município e às despesas com instrução entre 1919 e 1930 dá uma visão mais ampla do valor anual arrecadado e possibilita compreender com maior clareza a preocupação com a instrução no município.³¹⁵ Os dados revelam um gasto médio anual de 3,5% com instrução e que o orçamento estimado para a educação quase dobrou em uma década: em 1919, previa-se um percentual gasto de 3,49% da receita, mas foram gastos 2,38%. Nos anos de 1924, 1925 e 1926, os percentuais gastos superaram as estimativas: respectivamente, os 3,45%, os 5% e os 9,09%; os gastos foram de 3,60%, 8,16% e 10,06%. O aumento de verbas se vincula ao empenho do poder municipal em implantar ações para cumprir a lei 278, de 7 de março de 1923, que previa ampliação no número de escolas no município. Essa inquietação do poder público local resultou da intenção de fazer a cidade se desenvolver e progredir, e para isso a instrução era um de seus instrumentos mais importantes e eficazes.

³¹⁵ Cf. VIEIRA, Flávio César Freitas. **Movimentos Educacionais em Uberabinha: Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico (1919 a 1930)**. SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 5., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: FE-UNICAMP, 2001, CD-ROM.

As atas detalham bem os investimentos. No caso de Mafra, o investimento em instrução primária era demasiado, como sugerem textos de jornais e atas da Câmara Municipal, embora as atas não detalhassem os investimentos. Ainda assim, os dois municípios investiram muito no setor educacional. Sobretudo por ser essencialmente republicana, Uberabinha já apresentava e aprovava, via Câmara Municipal, leis sobre a instrução pública no município logo nos primeiros anos de Brasil republicano; enquanto Mafra se preocupava com problemas de instrução pública no município desde o período monárquico, fazendo propostas de construção e melhoria de escolas sob a jurisdição de seu concelho — mas a ação legal voltada à instrução ocorreu só no século XX, após a instauração da República portuguesa. Essas diferenças, porém, não impedem comparações entre eles, se forem realizadas transversalmente, ou seja, com base em imbricações, particularidades, nexos e contradições, nem anulam a semelhança entre as duas cidades relativamente a terem uma preocupação em comum: a educação, então sob responsabilidade do município. Compará-los nesse caso não é analisá-los de forma estanque, mas de modo a buscar a tecedura da teia existente e as desconexões presentes nos dois lados do oceano Atlântico.

E essa preocupação nos dois municípios — e as ações dela derivadas — caracterizam o que alguns pesquisadores categorizam como “município pedagógico”.³¹⁶ Assumir como tese a existência de município pedagógico supõe, além de aspectos identitários e de transformação, que a cidadania embasou a sociabilidade educativa; ou seja, que o município criou condições mínimas para se constituir uma “pedagogia escolar”, que se tornou uma amálgama social importante, dada a realidade da época nos municípios em

³¹⁶ Para Wenceslau Gonçalves Neto pode-ser definir assim a ação, ou a preocupação, das câmaras municipais ligada à questão educacional, pois “O município pedagógico é a entidade administrativa local na qual as autoridades constituídas, avançando para além das dimensões político-administrativas, promovem a educação a uma posição de centralidade para o alcance do desenvolvimento sócio-econômico e para a legitimação do poder. Trata-se de uma categoria ainda em formação, dado seu uso recente, e tem sido identificada no Brasil na segunda metade do século XIX, possibilitada pela existência de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos limites municipais, levando à regulamentação e implementação locais dessa obrigação. Também inclui-se nesse conceito a apropriação que as elites fazem dessa responsabilização, tirando proveito para a concretização de objetivos particulares, relacionados à manutenção da ordem, disseminação de ideologia e delimitação de uma identidade municipal. Deve-se acrescentar que esse movimento é impulsionado, na época, pela crença no poder regenerador da educação e da necessidade de implantação de sistemas escolares para sua implementação”. HISTEDBR. Município pedagógico. Disponível em:

www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_municipio_pedagogico.htm. Acesso em: 20 ago 2008. Cabe ressaltar que o mentor da categoria município pedagógico foi o professor doutor Justino Pereira de Magalhães, professor catedrático da Universidade Lisboa

estudo. Se não se pode dizer que tal pedagogia fora assumida plenamente por quem respondia pela direção política do município, também não se pode afirmar que não fora vivida pelos educandos como destino de vida, contrastante ou não com os cidadãos de outros territórios.

O município pedagógico surge, então, como complexo estrutural (singular) e instância autônoma. Há documentação histórica que informa e consagra o desenvolvimento do município, assim como há aquela que legitima a descentralização e autonomização e aquela relativa aos projetos e às realizações municipais. Nelas, o município é objeto histórico: teve vida própria — comprova-o o manancial de documentos específicos; é possível articulá-lo com a política nacional/global sem se perder de vista o local, ou seja, sua identidade, pois nele se identificam coletivos e agentes que transformaram a vida municipal num projeto de características próprias, experiências e vivências distintas daquelas observadas no quadro mais geral do nacional.

Pressupomos que o fenômeno educacional se vincula à produção e reprodução da sociedade humana, qual seja: as ideias e representações que se entrelaçam diretamente com a atividade material dos homens ao produzirem sua vida. Assim, a realização deste estudo exigiu discutir com mais profundidade a noção de *município pedagógico*, visto como lugar e instância histórico-pedagógica. Por definição, local pedagógico é o contexto, é uma entidade geográfica e sociopolítica. A indeterminação do global e a transformação histórica do nacional configuram o local como instância da realização educativa, escolar, pedagógica, política (social e cultural); mas têm suas características. Ora, embora haja determinantes nacionais — políticos, econômicos, sociais ou culturais —, o município é capaz de criar condições específicas para sua organização sociopolítica. Os parâmetros definidores do local são o lugar (topos/território), o contexto, a agência (poder/protagonistas), os sujeitos/beneficiários, a finalidade, o projeto/investimento, por fim, o significado da ação histórica. A coerência na organização e na evolução desses parâmetros, configurando um todo harmonioso, singulariza o local.

O recurso a uma escala temporal e geograficamente pequena pode configurar — e ao mesmo tempo justificar — uma microanálise, mas não como dimensão *a priori*, que pode estabelecer uma (pré-)definição do local como objeto historiográfico. O critério fundamental de definição historiográfica do local é a autonomia: capacidade de projeção e

de decisão. A combinatória da complexidade (singularidade) com a autonomia assegura a identidade. Assim, analisar a história local permitiu redimensionar o antagonismo aparente entre centro e periferia, isto é, local e global, ao deslocarmos a centralidade do problema da discussão para a apropriação de informações sobre as relações que plasmaram os grupos sociais, sobretudo aquelas materializadas nas iniciativas ligadas ao campo educacional em Uberabinha e nas ações desenvolvidas pelas câmaras municipais desse município e de Mafra.

Dito isso, teríamos condições de trabalhar com segurança a história da educação nacional sem ter de conhecer essa história em outras regiões diversas. Afinal, não se pode fazer um estudo da realidade local desvinculado de uma interpretação de tom geral, mais abrangente. Logo, pudemos aquilatar a extensão das propostas teóricas e fazer as correções necessárias, quando se fizeram necessárias. Não fizemos história da educação regional, mas história da educação focada no local, pois recorremos a documentos específicos (textos da imprensa, atas das câmaras municipais, decretos do Poder Executivo e outros) úteis à compreensão da realidade luso-brasileira, isto é, de Mafra e Uberabinha, onde a descentralização não consolidou sua “função” de município pedagógico integralmente; o que distinguiu o municipalismo monárquico (Mafra) do municipalismo republicano (Uberabinha) foi o grau de interação em contexto local.

Nessa lógica, temos de projetar a educação num quadro mais amplo. E essa via deixa entrever a importância de novos ângulos de análise para se compreender a história da educação. Isso implica, por exemplo, um diálogo mais amplo entre nacional e local, que na consecução desta tese pretendemos promover para visualizar com mais nitidez os nexos estabelecidos entre geral e particular, nos espaços de interseção ou fora deles. Dito isso, cremos que, com este estudo, ampliamos o conhecimento sobre o processo educativo/instrucional do Brasil e de Portugal no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Rediscutir a centralização e descentralização da administração do ensino público e suas consequências para a educação nesses países permitiu compreender a resposta das unidades municipais às necessidades de instrução da população frente à omissão estatal.

REFERÊNCIAS

- ADÃO, Áurea; MATOS, Sérgio Campos. A imprensa periódica: memória da educação. In: TEODORO, António (Org.). **Histórias (re)construídas**. São Paulo: Cortez, 2004.
- ALVES, Dos Santos. **O ensino primário em Portugal**, novas sobre Portugal. Lisboa: 1908.
- ALVES, Maria do Céu. **Um tempo sob outros**: o processo de escolarização no concelho de Mafra — anos de 1772–1896. Braga: Universidade do Minho, 2003.
- ALVES, Marques. **Subsídios para a história da imprensa em Portugal**. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1983.
- AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos (Org.) **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro. **Dicionário bibliográfico de Minas Gerais** — período republicano: 1889–1991.
- ANDRADE, Mário. **Sobre a música brasileira**. São Paulo: Martins, 1972, 1972, p. 231.
- ARANTES, Jerônimo. **Corografia do município de Uberlândia**. Uberlândia: Pavan, 1938.
- AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- BAUSBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: Alfa & Omega, 1975.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- BOTO, Carlota. **Ler, escrever, contar e se comportar**: a escola primária como rito do século XIX português (1820–1910). 1997. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (Org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: editora da UFRJ/FGV, 1998.
- BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRAY, Mark; THOMAS, R. Murray. Níveis de comparação em estudos educacionais: diversidade de percepções a partir de diferentes literaturas e o valor das análises em multiníveis. **Contemporaneidade e Educação**, v. 7, p. 127, 1º sem. 2000.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: ed. da UNESP, 1999.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho**: catálogo da hemeroteca Júlio de Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. 1975. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

- CÂNDIDA, Maria Proença. A República e a democratização do ensino. In: _____. **O sistema de ensino em Portugal século XIX–XX**. Lisboa: Colibri, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: a imprensa paulista — 1920–1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena R.; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino** (Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”). São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CARVALHO, Carlos Henrique; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar. O positivismo e o pensamento educacional de Durkheim. **Educação e Filosofia**, v. 14, n. 27–8, jan./jun.–jul./dez. 2000.
- CARVALHO, Carlos Henrique de; INÁCIO FILHO, Geraldo. Debates educacionais na imprensa: republicanos e católicos no Triângulo Mineiro (1892–1931). In: ARAUJO, José Carlos Souza; SCHELBAR, Anaete Regina (Org.). **História da educação pela imprensa**. Campinas: Alínea, 2007.
- CARVALHO, Carlos Henrique. **República e imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães**. Uberlândia, Edufu, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. **A configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano (Uberabinha 1911–1929)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- CARVALHO, Marta Chagas. **Molde nacional e forma cívica**. Bragança Paulista: ed. da Universidade São Francisco, 1989.
- CHAMON, Magda Lúcia. **Relações de gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830–1930)**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2002.
- CHAUVEAU, Agnès. Questões para a história do presente. In: _____. **Questões para a história do presente**. São Paulo: Edusc, 1999.
- CIPOLLA, Carlo M. **Instrução e desenvolvimento no Ocidente**. Lisboa: Ulisseia, 1969.
- CONTIER, Arnaldo D. **Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822–1842: matizes do vocabulário político e social**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- CUNHA, Fátima. **Filosofia da Escola Nova: do ato político ao ato pedagógico**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Niterói: Universidade Federal Fluminense/EDUFF/PROED, 1986.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- DANTAS, Sandra Mara. **Veredas do progresso em tons altissonantes — Uberlândia (1900–1950)**. Uberlândia, 2001.

- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ENSINO primário e analfabetismo. **Dicionário de história de Portugal**. Lisboa: 1957, v. II.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: ed. da UPF, 2000.
- FARIA FILHO Luciano Mendes de; VAGO Tarcísio Mauro. A reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. In: MINAS GERAIS. **Lições de Minas**: 70 anos da Secretaria da Educação. Belo Horizonte, 2000, 7v.
- FAUSTO, Boris. Pequenos ensaios de história da República (1889–1945). In: FENELON, Dea Ribeiro. **50 textos de História do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1974.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 5. ed. São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1997.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1989.
- FERNANDES, Rogério. O sistema de ensino em Portugal século XIX e XX. In: PROENÇA, Maria C. (Org.). **Gênese e consolidação do sistema educativo nacional (1820–1910)**. Lisboa: Colibri, 1998.
- FERREIRA, António Gomes. Percurso da educação comparada: evolução e construção de identidade. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, n. XXXIII, 1999, v. 1.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Francisco Campos**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/francisco_campos>. Acesso em: 28 mar. 2010.
- GASPARD, Pierre. **L'histoire de l'éducation en France**. Paris: Pirren, 1984.
- GATTI, Giseli Cristina do Vale. **História e representações sociais da Escola Estadual de Uberlândia (1929–1950)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.
- GONÇALVES, Diana Vidal. **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. Cultura escolar em Minas Gerais: o município de Uberabinha no início da República. In: YAZBECK, Dalva C.; ROCHA, Marlos. **Cultura e História em Educação**: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Juiz de Fora: editora da UFJF, 2000.
- GOUBERT, Pierre. História local. **História e Perspectivas**, n. 6, 1992.
- GOUVEIA, Maria Cristina Soares de; ROSA, Walquíria Miranda. A Escola Normal em Minas Gerais. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Educação de Minas Gerais. **Lições de Minas** — 70 anos da Secretaria de Educação. Belo Horizonte, 2000, 172p. 7 v.

- GRANDE ENCICLOPÉDIA BARSA. 3. ed. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2004, p, v. 11.
- GUILHERME, Willian Douglas. **O progresso e a cidade de Uberabinha–MG: evidências oficiais – 1888 a 1922**. 2007. Monografia (Graduação em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, p. 49. Disponível em:
<<http://www.scribd.com/doc/2677801/O-IDEAL-DE-PROGRESSO-E-A-CIDADE-DE-UBERABINHAMG-EVIDENCIAS-OFICIAIS-1888-a-1922>>.
- GUIMARÃES, Honório. A obrigatoriedade do ensino. **O progresso**. Uberabinha, anno II, n. 77, 14 mar. 1909.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Recenseamento de 1920**. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE, 1941.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Mesorregiões de Minas Gerais**, 2001.
- LACOMBE, Américo Jacobina. **O pensamento vivo de Rui Barbosa**. São Paulo: Livraria Martins, 1944.
- LEÃO, Carneiro. A situação do professor brasileiro. **A educação**, Rio de Janeiro, set. 1992.
- LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. In: _____. **Os pensadores**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- LE GOFF, Jacques (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LOURENÇO, Eduardo. A nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia. Lisboa: Gradiva, 1999.
- LUSOFONIA. **Dicionário da academia de ciências de Lisboa**. Lisboa: Presença, 2001.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime**. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: ed. Universitária São Francisco, 2004.
- MAFRA. Arquivo Municipal, s. d.
- MAFRA. Arquivo Municipal. **Pasta de documentos primários**, 1927.
- MOACYR, Primitivo. **A instrução e o império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- MARQUES, Oliveira A. H. **A primeira república portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- MATTOSO, José. **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 2001.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater**: a antiga Escola de São Carlos 1911–1933. São Carlos: ed. da EDUFSCar, 1996.
- NÓVOA, António. **A imprensa de educação e ensino**: repertório analítico (sécs. XIX–XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- NÓVOA, António. Tempos da escola no espaço Portugal–Brasil–Moçambique: dez digressões sobre um programa de investigação. In: NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen (Ed.). **A difusão mundial da escola**: alunos–professores–currículo–pedagogia. Lisboa: Educa, 2000.
- NÓVOA. Inovações e história da educação. **Teoria e Educação**, Campinas, n. 6, 1992.
- OLIVEIRA, César. **História dos municípios e do poder local**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. **João Goulart na imprensa**: de personalidade a personagem. São Paulo: Annablume, 1993.
- PAIM, Antonio. **O liberalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1983.
- PBASE. Disponível em: <<http://www.pbase.com/diasdosreis/image/41015887>>. Acesso em: 13 maio 2009.
- PEIXOTO, Anamaria C. **Educação no Brasil — anos 20**. São Paulo: Loyola, 1983.
- PEREIRA, Antônio. **As histórias de Uberlândia**. Uberlândia: Correio, 2001.
- PROENÇA, Cândida M. (Coord.). O sistema de ensino em Portugal — séculos XIX e XX. In: FERNANDES, Rogério. **Gênese e consolidação do sistema educativo nacional**. Lisboa: Colibri, 1998.
- PROST, Antoine. **Histoire générale de l’enseignement et de l’éducation en France**, Depuis 1930. Paris: Perrin, 2004.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____. **Jogos de escolas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira à organização escolar**. São Paulo: Cortez, 1987.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada**: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra (1870/1889). São Paulo: Hucitec, 1986.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, Oliveira A. H. **Portugal**: da monarquia para a república. Lisboa: Presença, 1991.
- SHARPE, Jim, A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da História Nova**. São Paulo: ed. da UNESP, 1992.
- SILVA, Marcos. A história e seus limites. **História e Perspectivas**, n. 6, 1992.

- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- SILVEIRA, Anny Jackeline T. As ruas e as cidades. **Cadernos de História**, Belo Horizonte: PUC/MG, V.2, n. 3, p. 29–35, out. 1997.
- SILVEIRA, Anny Jackeline T. Imagens destoantes: a moderna capital de Minas. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. 5., out. 1998, Campinas. **Anais...** Campinas, 1998, p.1.
- SOARES, Beatriz R. **Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado — imagens e representações no Triângulo Mineiro**. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOMSEN, Mínguel; RIBEIRO, João Maria. **Convento e basílica de Mafra: *13* O país das maravilhas**. Lisboa: Tugaland, 2007.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910)**. São Paulo, UNESP, 1998.
- TÁCITO, Caio. Educação e cultura nas constituições. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 359–60, p. 3–10, fev./mar. 1985.
- TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil central**. Uberlândia: Uberlândia Gráfica Ltda., 1970, p. 41. dente da Província de Minas Gerais.”
- TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.
- UBERLÂNDIA. Arquivo Municipal de Uberlândia, s. d.
- UBERLÂNDIA. Arquivo Público de Uberlândia, s. d.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Documentação e Pesquisa em História/CDHIS, 2008.
- VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. In: MINAS GERAIS. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte, 2000, 7v.
- VALLE, Lílian. **A escola e a nação: as origens do projeto pedagógico brasileiro**. São Paulo: Letras & Letras, 1997.
- VEIGA, Cynthia Greive. Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de (Org.). **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- VEIGA, Cythia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.
- VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de (Org.). **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIDAL, Diana G. A escola nova e o processo educativo. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 498.

VIEIRA, Flávio C. F.; CARVALHO, Carlos. H. Educação e o movimento de transformação social: Uberabinha (1919–1930). In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES, 5., 2001, Ouro Preto/Mariana. **Anais...** Universidade Federal de Ouro Preto, p. 2.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. **A pesquisa em História**. São Paulo, Ática, 1995.

VIEIRA, Flávio César Freitas. **Movimentos Educacionais em Uberabinha: Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico (1919 a 1930)**. SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 5., 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: FE-UNICAMP, 2001, CD-ROM.

WHEELER, Douglas L. A primeira República portuguesa e a história. **Análise Social**, Lisboa, v. XIV, n. 56, p. 865–72, 1978.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889/1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931–1961)**. São Paulo: Papirus, 1990.

ZUIN, Elenice de Souza Lodron. O ensino de geometria e desenho na reforma do ensino primário de Minas Gerais, em 1906. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio, FARIA FILHO, Luciano Mendes de; XAVIER, Maria do Carmo (Org.). **História da educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p. 427–30.

• Fontes jornalísticas

A TRIBUNA. Uberabinha, 14 set. 1919, anno I, n. 3.

A TRIBUNA. Uberabinha, 16 nov. 1919, ano I, n. 11.

A TRIBUNA. Uberabinha, 21 dez. 1919, ano I, n. 15.

A TRIBUNA. Uberabinha, 29 fev. 1920, n. 25.

A TRIBUNA. Uberabinha, 20 mar. 1921, n. 80.

A TRIBUNA. Uberabinha, 22 fev. 1925.

A TRIBUNA. Uberabinha, anno VII, n. 295, 28 jun. 1925.

A TRIBUNA. Uberabinha, 22 set. 1925, ano VIII, n. 305.

A TRIBUNA. Uberabinha, 25 abr. 1926.

A TRIBUNA. Uberabinha, 15 set. 1929, n. 462.

A TRIBUNA. Uberabinha, 8 dez. 1929.

DEMOCRACIA. Mafra, anno I, n. 10, 5 abr. 1914.

DEMOCRACIA. Mafra, anno III, n. 143, 22 out. 1916.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 12 nov. 1910.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 19 jul. 2000.
DIÁRIO DO GOVERNO. Lisboa, 1892.
DIÁRIO DO GOVERNO. Lisboa, 294, de 28 dez. 1901.
DIÁRIO DO GOVERNO. Lisboa, n. 73, 30 mar. 1911.
DIÁRIO DO GOVERNO. Lisboa, 7 jul. 1913.
DIÁRIO DO GOVERNO. Lisboa, anno 1918, n. 156, 13 jun. 1918.
DIÁRIO OFICIAL. Belo Horizonte, 16 dez. 1906, p. 1, cl. 3.
ESTADO DE MINAS GERAES. Belo Horizonte, 1º set. 1920.
FOLHA DE MAFRA. Mafra, anno I, n. 12, 1º nov. 1896.
FOLHA DE MAFRA. Mafra, anno I, n. 25, 31 jan. de 1897.
JORNAL PARANAYBA. Uberabinha, 24 set. 1914, ano 1, n. 2
O CLAMOR DE MAFRA. Mafra, anno 17, 21 set. 1907.
O CORREIO DE MAFRA. Mafra, anno II, n. 12, 5 fev. 1899.
O CORREIO DE MAFRA. Mafra, anno III, n. 78, 1º jul. 1900.
O CORREIO DE MAFRA. Mafra, anno V, n. 176, 3 out. 1902.
O CORREIO DE MAFRA. Mafra, anno IV, n. 142, 3 out. 1911.
O JORNAL MAFRENSE, Mafra, anno VIII, n. 416, 22 dez. 1905.
O MAFRANSE. Mafra, ano I, n. 1, p. 3, 25 dez. 1887.
O PROFESSOR PRIMÁRIO. Lisboa, n. 20, 1919.
O PROFESSOR PRIMÁRIO. Lisboa, n. 276, 22 fev. 1925.
O PROGRESSO. Uberabinha, 1907.
O PROGRESSO. Uberabinha, anno II, n. 99, 15 ago. 1908.
O PROGRESSO. Uberabinha, anno II, n. 77, 14 mar. 1909.
O PROGRESSO. Uberabinha, anno II, n. 89, 6 jun. 1909.
O PROGRESSO. Uberabinha, anno II, n. 99, 14 ago. 1909.
O PROGRESSO. Uberabinha, anno V, n. 237, 4 maio 1912.
O PROGRESSO. Uberabinha, anno V, n. 260, 12 out. 1912.
O SÉCULO. Lisboa, 13 jun. 1913.
O SÉCULO. Lisboa, 1º abr. 1918.
O SÉCULO. Lisboa, 26 jul. 1923.
MINAS GERAIS. Belo Horizonte, 16 dez. 1906.
MUNICÍPIO DE UBERABINHA, Uberabinha, 1922.
TRIÂNGULO MINEIRO. Uberabinha, 16 jun. 1922, anno III, n. 148.
TRIÂNGULO MINEIRO. Uberabinha, 1926.

- **Fontes documentais**

MAFRA. Câmara Municipal. **Acta da sessão do Conselho de 25 de novembro de 1896.**

- MAFRA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária de 20 de março de 1912**, Mafra: Livro 22.
- MAFRA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária de 7 de janeiro de 1914**, Mafra: Livro 27.
- MAFRA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária de 22 de abril de 1914**, Mafra: Livro 24.
- MINAS GERAIS. Secretaria da Educação. **Decreto 1960, de 16 de dezembro de 1906**.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Relatório do secretário ao presidente do estado, 1907**.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Relatório do secretário ao presidente do estado, 1909**.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Relatório do secretário ao presidente do estado, 1911**.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Interior. **Regulamento ensino primário de Minas Gerais — decreto 7.970 de 15 de outubro de 1927**.
- PORTUGAL. **Lei da Separação do Estado das Igrejas**. Lisboa: Companhia Portuguesa, 1914.
- PORTUGAL. Portaria de 4/12/1886. In: _____. **Collecção official da legislação portugueza**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.
- PORTUGAL. Portaria de 6/12/1880. In: _____. **Collecção official de legislação portugueza**, anno de 1880. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Regulamento da instrução escolar**. Uberabinha: 1895, livro 2.
- SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da 7ª sessão da reunião ordinária da C. M. da Cidade**, realizada em 13 de setembro de 1899, livro 5.
- SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão da reunião ordinária da C. M. da Cidade**, realizada em 24 de janeiro de 1901.
- SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão da reunião ordinária da Câmara Municipal da cidade de Uberabinha**, realizada em 12 de maio 1902.
- SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão da reunião ordinária da C. M. da Cidade**, em 27 out. de 1904.
- SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da 5ª sessão ordinária da terceira reunião da Câmara Municipal de Uberabinha**, realizada em 18 de setembro de 1908, livro 8.
- SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da oitava sessão ordinária da Terceira reunião da Câmara Municipal de Uberabinha**, realizada em 23 de setembro de 1908, livro 8.
- SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta de sessão ordinária**, realizada em 2 de janeiro de 1909, livro 9.

SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão da reunião ordinária da C. M. da Cidade**, em 24 fev. 1917, livro 9.

SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Regulamento da instrução escolar**. Uberabinha: 1895, livro 2.

SÃO PEDRO DE UBERABINHA. Câmara Municipal. **Regulamento escolar**: lei n. 15 de 8 de junho de 1899. Uberabinha: Leis da Câmara Municipal de Uberabinha, 1899.

UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da 1ª sessão** — 2 de janeiro de 1895, livro 2.

UBERABINHA. Câmara Municipal. **Atas**, 1892 e 1899.

UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 6 de novembro de 1913**.

UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária 2 de fevereiro de 1914**, livro 12.

UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão de 29 de janeiro de 1915**, livro I.

UBERABINHA. Câmara Municipal. **Relatório do exercício financeiro de 1919 do agente executivo de Uberabinha**, 15/5/1920.

UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 17 de maio de 1920**.

UBERABINHA. Câmara Municipal. **Acta da sessão ordinária realizada no dia 26 de abril de 1922**.

UBERABINHA. Câmara Municipal. **Relatório do agente executivo relativo ao exercício de 1929**.

BIBLIOGRAFIA

ADÃO, Áurea. As câmaras municipais e as alterações das políticas educativas em Portugal, nos últimos decénios do Séc. XIX: o caso do ensino secundário. In: MAGALHÃES, Justino (Org.). **Fazer e ensinar história da educação**. Braga: Universidade do Minho, 1998.

ADÃO, Áurea. Fontes dos arquivos portugueses para a história da educação luso-brasileira, em finais do Antigo Regime. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

AGUIAR, José Márcio de. **Coletânea MAI da legislação federal do ensino: da reforma Benjamin Constant à reforma Darcy Ribeiro**. Belo Horizonte, Lâncer, 1997, 3v.

ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia”. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 4, jan./jun. 1991.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500–1889): história e legislação**. São Paulo: EDUC, 2000.

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Mariza Guerra de. **A educação exilada: Colégio do Caraça**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ANTUNHA, Heladio César Gonçalves. **A instrução na primeira República. Primeira parte: a união e o ensino primário na primeira República**. São Paulo, Faculdade de Educação, USP, 1975.

ARANTES, Jerônimo. **Memórias históricas de Uberlândia**. 2. ed. Uberlândia, 1982.

ARAUJO, José Carlos S.; GONÇALVES NETO, Wenceslau; INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio; REZENDE, Marilza Abrahão P. Notícia sobre a pesquisa de fontes histórico-educacionais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. **Educação e Filosofia**, Uberlândia: editora da Universidade Federal de Uberlândia, v. 10, n. 19, p. 115–27, jan./jun. 1996.

ARAUJO, José Carlos S.; GONÇALVES NETO, Wenceslau; INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio. História e memória educacional: gênese e consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro. **História da Educação**, Pelotas, v. 1, n. 2, p. 5–28, set. 1997.

ARAUJO, José Carlos S.; GONÇALVES NETO, Wenceslau; INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio. Educação, imprensa e sociedade no Triângulo Mineiro: a revista *A escola*, 1920–1921. **História da Educação**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 59–93, abr. 1998.

ARAUJO, José Carlos S.; GONÇALVES NETO, Wenceslau; INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio; CARVALHO, Carlos H. Incursões de um grupo de pesquisa pela História da Educação no Triângulo Mineiro. **Educação em Revista**, Belo Horizonte: editora da UFMG, n. 34, dez. 2001.

- ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.
- ARAÚJO, Marta Maria (Org.). **História(s) comparada(s) da educação**. Brasília: Líber Livros, 2009.
- BANN, Stephen. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: editora da UNESP, 1994.
- BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: FFCL/USP, 1959.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 1991.
- BORGES, Vera Lucia Abrão. **A instrução pública primária na fala da elite mineira — 1892–1898**. São Paulo: PUC/SP, 1998.
- BOSI, Antônio de Pádua. Conflitos sociais na constituição do espaço: São Pedro de Uberabinha na década de 1890. **História & Perspectivas**, Uberlândia: ed. da Universidade Federal de Uberlândia, n. 18/19, jan./dez. 1998.
- BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, 1999.
- BOTO, Carlota. Imprensa, escola e a forma da leitura em Portugal no século XIX. **História da Educação**, Pelotas: ed. da UFPEL, n. 6, out 1999.
- BOTO, Carlota. O Brasil que Portugal escreveu: pedagogia e política sem comemorações. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas: Autores Associados, n. 15, set./dez. 2000.
- BOTO, Carlota. A cultura das letras e a sociedade portuguesa do século XIX. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra, v. 35, n. 2, 2001.
- BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito**: escola pública x escola privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: ed. da UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929–1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: ed. da UNESP, 1997.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: ed. da UNESP, 2002.
- CANDEIAS, António. Modelos alternativos de escola na Transição do século XIX para o século XX. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CARVALHO, Carlos Henrique de; GONCALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Luciana B. O. Bar. Estado, educação e imprensa: (re)visitando a legislação educacional no Triângulo Mineiro durante o Estado varguista (1930–1945). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO - PORTUGAL-BRASIL: MEMÓRIAS E IMAGINÁRIOS, LISBOA, FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1999, v. II. **Actas**,

CARVALHO, Carlos H.; ARAUJO, José C. Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia–MG, 1930–1950). In: ARAUJO, José Carlos Souza; Gatti Júnior, Décio (Coord.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia, EDUFU, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: ed. da Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, Luiz Miguel; CORDEIRO, Jaime. **Brasil–Portugal nos circuitos do discurso pedagógico especializado (1920–1935)**. Lisboa: Educa, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**. São Paulo: ed. da Universidade São Francisco, 2000.

CARVALHO, Rômulo de. **História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano**. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CARVALHO, Rômulo. **História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Org.). **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

CHAIA, Josefina. **A educação brasileira: índice sistemático da legislação (1808 a 1889)**. Marília: s.e., 1963, 3v.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CORTEZ, Maria Cecília; SOUZA, Christiano de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: ed. da Universidade São Francisco, 2000.

COSTA, Ana Maria Catelli Infantosi da. **A escola na República velha: expansão do ensino primário em São Paulo**. São Paulo: EDEC, 1983.

COSTA, Messias. **A educação nas Constituições do Brasil: dados e direções**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação: governo provisório do mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890–1891**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Vilma Peres da (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: ed. da UNESP, 1997.

DECRETO. **Diário do governo**. Lisboa, n. 294, 28 dez. 1901.

DECRETO. **Diário do Governo**. Lisboa, 22 dez. 1892.

DIRECÇÃO Geral da Instrução Primaria. **Diário do governo**. Lisboa, anno 1911, n. 73, 30 nov. 1911.

DIRECÇÃO Geral da Instrução Primaria. **Diário do governo**. Lisboa, n. 73, 30 mar. 1911.

SECRETARIA de Estado da Instução Pública. **Diário do governo**. Lisboa, n. 156, 13 jun. 1918.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Educação, modernidade e civilização**: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org.) **Pesquisa em história da educação**: perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: HG, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO Tarcísio Mauro. **A reforma João Pinheiro e a modernidade pedagógica**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação de Minas Gerais, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. **Dicionário de educadores no Brasil**: da colônia aos dias atuais. Rio de Janeiro: ed. da UFRJ; Brasília: MEC/INEP, 1999.

FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823–1988**. Campinas: Autores Associados, 2001.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. A construção do conhecimento pedagógico no espaço lusófono: perspectivas comparadas entre Brasil e Portugal. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2002, Porto Alegre. **Textos completos**: UFRGS/PUC-RS/UNISINOS, 2002

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. A “Santa causa da instrução” e o “Progredimento da humanidade”: revistas pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX. **Anais**, III Congresso Brasileiro de História da Educação, Curitiba, Sociedade Brasileira de História da Educação, 7 a 10 de novembro de 2004.

FERNANDES, Rogério. A história da educação no Brasil e em Portugal: caminhos cruzados. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Rogério Fernandes**: questionar a sociedade, interrogar a história, (re) pensar a educação. Porto: Afrontamento, 2004.

FERREIRA, António Gomes (Org.). Escolas, culturas e identidades. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., Coimbra, 2004. **Anais...** Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2004, 3v.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: editora da UFSC, 1991.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Memória intelectual da educação brasileira**. Bragança Paulista: ed. da Universidade São Francisco, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

GOMES, Joaquim Ferreira. **Para a história da educação em Portugal**: seis estudos. Porto: Porto Editora, 1995.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; ARAUJO, José Carlos S.; INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio. Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias para o estudo da história da educação brasileira e do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 76 n. 182-3, p. 351-4, jan./ago. 1995.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; ARAUJO, José Carlos S.; INÁCIO FILHO, Geraldo; GATTI JÚNIOR, Décio. Educação e imprensa: análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, jul./dez. 1997.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. A documentação oficial de Uberabinha e a compreensão da história da educação em Minas Gerais e na região do Triângulo Mineiro. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia: ed. da Universidade Federal de Uberlândia, v. 1, n. 1, jan./dez. 2002.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: Araujo, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Coord.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. Educação, poder público e ordem social: a legislação educacional em Uberabinha, MG: 1892-1905. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2002, Porto Alegre. **Textos completos**: UFRGS/PUC-RS/UNISINOS, 2002

GONÇALVES NETO, Wenceslau. A legislação educacional de Uberabinha, MG – 1892. **Revista Histedbr Online**, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, n. 15, outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Disciplina, ordem social e educação na imprensa de Uberabinha (MG), 1907-1920. In: MACHADO, Maria Clara T.; PATRIOTA, Rosângela (Org.). **Ensaio de história e historiografia**: interfaces entre o “nacional” e o “regional”. Uberlândia: ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. O nascimento da educação republicana: princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e

Uberabinha (MG) no final do século XIX. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

GONDRA, José Gonçalves; CARVALHO, Marta M. Chagas de Carvalho (Org.). **Pesquisa histórica: retratos da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: ed. da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, s. d.

GONDRA, José Gonçalves. **Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República no século XIX**. Bragança Paulista: ed. da Universidade São Francisco, 2001.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: ed. da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: o Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. **História & Perspectivas**, Uberlândia: ed. da Universidade Federal de Uberlândia, n. 4, jan./jun. 1991.

GVIRTZ, Silvina. Alcances y limites de la investigación en la historia de la educación comparada. **História da Educação**, Pelotas: ed. da Universidade Federal de Pelotas, n. 10, out. 2001.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico — declínio e queda do Império**. Rio de Janeiro: Difel, 1974, tomo II, v. 4

HOMEA, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAÍIA, Artur César. **Progresso e religião: a República no Brasil e em Portugal 1889–1910**. Uberlândia: ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

HOMEM, Amadeu. **A propaganda republicana. 1870–1890**. Coimbra: Coimbra Editores, 1994.

LEITE, Sérgio Celani. A reforma Francisco Campos e o livro didático. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; XAVIER, Maria do Carmo (Org.). **História da educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães; GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; XAVIER, Maria do Carmo (Org.). **História da educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACHADO, Maria Clara Thomaz. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. **História & Perspectivas**, Uberlândia: ed. da Universidade Federal de Uberlândia, n. 4, jan./jun. 1991.

- MAGALHÃES, Justino Pereira de (Org.). **Fazer e ensinar história da educação**. Braga: Universidade do Minho, 1998.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. Linhas de investigação em história da educação e da alfabetização em Portugal — um domínio do conhecimento em renovação. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados, 1999.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. **A construção de um município pedagógico — o caso de Vimioso**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004.
- MARQUES JÚNIOR, Rivadávia. **Política educacional republicana: o ciclo da desoficialização do ensino**. 1967. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. Da monarquia para a república. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. São Paulo: ed. da Universidade São Francisco, 2000.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve história de Portugal**. Lisboa: Presença, 1998.
- MENNUCCI, Sud. **Cem anos de instrução pública (1822–1922)**. São Paulo: Salles Oliveira, Rocha & Cia., 1932.
- MOACYR, Primitivo. **O ensino público no Congresso Nacional: breve notícia**. Rio de Janeiro: s. e., 1916.
- MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil 1854–1888**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, 3v.
- MOACYR, Primitivo. **A instrução e a República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, 4v.
- MOACYR, Primitivo. **A instrução e o império**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.
- MONARCHA, Carlos (Org.). **História da educação brasileira: formação do campo**. Ijuí: ed. da Universidade de Ijuí, 1999.
- MÜLLER, Detlef; RINGER, Fritz; SIMON, Brian. **El desarrollo del sistema educativo moderno: cambio estructural y reproducción social, 1870–1920**. Madrid: Ministerio de Trabajo y seguridad social, 1992.
- NASCIMENTO, Dorivaldo Alves. **História de Uberlândia**. Uberlândia: Grafy, 1998.
- NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação — sobre as origens do pensamento utilitarista no ensino superior brasileiro**. Campinas: Alínea, 1998.
- NÓVOA, Antonio. **Do mestre escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (século XVI–XX)**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1986.
- NÓVOA, Antonio; BERRIO, Julio Ruiz. **História da educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades**. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993.
- NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen (Ed.). **A difusão mundial da escola: alunos – professores – currículo – pedagogia**. Lisboa: Educa, 2000.

- OLIVEIRA, Itamar de. **Francisco Campos: a inteligência no poder**. Belo Horizonte: Libertas, 1996.
- PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 2003.
- PAULA, João Antonio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **A reforma educacional Francisco Campos — Minas Gerais, governo Presidente Antônio Carlos**. 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 1.
- PETITAT, André. **Produção da escola — produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PEZZUTI, Pedro. **Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia**. Uberabinha: Oficinas Typographicas da Livraria Kosmos, 1922.
- PRATES, Maria Helena de Oliveira. **A escola de aperfeiçoamento: teoria e prática na formação de professores**. Belo Horizonte: Secretaria de Educação de Minas Gerais.
- REIS, Jaime. “Causas históricas do atraso econômico português”. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. São Paulo: EDUSC, 2000.
- REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **Uberaba: uma trajetória sócio-econômica (1811–1910)**. Uberaba, Arquivo Público de Uberaba, 1991.
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Campinas (SP): Autores Associados; Brasília: Plano, 2004.
- RODRIGUES, José Carlos. **Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX**. São Paulo, EDUSP, 1986.
- SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **História da educação: Perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados/Histedbr, 1999.
- SANTOS, Lúcio José dos. **História de Minas Gerais: resumo didático**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.
- SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Org.). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 1998.
- SAVIANI, Dermeval **Educação brasileira: estrutura e sistema**. Campinas: Autores Associados, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **História comparada da educação: algumas aproximações. História da Educação**, Pelotas: ed. da Universidade Federal de Pelotas, n. 10, out. 2001.

- SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane S.; SOUZA, Rosa F.; VALDEMARIN, Vera T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SCHELBAUER, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: ed. da Universidade Estadual de Maringá, 1998.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, Oliveira A. H. **Portugal**: da monarquia para a república. Lisboa: Presença, 1991.
- SFORNI, Marta Sueli de Faria. Trabalho e educação no Brasil no final do século XIX. **História & perspectivas**, Uberlândia: ed. da Universidade Federal de Uberlândia, n. 16/17, jan./dez. 1997.
- SILVA, Antônio Pereira da. **As histórias de Uberlândia**. Uberlândia: Correio, 2001.
- SILVA, Antonio Pereira da. **As histórias de Uberlândia**. Uberlândia: ed. do autor, 2002, v. I e II.
- SILVA, Elizabeth Poubel e. A infância e sua escolarização: um diálogo entre o Brasil e Portugal. Congresso Brasileiro de História da Educação, 3., 7–10, nov. de 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004.
- SILVA, Marcos A. da. **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero; Brasília, MCT/CNPq, 1990.
- SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.
- SOUSA, Cynthia Pereira de (Org.). **História da educação**: processos, práticas e saberes. São Paulo, Escrituras, 1998.
- SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira. **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.
- SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: ed. da Universidade São Francisco, 2000.
- SOUZA, Rita de Cássia de. **Sujeitos da educação e práticas disciplinares**: uma leitura das reformas educacionais mineiras a partir da Revista do Ensino (1925–1930). 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910). São Paulo: ed. da UNESP, 1998.
- SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: ed. da UNESP, 1998.
- STORCH, Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 7–33, set. 1984/abr. 1985.
- TEIXEIRA, Edelweiss. **O Triângulo Mineiro nos oitocentos** (séculos XVIII e XIX). Uberaba: Intergraff, 2001.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. **A democracia coroada: teoria política do Império do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1964.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Lemi; Brasília: INL, 1980, 3v.

VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças: história e sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIANNA, Paulo Domingues. **Constituição Federal e constituições dos estados**. Rio de Janeiro: editora (ilegível), 1911.

VIDAL, Diana Gonçalves. História da educação comparada: reflexões iniciais e relato de uma experiência. **História da Educação**, Pelotas: ed. da Universidade Federal de Pelotas, n. 10, out. 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Org.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: ed. da Universidade de São Paulo, 2001.

VIEIRA, Flávio César Freitas. **Profissionalização docente e legislação educacional: Uberabinha (1892–1930)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

ZANTEN, Agnès van. Saber global, saberes locais: evoluções recentes da sociologia da educação na França e na Inglaterra. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas: Autores Associados, n. 12, set./dez. 1999.

ZICO, José Tobias. **Caraça: peregrinação, cultura e turismo — 1770–1976**. Contagem: Littera Maciel, 1988.

REFERÊNCIAS DE JORNAIS DE UBERABINHA

- 1 – Uberabinha-MG cresce, **O Progresso**. Uberabinha, nº5, p.3, 20/10/1907.
- 2 - Predio Escolar. **O Progresso**. Uberabinha, nº9, 17/11/1907, p.4.
- 3 - TRINDADE, João B. Nota. O progresso de Uberabinha. **O Progresso**. Uberabinha, nº 9, 17/11/1907, p3.
- 4 - Pela Instrução. **O Progresso**. Uberabinha, nº10, 24/11/1907, p1.
- 5 - SILVA, Alzira Dias da. Alforge da moral: educação na família. **O Progresso**, Uberabinha, nº12, anno1, 08/12/1907, p.01.
- 6 - SILVA, Alzira Dias da. Alforge da moral: poder da família. **O Progresso**, Uberabinha, nº13, anno 1, 15/12/1907, p.02.
- 7 – Grupo Escolar. **O Progresso**, Uberabinha, anno II, Num. 57, de 19/10/1908, Editorial, p.01.
- 8 – Carta Aberta, **O Progresso**, Uberabinha, anno II, n.º 68, de 10/01/1909, p. 01.
- 9 – Instrução Pública, **O Progresso**, Uberabinha, anno II, nº 72 de 7/02/1909, p.01.
- 10 – A obrigatoriedade do Esnino, **O Progresso**, Uberabinha, anno II, n.º 77, de 14/03/1909, p.01.
- 11 - Instrução, **O Progresso**, Uberabinha, anno II, Num. 89, de 06/06/1909, p.01
- 12 – Instrução, **O Progresso**, Uberabinha, anno II, n.º 98, de 08/08/1909, p.01.
- 13 – Em prol da Instrução, **O Progresso**, Uberabinha, anno II, n.º99, de 15/08/1909, p.01.
- 14 – Escolas publicas, instrução em Uberabinha, **O Progresso**, Uberabinha, anno IV, nº 162, de 19/11/1910, p.01.
- 15 - Uberabinha, **O Progresso**, Uberabinha, anno IV, nº 172 de 28/01/1911, pp. 01-02.
- 16 - Uberabinha, MG, **O Progresso**, Uberabinha, anno IV, n.º 173, de 04/02/1911, pp. 1-2.
- 17 – A Reforma do Ensino. , **O Progresso**, Uberabinha, anno IV, nº 183, de 15/04/1911, Editorial: p.01.
- 18 – Grupo Escolar, **O Progresso**, Uberabinha, anno IV, nº 191, de 06/06/1911, p.1.
- 19 – Grupo Escolar, **O Progresso**, Uberabinha, anno IV, nº 197, de 22/07/1911, p.01
- 20 – Grupo Escolar, **O Progresso**, Uberabinha, anno IV, nº 200, de 19/08/1911, p.01
- 21 – Grupo Escolar É uma breve realidade - Construção do predio - Presidencia do Governo, **O Progresso**, Uberabinha, anno V, nº 221, de 13/01/1912 p.01.

- 22 - Uberabinha, MG, **O Progresso**, Uberabinha, anno V, nº 234, de 13/04/1912, p.01.
- 23 - 5 DE MAIO A festa de amanhã - Homenagem do município aos srs. Bueno Brandão e José Gonçalves, **O Progresso**, Uberabinha, anno V, nº 237, de 04/05/1912 Reportagem, p.01.
- 24 – Benefícios Loacaes, **O Progresso**, Uberabinha, anno V, nº 260, de 12/10/1912, p. 01.
- 25 – Grupo Escolar Uberabinha, MG, **O Progresso**, Uberabinha, anno IV, nº 262, de 26/10/1912, p. 01.
- 26 – Grupo Escolar. **O Progresso**, Uberabinha, anno V, nº 265, de 16/11/1912, p.01.
- 27 – Grupo Escolar,**O Progresso**, Uberabinha, anno IV, nº 271, de 28/12/1912,p. 01.
- 28 – Grupo Escolar Julio Bueno Brandão. **O Progresso**, Uberabinha, anno VII, nº 358, de 30/08/1914, p.1
- 29 - AVELINO, José. Antes da escola. **Paranahyba**. Uberabinha, nº3, 27/09/1914, p.02
- 30 – Grupo Escolar Julio Bueno Brandão, **O Progresso**, Uberabinha, anno VII, nº 361, de 20/09/1914, p.02
- 31 – Justos, Escola Normal. **Paranahyba**. Uberabinha, nº01, 20/09/1914, p.01
- 32 - Uberabinha, cresce. **Paranahyba**. Uberabinha, nº02, 22/09/1914 p.01.
- 33 – Grupo Escolar, **Paranayba**, Uberabinha, anno I, nº03, de 23/09/1914, p.01.
- 34 – Instruir para o progresso, Uberabinha, 24/09/1914, número 2, Não tem o nome do periódico, p.01.
- 35 – Grupo Escolar Julio Bueno Brandão, **O Progresso**, Uberabinha, anno VIII, nº 362, de 27/09/1914. p.01.
- 36 - Araguay. **Paranahyba**. Uberabinha, nº3, 27/09/1914, p.01.
- 37 - Escola Normal. **Paranahyba**. Uberabinha, nº3, 27/09/1914, p.01.
- 38 - Grupo Escolar. **Paranahyba**. Uberabinha, nº3, 27/09/1914, p.01.
- 39 - Uberabinha, 27/09/1914número 3, Não tem o nome do Periódico, p.01.
- 40 – Grupo Escolar Julio Bueno Brandão. **O Progresso**, Uberabinha, anno VIII, nº 363, de 04/10/1914, p.01.
- 41 - Várias Notícias. **Paranahyba**. Uberabinha, nº5, 4/10/1914, p.01.
- 42 – Grupo Escolar Julio Bueno Brandão, **O Progresso**, Uberabinha, anno VIII, nº 365, de 18/10/1914 p.01.
- 43 - Festa de São Gonçalo. **Paranahyba**. Uberabinha, nº9, 18/10/1914, p.01.

- 44 - Bispo de Goyaz. **Paranahyba**. Uberabinha: nº10, 22/10/1914, p.02.
- 45 - Alumnos do Collegio Militar. **Paranahyba**, Uberabinha, nº14, 05/11/1914, p.03.
- 46 – Instrução em Uberabinha, Uberabinha, 12/11/1914, número 16, Não tem o nome do periódico, p.01.
- 47 - J. B. Actualidades. **Paranahyba**. Uberabinha, nº16, 12/11/1914, p.02.
- 48 - BRAGA, Neptuno. Santa Luzia. **Paranahyba**. Uberabinha, nº25, 13/11/1914, p.01.
- 49 - TASSO, N. Catalão. **Paranahyba**. Uberabinha: nº25, 13/11/1914, p.01.
- 50 – Grupo Escolar Julio Bueno Brandão, **O Progresso**, Uberabinha, anno VII, nº 360, de 13/11/1914, p.03.
- 51 – Grupo Escolar Julio Bueno Brandão, **O Progresso**, Uberabinha, anno VIII, nº 369, de 15/11/1914, p.01.
- 52 - Grupo Escolar, **Paranahyba**. Uberabinha, nº18, 15/11/1914, p.02.
- 53 - Externato Bandeira, **Paranahyba**. Uberabinha, nº18, 15/11/1914, p.03.
- 54 - Grupo Escolar. **Paranahyba**. Uberabinha, nº18, 15/11/1914.
- 55 - Nota editada em 15/11/1914 **Paranahyba**. Uberabinha, nº18, p. 03.
- 56 - Os Nossos Jornalistas: José Avelino. **Paranahyba**. Uberabinha, s/n, s/d, s/p.
- 57 – Progresso em Uberabinha, Uberabinha, 19/11/1914, número 18, Não tem o nome do Periódico, Uberabinha: p.02.
- 58 - Pernilongando. **Paranahyba**. Uberabinha, nº18, 19/11/1914, p.02.
- 59 – Caixa Escolar, **O Progresso**, Uberabinha, anno VIII, nº 370, de 22/11/1914, p.01.
- 60 - GUIMARÃES, Honorio. Sal Amargo. **Paranahyba**. Uberabinha, nº19, 22/11/1914.
- 61 – O Progresso em Uberabinha, Uberabinha, 29/11/1914, Não tem o nome do periódico, p.02.
- 62 – AVELINO, José. Instrução em Uberabinha. **Paranahyba**. Uberabinha, nº21, 29/11/1914, p.01.
- 63 – Uberabinha cidade progresso, Uberabinha, 10/12/1914, número 24, Não tem o nome do Periódico, p.01.
- 64 - Cousas.... **Paranahyba**. Uberabinha, nº24, 10/12/1914, p.02.
- 65 - Progressos locais. **Diario de Uberabinha**. Uberabinha, nº3, 17/11/1917, p.03.
- 66 - Uberabinha, MG, **Diário de Uberabinha**. Uberabinha, nº3, 17/11/1917, p.01.
- 67 - “Uberaba-Illustrada”. **Diario de Uberabinha**. Uberabinha, nº3, 17/11/1917, p.02.

- 68 - Uberabinha, MG, A Data. **Diario de Uberabinha**, Uberabinha, nº3, 17/11/1917, p.02, p.02.
- 70 - Data da Bandeira. **Diario de Uberabinha**. Uberabinha, nº5, 19/11/1917, p.02.
- 71 - TELEGRAMMAS **Diário de Uberabinha**, Uberabinha, nº6, 20/11/1917, p.01.
- 72 – Uberabinha, **Diário de Uberabinha**. Uberabinha, nº6, 20/11/1917. p.01.
- 73 - Pela Instrução: Uma importante Lei da Municipalidade de Mococa. **Diário de Uberabinha**. Uberabinha: nº9, 23/11/1917, p.02.
- 74 - MG, Grupo escolar. **Diário de Uberabinha**. Uberabinha, nº9, 23/11/1917, p.01.
- 75 - Grupo Escolar. **Diário de Uberabinha**. Uberabinha, nº8, 22/11/1917, p.01.
- 76 - Exposição de Trabalhos. **Diario de Uberabinha**. Uberabinha, nº10, 24/11/1917, p.01.
- 77 - Uberabinha, MG, **A Noticia**. Uberabinha, nº2, 09/06/1918. anno 1, p.01.
- 78 - Uberabinha, MG, **A Noticia**. Uberabinha, nº2, 09/06/1918. anno 1, p.01.
- 79 - Uberabinha, MG, **A Noticia**. Uberabinha, nº[material danificado], 15/06/1918. anno 1, p.01.
- 80 - GUIMARÃES, Honório. A pedido do Grupo Escolar: A matrícula. **A Noticia**. Uberabinha, nº3, 16/06/1918, p.01.
- 81 - Festa de São João. **A Noticia**. Uberabinha, nº4, 23/06/1918, p.01.
- 82 - Bispo Diocesano. **A Noticia**. Uberabinha, nº7, 14/07/1918, p.01.
- 83 - Collegio N. S. Aparecida. **A Noticia**. Uberabinha, nº14, 08/09/1918, p.01.
- 84 - Quarto Congresso Catholico. **A Noticia**. Uberabinha, nº16, 22/09/1918, p.01.
- 85 - Uberabinha, MG, Util e Agradavel. **A Noticia**. Uberabinha, nº17, 29/09/1918, p.1.
- 86 - Uberabinha, MG, **A Noticia**. Uberabinha, nº20, 29/09/1918, p.2.
- 87 - Collegio N. S. da Conceição. **A Noticia**, Uberabinha, nº26, 19/01/1919, p.1.
- 88 - Collegio N. S. da Conceição. **A Noticia**, Uberabinha, nº27, 26/01/1919, p.1.
- 89 - Gymnasio de Uberabinha. **A Noticia**, Uberabinha, nº28, 02/02/1919, p.1.
- 90 - Igreja do Rosario. **A Noticia**, Uberabinha, nº31, 23/02/1919, p. 1.
- 91 - Prédio para o Collegio. **A Noticia**, Uberabinha, nº29, 11/02/1919, p. 1.
- 92 - Nobre Iniciativa. **A Noticia**, Uberabinha, nº33, 09/03/1919, p.1.
- 93 - Nobre Iniciativa. **A Noticia**, Uberabinha, nº34, 16/03/1919, p.2.
- 94 – Uberabinha, **A Noticia**, Uberabinha, nº34, 16/03/1919, p.1.
- 95 - Grupo Escolar. **A Noticia**, Uberabinha, nº34, 16/03/1919, p.1.

- 96** - A Praça da Republica. **A Notícia**, Uberabinha, nº35, 23/03/1919, p.1.
- 97**- Sociedade Anonyma: Propaganda da Instrucção. **A Notícia**. Uberabinha, nº35, 23/03/1919, p.2.
- 98** - Propaganda da Instrucção. **A Notícia**, Uberabinha, nº36, 30/03/1919, p.1.
- 99** - Novo Collegio. **A Notícia**. Uberabinha, nº38, 13/04/1919, p.2.
- 100** - Nota. **A Notícia**, Uberabinha, nº39, 21/04/1919, p.1.
- 101** - Instrucção. **A Notícia**, Uberabinha, nº40, 27/04/1919, p.1.
- 102** - Predio para Collegio. **A Notícia**, Uberabinha, nº41, 04/05/1919, p.1.
- 103** - Educação Infantil: A moral e os costumes: Um codigo de moral para as crianças norte-americanas. **A Notícia**. Uberabinha, nº14, 04/05/1919, p.1.
- 104** - Predio Escolar. **A Notícia**. Uberabinha, nº45, 1/06/1919, p.1.
- 105** - Sociedade Anonyma: Progresso de Uberabinha. **A Notícia**. Uberabinha, nº46, 8/06/1919, p.1.
- 106** - Eu mesmo. A antiguidade do homem. **A Notícia**, Uberabinha, nº2, 09/06/1918.
- 107** - Instituto Fundamental. Termos de Visitas. **A Escola**. Uberabinha, nº43, 25/08/1919.
- 108** - Um gesto altruístico. **A Esperança**. Uberabinha, nº//, 1919, p.1.
- 109** – Grupo Escolar. **A Escola**. Uberabinha, nº 43, 25/08/1919, p.01.
- 110** – Instrução em Uberabinha, **A Escola**. Uberabinha, nº43, 25/08/1919, p.01.
- 111** - Para o Futuro, **A Tribuna**, Uberabinha, anno I, nº 22, de 08/02/1920, p.01.
- 112** - Da Tribuna da Franca, **A Escola**, Uberabinha, anno IX, nº 4-5, de 12/09/1920, p. 01.
- 113** – Pela Instrucção Grupo Escolar – A Bandeira. **A Tribuna**, Uberabinha, anno II, nº 63, de 19/11/1920, p.01.
- 114** – Ordem e Progresso, **Tribuna**, Uberabinha, anno II, nº 83, de 10/04/1921 Reportagem, “Ordem e Progresso”, p.01.
- 115** - Instrução, **A Tribuna**, Uberabinha, nno III, nº 134, de 09/04/1922 Reportagem, “A Instrução”, p.01.
- 116** – Grupo Escolar - Matriculas, **A Tribuna**, Uberabinha, anno IV, nº 272, de 25/09/1924, p.05.
- 117** – Pela Instrução, appello aos pais,berabinha, MG, VI **A Tribuna**, Uberabinha, anno VII, nº 295, de 28/06/1925, p.1.
- 118** – Pela Instrução, **Triângulo Mineiro**, Uberabinha, anno I nº3, 10/02/1926 , p.01.

119 - Uberabinha, MG, **Triângulo Mineiro**, Uberabinha, anno I nº 2, de 20/06/1926
Reportagem, "Uberabinha e seu Progresso e sua gente. Política", p.02.

120 - Associação das municipalidades mineiras um appello às camaras municapaes do
Estado de Minas, **Triângulo Mineiro**, anno I nº 2, de 20/06/1926, p.01

121 – Pela Instucção, **Triângulo Mineiro**, Uberabinha: anno I nº 24, de 21/11/1926, p.1.

123 - Pela Instrucção - A Nova Directora Do Grupo Escolar Desta Cidade, **A Tribuna**,
Ubeabinha, anno IX, nº 377, de 24/07/1927, p.01.

124 - O Grupo Escolar Desta Cidade Commemorou A Entrada Da Primavera Com Uma
Festa Civica Inexcedivel Uberabinha, MG, **A Tribuna**, Uberabinha, anno X, nº 385, de
28/09/1927, pp.01-02.

REFERÊNCIAS DE JORNAIS DE MAFRA

01 – A Myopia Escolar. **Concelho de Mafra**. Anno 1, N 15, Mafra, 11 de junho de 1893,
p.01.

02 - Lyceu Livre. **O Concelho de Mafra**. Anno I, N 46, Mafra, 14 de janeiro de 1894,
p.01.

03 - A Instrucção no Concelho. **O Jornal Mafrense**. Mafra, Anno VIII, N 397, 11 de
agosto de 1895, p.01.

04 - A Instrucção no Concelho. **O Jornal Mafrense**. Anno VIII, N 416, Mafra, 22 de
dezembro de 1895, p.01.

05 - Instrucção Pública. **Folha de Mafra**. Anno I, N 14, Mafra, 15 de novembro de 1896, p.
04.

06 - Castigos Corporais nas escolas. **O Jornal Mafrense**. Anno IX, N 418, Mafra, 08 de
agosto de 1897, p. 01.

07 - Instrucção no Concelho. **O Jornal Mafrense**. Anno X, N 501, Mafra, 05 de janeiro de
1896, p. 01.

08 – Câmara Municipal. Sessão de 28 de outubro de 1896. **Folha de Mafra**. Anno I, N 12,
Mafra, 01 de novembro de 1896, p. 02.

- 09** – Câmara Municipal: Sessão de 25 de novembro de 1896. **Folha de Mafra**. Anno I, N 16, Mafra, 25 de novembro de 1896, p. 01.
- 10** - Câmara Municipal: Sessão de 07 de janeiro de 1897. **Folha de Mafra**. Anno I, N 22, Mafra, 10 de janeiro de 1897, p. 01.
- 11** – Instrução Primária. **Folha de Mafra**. Anno I, N 25, Mafra, 31 de janeiro de 1897, p.01.
- 12** - Câmara Municipal: Sessão de 16 de junho de 1897. **Folha de Mafra**. Anno I, N 45, Mafra, 20 de junho de 1897, p. 01.
- 13** - Câmara Municipal: Sessão de 30 de junho de 1897. **Folha de Mafra**. Anno I, N 47, Mafra, 04 de julho de 1897, p. 01.
- 14** – Instrução Primária. **Folha de Mafra**. Anno I, N 54, Mafra, 22 de agosto de 1897, p.01.
- 15** - Instrução Nacional. **Folha de Mafra**. Anno II, N 58, Mafra, 19 de setembro de 1897, p. 04.
- 16** - Instrução Primária. **Folha de Mafra**. Anno II, N 64, Mafra, 31 de outubro de 1897, p.01.
- 17** - Instrução Primária. **Folha de Mafra**. Anno II, N 65, Mafra, 7 de novembro de 1897, p.01.
- 18** - Instrução Secundária. **O Correio de Mafra**. Anno I, N 2, Mafra, 27 de novembro de 1898, p.01.
- 19** - O Ensino. **O Correio de Mafra**. Anno II, N 12, Mafra, 05 de fevereiro de 1899, p. 01.
- 20** - A Educação das Crianças. **O Correio de Mafra**. Anno II, N 30, Mafra, 18 de junho de 1899, p. 01.
- 21** - Escola do Conde Ferreira. **O Correio de Mafra**. Anno III, N 78, Mafra, 01 de julho de 1900, p.01.
- 22** - A Escola Primária. **O Correio de Mafra**. Anno III, N 79, Mafra, 08 de julho de 1900, p. 01.
- 23** – A Escola Conde Ferreira. **O Correio de Mafra**. Anno III, N 91, Mafra, 30 de setembro de 1900, p.02.
- 24** – Instruir. **O Correio de Mafra**. Anno III, N 129, Mafra, 30 de junho de 1901, pp. 1-2.
- 25**- A Instrução em Portugal. **O Correio de Mafra**. Mafra, 03 de outubro de 1901, p.02.

- 26** – Ao Povo: Contra o Analfabetismo. **O Correio de Mafra**. Anno V, N 176, Mafra, 05 de junho de 1902, pp. 01 e 02.
- 27** – Actualidades: conseqüências do Analfabetismo. **O Correio de Mafra**. Anno V, N 177, Mafra, 12 de julho de 1902, p. 2.
- 28** – Instrução Primaria. **O Correio de Mafra**. Anno V, N 192, Mafra, 25 de setembro de 1902, p. 03.
- 29** – Bases da reorganização do ensino secundário, apresentadas em côrtes, em sessão de 14 de setembro de 1903, pelo ilustre deputado por este circulo, o Sr. Dr. Eduardo Burnay. **O Correio de Mafra**. Anno VI, N 209, Mafra, 22 de janeiro de 1903, p.01.
- 30** - Bases da reorganização do ensino secundário, apresentadas em côrtes, em sessão de 4 de setembro de 1903, pelo ilustre deputado por este circulo, o Sr. Dr. Eduardo Burnay. **O Correio de Mafra**. Anno VI, N 210, Mafra, 29 de janeiro de 1903, p. 01.
- 31** - Bases da reorganização do ensino secundário, apresentadas em côrtes, em sessão de 14 de setembro de 1903, pelo ilustre deputado por este circulo, o Sr. Dr. Eduardo Burnay. **O Correio de Mafra**. Anno VI, N 211, Mafra, 05 de fevereiro de 1903, p. 01.
- 32** - Bases da reorganização do ensino secundário, apresentadas em côrtes, em sessão de 14 de setembro de 1903, pelo ilustre deputado por este circulo, o Sr. Dr. Eduardo Burnay. **O Correio de Mafra**. Anno VI, N 212, Mafra, 12 de fevereiro de 1903, p. 01.
- 33** – Instrução Publica. **O Correio de Mafra**. Anno VI, N 219, Mafra, 02 de abril de 1903, p. 01.
- 34** – Educação. **O Correio de Mafra**. Anno VI, N 246, Mafra, 26 de novembro de 1903, p. 01.
- 35** – Instrução. **O Correio de Mafra**. Anno VI, N 250, Mafra, 24 de dezembro de 1903, p. 01.
- 36** – Educação Cívica. **O Correio de Mafra**. Anno VI, N 254, Mafra, 21 de janeiro de 1904, p. 01.
- 37** – Câmara Municipal de Mafra. Sessão de 23 de janeiro de 1905. **O Correio de Mafra**. Anno VIII, N 305, Mafra, 29 de janeiro de 1905, p. 01.
- 38** – Câmara Municipal de Mafra. Sessão de 17 de abril de 1905. **O Correio de Mafra**. Anno VIII, N 317, Mafra, 23 de abril de 1905, p. 01.

- 39 – A Instrucção popular I. **O Clamor de Mafra**. Anno I, N 2, Mafra, 03 de agosto de 1907, p.01.
- 40 - A Instrucção popular II. **O Clamor de Mafra**. Anno I, N 6, Mafra, 10 de agosto de 1907, p.01.
- 41- Base da Liga Nacional de Instrucção. **O Clamor de Mafra**. Mafra, Anno I, N 06, 10 de agosto de 1907, pp. 01 e 02.
- 42 - A Instrucção popular III. **O Clamor de Mafra**. Anno I, N 7, Mafra, 17 de agosto de 1907, p.01.
- 43 - A Instrucção popular IV. **O Clamor de Mafra**. Anno I, N 8, Mafra, 24 de agosto de 1907, p.01.
- 44 - A Instrucção popular V. **O Clamor de Mafra**. Anno I, N 9, Mafra, 31 de agosto de 1907, p.01.
- 45 - A Instrucção popular VI. **O Clamor de Mafra**. Anno II, N 10, Mafra, 07 de setembro de 1907, p.01.
- 46 - A Instrucção popular VII. **O Clamor de Mafra**. Anno II, N 11, Mafra: 14 de setembro de 1907, p.01.
- 47 - A Instrucção popular VIII. **O Clamor de Mafra**. Anno II, N 12, Mafra, 21 de setembro de 1907, p.01.
- 48 - A Instrucção popular IX. **O Clamor de Mafra**. Anno II, N 14, Mafra, 05 de outubro de 1907, p.01.
- 49 – A Independência Nacional. **O Clamor de Mafra**. Anno II, N 14, Mafra, 05 de outubro de 1907, p. 01.
- 50 - A Instrucção popular X . **O Clamor de Mafra**. Anno II, N 15, Mafra, 12 de outubro de 1907, p.01.
- 51 – Divagando... **Democracia**. Ano I, N 10, Mafra, 05 de abril de 1914, p.01.
- 52 – Continuando... **Democracia**. Ano I, N 11, Mafra, 12 abril de 1914, p.01.
- 53 – O Analfabetismo. **Democracia**. Ano I, N 12, Mafra, 18 abril de 1914, p. 03.
- 54 – Escola de Mafra. **Democracia**. Ano I, N 31, Mafra, 30 de agosto de 1914, p. 03.
- 55 – Escola de Mafra. **Democracia**. Ano I, N 41, Mafra, 08 de novembro de 1914, p. 02.
- 56 – O Inspector de Torres Vedras. **Democracia**. Ano II, N 81, Mafra, 15 de agosto de 1915, p. 02.

- 57 – O Inspector de Torres Vedras. **Democracia**. Ano II, N 82, Mafra, 22 de agosto de 1915, p. 02.
- 58 – Analfabetismo . **Democracia**. Ano II, N 100, Mafra, 26 de dezembro de 1915, p. 01.
- 59 – Pela Instrução. **Democracia**. Ano III, N 108, Mafra, 20 de fevereiro de 1916, p. 02.
- 60 – República. **Voz de Mafra**. Mafra, Ano I, N 2, 16 de maio de 1915, p. 01.
- 61 – Ao Professorado Oficial do Concelho de Mafra. **Democracia**. Ano III, N 143, Mafra, 22 de outubro de 1916, p. 03.
- 62 – Luctar, com honra pela Pátria e pela Republica. **Voz de Mafra**. Mafra: Ano I, N 4, 13 de junho de 1915, p.01.
- 63 – Instrução Militar Preparatória. **Voz de Mafra**. Mafra, Ano I, N 15, 29 de agosto de 1915, p.01.
- 64 – No Regime dos escândalos. **Voz de Mafra**. Mafra, Ano I, N 17, 12 de setembro de 1915 p.01.
- 65 – A Carta de Benedito XV. **O Liberal**. Ano I, N 09, Mafra, 29 de fevereiro de 1920, p.01.
- 66 – JUNQUEIRA, Guerra. Instruir. **O Liberal**. Ano II, N 70, Mafra, 22 de maio de 1921, p.01.
- 67 – Câmara Municipal. **O Liberal**. Ano I, N 15, Mafra, 11 de abril de 1920, p.02.
- 68 – Excussões escolares. **O Liberal**. Ano III, N 102, Mafra, 29 de março de 1922, p.01.
- 69 – Indisciplina Social. **O Liberal**. Ano III, N 105, Mafra, 23 de abril de 1922, p.02.
- 70 – Política Conservadora. **O Liberal**. Ano III, N 108, Mafra, 14 de maio de 1922, p.01.
- 71 – Assistência Moral. **O Liberal**. Ano III, N 111, Mafra, 04 de junho de 1922, p. 01.
- 72 – O Município Moderno. **O Liberal**. Ano III, N 112, Mafra, 11 junho de 1922, p.01.
- 73 - A República e a Igreja. **O Liberal**. Ano III, N 114, Mafra, 02 de julho de 1922, p.01.
- 74 – Questões de Ensino. **O Liberal**. Ano III, N 116, Mafra, 16 de julho de 1922, p.01.
- 75 – Educar. **O Liberal**. Ano III, N 118, Mafra, 30 de julho de 1922, p.01.
- 76 – Eleições Municipais: República ou Monarquia. **O Liberal**. Ano III, N 124, Mafra, 01 de dezembro de 1922, p.01.
- 77 – Ao Sr. Ministro da Instrução. **O Liberal**. Ano III, N 134, Mafra, 24 de dezembro de 1922, p.01.
- 78 – Ensino Religioso. **O Liberal**. Ano III, N 135, Mafra, 31 de dezembro de 1922, p. 01.

- 79** – Os Democratas e a Religião. **O Liberal**. Ano III, N 145, Mafra, 15 de abril de 1923, p. 01.
- 80** – A Instrução Primária no Concelho. **O Liberal**. Ano IV, N 163, Mafra, 09 de dezembro de 1923, p. 01.
- 81** – A República e a Igreja. **O Liberal**. Ano IV, N 164, Mafra, 30 de dezembro de 1923, p. 01.
- 82** – Professor. **O Liberal**. Ano IV, N 164, Mafra, 30 de dezembro de 1923, p. 02.
- 82** – Professor. **O Liberal**. Ano V, N 168, Mafra, 20 de janeiro de 1924, p.01.
- 83** – Pela Instrução: A escola religiosa. **O Liberal**. Ano V, N 192, Mafra, 27 de novembro de 1924, p.01.
- 84** – A Instrução a Cargo da Câmara? **O Liberal**. Ano V, N 195, Mafra, 30 de novembro de 1924, p.01.
- 85** – Professor primário ou comerciante? **O Liberal**. Ano V, N 172, Mafra, 2 de Março de 1924, p.01.
- 86** – Pela Instrução. **O Liberal**. Ano V, N 174, Mafra, 06 de março de 1924, p.01.
- 87** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano V, N 177, Mafra, 20 de abril de 1924, p.01.
- 88** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano V, N 179, Mafra, 18 de maio de 1924, p.01.
- 89** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano V, N 181, Mafra, 08 de junho de 1924, p.01.
- 90** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano V, N 183, Mafra, 06 de julho de 1924, p.01.
- 91** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano V, N 184, Mafra, 13 de julho de 1924, p.01.
- 92** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano V, N 187, Mafra, 24 de agosto de 1924, p.01.
- 93** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano V, N 188, Mafra, 07 de setembro de 1924, p.01.
- 94** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano V, N 189, Mafra, 28 de setembro de 1924, p.01.
- 95** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano V, N 190, Mafra, 12 de outubro de 1924, p.01.
- 96** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano V, N 192, Mafra, 09 de novembro de 1924, p.01.
- 97** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano V, N 193, Mafra, 30 de novembro de 1924, p.01.
- 98** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano V, N 194, Mafra, 21 de dezembro de 1924, p.01.
- 99** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano VI, N 195, Mafra, 04 de janeiro de 1925, p.01.
- 100** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano VI, N 197, Mafra, 01 de fevereiro de 1925, p.01.
- 101** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano VI, N 199, Mafra, 01 de fevereiro de 1925, p.01.
- 102** - Pela Instrução. **O Liberal**. Ano VI, N 202, Mafra, 12 de abril de 1925, p.01.

- 103** – Escola de Aplicação de Mafra. **O Liberal**. Ano VI, N 204, Mafra, 10 de maio de 1925, p.01.
- 104** – Instrução Pública. **O Correio de Mafra**. Anno VI, N 219, Mafra, 02 abril de 1909, p. 01.
- 105** - Educação. **O Correio de Mafra**. Anno VI, N 246, Mafra, 26de novembro de 1903, p.01.
- 106** – Instrução. **O Correio de Mafra**. Anno VI, N 250, Mafra, 24 de dezembro de 1903, p.01.
- 106** – Educação Cívica. **O Correio de Mafra**. Mafra, Anno VI, N 254, 21 de janeiro de 1904, p. 01.
- 107** – Divagando...**Democracia**. Ano I, N 10, Mafra, 05 de abril de 1914, p. 01.
- 108** – Continuando... **Democracia**. Ano, I N 11, Mafra, 12 de abril de 1914, p. 01.
- 109** – O Analfabetismo. **Democracia**. Ano I, N 12, Mafra, 18 de abril de 1914, p. 03.
- 110** – Escola de Mafra. **Democracia**. Ano I, N 31, Mafra, 30 de agosto de 1914, p. 03.
- 111** – Escola de Mafra. **Democracia**. Ano I, N 41, Mafra, 08 de novembro de 1914, p. 02.
- 112** – O Inspector de Torres Vedras. **Democracia**. Ano II, N 81, Mafra, 15 de agosto de 1915, p. 03.
- 113** - O Inspector de Torres Vedras. **Democracia**. Ano II, N 82, Mafra, 22 de agosto de 1915, p. 02.
- 114** - O Analfabetismo. **Democracia**. Ano II, N 100, Mafra, 26 de dezembro de 1915, p. 01.
- 115** – Pela Instrução. **Democracia**. Ano III, N 108, Mafra, 20 de fevereiro de 1916, p. 02.
- 116** – O Professorado. **Democracia**. Ano II, N 81, Mafra, 15 de agosto de 1915, p. 03.
- 116** – Professorado Primário. **Democracia**. Ano V, N 234, Mafra, 25 de agosto de 1918, p. 03.
- 117** – Ordenado e Subvenção dos Professores. **Democracia**. Ano V, N 238, Mafra, 22 de setembro de 1918, p. 03.
- 118** – Religião e República. **Alma Nova**. Ano I, N 6, Mafra, 13 de agosto de 1916, p. 01.
- 119** – Câmara Municipal. **O Despertar**. Ano I, N 02, Mafra, 10 de fevereiro de 1918, p.03.
- 120** - Câmara Municipal. **O Despertar**. Ano I, N 03, Mafra, 21 de fevereiro de 1918, p.03.
- 121** – Instrução. **O Despertar**. Ano I, N 04, Mafra, 28 de fevereiro de 1918, p.03.

122 – Caixa Escolar da Escola Oficial (Sexo Masc.) **O Despertar**. Ano I, N 04, Mafra, 28 de fevereiro de 1918, p.03.

123 – Câmara Municipal. **O Despertar**. Ano I, N 04, Mafra, 28 de fevereiro de 1918, p.03.

24 – Instrução. **O Despertar**. Ano I, N 07, Mafra, 24 de março de 1918, p.02 e 03.

125 - Instrução. **O Despertar**. Ano I, N 14, Mafra, 26 de maio de 1918, p.01.

ANEXO

Alguns artigos selecionados de jornais de Mafra

1 - Câmara Municipal. Sessão de 28 de outubro de 1896. Folha de Mafra. Anno I, N 12, Mafra, 01 de novembro de 1896, p. 02.

Lavrou-se auto de verificação da lesão do mancebo Francisco, filho de Manoel Francisco e de Ana da Conceição, recenceado pela freguezia do Gradio, para o recrutamento do exercito e armada no corrente anno nos termos da observação 12^a da tabela annexa ao regulamento de 6 d'agosto ultimo, e conforme foi solicitado em officio o Commandante do Districto de recrutamento e reserva n.º 2.

Foi deffinitivamente approvedo no 2.º orçamento suplementar ao ordinario da receita e despeza do Concelho, no presente anno.

Presentes os seguintes officios: Um do Concelheiro Alfredo Pereira, Inspector Geral dos correios accusando a recepção do d'esta Camara, que lhe enviou copia de parte de acta da sessão de 14 do corrente mez, dizendo que se congratula por ter sido occasião de promover parte dos melhoramentos postaes, que a Camara solicitou, agradecendo a manifestação de apreço com que a mesma se ouve para com elle, fazendo votos, para que os deveres do seu cargo e a opportunidade, o colloquem na situação de satisfazer as justas aspirações dos povos d'este Concelho. - Outro, circular, do Governo Civil de Lisboa, transmitindo o contheúdo d'outra circular, que lhe foi dirigida superiormente, acerca de providencias tendentes á extincção da raiva; afim de ser cumprida pela camara na parte respectiva. A Camara ficou inteirada - Outro, do commissariado da Instrucção primaria do districto de Lisboa, rogando que a camara attenda ao pedido dos professores d'este concelho com respeito a livros e impressos para as escolas a que se refere o artigo 37.º do regulamento de 18 de junho ultimo. O vice-presidente declarou que já se tinha officiado ao commissario, dizendo-lhe que se tem indicado aos professores que estes serviços são tratados pela Administração Concelho; e bem assim qual a verba inscripta em orçamento para todas as despesas de instrucção. - Outro do commandante do districto de recrutamento

e reserva n.º, participando que, no dia 14 de novembro proximo futuro, pelas 9 horas da manhã se deverá proceder ao sorteio para exercito e armada, dos mancebos recenceados por este concelho. - Outro; da administração d'este concelho fazendo igual participação á do referido commandante, relativamente ao dia do sorteio. - Outro, da junta de parochia da encarnação, devolvendo, informado favoravelmente o requerimento de Francisco Jorge do logar da Encarnação, pedindo para efectuar algumas obras d'uma caza que possui no referido logar. A camara deferiu ao pedido.

Foram apresentados os seguintes requerimentos: Um de Antônio Lopes Franco, da Villa da Ericeira, pedindo licença para realizar alguns reparos nos muros d'um cerrado, sito na rua do Carmo da dita Villa. - Deferido. Outro de Manuel Jorge do logar das Quintas, solicitando licença para construir uma parede em propriedade rustica. Que possui, proximo da casa da sua habitação. - A'junta de parochia respectiva para informar. Outro de Guilherme Rodrigues, morador em Cintra, pedindo para ser nomeado para o cargo de aferidor que se acha vago, juntando quatro documentos. Outro de Manuel Esteves Ferro, morador da Villa de Mafra, pedindo para ser nomeado para o cargo d'aferidor, que está exercendo interinamente, juntando seis documentos. - A camara, tendo terminado o concurso no dia 25, reservou-se para tratar d'este assumpto n'outra sessão.

O sr. administrador do concelho, ponderou a necessidade que tem da coadjuvação da camara para o cumprimento de determinantes ordens emanadas do ex.^{mo} concelheiro Grvernador Civil de Lisboa, ácerca de inadiáveis medidas, que tende adoptar para a extincção dos animaes da raça canina, afim de evitar a propagação da raiva. A Camara promptificou-se a prestar todo o auxílio possivel em harmonia com as forças orçamentaes.

Deliberou que se reparasse uma fonte no logar de Chelleiros. Incubiu o vereador Lucas de promover a reparação do caminho do Cabeço do Netto ao Sobral. Auctorizou-se o pagamento dos vencimentos do mez d'outubro a todos os funcionarios, que recebem pelo cofre do municipio, e bem assim todas as mais despezas, que se liquidarem, com os diversos serviços municipaes, relativas ao tido mez.

2 - Câmara Municipal. Sessão de 25 de novembro de 1896. Folha de Mafra. Anno I, N 16, Mafra, 25 de novembro de 1896, p. 01.

Um do Hospital Nacional e Real de S. José e anexos, enviando uma conta dos doentes admittidos n'aquelle estabelecimento, no anno de 1885, na importancia de 509:580 réis excedendo a quota destinada a este concelho, na quantia de 1965780 réis, pedindo para que o total da quota lhe seja satisfeito, e quando não haja verba no orçamento, para que seja incluída no do próximo anno. A camara ficou inteirada.

Outro da administração do concelho, participando que por despacho de 7 do corrente, foi provida a escola do sexo feminino da freguezia do Gradil. Resolveu officiar ao respectivo regedor, para indicar casas em condições apropriadas para a escola de que se trata.

Outro da mesma administração, pedindo o fornecimento de lymphá vaccínica, segundo as indicações do sub-delegado de saude, visto ter-se actualmente desenvolvido a variola na freguezia da Enxara do Bispo d'este concelho. A camara apesar de ter a verba, destinada para esse fim, já exgotada, resolveu adquirir a dita vaccína e incluir no orçamento suplementar, hoje apresentado, a verba precisa para essa despeza.

Outro da comissão de recenseamento de jurados participando que arbitrou ao secretário d'esta camara a quantia de 105000 réis, pelos serviços prestados á dita comissão, nos trabalhos da revisão do recenseamento. A camara auctorisou este pagamento.

Outra do presidente da junta de parochia de Alcainça, pedindo-se-lhe forneçam os livros para o registro dos...

3 - Instrucção Primaria. Folha de Mafra. Anno II, N 64, Mafra, 31 de outubro de 1897, p.01.

Temos mais uma vez n'este cenario chamado a attenção do publico para as difficuldades em que se vê o municipio para fazer faces aos encargos de instrucção primaria. Voltamos novamente á questão, por ser um assumpto que bem merece ser discutido e meditado pelos legisladores e por todos aquelles que teem a seu cargo a administração das finanças municipaes.

Seria talvez uma heresia que incorreria no anathema de muitos de muitos sociologistas de fora de portas, proclamar a não diffusão da instrucção, desacompanhada da devida educação moral - como por ahi a vemos campear.

A consolar-nos na excomunhão teríamos a honrosa camaradagem de muitos eminentes e dos de mais claro espirito.

Não se trata porem de questões especulativas, embora não possam totalmente expressar-se de parte puramente pratica que nos occupa.

E, sem mais detença e preembulas, vamos pôr nitidamente a questão:

- Deve um município gastar mais de um terço de suas receitas em despesas de instrucção primaria, como actualmente está succedendo ao concelho de Mafra? Parece-nos que não.

Mesmo que as escolas fossem frequentadas, como deviam ser, e o magistério cumprisse a sua missão - que em grande parte não cumpre - ha mais ramos de administração municipal que carecem, tanto ou mais que a instrucção publica, que se olhe para elles com a devida attenção. Por agora lemitamo-nos apenas a lembrar a viação municipal e a assistencia publica. Aquella está completamente descurada - por falta de receita e pejada de regulamentos impedidivos; a ultima pode-se dizer que não existe.

Não desadoramos o derramamento da instrucção. Desejamol-o, mas em harmonia com as posses do município e sem sacrificar outros ramos de serviço publico, que merecm igual consideração.

No centralizador que acompanham nos ultimos tempo os varios governos do paiz, passou para o ministerio do reino a direcção da instrucção primaria, que dantes estava a cargo das camaras municipaes. Para o concelho de Mafra foi perniciosa a mudança, como vamos ver. O ensino não melhorou e os encargos augmentaram. Não melhorou o ensino, enquanto o numero de escolas augmentasse, porque de nada serve o maior numero de professores, se as escolas não são frequentadas pelos alumnos, ou aquelles funcionarios não teem a devida sollicitude.

Tem o sr. administrador do concelho visitado grande numero de escolas, S. ex.^a poderá testemunhar do desleixo, atrazo e falta do que mais preciso é pra se ministrar uma boa instrucção elementar. E comtudo o município gasta mais de um terço das suas receitas, para conseguir que haja alguém que saiba ler o *Seculo* e organizar cirios civis. N'um dos proximos numeros continuaremos.

4 - O Ensino. O Correio de Mafra. Anno II, N 12, Mafra, 05 de fevereiro de 1899, p. 01.

Pedimos venia ao nosso prezado collega de Santo Thyrsó, para fazermos nossa as suas palavras.

Conhecida a vantagem e utilidade que ha na divulgação do ensino primario para a regeneração d'um paiz, cujo estado é uma decadencia ruinosa devem os poderes publicos que estão á frente do seu governo, curar d'uma fórmula proficua e proveitosa para que a instrucção seja adaptada de maneira a corresponder ao levantamento de todas as forças vitas.

Portugal que tem descurado extensiva e intensivamente o ensino popular, tem colhido amargamente o fructo d'este desleixo, pois a má e a pouca instrucção tem concorrido d'um modo prodigioso para a sua decadencia, que ha sessenta annos o domina e com poucas esperanças de o querer abandonar.

Ainda a ultima reforma feita em 1894 veio confirmar o pouco cuidado que os governos tem dedicado a momentoso quanto util problema.

A instrucção, que deveria ter a maxima expansibilidade quer pela criação de novas escolas, quer pelo incitamento da iniciativa particular, bem orientar n'um programma habilmente definido, foi coartada d'um modo vergonhoso e despotico, e para cumulo, a socapa, passa uma carta de inaptidão a uma classe que se avanta a todas as outras em qualquer ramo de ensino – a classe ecclesiastica, não lhe reconhecendo nem illustração nem capacidade, de forma a poder corresponder ás modernas exigencias da pedagogia!

O ensino que deveria ser bebido em livros cuja pureza de doutrina e linguagem fosse reconhecida e ascessivel a entendimentos juvenis, é n'essa reforma tratado o poder favorecer afilhados, cujas aptidões são dividosas, pois os compendios de que são auctores, estão inçados d'erros de palmatoria!

A instrucção que deveria ser ministrada segundo as circumstancias do tempo d'acordo com as do lugar, é decretada igualmente para todos os pontos do paiz, sendo o resultado prejudicial a saude da creança.

Agora que o governo tem em projecto a reforma da instrução primária seria util e proveitoso que pensasse maduramente no programa que tensiona elaborar, para que não seja peor a emenda que o soneto.

Se a criação de novos estabelecimentos escolares é uma necessidade que de ha muito se torna urgente, será bom, que se attenda não só á hygiene dos edificios mas tambem á escolha do local, onde se teem de implantar esses viveiros de luz. Esta necessidade sent-se por todo o paiz, porque por todo elle a falta é notoria e grande, embora haja algumas partes que não careçam de novos estabelecimentos com tanta urgencia como outras.

A remuneração condigna áquelles que exercem tão util como tão humanitaria missão, deve igualmente merecer a attenção do governo. E' triste e desolador ver esses obreiros incansaveis do progresso e da luz, obrigados por vezes a exercer outros ministerios, tão alheios ao seu fim, como estorvos ao cumprimento dos deveres que tão inherentes á sua missão.

Mal remunerados em seus vencimentos, que quasi sempre são pagos atrasadamente, não podem satisfazer as necessidades da vida, vendo-se por vezes sujeitos a privações, que os impedem de dar o desenvolvimento de que sua acção seria capaz.

A liberdade d'ensino deve ser uma das partes que se tenham a fazer na reforma, pois que o seu resultado é tão evidente intuitivo da divulgação da instrucção, que não precisa d'argumentos para provarem a sua proficuidade. Se o fim da lei é intrucção das classes populares, estas serão tanto mais instruidas quanto mais obreiros houver que a disseminem.

Com essa medida sómente terá a lucrar o paiz.

Convem tambem que os livros, empregados ao ensino publico sejam pelo systema antigo e á escolha do professor sendo elles previamente appovados pelo conselho de instrucção publica, porque d'est'arte haverá maior cuidado na composição dos compendios, não tendo por certo os erros de que estão cheios os actualmente adoptados. É uma vergonha e que mostra bem a sinceridade, rectidão e justiça com que se escolhem os livros, a sua apodtação nas escolas sem que primeiro sejam expurgados dos disparates e erros palmares de que estão eivados.

Uma das reformas também que se impõem é a das horas escolares. É verdadeiramente triste e desumano obrigar as crianças a virem para a escola com uma salola de pão! Ellas que necessitam d'um alimento sadio, veem-se obrigadas por um despotismo da lei a estarem com um pouco de pão secco e duro até ás tres horas da tarde! Quem seria o heroe de tal lembrança? No intervalo de meia hora que ha, aquellas que teem que comer, come, as que não teem, olham para quem come. Isto será humano? Isto será garantir a saude das creanças?

Repugnanos estra a fazer considerações d'esta ordem deixamos por isso á menemerencia da ex.^{ma} camara o fazer uma representação ao governo pedindo-lhe todas estas reformas e ao mesmo tempo instando para que fique a seu cargo o regulamento das horas escolares.

Por tsdas as considerações acima feitas vemos que a reforma da instrucção decretada de 1894 é insustentavel e de forma alguma condiz com as necessidade do paiz, pois que é insufficiente para o magisterio escolar, e não satisfaz essa fome de saber que se manifesta atravez a nação, e é alem d'isso contraproducente porque coarta qualquer acção da iniciativa particular.

5 - A Instrucção em Portugal. O Correio de Mafra. Anno IV, N 142, Mafra, 03 de outubro de 1901, p. 02.

E' do nosso esclarecido collega *O Domingo*, que vê a luz da publicidade em Aldegallega do Ribatejo, o curioso artigo que em seguida publicamos:

Não nos cansamos de repetir que a instrucção em Portugal está atrazadissima. E infelizmente uma verdade que se impõe aos olhos de todos e que nos envergonha perante as demais nações.

Segundo uma estatistica feita sobre o censo de 1898, apurou-se a seguinte porcentagem de analfabetos sobre a população do universo:

Portugal occupa o logar de honra com 67,35 por cento; Italia, 52,93; Polonia, 39,82; Hungria, 37,69; Russia, 36,42; Austria, 32,60; Grecia, 25,18; Roumania, 17,75; Belgica, 15,22; Turquia da Europa, 14,79; Bohemia e Moravia, 8,98; Hespanha, 8,71; Irlanda, 7,28;

França, 3,50; Inglaterra, 3,49; Hollanda, 3,38; Escocia, 2,83; Allemanha, 2,49; Noruega, 1,02; Suecia, 0,74; Suissa, 0,60; Dinamarca, 0,49.

Se nas cidades e villas a porcentagem dos analphabetos é grande no campo é enorme. E' rissimo encontrar ahi um rapaz que saiba ler e escrever. No campo, em geral, os paes dão por mal empregado o tempo que os filhos gastam na Escola, preferindo vel-os entregues á mais profunda mandrice, affirmando (como ainda ha bem poucos dias um nos disse) que *isto de saber ler e escrever* só é bom para gente rica; que nos pobres é perfeitamente dispensavel, que os seus paes e avós não sabiam ler e nem por isso deixaram de viver bem, que na Escola mettem ideas novas na cabeça dos rapazes e que os estragam para o serviço no campo. e outras mil razões qual d'ellas a mais disparadas e absurda!

Não comprehendem que a melhor fortuna que um pae pode legar a seus filhos é a Instrucção, porque essa não está sujeita ás contingencias da sorte, e uma vez adquirida só acaba com a existencia do individuo; não comprehendem que a Instrucção engrandecendo e elevando a moral; e muitas vezes materialmente o homem habilita-o a trilhar de bravamente o caminho da vida e a vencer com facilidade os attritos.

6 - Ao Povo: Contra o Analphabetismo. O Correio de Mafra. Anno V, N 176, Mafra, 03 de outubro de 1902, pp. 01-02.

Da illustrada Associação dos Jornalistas de Lisboa, recebemos a seguinte circular, a qual nos merece nos merece nossa sincera adhesão, por ser realmente uma obra meritória que os distinctos homens de letras pretendem implantar em nosso paiz.

E' para este facto que chamamos a attenção dos leitores e do povo para que meditem bem sobre o assumpto de que se trata, para que respondam aos quesitos que lhe serão enviados em folha solta na proxima semana.

Sob a epigraphe *Analphabetismo*, publicou o *Diário de Notícias de Lisboa*, de 19 do mez passado, uma carta cujos ultimos diziam assim:

« Quanto ao alvitre de se reduzir o tempo de serviço militar em beneficio dos que soubessem ler, é excellente e decerto daria resultado demais a mais n'um paiz como o nosso em que o povo tem aversão a vida militar. Mas outro meios podim ser empregados para para o mesmo fim – e não seria mau, estou em dizel o, que por intermédio da

Associação de Jornalistas se fizesse um inquerito á imprensa do paiz sobre os meios que a cada um se affigurassem praticos para extinguir, ou almenos reduzir o analphabetismo.

Se isto se fizesse, e os resultados colhidos inspirassem depois leis n'esse sentido - mas leis que se cumprissem! - a imprensa portugueza teria inaugurado um epoca tão notavel, qua daria talvez d'ahi um Portugal novo)) ... E a ella lhe cumpre fazel-o, porque n'um paiz de cinco milhões de habitantes, a acção da imprensa póde dizer-se circumscripita ainda hoje a um tão pequeno numero, que a medir-se por esse o seu valor, elle não é decerto, de envaedecer...

O que é, comparada a população do paiz, a tiragem dos maiores jornaes?! Quasi nada! E a dos outros que constituem a quasi totalidade?!

Dada a curiosidade intinctiva do nosso povo, póde-se dizer que se a maioria d'este soubesse ler, a tiragem de nossos jornaes se multiplicaria extradiordinariamente n'uma progressão crescente, o que não deixaria de ser tambem para o jornalismo a sua ((idade de ouro))... E para o mais; porque a Instrucção é a unica atmospherá em que os progressos de uma nação podem germinar e desenvolver-se. Sendo a nação a somma dos individuos, a força natural de cada um d'estes só com a instrucção póde fructificar.

Ponderou a dirção da *Associação dos Jornalistas de Lisboa* pede a todos os seus collegas do jornalismo que não só se dignem de dar a essa circular e ao questionario que a ella vae junto a publicidade nos seu jornaes, mas ainda, e muito especialmente, que incitem a ttenção e a curiosidade dos seus leitores no sentido de colhermos d'estes as necessarias respostas.

Será um verdadeiro plesbicito sobre objecto de maior alcance, e esta circumstancia, e a de ser promovido e realisado pela imprensa de todo o paiz, decerto imporão as suas conclusões á attenção e ao estudo dos poderes competentes.

Por sua parte, a *Associação dos Jornalistas de Lisboa* honrar-se-ha muitissimo formulando opportunamente, em nome de seus collegas, uma reprsentação ao parlamento, e envidando, se preciso fôr, todos os seus esforços, para que uma lei seja promulgada sancionado os votos da nação, que seriam tambem os da sua imprensa.

Espalhado profusamente por todo o paiz o referido questionario, dentro dos jornaes e por outras formas, as respectivas RESPOSTAS, QUANTO POSSIVEL

CONCISAS serão escriptas nos proprios papeis avulsos distribuidos; e estes enviados pelo correio á Associação dos Jornalistas, Rua do Diario de Noticias N.º 110 - Lisboa.

Visto que a todos os nossos collegas rogamos a publicação d'esta circular em 3 numeros dos seus jornaes, bem póde a respectiva typographica ser aproveitada vom a impressão de questionarios avulsos, aos quaes poderia servir de modelo (para facilidade do expediente futuro d'esta Associação) o que enviamos para esta circular.

Longe de nós encarecer os nossos collegas perante a utilidade de um inquérito de tal natureza, que por si mesmo de impõe á sympathia de todos.

Olhar pela criança é olhar pelo futuro: é promover o progresso da nação, e por isso o bem geral: é tornar possível a riqueza collectiva, tornando possível, pela instrucção, a riqueza individual; é preparar o futuro no presente; é prevenir; é afastar a necessidade de remediar, é consolidar a existencia da nação, a sua autonomia, e levantal-a no conceito de outras nações. E não ha outra forma de o conseguir, desenganemo-nos!

Valorizar o individuo pela instrucção, é habiliatal-o a valorisar a terra pelo trabalho, - e valorisada a terra, a industria agricola brotarão infallivelmente as outras industrias, a riqueza, a abundancia, o bem-estar, a paz a liberdade. – A liberdade, que é hoje um apanagio de meia duzia, o bem-estar, que a maioria não sabe sequer o que é - fora das suas crenças! E estas lh'as não roubaria a instrucção.

Contando, pois, antecipadamente, com a decidida cooperação e activa boa-vontade de todos os nossos collegas da imprensa no sentido que deixamos indicado, esta Associação aproveita o ensejo para saudar em V. como membro da imprensa de Portugal, os bons fructos, que deste já antevemos, da ideia aventada, - a qual será para nós, jornalistas, o maior e mais levantado monumento que o nosso amor pela PATRIA - pela sua grande Historia e pelo seu Futuro! – n'este momento podia erigir-lhe.

Lisboa, 27 de março de 1902.

A Direcção da Associação dos Jornalistas.

Alfredo da Cunha, presidente

Magalhães Lima, vice-presidente

Candido Figueiredo, secretario

Oliveira Pires, thesoureiro

Lourenço Cayola

Questionario

O ensino elementar deve ser livre ou obrigatorio?

I

O estado deve impor aos Paes, tutores ou pessoas encarregadas da educação das crianças a obrigação do ensino elementar d'estas, ou, em vez d'essa obrigação, conviria mais deixar-lhes inteira liberdade de proceder, estabelecendo-se na lei, apenas, vantagens especiaes para os individuos que não analphabetos?

Ensino obrigatório

II

Se o ensino elementar deve ser obrigatorio, que penalidades devem ser impostas aos que não mandarem ensinar as crianças?

III

Desde que idade e até que idade dos menores, os representantes legais d'estes devem ser obrigados á dar as crianças a instrucção elementar?

Liberdade de ensino

IV

Aos indivíduos que possuirem a instrucção elementar devem ser dadas, por esse facto, vantagens especiaes em relação aos analphabetos?

V

A redeção do tempo de serviço effectivo no exercito deverá ser uma d'estas vantagens?

VI

Deve ser prohibido o casamento a todo o individuo que não souber ler nem escrever. – ou só ás mulheres preparando, preparando d'esta forma, a futura maternisação no ensino elementar?(1)

VII

O estado deve conceder vantagens em matéria de impostos aos Paes que assim o requererem e juntarem ao requerimento o certificado de instrucção elementar de algum filho?

VIII

De que disciplinas deve constar a instrução elementar?

IX

As camaras municipaes deveriam meios especiaes para estimular nos seus munícipes o gosto e o desenvolvimento da instrução popular?

X

Aos particulares que voluntariamente ensinassem a ler uma criança, e, bem assim, aos que de alguma fórmula relevante concorressem para o desenvolvimento da instrução popular, deveria ser dado pelo municipio algum testemunho de gratidão collectiva?

XI

Sendo um preceito de moral christã - «ensinar os ignorantes») – e visto que uma grande parte das escolas primarias do paiz são hoje regidas por ecclesiasticos, que são professores officiaes d’essas escolas deverá commetter-se aos parochos o ensinarem a ler as crianças as crianças da sua parochia, se os representantes das mesmas crianças assim o quizereme não houver na parochia escola official em effectivo exercício?(1)

XII

As vantagens concedidas aos não analphabetos e aos seus paes poderiam ser compensadas de alguma forma, - e não poderia ser uma das formas de compensação o plantio obrigatorio de 4 ou 6 arvores, por exemplo, em terreno publico e em logar escolhido pela Junta de Parochia ou pelo Municipio?

(1) Foi assim que um rei da Suecia, Carlos XI, conseguiu elevar esta nação ao que é hoje: a nação modelo na instrução primaria. O estímulo, aliás moralíssimo do casamento, ainda seria mais imperioso nas mulheres, do que nos homens a redução do serviço militar.

7 - Câmara Municipal. Mafra-Portugal, O Correio de Mafra, anno VIII, Num. 305, de 29 de janeiro de 1905, p.01.

Sessão do dia 23 de janeiro de 1905, Presidente Eduardo Burnay, vogaes padre Machado, Júlio Taveira, D. Resina e Moucheiro - Assistiu o administrador do concelho.

Apezar de estar marcada para a primeira hora, a sessão só abriu as 2 horas.

Lida e aprovada a acta anteior.

E`lido um officio da professora da Enxara, duma trapalhada dum despejo duma casa escola pelo sub-inspector de instrução e que o senhorio alegava fora de tempo e portanto quer que a Camara lhe pague a renda. Deliberou idagar quem tem razão.

O officio do subdelegado de saúde pedindo desinfetantes. O presidente depois de se interar que a verba para esse fim é de 40\$000 propoe o deferimento e é aprovada, encarregando o secretario de saber dos fornecedores o minimo preço.

Idem pedindo tubos de vacinas; identicas perguntas, iguaes respostas, do que resultou a aprovação, por se verificar haver 10\$000 para tal fim.

Idem recomendando a extinção de uma fossa junto do predio do Simplicio, no largo da Ilha da Madeira, e da qual o nosso semanario já se ocupou em tempo; como é assunto de mau cheiro, o presidente nomeiou o vereador Maucheiro para estudar o aroma.

8 - “Instrucção no Concelho” Mafra-Portugal, O Jornal Mafrense, anno VIII, Num. 416, 22 de dezembro de 1905, p.01.

Já numa outra vez nos referimos aqui, á forma como é administrada, em geral, a instrucção publica no nosso concelho, e hoje voltamos ao assumpto, que é capital importancia, chamando para elle a attenção de quem competir.

As queixas graves que por vezes temos recebido contra determinados professores acusando-nos de incuria e desleixo e até falta mais importantes, provam-nos que no concelho não ha fiscalisação ou inspecção dos serviços de instrucção.

Ha escolas de populosas freguezias que apenas são frequentadas por meia duzia de alumnos que cousa algum adianta durante esta frequencia ao passo que outros sao regularmentes concorridas. Qual a causa? Será por que n’umas freguezias as familias dos menores comprehendem melhor os seus deveres no que em outras? Pode ser uma das causas, mas não nos parecem que seja a principal. N’essa hypothese, porém compete aos parochos aconselhar aos paes a mandar os filhos á escola.

Disse tambem que a miseria do maior numero é um factor importante para a deficiencia da frequeucia á escola. Que a maior parte das familias, por falta de recursos

para apresentar os rapazes ou raparigas decentemente vestidos na escola, os não mandam lá. Que também, desde bem pequenitos os filhos dos pobres ajudam os paes nos labores do campo e que por consequencia consideram como prejudicial aos seus interesses o tempo que estão na aula. São, sem duvida, estas, uma das causas da falta de frequencia. A miseria e também o egoísmo e a estupidez, porque muitos paes entendem que desde que elles vivem sem saber lêr, não precisam que os filhos sejam letrados!

Mas, também tem grande parte no mal a falta de cuidado de alguns professores. Sabemos de alguns que são os primeiros a instar com os paes para mandarem os filhos á escola, mostrando-lhes a vantagem da instrucção e, bem ou mal lá os convencem a mandar os rapazes. Outros professores, porém, fazem pelo procedimento quanto podem para afungentar os alumnos para assim lhes dar mais tempo para tratar da horta, e, ainda sim, até ás vezes aproveitam os poucos rapazes que teem em os ajudar nos seus serviços em lugar de lhes dar a instrucção que dévem.

Ora, os paes vendo isto, dizem, e com razão, que visto que os rapazes vão para a escola tratar da lavoura do mestre, melhor a ficar em casa a tratar da sua.

Mas, para de tudo haver cá no concelho, existe até n'uma freguesia um professor que pelos seus maus costumes, impede as familias de mandar os rapazes á escola; outros que lançam contribuições forçadas aos rapazes, e outros ainda que usam e abusam dos castigos corporaes, com a letra expressa da lei.

Ora, isto não pode continuar assim. Se as escolas se fundaram para dar instrucção ao povo, se esta instrucção a estamos todos nós pagando como porcentagem de 10 percento sobre as contribuições geraes de Estado, não é para vêmos quasi perdido por completo este sacrificio. Que os professores que não cumprem seus deveres sejam castigados, e no caso de reincidencia se mandem plantar batatas, mas, que se esteja a contribuir para no fim se não vêr resultado algum util e que a porcentagem dos analfabetos, seja, como é, enorme o nosso concelho, é que não pode continuar assim.

Ha freguezias, como se pode verificar onde os que sabem lêr estão na proporção de 3 por milhar de analfabetos e não é decerto para isto que ha uns poucos de annos estão estabelecidas escolas em todo concelho.

Não devemos fechar este artigo, em apello aos que tem por dever olhar por estas cousas, sem citar como exemplo digno de registo e de ser seguido. A escola real de Mafra

dirigida com o zelo inextinguível com carinho de pae, pelo nosso bom amigo, sr. Filipe Jorge, coadjuvado por seu irmão sr. Estevão Jorge, sr. Bento Lopes e sr. José da Costa Jorge, as quaes á porfia se esforça que os alumnos aproveitem bem o tempo de frequencia da escola.

É didno de ver-se e causa intima stisfação entrar na escola real de Mafra e vêr mais de cem alumnos todos applicados ás suas lições, com aspecto satisfeito, e melhor ainda vêr sair aquella turbamulta infantil, com um barulho de ensurdecer, quando dá a hora de suspensão das aulas.

Assim comprehende-se a escola. O que que causa tristeza é ver como se vê n'algumas aulas, uns viute bancos quase desertos, e o professor a ressonar ou ausente, deixando os poucos rapazes em liberdade para fazer as diabruras proprias da sua idade.

Quizemos, de proposito, estabelecer o confronto para demostrar, que a boa ou má frequencia das escolas, vae tambem muito dos bons ou maus professores e que se deve olhar eom bastante cuidado para este assumpto, para não estarmos a perder tempo e dinheiro inutilmente.

9 - A INSTRUÇÃO a cargo da Câmara? – O Liberal, Mafra, 30 de novembro de 1924, p. 01.

A Câmara Municipal numa das suas ultimas sessões, resolveu pedir a administração do ensino primário.

Ao termos conhecimento desta resolução e sabendo nós que o professorado do concelho é favorável a conservação das Juntas Escolares, o que já varias vezes teem manifestado nas reuniões do seu Núcleo, dispuzemo-nos a consultar o que há legislado sobre o ensino primário.

Foi assim que encontramos no decreto n 5787-A o Parágrafo 2. do art. 40. que reza o seguinte:

A quaisquer outros municípios que pelo seu desenvolvimento financeiro e pelo seu interesse ao ensino primário, se mostrem dignos da autonomia do Estado, poderá conceder-se regalia igual à que é preceituada para os municípios de Lisboa e Porto.

Desenvolvimento financeiro não nos consta que o haja a tal ponto que possa suportar as despesas de mobiliário e material didactico que nós bem sabemos necessitar quase todas, senão todas, as escolas do concelho. E interesse pelo ensino primário também ainda não vimos coisa alguma/

Qual a razão, portanto, que levaram os nossos edis a pedir a administração do ensino primário?

Nós sabemos de Câmaras Municipais que teem dedicado amor, carinho e interesse ao ensino primário dos seus concelhos e que não teem a ambição da administração do ensino.

Temos como factos mais recentes as Câmaras de Évora e Chaves que acabam de ser louvadas no Diário do Governo de dez do mês passado pelo interesse que teem manifestado em favor do ensino popular, dentro dos seus escassos orçamentos; fazendo á sua custa a reparação dos edifícios escolares dos seus concelhos; fornecendo mobiliário escolar, material didacto que nós bem sabemos necessitar quase todas, senão todas, as escolas do concelho. E interesse pelo ensino primário também ainda não vimos coisa alguma.

Qual a razão, portanto, que levaram os nosso edis a pedir a administração do ensino primário?

Nós sabemos de Câmaras Municipais que teem dedicado amor, carinho e interesse ao ensino primário dos seus concelhos e que não teem a ambição da administração do ensino.

Temos como factos mais recentes as Câmaras de Évora e Chaves que acabaram de ser louvadas no Diário do Governo de dez do mês passado pelo interesse que teem manifestado em favor do ensino popular, dentro dos seus escassos orçamentos; fazendo à sua custa a reparação dos edifícios escolares dos seus concelhos; fornecendo mobiliário escolar, material didactico bustos da Republica, bandeira nacionais, grande quantidade de arvores florestais e frutíferas, utensílios escolares aos alunos pobres; oferecendo prêmios aos alunos distintos e aos professores; promovendo sessões cinematográficas educativas etc., etc.

E estas Câmaras Municipais que mostram eloquentemente compreender o valor da instrução popular e o carinho que lhes merece o professorado não deliberaram, ainda, pedir a administração do ensino primário. Vêem que há Juntas Escolares administradas por

professores e como amigos da instrução e do professorado entendem que elas devem estar bem entregues. E vêem, também, que para auxiliar e fomentar a instrução popular não necessitam de tomar sobre si o encargo da administração do ensino. Só os nossos intelectuais camaristas, parecem não verem isto.

Que fizeram em prol da escola popular?

Porque, resolveram, portanto, os nossos sapientes edis, contra o desejo do professorado do concelho e sem terem mostrado com factos, desde que as Juntas Escolares existem que lhes merece carinho a educação popular, pedir a administração do ensino primário?

Sim, para mostrar com factos o seu amor pela instrução, se a sua deliberação é inspirada pelo carinho que tributam ao ensino primário, tinham ocasião de fazer sempre o que julgassem de útil para o ensino primário, tinham ocasião de fazer sempre o que julgassem de útil para o ensino e para a Nação sem terem a seu cargo a administração do ensino.

Assim nem o Parágrafo 2 do art. 40 do decreto Número 5787-A ao abrigo do qual certamente, se o conhecem, pediram o ensino, podem invocar para tomar sobre si a administração do ensino primário.

Não. Os motivos devem ser outros. É a política, a baixa política, a politiquice, que os nossos camaristas que *ilegal e imoralmente* se sentam nas cadeiras do Município, que há muito se pavoneiam com lugares que não lhes pertencem, que há muito ali se encontram conta a vontade do povo, que de todos os trues e canices audaciosas se tem servido, é a política, a baixa política, dizíamos nós, que os move.

Querem, talvez, fazer do professor do educador do povo, bonecos de papelão! Sábios edis!

E é assim que já até falam em transferências de escolas em beneficio duns e prejuízo doutros.

Não isto não está bem, isto vai contra os interesses do concelho e os desejos dos professores.

É por isso que o Liberal sabendo interpretar o sentir do professorado do concelho e dos seus habitantes protesta contra a resolução da Câmara.

10 - SOUZA, Junior. INSTRUÇÃO – O Liberal, Mafra, 21 dezembro de 1924, p. 01.

É o novo Ministro da Instrução. Não sabemos qual será a sua obra. O que sabemos é que foi já deliberado num dos últimos conselhos de ministros entregar o ensino às câmaras municipais. E parece-nos que entrou com o pé esquerdo, como se costuma dizer.

Achamos isto mal feito uma vez que o professorado é contra a administração a cargo das câmaras, estando ainda bem vivo na memória de todos, os atropelos e as ilegalidades por elas praticados.

Nós, interpretado o sentir do professorado do concelho, protestamos no nosso ultimo numero conta a deliberação da intelectual câmara de Mafra.

Agora que se trata duma medida geral compete ao professorado primário protestar visto não quereremos meter foice em seara alheia.

DESPEJOS DE ESCOLA

Está tomando um aspecto gravíssimo os despejos das escolas primarias. Todas as semanas os periódicos nos trazem a noticia de duas, três e mais escolas postas na rua por o Estado não pagar as suas rendas. Isto é vergonhoso. O não acautelamento, por ocasião da confecção da lei do inquilinato, dos interesses de escola e do professor dá-nos, por vezes a impressão de que o analfabetismo em Portugal não existe não fazendo, portanto, prejuízo algum o encerramento de dezenas de escolas.

Não sabemos como adjectivar este desleixo. Ainda há dias os periódicos publicavam o seguinte:

Por falta de pagamento de rendas pela 10 repartição de contabilidade continuam muitas escolas primarias a serem encerradas.

Agora o caso deu-se com as escolas de Bustos, concelho de Oliveira do Bairro; Marmodeiro, freguezia do Requeixo, concelho de Aveiro e Capeludos, concelho de Vila Pouca de Aguiar.

Também em Seia acaba de ser intentada uma acção de despejo contra a escola masculina da freguezia de Santiago, por falta de pagamento, e outras acções vão ser intentadas, havendo já mais de 50 escolas encerradas.

Mais de cinquenta escolas enceradas!

Pavor! É urgentemente necessário que o sr. Ministro olhe para isto com patriotismo mandando imediatamente pagar as rendas em atraso e tomando providencias sobre as

escolas que se encontram encerradas pois nem as crianças podem estar privadas do pão do espírito nem os professores pretendem ver transtornada a sua já tão atribulada vida com a colocação em outra terra sertaneja.

Providencias, sr. Ministro.

AUMENTO DE RENDAS

Da 10 Repartição da Direcção Geral de Contabilidade Publica e para efeitos de aumento de renda aos senhorios, baixou a todas as Juntas Escolares uma circular em que é solicitada, com a maior urgência uma relação ou relações dos edifícios cujas rendas se incluem em folhas processadas pelas mesmas Juntas, com indicação das datas da inscrição na matriz e rendimento ilíquido.

Há mais tempo que isto já se devia ter dado para se evitar que muitos senhorios a pretexto da pouca renda deixem desmoronar os edifícios escolares pondo-se, assim, em risco a vida do professor e seus alunos.

As rendas das escolas do concelho são reduzidíssimas, como aliás a de todas do país, visto serem rendas ainda antigas, mais dentre elas destacaremos a da escola da freguezia de S. Silvestre do Gradil cuja senhoria há 10 anos recebe a avultada renda de 330 réis!

Extremamente irrisório e ridículo.

Mas como mais vale tarde do que nunca venha o aumento e o pagamento das rendas para que os senhorios depois não se possam furtar às necessárias reparações de que carecem quais todas as escolas do concelho. E se furtarem que venham uma lei que os lembre a cumprirem o seu dever.

Assim está absolutamente certo.

NOVO REGULAMENTO

Temos no ensino primário disposições que brigam umas com outras. É a cada passo. O caos é tão profundo que inspectores há, sabem-lo de fonte segura, hesitam em certas informações fazendo prevalecer o seu critério.

Há um novo regulamente elaborado e que há muito se encontra já na Imprensa Nacional, mas que não há maneira de ver a luz do dia.

Segredam-nos varias coisas. Há quem se oponha à sua publicação.

Mas afinal quem manda? É o Ministro ou são os cretinos que teem interesses pessoais?

Alguns Artigos Seleccionados de Jornais de Uberabinha

1- Nota. O Progresso. Uberabinha, n°5, p.3, 20/10/1907.

Os bacharelados do Gymnasio diocesano, Boulanger Pucci, Norberto de Oliveira Ferreira, Antonio Bernardino da Costa, Ruy Soares Pinheiro, preparam festiva recepção ao exmo. sr. conde de Affonso Celso, que deve chegar a esta cidade no dia 6 de Dezembro. Vem este illustre homem de lettras ser paranimpho da primeira turma de bacharéis daquelle acreditado estabelecimento de instrucção, habilmente dirigido pelos eméritos educadores Irmãos Martins.

A festa de collação do grau terá logar a 8 de Dezembro.

São oradores da turma: - o intelligente norberto de Oliveira Ferreira, sobrinho do distincto clinico dr. José de Oliveira Ferreira e o sympathico e esperançoso Boulanger Pucci.

O sr. conde Affonso Celso irá hospedar-se no palacete do sr. dr. João Teixeira Alves, graças aos intelligentes bacharelados.

Vamos ouvir e admirar as vibrantes palavras e ver a figura sympathica daquelle tão illustre e apreciado litterato.

2- Predio Escolar. O Progresso. Uberabinha, n°9, 17/11/1907, p.4.

Sabemos que o sr. dr. Rodrigues da Cunha, inspector escolar deste municipio, vai promover uma subscrição popular, devendo o producto da mesma ser applicada na reforma do predio da escola estadual do sexo masculino.

3- TRINDADE, João B. Nota. O Progresso. Uberabinha, n° 9, 17/11/1907, p3.

Domingo, tranzacto eu me achava cabis-baixo e tristonho sem meios de me distrahir. Momento depois passava em minha porta o sympathico amigo Nico e convidou-me para irmos passeiar até ao collegio das irmãs de caridade e eu acceito o convite partimos. E quando lá chegamos, tocamos a campainha e veio immediatamente abrir a porta uma das religiosas que nos recebeu amavelmente mandando-nos que entrássemos e tomássemos assunto enquanto chamava a irmã directora do collegio. Esta chagando, saudou-nos o que desejávamos. Manifestamos o desejo de vizitar-mos o estabelecimento de ensino. Gentil e cheia de alegria ella nos mostrou todos os trabalhos de custuras feitos pelas dicipulas, cousas admiráveis que em bem poucos logares eu tenho visto. Meninas de sete annos de idade até aos oito, mais ou menos, fazerem crochets, bordados, crivos, camisas para homens, féxus e cachinetes; e além disso lerem e escreverem desembaraçadamente como se fossem já diplomadas. Aconselho aos pais de família que tiverem filhas e que queiram educal-as, não mandarem em outro collegio a não ser o das irmãs de caridade, porque lá é que se vê e pode-se observar o capricho e o cuidado que ellas tem para com as dicipulas, lecionando-as tudo que for de utilidade e sciencia.

E portamto estão dando provas que muito trabalharam e estão trabalhando para progredir a instrucção nesta localidade.

4- Pela Instrucção. O Progresso. Uberabinha, nº10, 24/11/1907, p1.

Optimo symptoma de desenvolvimento, o amor que vae notando ultimamente nesta cidade pelas cousas referentes á instrucção é uma prova evidente e, por isso mesmo, mais do que flagrante, de que estamos caminhando francamente para a senda luminosa do progresso.

Sendo um dom humano, perfeitamente accessível a todos os indivíduos dotados de boa vontade e de perseverança, a instrucção nada mais é que a manifestação da cultura d um povo e o signo que caracteriza a passagem deste mesmo povo pela Historia.

O homem, para dilatar os seus horizontes e para vencer galhardamente no embate da vida hodierna, precisa armar-se de uma certa dose de conhecimentos indispensáveis e que lhe só poderá adquirir instruindo-se solidamente.

Parece anachonico querermos fazer a apologia do ensino na hora actual, mas confessando toda a verdade, certifiquemo-nos de que a sua propaganda é urgente, porque o ser humano só se torna apto para a vida pelo desenvolvimento do espírito, pelo grão de actividade que a sua intelligencia puder expandir.

Lembre-mo-nos por isso, de que as nações mais adiantadas do mundo são justamente aquellas em que a instrucção popular está mais diffundida, aquellas em que as escolas contam em maior número.

E, considerando deste modo, encaremos seriamente a nossa situação perante os paizes adiantados, miremo-nos nos exemplos que elles nos dão todos os dias, começamo-nos de ainda não temos nada feito neste sentido e desponhamo-nos a empenhar o melhor do nosso esforço trabalhando pela educação popular, que o grande Clemenceau diz ser a principio fundamental de toda política republicana.

Affirmação, cathgorica, isto que aqui fica dito está nitidamente comprovado pelo modo como é ministrada a instrucção estadual e municipal em Uberabinha. Funcionando em prédios que não tem o menor requisito para estabelecimento da educação, as nossas escolas públicas resetem-se de todo.

Falta-lhes mobiliário, higiene, meterial, enfim, tudo proque o ensino está completamente desorganizado.

A escola do sexo masculino foi suspensa por motivos frívolos, sem que o governo procedesse previamente a mais livre sindicancia.

Felizmente, porém, por outro lado, como se fosse uma tremenda bofetada aos poderes públicos, a instrucção em Uberabinha está se desenvolvendo satisfatoriamente, sendo isto, de certo, prenuncio de uma nova era para esta terra.

O grande número de escolas dirigidas por professores cuidadosos e dedicados à causa que abraçaram a notável freqüência accusada em todas ellas a boa vontade em auxiliar essas isntituições é um symptoma magnífico, de que devemos nos orgular.

Annuncia-se agora, para breve e com bons fundamentos, a notícia da fundação de um collegio e se tal acontecimento de ser, será uma grande victoria para esta cidade.

E já que a escola publica deixou de ser o santuário sagrado onde deveria arder incessantemente a pyra do amor pátrio, voltemos as nossas vistas par ao ensino particular, que será o início capaz de formar e espírito e o coração da formosa mocidade uberabinhense.

5- SILVA, Alzira Dias da. Alforge da moral: educação na familia. O Progresso, nº12, anno1, 08/12/1907, p.01.

A perfectibilidade suprema das acções Moraes acha-se reunida n'um centro unico, mas verdadeiro – a escola da familia.

O christianismo com todas as suas consequencias: consolo, resignação, amor, philantropia ensina _ a uma só fonte _ a licção da mãe.

É dahi que brotam os thezouros inehauríveis de ventura, amontoados pó ella na nossa infância e que mais tarde circulam no seio da sociedade com todos os seus fructos vivificantes.

A história da humanidade registra em letras de ouro, em pagina diamantina, os benéficos resultados della colhido, e que mais do que nenhum, tem concorrido para a formação do sumptuozo monumento, levantado em prol da civilização e do progresso!

Esse monumento, essa obra verdadeiramente collossal, gigantesca, cujas camadas sobre-postas apresentam discos cada vez mais solidos: conseguir lançar o ponto mais cumlinante do bem estar social - o amor da humanidade.

A instrução adquirida durante a puberdade nos bancos escolares deve ser, e é, o complemento da educação alcançada no regaço da família.

Infeliz daquelle que não tem pessoa alguma que lhe dirija os primeiros passos!

Infeliz aquele que ao exeder os braços fora do berço niguem o ampara!

Que fará neste mesmo cazo o homem entregue a si mesmo e com tendência natural para o abuzo:

Vê abertaa as portas do vício...entra, desce, de degrao em degrao até onde gravira o fundo pegado da perversidade, onde tripadia a orgia.

Ahi a taberna é a sua escola: o mestre...o vicioso, o forçado, o assassino.

Livres o divisa- o prazer, o roubo e a faca!

Eis o que constantemente se vê.

Eis as consequencias resultantes da completa, falta de uma boa direção na infância.

Faltou-lhes o conveniente guia, quo os fizesse desenvolver; faltou-lhes a verdadeira escola, que, quando guiada pelo evangelho, é de todas a mais salutar...a escola da família.

Sobejam exemplos, factos é incontestaveis para demonstrar esta verídica proposição.

E não obstante sustenta-se ainda, nega-se em nossos dias, duvidaa-se da doce e benefica influencia da mulher na sociedade. Seepticos!

Ainda existem espíritos alquebrados pela mysantropia que combatem contra os meigos carinhos de uma mãe, de uma esposa, de uma irmã. Loucos!

6- SILVA, Alzira Dias da. Alforge da moral: poder da familia. O Progresso, nº13, anno 1, 15/12/1907, p.02.

Eis como o illustre Samuel Emilis, autor do *Character*, da *Força de Vontade* e da *Economia* descreve a influência e poder da familia na formação do caracter e da índole de vossos filhos e consequentemente da sociedade.

A família é a primeira e a mais poderosa escola do caracter. É nella que toda humanidade recebe o seu melhor ou peor ensino moral, porque nella se bebem os principios que passam para a virilidade e só acabam com a vida.

Diz-se geralmente que as maneiras fazem o homem, e também que o espirito faz o homem, porem com mais acerto deveria dizer-se que “A familia faz o homem”, pois o domestico inclui não só as maneiras, como também o caracter.

E principalmente no seio da familia que o coração se desenvolve, que se formam os habitos, que a inteligencia se desperta e o caracter se forma para o bem ou para o mal.

Dessa fonte, pura ou impurra emanam os princípios e máxima que regem a sociedade.

A própria lei não é senão reflexo da família.

As menores sementes de opinião plantadas no espírito das crianças na vida privada, mostram mais tarde ao mundo e formam a opinião pública e aqueles que tem a seu cargo a direcção das creanças exercem maior poder do que os que tem as rédias do governo.

O homem vem ao mundo sem amparo e absolutamente dependente daquelles que os cercam e a sua educação começa com o primeiro a que respira.

Perguntando uma mãe a um filosofo, quando devia começar a educação de seu filho, que tinha então 4 annos de idade, respondeu-lhe aquelle.

<<Senhoram se ainda não começou, já perdeu 4 annos. Desde que o primeiro sorriso desponta dos lábios de uma creança, deve-se principiar a educal-a.>> Porém, mesmo neste caso a educação começou , por que a creança aprende por simples imitação com ou sem esforço, quase atravez dos poros.

7- Uberabinha, MG, O Progresso, anno II, Num. 57, de 19/10/1908, p.01. Editorial: “Grupo Escolar”

Levanta-se no nosso meio a grande idéia do agrupamento das escolas locais. Os grupos escolares consoantes com o regulamento da instrucção, organizado pelo illustre secretario do interior Dr. Carvalho Britto, estão destinados a produzir resultados compensadores de todos os sacrificios que se possam fazer com a sua installação. O estado de S. Paulo, que em materia de ensino leva a palma a todos os outros da união, há muito adoptou os grupos escolares em substituição as escolas isoladas e diariamente novos edificios se levantam destinados á criação de novos grupos, o que prova o bom resultado que se tem colhido neste estabelecimentos de ensino. Em Uberabinha onde existem para mais de quatrocentas creanças em idade escolar, é justo que se procure dar ao ensino a maior latitude possível, empregando o meio mais proveitoso, menos despendiso e que mais

probabilidades de exito offereça. Ora está provado pelos bons resultados calhidos pelo estado de S. Paulo, que os grupos escolares, prhenchem todas as condições, acrescendo ainda a maior facilidade de fiscalisação por parte do governo. O magisterio primario que por tantos annos, tão descurado foi no nosso estado, encontrou agora no Dr. Carvalho Britto, um fervoroso defensor, que de animo resolutu e inquebrantável tenacidade, vai operando a sua reforma e levando a todos os recantos deste abençoado torrão, a sagrada luz da instrucção, verdadeiro pão do espírito, donde dimanará mais tarde a felicidade do povo mineiro. O Dr. Carvalho Britto, quando outros actos de sua proveitosa administração na pasta do interior, a não recomendarem à gratidão dos mineiros, seria bastante a reformam na importante ramo da instrucção publica primaria e a sua organização nos moldes em que não sendo talhada, para recommendal-o à gratidão dos reindouros, coberto das benções de milhares de creaças que lhe deverão não serem contadas ainda no numero dos analphabetos. É preciso que o governo municipal de Uberabinha, unindo-se ao governo do estado, procure trazer para esta cidade, este grandioso melhoramento, que virá dar ao nosso desenvolvimento material, um impulso intellectual e civilizador, de maneira a preparar pelo ensino, os homens do futuro, tornando-os aptos a contribuir pelo seu saber e valor civico, para a felicidade da grande colectividade brasileira. Promova-se a creação de um grupo escolar nesta cidade e ter-se-á prestado ao municipio um dos mais importantes beneficios de palpitante necessidade.

8- Uberabinha, MG, O Progresso, anno II, n.º 68, de 10/01/1909, p. 01. Carta: “Carta Aberta”.

Exmo. Snr. Dr. Wenceslau Braz – aproxima-se o dia em que as armas vão sagrar a escolha de vosso nome para desempenhar o mais alto posto da administração do Estado, no qual poréis em evidencia ainda uma vez os vossos preciosos dotes de cidadão e homem publico. Somos do numero dos que se bateram pela vossa candidatura antes mesmo de a Comissão Executiva, reunida em Convenção, proclamar o vosso nome a presidenciação. É pela sympathia que o nosso ardor de mineiro tem vos devotado, certamente vos autoriza um consentir-nos levar perante vós um pedido que julgareis o mais razoavel possível. Disseste

na vossa plataforma que seguireis à risca o programma de larga política de desprendimento pessoal, patrioticamente emprehendido pelo dr. João Pinheiro. E reconheceste ter o dr. Carvalho Britto sido o braço forte do grande patricio na pratica de sua acção administrativa. Pois bem, o dr. Pinheiro deixou no sr. Julio Bueno, seguidor de sua política, do mesmo modo que dr. Carvalho Britto pode orgulhar-se em ter succedido condignamente o dr. Estevam Pinto. E facil, pois de ver se que o sr. Julio Bueno vae ter em vos o fiel successor e contimador de s. exa., como terá o sr. Estevam Pinto alguem que brilhantemente o succeda, mormente quando o coração do povo mineiro já se aninhou essa sacratissimo de bellos ideais implantados pelo inimaculado serrano. Mas porque se succeder na pasta do interior a quem como esse moço illustre tem lhe emprestado brilho tão inexecedível? Patriota sem ambição pessoal, grande na bellissima aspiração do bem publico, personalidade eminentemente sympathica, cheio de predicados que bem recomendam as melhores posições, com um contingente de serviços valiosísimos prestados a causa da instrucção, deveis conservar na Secretaria do Interior o seu actual titular e com este acto satisfareis a uma palpitante harmonia de administração, pois o sr. Estevam pinto encontra-se já enfrornado nos negócios da pasta que se lhe refere e a que se dedica com louvavel ardor patriótico. Confiado assim no grande patriotismo que há vos tem caracterizado desde o inicio de vossa triumphante carreira politica e que por isso mesmo vos fizestes digno do sincerissimo apoio e confiança do povo mineiro, é de esperar-se que não trepidareis em praticar este acto, medida que tenho a confiança em adiantar fazer parte já dos que primeiramente ides tomar. Pelo mais continuareis a merecer a mesma solidariedade na população unanime desta gloriosa terra, terra de Minas. – Uberabinha Janeiro de 1909.

9- Uberabinha, MG, O Progresso, anno II, nº 72 de 7/02/1909. Editorial: "Instrucção Pública". p.01

Já por vezes temos chamado pelas columnas do “O Progresso”, pela necessidade da criação de um grupo escolar nesta cidade e a matricula de alumnos nas escolas tanto estadoaes como municipaes, vejo justificar a razão de nosso dito e chamra [clamar]

comosco perante os poderes publicos do estado. E não é só a matrícula, mas o trande [grande] número de creanças que ficaram fóra dellas quem mais alto eleva sua vez, para reclamar contra o analphabetismo a que se veem condenados condemnados). Sabemos que a Camara Municipal já interproz perante o governo a sua influencia, implorando as boas graças do Presidente do Estado e secretário do Interior, para que se torne exequível esta medida de tão momentosa urgencia, sem grande onus para o Estado e Compatível com as finanças do municipio, obtendo esperançosas promessas de favoravel acceitação de sua proposta. Nós, porém, que já perdemos a fé em promessas e que temos visto ir por agua abaixo as mais consoladoras esperanças, não descansaremos enquanto não virmos passar do gabinete do ministro, para o terreno da execussão, a grandiosa idéa da fundação do grupo escolar, que tantos beneficios nos pode trazer, com o preparo da futura geração. Para isto é preciso não só a criação do grupo, mas que o governo, observando o estatuto no regulamento da instrucção, e sem attender a pedidos ou a patronatos político, organiza-se o corpo docente com a nomeação de competentes para o exercício do magisterio, de forma a que os resultados correspondam à expectativa e aos sacrificios da Camara e do governo. Tanto melhores serão os resultados do ensino, quanto maior energia e escrupulo houver na escolha do professorado. As contempações e favoritismo nesse sentido, não são só prejudiciaes ao prezente, mas até criminosa para o futuro, por retardarem o desaparecimento do analphabetismo, em cujo combate, numa vez entrados, é preciso avançar com de modo e constancia para não incorrer no crime de lesa patria, quem mais sabe, é quem mais pode. A força está na instrucção. Estudemos.

10- Uberabinha, MG, O Progresso, anno II, n.º 77, de 14/03/1909, p. 01. Artigo: “A Obrigatoriedade do Ensino”.

Minas procura resurgir pela escola, vai recebendo impulsionamento que a administração dos últimos governos tem lhe facultado. A instrucção tem se desenvolvido e aperfeiçoado, com um progresso rapido e yanke. Convem pois que o governo tome consideração o problema até agora esquecido – o de tornar obrigatório o ensino. Não será exclusivamente os membros do professorado quem convença o pae de familia á necessidade desse bem. E’ preciso convencil-o a convencer-se se não for possivel, obrigar-o a convencer-se. Muitas vezes a bôa logica deixa de existir para ter lugar o cumprimento

de uma obrigação que a lei impõe. Cumpril-a é mais facil do que pedir por favor. O Estado de S. Paulo, só tem a sua instrucção como a primeira do Brasil, deve-o a esta salutar disposição partida do engenho privilegiado do Cesario Mota, o saudoso reformador do ensino paulista. Uma lei benefica e razoavel deve satisfazer esta lacuna. O pae de familia nmo presente não é obrigado a educar o filho. Em São Paulo elle o é. E se não matricula o menino na escola publica, deve matricular-o em escola particular ou deve ensinál-o em sua propria casa, porque, no fim do anno, a autoridade escolar e professores encarregados da estatistica, terão de saber se o cidadão que tem sob sua responsabilidade o filho, tutelado ou protegido, promover meios de instruil-o; se não o fez, hade passar pelos tramites da lei. Para as penalidades, em faltas de tal natureza, estabelece a multa na infracção, sussecivamente nas reincidencias, sendo este processo annuciado por editaes, etc., de fórma que o cidadão que negou ou dificultou a instrucção para a creança, fica exposto á vergonha e á reparação da falta Minas esqueceu este ponto de vista importante. Naturalmente, berço das liberdade nos Inconfidentes, expandiu-a demais. Collocou o professor na obrigação de pedir meninos á matricula e não estabeleceu a obrigação dos paes de fazel-o e uma obrigação só existe diante de outra obrigação. O ensino particular S. Paulo está methodisado pelo ensino publico, de maneira que o pae ou professor pode e deve no fim de cada anno apresentar a creança a exame nos estabelecimentos estadoaes, porque está instruido pelo methodo official. Em Minas, estes exames só podem ser feitos no anno final do curso mediante despacho favoravel da Secretaria do Interior, quando este processo poderia se realizar na propria localidade, com a audiencia do inspector escolar que é o representante do governo. Se assim o fosse e se taes exames se realizassem quanto a qualquer dos annos do curso, ter-se-ia estabelecido facilidade á diffusão do ensino particular e a obrigação em que os seus professores teriam de ver-se adoptando o programma official, porque preparariam os meninos em exame publico, desta maneira garantindo o dispendio dos paes por verem seus filhos com attestados válidos de approvação. Visto o exposto, facilitar a adaptação do ensino publico, methodisal-o por este estabelecer a obrigatoriedade do ensino em geral, são medidas que por certo já animam o pensamento do moço competente que dirige a pasta do Interior de Minas e que tem dado attestados de viva capacidade.”

Algumas Atas Seleccionadas — Câmara Municipal de Mafra

1 - Acta da sessão da câmara municipal do conselho de Mafra de 25 de novembro de 1896.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de mil oitocentos e noventa e seis nesta vila e paços do conselho de Mafra em acto de vereação a que presidia o vice-presidente da câmara, Joaquim Pedro Moreira com os vereadores Jose Urbano de Souza Carvalho, Jose Edmundo da Silva, Lucas e João Jose da Silva de Souza faltando o presidente Domingos dias Machado, Jose dos Santos e Francisco Duarte foi aberta a sessão lida e aprovada a acta antecedente achando-se presente o administrador interino deste conselho, Francisco Simões da Cunha, consideradas justificadas as faltas do presidente o senhor machado e dos vereadores santos e Duarte a sessão de hoje.

Oficio numero cento e cinquenta da administração deste conselho lembrando que por despacho de sete do corrente foi provida a escola do sexo feminino da freguesia do gradil. Resolveu officiar ao regedor respectivo para indicar casa em condições para a escola de que se trata. Oficio (...) pedindo que lhe sejam fornecidos os livros para registro paroquial em numero de seis. O vice presidente disse que já tinha respondido que esta despesa é encargo obrigatório da junta de paróquia. Requerimento: de José Franco pedindo que lhe seja satisfeito a quantia de trinta e três mil setecentos e cinquenta reis proveniente da renda da casa onde tem funcionado a escola de instrução primaria da freguesia de Aliança correspondente aos anos de mil oitocentos e noventa e três, noventa e quatro, noventa e cinco. Acórdão em vereação que depois da devida informação da secretaria seja (...) a verba constante desta petição como divida passiva para ser incluída em orçamento logo que seja possível. E não havendo mais nada a tratar o presidente levantou a sessão e eu Carlos Augusto Cassimiro da Silveria secretario da Câmara subscrevo esta acta.

2 - Acta da sessão da câmara municipal do conselho de Mafra de 2 de maio de 1900

Aos dois dias do mês de maio de mil novecentos nesta vila de Mafra e nos paços do conselho em ato de vereação presidido pelo vice presidente desta câmara Antonio

Rodrigues Marcheiro sendo presentes os vereadores Agostinho da Silva Henriques Pereira, Antonio Duarte Pereira e Domingos Ferreira Alcântara, e também o administrador deste conselho senhor João damasceno – foi aberta a sessão lida e aprovada a acta da sessão anterior considerando justificados as faltas tanto do presidente como de dois vereadores. Requerimentos- um de Jose Carvalho morador no lugar de santa (...), freguesia (...) pedindo licença para abrir uma porta com sete e meio de altura por cinco de largura em uma casa que ele possui no dito lugar. Acordam – que conceda a licença pedida salvo qualquer prejuízo para terceiros – outro de João Pedroso morador no lugar e freguesia de Chaleiro pedindo licença para em terreno que ele possui no dito lugar construir uma casa de altos e baixos para sua habitação bem como para colocar os materiais precisos para o transito. O senhor vice presidente informou que não havia inconveniente em conceder esta licença por que conhecia o local em que o requerente pretende edificar. Accordam – que concedem a licença pedida nos terrenos legais. Outro de Jose Henriques Moreira morador no lugar e freguesia da encarnação pedindo licença para manutenção de uma cabra em pastos que ele possui nos limites daquele lugar. O senhor vereador Agostinho informou, com efeito, o requerente tem pastos suficientes para uma cabra. Accordam: que concedem a licença expedida em vista da informação do senhor vereador Agostinho. Outro de Jose Pedro Siqueira Estrela, vereador no lugar do sobreiro freguesia de Mafra pedindo licença para abater no referido lugar o gado lamigero que for necessário para construção da escola pratica de infantaria nesta vila, a qual ele fornece carnes verdes, sujeitando-se do que para tal fui dispor as posturas municipais. Acordam: que concedem a licença pedida, mas somente por todo o mês corrente e sem prejuízo do pagamento do respectivo imposto do abatimento legado- devendo o requerente observar o disposto no artigo cento e dês das posturas municipais duzentos. Outro de Jose Alves conselheiro do lugar de (...) pedindo licença para vedar pelo lado do norte os logradouros uma casa que a dispõe na sede destinada a recolher gado e bem assim obra sua mesma abrir uma porta com dez palmos de altura por oito de largura. A junta da paróquia para informação – o senhor administrador do conselho pedindo a palavra disse: que lembrava a câmara que no acordam resolvido no requerimento de Jose Pedro Siqueira Estrela não se atendeu talvez por lapso ao disposto no artigo cento e dezesseis do código de posturas (...) pedia fosse trazida na devida consideração. A câmara resolveu que tal acordam fosse modificado em harmonia com o

artigo citado para que a licença fosse concedida este dispõem as posturas municipais resguardamente o dito artigo e os do competente sexto mês em código por que a licença e comparada as de venda ambulante de carnes verdes não devendo, portanto ter efeito o que encontrar-se se leu no acordam não havendo objeto algum mais a tratar o senhor vice presidente levantou a sessão. Eu Carlos Augusto Casimiro da Silveira secretario da câmara o informo.

3 - Acta da sessão da câmara municipal do conselho de Mafra de 6 de junho de 1900

Science. Officio numero duzentos e quatro da administração deste conselho em data de primeiro do corrente pedindo copia da deliberação tomada na sessão de vinte de dezembro ultimo acerca da conversão em mixta da escola da malveira. Science e satisfeito. Requerimentos- um de Sebastião Rodrigues do lugar do barril freguesia da encarnação pedindo licença para construir uma parede a fim de vedar uma propriedade rústica que lhe possui no dito lugar. O senhor Vice presidente informou que não havia inconveniente em conceder-se a licença segundo o que lhe consta por uma carta do senhor vereador Agostinho: que em vista das informações do senhor vice presidente concedem a licença pedida nos termos legais. (...)Por proposta também do senhor presidente deliberou mais a câmara que se officie a senhoria da casa do matadouro municipal do livramento para fazer os reparos precisos cimentar o chão as parecer concertar os telhados etc. de modo que tal casa fique nas preceiras condições, fica ciente o senhor administrador do conselho pedindo para ser ouvido, disse que tendo recebido um officio da professora oficial nessa vila na qual lhe era pedidas providencias contra o estado de uma casa da escola do conde ferreira – tendo verificado a veracidade do officio vinha agora requerer à câmara que sem demora procedesse aos reparos necessários e pedia mais que a câmara por si ou por um seu delegado qualquer dos senhores vereadores, verificasse e avaliasse as obras a fazer. A câmara resolveu ir, depois desta sessão verificar o estado da escola para poder ajuizar os reparos a fazer. Disse mais: que perguntava a câmara se o cemitério da arueira é municipal ou paroquial, o senhor presidente informou o senhor administrador de que tal cemitério e por ele representado paroquial e não municipal por que tenro lhe o senhor presidente da junta de parochia durante três anos como paroquial considerou e administrou em todo esse

tempo o mesmo cemitério. E não mais havendo objeto algum mais a todos assinados encerra a sessão.

4 - Acta da sessão da câmara municipal do conselho de Mafra em 25 de junho de 1900

Aos vinte e cinco dias do mez de julho de mil novecentos nesta vila de Mafra e na praça do conselho municipal em acta vereação preside a câmara o senhor Antonio Rodrigues e presente os senhores vereadores Antonio Duarte, Caetano Batista Pinheiro e Domingos Ferreira Alcantara e também o administrador interino deste conselho o senhor Francisco de Paula Azeredo Borges foi aberta a sessão lida e aprovada a acta anterior e considera justificada a falta nesta sessão do senhor vereador Agostinho da Silva Henriques Pereira e germano Domingues. Correspondência (...) officio numero trezentos setenta e um de quatorze do corrente da mesma administração participando senhor administrador no mesmo dia quatorze tomara a remoção da escola de ensino primário elementar feminina da casa onde se acha instalada por esta se achar em ruínas segundo a alta vistoria de vinte e cinco de junho ultimo para a casa indicada pela câmara vistoriada em nove do corrente. Sciente. (...) O Senhor vereador resina, pedindo a palavra disse que considerando que esta câmara, tendo com atenção reclamações da autoridade administrativa, fundada em queixas da respectiva professora em relação ao estado de ruína em que há muito se encontra o edificio da escola do conde de ferreira nesta (...) e tendo verificado a veracidade dos motivos de taes reclamações delibera em sua sessão de quatro de outubro de mil oitocentos noventa e nove pedindo ao governo sua majestade a construção de um novo edificio para a instalação da mesma escola. Considerando que em harmonia com essa deliberação a câmara fez aludir o pedido por meio de apresentação que por intermédio das estações competentes subiu ao ministério das obras publicas e é tratada de trinta e um daquele mez e ano e na mesma câmara officio para ajuste do novo edificio a construir todos os materiais apresentáveis daquele edificio denominado bem como qualquer prospectiva verba. Considerando que pela petição faz aludida reclamação esta câmara escolheu e indicou a autoridade administrativa uma casa onde a escola poderia ser instalada e funcionaria provisoriamente e que é situada na praça de dom Carlos Fernando e pertence à dona Maria Caetano da Silva e Costa e considerando para a requisição daquela autoridade a dita casa foi inspecionada com as

formalidades legais estando ainda de pertence de resolução superior a sua apresentação ou rejeição, considerando que sendo de agrado e estado de ruína do referido edifício do conde de ferreira considerada as reclamações da respectiva professora e ate de famílias com filhas a freqüentar requisitou e obteve a vistoria a que ultimamente se procedem nos tornas o artigo cento e quatro do regulamento de instrução primaria, considerando em que reze ficam constatados que o mesmo edifício não e suscetível de reparações atenta a sua construção, pois que as paredes exteriores não tem alicerces e assim foi declarado condenado para ser totalmente destruído considerando que alem disso quando mesmo admitido não esta habilitado com verba suficiente para, mas os quais atento exposto representariam a reconstrução completado e officio. Considerando que este é de destinada a escola e a prova que a respectiva professora se queixasse que na sala da aula não cabem cerca de sessenta creanças que atualmente apresentam sendo igualmente certo que a parte destinada a habitação da professora é também (...) e não tem condições precisas para o fim a que se destina – considerando que a autoridade administrativa tanto em attenção as referidas reclamações e em que em primeira ordem superior como consta do officio por ela dirigido por esta câmara em quatorze de julho corrente mandou já evacuar o edifício fazendo depositar a mobília escolar em uma das dependências da casa desta câmara e dando casa particular para habitação da professora considerando porem que este estado de coisas não pode nem deve continuar por quatro resulta grave prejuízo para as creanças que assim estão privadas de receberem a instrução de que tanto carecem e também esta sendo prejudicada a professora que esta perdendo direito legal gratificação de serviço vão sendo para a sua apresentação. Considerando que condenado como esta o referido edifício do conde de ferreira nele não pode já funcionar a escola nem habitar a professora e antes de ser perda de tempo no estado de ruína em que se encontra. (...) é da competência das câmara municipais nos termos do numero sete do artigo cinqüenta do administrativo com officio do ministério de oito de dezembro de mil oitocentos e noventa e nove. (...) como e de urgência pelas razoes apontadas providenciar acerca nomeada para a instalação da escola a qual não devera ser construída no mesmo local onde esta aquela não se pelas condições do terreno mais ainda porque este pode ser aproveitado para outro (...) considerando que esta câmara não interesse e bem estar providenciou acerca de legal para o estabelecimento da escola. É da competência da câmara municipal nos termos numero sete do artigo cinqüenta do

administrativo urgente officio do ministério de mil oitocentos e noventa (...) pertence a esta câmara a qual incube a sua repartição conservação quando municipal como foi realizada na resposta a consulta na lei de vinte e sete de junho de mil oitocentos sessenta e seus publicada no direito (..) vinte e três pesquisas trezentas quarenta e assim e para todos os méritos feitos considerado edifício municipal considerando que autorizada tal como lição é urgente pelas razões apontadas providencias acerca (...) para a instalação da escola a qual não devesse ser construída no local onde esta aquela não só pelas (...) intercessões do respectivo terreno, mas ainda porque este poste e de se ser aproveitado para outro foi, pois que considerando que a esta câmara cumpriu o interesse e bem estar de seus municípios providencias acerca do local para o estabelecimento de (...) que atualmente se faz na praça de dom Carlos Fernando local este sim impróprio não só porque (...) destinado a pessoas publicas (...) lugares para a expedição (..) que o mesmo concorreu (...) representa um melhoramento de alta importância para esta vila e bem compensa o aumento de despesas em relação à escola, que afinal é só na compra do nosso terreno para eles. Propunha perda de tempo se solicitasse das estações competentes a resolução sobre a apresentação ou rejeição da casa para a escola funcionar precisamente, segundo- que no caso da rejeição se procurasse nesta vila outra casa que possa ser destinada aquele fim. Terceiro, que, com a máxima urgência se escolhesse terreno onde possa ser construída o novo edifício escolar e se precedesse nele a necessária vistoria sobre as condições essenciais e o fim que deve ser destinado, quarto que se mantivesse a deliberação já tomada sobre a partida do termo para a construção da casa para a escola e que em ampliação nela se efetive também o terreno que for adquirido bem como que se afixasse a verba em que a câmara pudesse ajudar. Quinto que se percebesse a demolição da casa da escola do conde de ferreira fazendo depositar e arrumar (...) escolhido e aprovado o terreno onde deva ser construído o nosso edifício (...) sexto – que no local onde esta essa casa se procedesse à construção de um mercado descente tanto quanto (...) ser coberto de telha ou zinco (.) ter lugares especiais para os (...). A câmara aprova estas propostas nos seus precisos termos, lida a todos, foi por todos assinada.

5 - Acta da sessão da câmara municipal do conselho de Mafra de 13 de março de 1901

Aos treze de março de mil novecentos e um, nesta vila de Mafra e paços do conselho, em ato de vereação presidido pelo presidente da câmara municipal deste mesmo conselho senhor Francisco Jorge da Silva e sendo presentes os senhores vereadores Antonio Rodrigues Moncheiro, Caetano batista ribeiro, germano Domingues, domingos ferreira Alcântara e Antonio Duarte comparecendo também o administrador do conselho senhor Leonel de Vasconcelos e Mello foi lida e aprovada sem alteração alguma e devidamente assinada a acta da sessão anterior considerada justificada a falta a esta sessão do vereador senhor Gomes trocas, e bem assim os senhores vereadores que não compareceram para a sessão de seis do corrente que não pode realiza-se por não haver numero legal. Correspondência – officio numero duzentos e dois da repartição central do governo civil de Lisboa datado de vinte e seis de fevereiro findo remetendo em exemplo do orçamento das obras a fazer no matadouro municipal nesta vila e que havia sido pedido em officio desta câmara. Sob numero trinta e dois de vinte e cinco do mesmo mês. Sciente. Officio da segunda repartição do mesmo governo covil sob numero cento trinta e um e com data de vinte e oito dito mês de fevereiro enviando o orçamento e planta das obras a fazer na escola do conde de ferreira desta Villa ficando por esta forma sem effeito o pedido feito por esta câmara ao governo de sua majestade para a construção de um novo edifício nesta vila para estabelecimento da escola só sexo feminino recomendando mais por parecer do arquiteto que essas obras se façam com a maior brevidade. Sciente, e que se comecem os trabalhos logo que haja dinheiro preciso para isso. (...) Pelo senhor vice presidente foi dito que nada tinha sido feito em vista das precárias circunstancias do cofre municipal que passado dias deu entrada nesta secretaria o orçamento e projeto para as obras a fazer na escola do conde de ferreira e como era este o serviço de que havia ficado encarregado entendeu por aquele motivo que nada mais tinha a fazer. E em seguida a instancia do mesmo magistrado a câmara apresentou o orçamento no qual tem consignado para obras em edifícios municipais a quantia de duzentos mil reis que destes estão destinados cento e oitenta mil reis para reparos urgentes no matadouro municipal desta vila conforme orçamento já aprovado pela excelentíssima comissão distrital em sessão de vinte e dois de novembro ultimo e para cuja arrecadação foi hoje designado o dia vinte e quatro de abril próximo, razão esta bem clara porque não pode desde já dar cumprimento ao que é determinado no officio número cento e trinta e um do governo civil de Lisboa, que acompanhou o dito orçamento. (...) E não

havendo mais a falar levantou o presidente a sessão e depois de lida e aprovada sem alteração nenhuma a respectiva minuta foi aqui lançada e vai por todos assinada. Eu Pedro Celestino Ferreira Pinto secretario interino subscrevi.

6 - Acta da sessão da comissão administrativa do município de Mafra de 1 de fevereiro de 1911.

No dia primeiro do mês de fevereiro de mil novecentos e onze nesta Villa de Mafra e Poços do conselho na sala das sessões aonde se achava o presidente da comissão Jose Freire de Andrade Pimentel e o vice presidente Seraphim da Paz Medeiros e os Vereadores Manoel Esteves, Antonio Candido Duarte, Manoel Jorge da Silva, Manoel Siqueira Estrela e Manoel Franco comigo secretario foi aberta a sessão lida e aprovada a acta da sessão anterior. Correspondência officio numero dezoito da comissão distrital dotado de vinte e sete de janeiro findo devolvendo o orçamento ordinário desta câmara para o corrente na aprovado por aquela comissão nos termos do despacho transcrito no mesmo. Que se archive – Officio numero trinta e três do grupo da constituinte da Guarnição de Lisboa datado de vinte e oito de janeiro findo agradecendo a esta câmara os cinco mil para o concurso de tiro que se realizou entre (...) desta Villa de Mafra dotado de vinte oito de janeiro findo. Officio da associação escolar Don Pedro quinto desta vila de Mafra dotado de vinte e oito de janeiro findo, fundos para a festa da arvore que devia se realizar no dia trinta e um do dito mez e convidando esta comissão administrativa e os seus empregados a comparecerem na referida festa incidente. Officio da mesma associação datado de vinte e cinco de janeiro findo pedindo permissão e cedencia das arvores (...) no dia trinta e um do dito mês por ocasião da festa da arvore que se deve realizar nessa vila, que se satisfaça. Officio numero dezoito da comissão distrital datado de trinta de dezembro findo devolvendo a copia da deliberação desta câmara de doze de outubro findo relativo à desmotivação por meio da venda de um terreno baldio situado no campo da feira da (...) no qual vem transcrita a resolução da dita comissão distrital.

No corrente dia oito de março próximo futuro para se proceder a arrematação de uma porção de terreno baldio municipal situado no campo da feira da freguesia de aliança visto

ter sido autorizada a sua venda pela excelentíssima comissão distrital- por proposta do senhor vereador Antonio Candido Duarte foi deliberado officiar-se ao diretor geral de instrução primaria instaurado para que as escolas da Enxara do Bispo do sobral de abelheira sejam providas com os respectivos professores essa escola, do sexo masculino da Villa de Mafra seja também provida o logar de professor ajudante visto ter uma freguesia superior a sessenta alumnos. Lida perante todos propor todos aprovada sem alteração alguma e vai por todos ser assinada. (...)

7 - Sessão ordinária de 25 de outubro de 1911

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e onze, nesta vila de Mafra e paços do conselho, compareceram o vice presidente da comissão administrativa deste município cidadão Serafim da Paz Medeiros, e os vogais da mesma comissão, cidadãos Manuel Esteves, Antonio Candido Darte e Manuel Jorge da Silva, estando também presente o excelentíssimo administrador deste conselho, Jose Firmino Maria Franco, foi pelo cidadão vice presidente aberta a sessão. Lida a acta em minuta da sessão anterior foi aprovada sem alteração. Foi lida e presente os seguintes expedientes: correspondência – officio do Sport club império de Lisboa datado de vinte e três de setembro ultimo pedindo não só a inscrição desta comissão nos torneios nacionais de esporte que resolveu organizar no próximo mês de novembro no seu campo de palhava, em Lisboa, como também o subsidio de uma quantia não excedente a dois e quinhentos reis que revertera a favor da organização da festa e da compra de uma taça que se intitulará Portugal e que será conferida a equipe que maior numero de pontos obtenha na prova a disputar e pedimos também que seja acusada a recepção deste officio. A secretaria. Officio do almoxarifado do palácio nacional de Mafra, datado de dezesseis do corrente mês enviando as chaves das casas destinadas no palácio nacional as repartições publicas. Sciente. Officio do instituto de cegos branco Rodrigues de Lisboa, datado de quatorze do corrente mês agradecendo a remessa da quantia de dez mil reis importância do subsidio que esta municipalidade contribui anualmente para a manutenção do mesmo instituto. Sciente. Officio numero três da comissão dos atiradores civis de Mafra de dezesseis do corrente mês participando que em conformidade com as disposições legais se deve realizar no próximo

domingo vinte e dois do corrente mês o concurso anual de tiro civil na carreira da escola de tiro de infantaria concedido o subsidio de cinco mil reis. Oficio numero cento e trinta e quatro da inspeção escolar de torres vedras datado de doze do corrente mês pedindo vários documentos para atualizar o processo do desdobramento da escola mixta de santo Estevão das Gales convertendo-se a atual escola feminina e criando-se outra masculina e outra feminina em santo Estevão para servir toda a população das duas localidades. Sciente. Requerimento de Cesar Raul da costa Andrade medico municipal na vila de ericeira, pedindo vinte dias de licença, deixando como substituto o doutor Augusto Barbosa medico pela universidade de Coimbra. Concedida. Balanço semanal do cofre foi presente e examinado o balanço semanal fechado em vinte e quatro do corrente mês que acusa o saldo de reis quinhentos quarenta. Deliberações – foi resolvido solicitar ao inspetor do circulo escolar de torres vedras para inspecionar o edificio dos paços do conselho por esta comissão desejar nele instalar a escola do sexo masculino desta vila em vista de terem sido cedidas algumas dependência no palácio nacional para o funcionamento das repartições concedidas, e realizando-se na próxima semana a inauguração da escola mixta do logar da venda do pinheiro freguesia do milharado a cuja solenidade esta comissão espera que o mesmo funcionário assista, lembrar-lhe que nesse mesmo dia poderia proceder a inspeção do edificio acima mencionado. Autorizou o funcionamento de uma missão das escolas moveis na escola conde ferreira, desta vila, acedendo assim ao desejo da respectiva comissão.(...) Finalmente a comissão mandou axarar na acta um voto de profundo sentimento pelo lamentável desastre sucedido ao cruzador São Rafael navio glorioso da nossa armada e se dessem sentimento por tal motivo ao excelentíssimo ministro da marinha. E para constar se lavrou a presente acta que vai ser lida por mim Jose Maria de castro secretario da câmara que a escrevi.

8 - Sessão ordinária de 21 de abril de 1915

Lida a acta em minuta da sessão anterior foi aprovada sem alteração. Foi presente e lida o seguinte expediente: correspondência: (...) Oficio da professora oficial da escola mixta do ragel pedindo que lhe seja satisfeita a requisição de vários utensílios escolares que se tornam imprescindíveis para que o ensino se faça devidamente e com profícuos resultados.

Foi resolvido satisfazer dos objetos requisitados um tinteiro para a secretaria um álbum método João de Deus com o respectivo suporte e um mapa de Portugal. Requerimentos: (...) De Maria Severiana da Conceição Garção Xavier Marques da Malveira pedindo para ser nomeada inteiramente para a escola masculina da povoação da galega da freguesia do milharado por lhe constar que a professora da referida escola vai requerer licença ilimitada e por achar-se a requerente devidamente habilitada para exercer o magistério primário. Deferido. De Ana de Jesus Nunes fontes, professora da escola masculina da povoação da galega, freguesia do milharado pedindo quinze dias de licença para tratar de sua saúde conforme certifica o atestado medico que junta. Este requerimento foi deferido pela câmara dissolvida. A comissão administrativa deliberou confirmar a deliberação da câmara. Concedida a licença pedida. Deliberações(...) Por proposta do vereador cidadão Joaquim Torquato, foi resolvido abrir com urgência concurso para o provimento da escola do sexo feminino do lugar da malveira da freguesia de alcainça, visto que a professora oficial Laura da conceição Apolonia Santos ter recebido, digo, ter retirada para ociosos, para onde fora transferida. Pelo vereador cidadão celestino Pedro Fernandes foi apresentada a seguinte proposta: proponho que se officie ao excelentíssimo ministro da instrução pedindo-lhe a criação de duas escolas mixtas, uma em Ribamar de baixo e outra na lagoa lugares da freguesia de santo izidoro, do conselho de Mafra, ficando o seu provimento dependente de se encontrarem casas e rendas módicas e que reúnam as condições higiênicas e pedagógicas regulamentares. Admitida. Posta a discussão e votação aprovada. Não havendo mais nada a tratar foi encerrada a sessão. E para constar se lavrou esta acta que vai ser devidamente assinada depois de lida por um dos cidadãos secretario. E eu João da Silva Carvalho secretario a subscrevo e assino. Esta acta de vinte e um de abril de mil novecentos e quinze da câmara municipal deste conselho de Mafra foi lavrada nesta altura por ter sido a respectiva minuta aprovada em sessão de dezenove de maio do dito ano dia em que pela primeira vez se reuniu depois de sua substituição pela comissão administrativa nomeada por decreto de vinte e três de abril por efeito do decreto numero mil quatrocentos oitenta e oito de nove do mesmo mez e de ter retomado em quinze de maio a posse da gerencia do município, reintegração confirmada pelo decreto numero mil quinhentos setenta e oito de vinte e quatro do dito mês de maio.

09- Sessão ordinária de 1 de junho de 1921

Foi presente e lido o seguinte expediente Correspondência: ofício numero cento e cinquenta e nove da comissão executiva da câmara municipal de torres vedras datado de vinte e oito de maio ultimo comunicando que resolveu por proposta de um dos seus membros, representar ao exigentíssimo ministro da instrução para que se digne adaptar as providências que julgue necessárias e tendentes a modificar, com a maior (...) possível, os serviços de instrução primária sendo posto em vigor com todas as suas regalias feitas as alterações devidas o regulamento de ensino primário aprovado por decreto de dezanove de setembro de mil novecentos e dois, isto é, ensino dividido em primeiro e segundo graus e exames pela sua ordem nas sedes das respectivas conselhos e círculos escolares; e pedir as câmara municipais do distrito de Lisboa que concordando com o alvitre apresentado, empreguem todos os seus esforços junto do referido ministro afim de se obter o que se pretende. A comissão concorda com o exposto neste ofício devendo ficar a administração escolar a cargo da câmara municipais, atendendo a que o funcionamento da junta se torna difícil porque uma parte dos seus vogais, professores oficiais em freguesias muito distantes da sede do conselho tem quase que impossibilidade de comparecer nas sessões por dificuldade de transportes que só podem obter por preços elevadíssimos incompatíveis com os seus recursos financeiros.

10- Sessão ordinária de 8 de agosto de 1923

Aos oito dias do mês de agosto de mil novecentos e três, nesta vila de Mafra e dependência do palácio nacional onde se acha instalada a câmara municipal compareceram os cidadãos Joaquim Matos Duarte, Augusto Mateus e Manuel Jorge da silva, vogais da comissão executiva da mesma câmara e faltaram os cidadãos Casimiro dos santos noqueira e Artur silvestre, assumindo a presidência o cidadão Joaquim matos Duarte por ser o vogal efetivo mais velho dos presentes que abriu a sessão. Lida a ata anterior foi aprovada. Correspondência: (...) ofício numero vinte e oito da sociedade de tiro numero quatorze, datado de dois do corrente mês pedindo um premio para o concurso de tiro que vai realizar na carreira da escola de tiro de infantaria no dia dez do próximo mês de setembro. Resolveu

concorrer com quarenta de cinquenta escudos. (...) Ofício da secretaria geral do ministério da instrução publica, datado de três de julho, dizendo que sai excelência e ministro da instrução publica pede para que esta câmara, nomeie um delegado seu afim de assistir a uma reunião que oportunamente se realizara num ministério para apreciar e discutir a proposta de remodelação dos serviços de educação nacional. Nomeou o vogal cidadão augusto Mateus atual presidente da junta escolar deste conselho. (...) Outras deliberações : mandou que se oficiasse ao sub delegado de saúde deste conselho comunicando-lhe para os devidos efeitos que consta esta comissão que nos talhos da freguesia do milharado especialmente nos do lugar da venda do pinheiro de supõe a venda ao publico carne imprópria para consumo. Estípulas a estiva comarca de diferentes gêneros para o corrente ano como consta do respectivo livro de registro. Assinou os cadernos dos eleitores e para as atas da eleição procuradores a junta geral do distrito de Lisboa e de vereadores da câmara municipal de Mafra que nos termos do decreto numero oito mil novecentos quarenta e seis de vinte e dói de junho ultimo se há de realizado dia doze do corrente mês na assembléia eleitoral de vila franca do rosário. Julgou justificadas as faltas dos vogais desta comissão as sessões do mês de julho ultimo. Não havendo mais a tratar foi encerrada a sessão. E para constar de lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada depois de lida por mim Augusto Marques que a subscrevi.

Alguns Artigos de Jornais Selecionados de Uberabinha

1 - Uberabinha, MG, O Progresso, anno II, nº 72 de 7 de fevereiro de 1909. Editorial: "Instrução Pública". p.01

Já por vezes temos chamado pelas columnas do “O Progresso”, pela necessidade da criação de um grupo escolar nesta cidade e a matricula de alumnos nas escolas tanto estadoaes como municipaes, vejo justificar a razão de nosso dito e chamra [clamar] comnosco perante os poderes publicos do estado. E não é só a matrícula, mas o trande [grande] número de creanças que ficaram fóra dellas quem mais alto eleva sua vez , para reclamar contra o analphabetismo a que se veem condenados condemnados). Sabemos que a Camara Municipapal já interproz perante o governo a sua influencia, implorando as boas

graças do Presidente do Estado e secretário do Interior, para que se torne exequível esta medida de tão momentosa urgencia, sem grande onus para o Estado e Compatível com as finanças do municipio, obtendo esperançosas promessas de favoravel acceitação de sua proposta. Nós, porém, que já perdemos a fé em promessas e que temos visto ir por agua abaixo as mais consoladoras esperanças, não descansaremos enquanto não virmos passar do gabinete do ministro, para o terreno da execussão, a grandiosa idéa da fundação do grupo escolar, que tantos beneficios nos pode trazer, com o preparo da futura geração. Para isto é preciso não só a criação do grupo, mas que o governo, observando o estatuto no regulamento da instrucção, e sem attender a pedidos ou a patronatos político, organiza-se o corpo docente com a nomeação de competentes para o exercício do magisterio, de forma a que os resultados correspondam à espectativa e aos sacrificios da Camara e do governo. Tanto melhores serão os resultados do ensino, quanto maior energia e escrupulo houver na escolhya do professorado. As contemplações e favoritismo nesse sentido, não são só prejudiciaes ao presente, mas até criminosa para o futuro, por retardarem o desaparecimento do analphabetismo, em cujo combate, numa vez entrados, é preciso avançar com de modo e constancia para não incorrer no crime de lesa patria, quem mais sabe, é quem mais pode. A força está na instrucção. Estudemos.

**2 - Uberabinha, MG, O Progresso, anno II, n.º 77, de 14 de março de 1909, p. 01.
Artigo: “A Obrigatoriedade do Ensino”.**

Minas procura resurgir pela escola, vai recebendo o impulsionamento que a administração dos últimos governos tem lhe facultado. A instrucção tem se desenvolvido e aperfeiçoado, com um progresso rapido e yanke. Convem pois que o governo tome consideração o problema até agora esquecido – o de tornar obrigatório o ensino. Não será exclusivamente os membros do professorado quem convença o pae de familia á necessidade desse bem. E’ preciso convencil-o a convencer-se se não for possivel, obrigar-o a convencer-se. Muitas vezes a bôa logica deixa de existir para ter lugar o cumprimento de uma obrigação que a lei impõe. Cumpril-a é mais facil do que pedir por favor. O Estado de S. Paulo, só tem a sua instrucção como a primeira do Brasil, deve-o a esta salutar disposição partida do engenho privilegiado do Cesario Mota, o saudoso reformador do

ensino paulista. Uma lei benéfica e razoável deve satisfazer esta lacuna. O pai de família não presente não é obrigado a educar o filho. Em São Paulo ele o é. E se não matricula o menino na escola pública, deve matricular-o em escola particular ou deve ensinar-o em sua própria casa, porque, no fim do ano, a autoridade escolar e professores encarregados da estatística, terão de saber se o cidadão que tem sob sua responsabilidade o filho, tutelado ou protegido, promover meios de instruí-lo; se não o fez, há de passar pelos trâmites da lei. Para as penalidades, em faltas de tal natureza, estabelece a multa na infração, sucessivamente nas reincidências, sendo este processo anunciado por editais, etc., de forma que o cidadão que negou ou dificultou a instrução para a criança, fica exposto à vergonha e à reparação da falta. Minas esqueceu este ponto de vista importante. Naturalmente, berço da liberdade nos Inconfidentes, expandiu-a demais. Colocou o professor na obrigação de pedir meninos à matrícula e não estabeleceu a obrigação dos pais de fazê-lo e uma obrigação só existe diante de outra obrigação. O ensino particular S. Paulo está methodizado pelo ensino público, de maneira que o pai ou professor pode e deve no fim de cada ano apresentar a criança a exame nos estabelecimentos estaduais, porque está instruído pelo methodo official. Em Minas, estes exames só podem ser feitos no ano final do curso mediante despacho favorável da Secretaria do Interior, quando este processo poderia se realizar na própria localidade, com a audiência do inspector escolar que é o representante do governo. Se assim o fosse e se tais exames se realizassem quanto a qualquer dos annos do curso, ter-se-ia estabelecido facilidade à diffusão do ensino particular e a obrigação em que os seus professores teriam de ver-se adoptando o programma official, porque preparariam os meninos em exame público, desta maneira garantindo o dispêndio dos pais por verem seus filhos com attestados válidos de aprovação. Visto o exposto, facilitar a adaptação do ensino público, methodisá-lo por este estabelecer a obrigatoriedade do ensino em geral, são medidas que por certo já animam o pensamento do moço competente que dirige a pasta do Interior de Minas e que tem dado attestados de viva capacidade.”

**3 - Uberabinha, MG, O Progresso, anno II, n.º 98, de 08 de agosto de 1909, p.01.
Editorial: “Instrução”.**

No desempenho das funções de seu cargo, tem estado nesta cidade o intelligente professor sr. Alceu de Novaes, nomeado inspector tecnico de ensino nesta circunscripção, tendo visitado todas as escolas de ambos os sexos, deixando em todos, alumnos e professores, a mais grata recordação de sua passagem, pelas maneiras delicadas e cativantes com que procura cumprir os deveres de seu espinhoso cargo, já dando aos professores minuciosas explicações sobre diversos pontos do novo methodo de ensino e regulamento escolar, já arguindo os alumnos sobre varias materias do curso das diversas classes, mostrou-se o professor Alceu Novaes de uma gentilezatal, de uma afabilidade e delicadeza tão cordeal, que as creanças, perdendo o natural acanhamento e quasi terror, que inspira nas escolas primarias a visita do inspector, sem constrangimento respondiam as perguntas que lhes eram feitas, patenteando o seu adiantamento e mostrando que os professores de Uberabinha, são incansaveis e zelosos no cumprimento dos seus deveres. Isto no toca as escolas estadoes. As duas escolas municipaes, foram igualmente visitadas pelo digno inspector, a pedido dos professores, arguiu alguns alumnos em ambos as escolas, mostrando-se satisfetissimo e admirado do adiantamento que notou principalmente em Grammatica Portuguesa e Arithmetica, pelo que deu parabens aos velhos e experimentados professores, notando, porem, o abandono em que se acham as duas escolas municipaes, por parte dos poderes competentes. Achou as salas pequenas para a grande frequencia de alumnos, despidas completamente de mobilia, material techinoico, livros, etc. E' uma pura verdade. A Camara Municipal adoptou para regimem de suas escolas, novo methodo de ensino e regulamnto estadual, mas não cuidou em mobilial-as convenientemente, fornecel-as de mappas, quadro-negro e outros utensilios escolares, constantes no regulamento e nem o proprio regulamento forneceu aos professores para a norma de seu procedimento, de maneira que os professores, na falta de instrucções sobre o regulamento adoptado, vão continuando a exercer o magisterio pelo antigo methodo de ensino. O Estado fornece aos seus professores, casa convenientemente mobiliada, utensilios, livros e um ordenado regular. Era pois de toda justiça que a Camara tendo adoptado o mesmo regulamento, estabelecesse igualdade de condições, equiparando os vencimentos e providenciando no sentido do fornecimento de casas apropriadas ao exercicio do magistério. Só nestas condições podem ser exigidas dos professores municipaes, a mesma assiduidade, diligencia e esforços, no cumprimento dos arduos

deveres de mestres de primeiras letras, tendo de lutar com uma menina desenfreada, sem educação e pauperrima, que nem livros os seus pais comprar, sendo preciso que os professores muitas vezes os forneçam, a meninos que se mostram mais dedicados ao estudo. Aos Srs. Camaristas, dedicamos estas linhas para as tomem na devida consideração.

4 - Uberabinha, MG, O Progresso, anno IV, nº 162, de 19 de novembro de 1910, p.01 Reportagem “Escolas publicas, instrução em Uberabinha”.

A primeira cadeira da escola publica desta cidade não tem só um professor que e o sr Honorio Guimarães. Ella tem um jovem applicado, activo e muito esforçado que exerce o magisterio apenas ha tres annos mas que é para a instrucção um dos bons auxiliares, um optimo auxiliar enfim.

Até parece que escrevemos estas linhas com um unico fito; o de lisongearmos o professorado a que estão entregues a educação e a instrucção de nossos vindouros, pois que, todas as vezes que a elle nos alludimos nada mais temos feito senão o elogiarmos, por essas columnas tão imparciaes quanto justiceiro o elogio a que nos não podemos furtar.

Honorio Guimarães, por exemplo, como já dissemos, não é apenas um professor commum.

Si por ventura lhe faltam traços de aptidões que em outros seus collegas sobram para o ensino primario, elle é o prototypo do iniciador progressista, dotado de um força de vontade férrea, conseguindo no meio em que vive trazer a sua escola caprichosamente bem mobiliada mais por seu esforço do que pela boa vontade do governo; de modo a deixar bem impressionada a vista de quem visita o templo do saber que é saccerdote.

Visitamos a sua escola em vespera de exames. É uma escola militarizada onde o visitante ao entrar é recebido por continencias; onde o professor é o general a quem o alumno só póde falar com as pragmaticas militaristicas. Por exemplo: o professor argúi, o alumno perfila-se, distende o esquerdo e arqueando o braço direito faz continencia e responde ao professor. Desta maneira o sr. Honorio não prepara somente homens para a vida pratica, para a política, pura intectualidade brasileira, mas a pedra fundamental em cuja base eregir-se-á essa plastica futura onde hoverá uma particula do granito do amor pela classe que será sua guarda em todos os tempos. Mas o professor Honorio Guimarães, ainda

que nos não levasse às suas officinas typograficas para nos mostrar o prélo onde é editado um jornalzinho a que denominou “A ESCOLA”, nem por isso deisará de receber por mais esse emprehendiemento, filho de seus esforços os nossos parabens. É quando o houvermos que mencionar como um dos funcionarios, como um dos bons professores, nunca lhe esqueceremos essa idéia que entre todas as que tem sabido aventar para o engradecimento de sua escola é talvez a mais proveitosa.

5 - Uberabinha, O Progresso, anno IV, nº 172 de 28 de janeiro de 1911, pp. 01-02.

Discurso com que Honorio Guimaraes, secretario e membro da Commissao de Bases do Congresso do professores reunido pela Segunda vez em Belo Horizonte refutava os argumentos do congressista José Polycarpo de Figueiredo, sobre o ensino religioso nos escolas.

Christo, peço a atenção do meu respeitável collega sr. Polycarpo, pregava, ensinava e corrigia, nas ruas praças, do templo dizem, expulsou os vendilhões empregando a violencia elle a doce e meigo Nazareno... O sacerdote deve ser ministro de Christo, as suas funções são as do proprio Enviado, o mestre e sacerdote, tem funções extensas sobre os alumnos, na escola, na rua e em casa. O que o mestre fizer sempre e fará no character de mestre na casa do alumno mesmo elle tem dever de corrigir e ensinar. Tal será a confiança que, pelo seu procedimento expellido, pela moralidade immaculada, pelo exato cumprimento dos seus deveres, pela dedicação e interesse demonstrado pelos seus educandos, impará a sua norma de conducta julgada irrepreensível. e o mestre fica sendo, para o pae de familia, o irmão mais velho, diz successos do chefe da casa. Pode repreender e ensinar no character de pae, diante dos proprios paes. (Há na minha localidade a conducta da familia unanime que me pestigia, felizmente, e assim). Eis pois como o professor tem a sua funções. A sua representação official prolonga-se ate onde elle for, penso desta maneira. Dada pois a faculdade de ensinar a religião, em qualquer parte onde elle o fizer, fará oficialmente. E` a sua posição de mestre que, sem violência, levára o alumno as lições de doutrina. Basta que o menino saiba que indo a doutrina, agrada ao mestre, para que, sendo um bom menino, um discípulo extremoso, não falte as aulas do cathecismo. Pergunto, isto se dando, não estará o professor exorbitando de suas funções, abusando do

seu prestígio oficial e moral, por impor suas idéias a sociedade em que convive? Direis agora: mas ninguém obriga. Ignacio de Loyolla também não obrigava Francisco I da França a tantos disparates; convencia-o e ao Deufim seu filho, da necessidade de um sacrificio em honra de Jesus Christo... e Francisco da França sacrificava os christaos sob o domínio do Papa Negro. Conquistando o espirito, conquistado o coração, pode-se levar os individuos a disparates quanto mais as creancinhas... O professor, portanto, nunca deve abusar de seu prestígio, para impor mas doutrinas, ou dogmas quaesquer, de encontrar, de encontro a lei geral deve ser obedecida. Outro argumento: Que se dirá de um professor que ande pelas ruas e praças de sua localidade, as deshoras, tardes momentos de noite morta, violão aos braços, dedilhando versos a pallida visão dos seus amores ? – Que este professor não e, na significação do termo proprio; se o fosse guardaria a compostura das suas funções. E o mesmo dir-se-a um rapaz que seja, por exemplo um colletor ? Não. Mais feliz do que nos, elle pode cantar ao violão e deleitar-se nas serenatas, porque não tem prolongada consigo, a representação official, que temos nos com os outros. Portanto, si o professor tem , acompanhando-o, a representação de seu cargo, em qualquer ocasião; se elle ensinar religião o faz oficialmente, porque, quando não o seja, pode-se presumir, que, devido a sua forca moral sobre os meninos, elle consegue traze-los ao ensino da doutrina. Isto estaria, peço permissão para dize-lo, a prevaricação moral do professor, o abuso de confiança no cargo que exerce. Eu, pois, baseado nestas considerações surgidas no meu próprio espirito; membro da comissão de estudos da base do congresso, serei descer contrario a indicação do nobre e competentissimo congressista de Conceição do Serro. Deduzi, do protesto aqui erguido pelo sr. Estevam Pinto, que s. exa. Nesse tom vivo de fino humorismo proprio as personalidades do seu valor politico e moral, quis apenas conceder um aviso que não poudesse ser tomado como um compromisso da administração. Agora entrei na segunda parte da reputação que venho fazendo, aos belos argumentos do ilustrado colega Sr. Polycarpo de Figueiredo, que a honra com a preciosa atenção de sua amizade a qual, espero, nem de leve seja melindrada no percurso deste debate, onde, acima dos ideais de seitas, estão os sentimentos de sinceridade que conheço no professor Polycarpo e que também procuro lealmente corresponder-lhe. Fora mais prazer para mim que no seio do congresso jamais aventassem as discussões politicas ou religiosas. São dois extremos que não se tocam, são bombas explosivas sem contacto; so na aproximacao ellas se inflamam.

Não se inflamara aqui agora, estou certo, porque tenho um contendor, digno de um melhor adversário. Nos professores, no programma de civica, devemos ensinara tolerância religiosa. Sabemos, a tolerancia religiosa, a tolerância politica e a tolerancia pessoal, são virtudes dos grandes espiritos, são leis dos grandes povos. Ora, se a tolerância em geral, e a melhor virtude de um cidadão; e si nos, professores, devemos ser o modelo perfeito do bom cidadão; si aos meninos devemos a tolerância religiosa – porque nos próprios não obedecemosol-a? Aqui, nesta casa de Congresso, e a concentração das boas normas. A tolerância religiosa e uma boa norma de conducta. Infringiu-a o nobre congressista de C. do Serro, quando, hontem, do alto da tribuna, que dignamente occupava, referindo-se com mofa aos livres-pensadores. Não sou, Tenho minhas idéias que mesmo na maior intimidade procuro occultar. Sirvo a um principio na firmeza dos meus ideaes e na paz da minha consciência.”

6 - Uberabinha, MG, Paranayba, anno I, nº03, de 20 setembro de 1914 Reportagem, p.01 “Grupo Escolar”.

Está a se installar, nos primeiros dias do p. mez de outrbro, o Grupo Escolar desta cidade.

Deve-se ao governo srs. Bueno Brandão um valioso e inolvidavel serviço prestado a Uberabinha, que é o da construção do Grupo Escolar sem onus para o municipio.

O imponente edificio que se levantou à Praça da Republica, é digno de figurar nas mais adiantadas cidades e representa um beneficio que o Estado nos concedeu, abrindo uma excepção à regra geral.

Agora, concluidas as obras e encerrada a matricula, vão se abrir as aulas do Grupo, facultando-se à infancia uberabinhense uma casa de ensino.

Os nossos melhores votos, ao noticiarmos o proximo inicio das aulas do Grupo, são para que o ensino, que ali se vai ministrar, corresponda à capacidade e à beleza do edificio.

Duvidamos, no entanto, de que tal aconteça. O Governo, dotando Uberabinha com o favor do predio escolar, cuidou bem da parte material, mas por falta das convenientes informações ou porque as sugestões partidarias pesassem mais do que as necessidades e os altos interesses da instrucção, a escolha do director do Grupo foi mal feita.

O professor Honorio Guimarães, designado para o cargo, tem sérias incompatibilidades para a direcção do estabelecimento.

Em primeiro lugar, falta-lhe competência. É um neófito em pedagogia e metodologia, não podendo, por isso, satisfazer as exigências do cargo.

Por mais que se faça trabalhador, a sua direcção será sempre acanhada e insuficiente, presa ao círculo vicioso da rotina.

Inspectores técnicos do ensino, que têm visitado a nossa circunscrição e mortificantes.

Por outro lado, no que concerne às condições mesológicas, a sua posição é especial, apaixonadamente, de modo que seus adversários se sentem mal e não encontram garantia e segurança no estabelecimento, expostas as crianças a provações.

Há ainda um factor de summa importância que inibe o actual director do Grupo de exercer seu cargo.

Ele é réu de um crime de tentativa de homicídio, praticado publicamente, com a maior afronta à sociedade e que ainda se acha impune, protelando-se na polícia, que elle dirige, o inquerito respectivo.

À frente de um estabelecimento de ensino deve ser collocada pessoa que reúna às condições de idoneidade moral e capacidade física, competência funcional, discernimento superior, feitura honrosa e altiva.

As crianças têm na escola uma continuação do lar e os exemplos dos mestres muito influem sobre a formação do seu carácter.

O semanário local já nos disse, em seu último número, o que o nosso Grupo promete: charanga, com muito ruído de bambóes, batlhão escolar, que será, como sempre o foi aqui, um martírio para as crianças, exigindo-se dellas esforços superiores à sua capacidade física, muita papeata externa, festejos e saudações, insinuações constantes à prática do engrossamento e da bapulação a todos os poderosos do dia.

No fim do anno, ver-se-á que o ensino propriamente dito foi sacrificado e que as crianças avançam do primeiro ao quarto anno em estado de alarmante ignorância.

Ora, para se chegar a tal consequência, não era preciso que o Estado fizesse o sacrificio de dotar Uberabinha com um dos mais bellos edificios do Brasil e que faça dispendios com a direcção.

De engrossadores por indole ou por educação já contamos um numero extra-satisfatório.

Ao Governo do Estado cabe voltar as suas vistas pra cá e completar a obra iniciada.

Faça-se do Grupo Escolar um estabelecimento de ensino às direitas, tirando-se delle o feito, que ora tem, de meio de amparar interesses e conveniencias partidarias.

O começo, que ahi está, pormette muito mal. É desalentador.

7 - Uberabinha, MG A Tribuna, anno I, nº 22, de 8 de fevereiro de 1920, p.01 Reportagem “Para o Futuro”.

Os estabelecimtnos de ensino locais reabriram as suas aulas, neste anno, com uma matricula real e animadora.

Conforta-nos, sobre-modo, esta nova orientação da socie uberabinhense, que agora começa a comprehender a necessidade de educar os seus filhos, tornando-os aptos para a lucta pela vida.

É agradável ver a animação que vae pelas casas de ensino, e observando esse phenomeno social, fazemos as melhores conjecturas sobre o nosso futuro povo livre, emancipado em seus direitos políticos e sociaes.

Só pelo desenvolvimeto da instrucção, largamente, em todas as camadas da sociedade, poderemos conquistar as victorias e que temos direito, no concerto das nações, tornando nos dignos da terra sem par que habitamos.

Escritores estrangeiros, viajantes illustres que percorreram o interior do paiz, em outros tempos, affirmaram que o Brasil, tudo é grande, menos o homem.

É preciso, pois, que, reagindo contra os costumes, reagindo contra os caracteres que herdamos dos antepassados, mescla de portuguezes, indios e negros, desmintamos aquellas affirmações, provando ao mundo que a população do brasil, producto de muitas raças, e capaz de grandes surtos e de maiores commettimentos.

No dominio das sciencias, das letras e das artes, já temos figuras de alto relevo, equiparadas às maiores celebridades mundiaes.

Faltam-nos, entretanto, homens para o bem e homens para comprehenderem a beleza do nosso regimem.

O paiz tem sido largamente explorado por uma camarilha de politicos que, sob o rotulo de republicanos, nada mais têm feito que tripudiar sobre as aspirações populares, às quaes votam o mais profundo desprezo, porque tiveram a compreensão da nossa incapacidade política, devido a falta de educação das camadas populares.

Estamos, entretanto, certos de que a geração de amanhã, aquella que se esta lapidando hoje, terá a noção de seu dever civico, expulsando das altas posições os exploradores do pologítimos mandatarios.

Depois d' isto, então, esse paiz, rico de minerais, abundante de quedas d' águas, capaz de fornecer energia para todas as industrias que se desejarem farto de pastagens. Para toda especie de criações, produzindo todos os cereaes e todas as fructas, possuindo todos os climas, será verdadeiramente grande, digno do respeito e da admiração dos povos.

Força de vontade e acção, eis, o nosso lema.

**8 - Uberabinha, MG, A Tribuna, anno IX, nº 4-5, de 12 de setembro de 1920, p.1
Reportagem “A Escola”.**

Honorio Guimarães - De passagem por esta cidade, distingui-nos com a sua visita,o nosso particular e velho amigo, prof. Honorio Guimarães, talentoso belletrista e distincto membro do magisterio publico mineiro.

Honorio Guimarães é um exemplo vivo do trabalho e da perseverança e tem, por isso, alcançado muitos triumphos na vida publica, para honra desta terra que lhe serviu de berço.

Actualmente este nosso bom amigo e conterraneo direge <<A Escola>> e occupa saliente posição no magisterio publico mineiro, com sua recente nomeação para o cargo de inspectur escolar.

(Do Commercio da Franca)

“Jornal dos Estados ”

Está se publicando na capital paulista, com o título supra, um bem feito semenario, de bôa collaboração e vasto programna.

A frente do grande órgão nacional, está o conhecido jornalista Raymundo Porto, cujo espírito combativo e aptidões jornalísticas são de sobejos conhecimentos no mundo da imprensa de S.P. e Minas.

HONORIO GUIMARÃES - Acaba de ser aproveitado na inspecção técnica do ensino no Estado de Minas, o nosso prezado conterrâneo e conhecido poeta e jornalista o professor Honorio Guimarães, até então director do grupo escolar de Uberabinha .

Nenhum acto mais acertado podia praticar o esclarecido governo do visível Estado, do que destacando aquelle nosso scintilhante confrade de imprensa e abalizado educador, para exercer uma das funções mais elevadas no departamento mineiro da instrucção publica.

Luctador incançavel, filho dos seus proprios esforços, com um passado brilhante na vida litteraria e nas suas funções de educador. Honorio Guimarães bem mereceu a distincção que a administração de Minas lhe acaba de conferir.

9 - Uberabinha, MG, Triângulo Mineiro, anno I nº3, 1926 Reportagem, p.1 "Pela Instrucção II"

Todo edificio, para inspirar confiança, deve repousar sobre alicerces solidos e seguros. Só assim poderá resistir à propria acção destruidora do tempo. E o que acontece no mundo material, conforme no ensino a mais rudimentar cooperiencia, facilmente se verifica em qualquer dos outros rumos da actividade humana.

Tal verdade poderá passar como sedicção e inoportuna a muitos espiritos superficiaes e irreflectidos. Convem, entretanto, insistir, na sua conveniente propaganda, pelo menos sob certos e determinados aspectos. Em assumptos didacticos, muito de preferencia, a fóra do comum. Sem uma base meticulosamente preparada e fóra do comum. Sem uma base meticulosamente preparada, rapidamente esborcará qualquer organização, scientifica ou litteraria, que não conte, para amparal-a, com os fundamentos indispensaveis da instrucção primaria.

Falamos especialmente para o povo. O seu interesse vem a torna-se o nosso proprio interesse. Identificamo-nos promptamente com as suas mais caras aspirações. Por isso mesmo, a nossa linguagem, sem mais caras aspirações. Por isso mesmo, a nossa linguagem,

sem rodeios e sem atouvios, precisa, acima de tudo, de estar sempre ao seu alcance. Portadores de uma doutrina que muito contribuirá para a sua propria felicidade, evangelizado-o no cumprimento de um sagrado dever que nos é imposto pelo nosso proprio programma, desejamos ardentemente levar-lhe ao espirito a convicção do que lhe cumpre fazer, sem desanimo e desperdicio de tempo.

A educação, salutarmente ministrada às creanças, constitive o dever precipuo e indeclinavel de todo bom pae de familia. Mas essa educação, para produzir os fructos della esperados, deve obedecer a uma norma mais ou menos reconhecida por todos. Começando carinhosamente no lar, a tarefa vou ser efficientemente concluida no recinto augusto da escola. No desempenho dessa tarefa, a formação do character e o cultivo da intelligencia caminharão, de mãos dadas, para o mesmo objectivo comum. O livro é o bom exemplo serão os factores principais para essa cruzada do bem. Deverão cooperar, para o exito almejado, todos os esforços do pae, conjugados à boa vontade do professor. Só assim, poderemos contar com a segurança de uma geração vindoura, sempre melhor e mais aperfeiçoada do que a geração presente.

Nenhuma desculpa possível deverá ser justificada contra a execução desse salutarissimo, programma. Não há falta de recursos que se opponha ao convivio estimulante de todas as creanças no recinto de uma bôa casa de ensino. Mesmo as mais pobres poderão vêr os seus filhos frequentar, com cuidado, as aulas que se occupam da instrucção primaria. O nosso municipio, felizmente, se acha sufficientemente aparelhado para proporcionar esse beneficio inestimavel a todos os seus habitantes.

Basta citar esses dois estabelecimentos modelares que são uma louvavel recommendação e um motivo de orgulho para os filhos desta terra: o Grupo Escolar e o Gymanasio de Uberabinha.

Se este ultimo, por ser de character particular, exige, dos seus alumnos, uma indispensável contribuição pecuniaria, ainda muito aquem dos relevantes e utilissimos serviços que vae prestando à nossa mocidade, aquelle outro moutivado pelos cofres publicos, estará sempre com as portas abertas para os filhos do povo, que alli forem buscar o bemfazejo pão do espirito. E em ambras se ministra o ensino com o mesmo carinho, com a mesma dedicação, de modo a tornal-o efficiente nos moldes do programma que lhes etá superiormente traçado.

Com taes elementos, todas as creanças desta região poderão cursar os seus estudos primarios com muita vantagem. Não há a menor desculpa possível para os desidiosos e indifferentes. E o nosso apello dirige-se, agora, indistinctamente a todos os nossos conterraneos. Fazend-o no cumprimento de um dever profissional, como orientadores da opinião publica. Os que nos lêem, pensem tambem nos seus proprios deveres, como memebros de uma collectividade cujo bem estar depende da realização de todas as vontades sabiamente encaminhadas.

Não espere, ninguém, pelos principios coercitivos, hoje tão largamente preconizados, da obrigatoriedade do ensino. Espontaneamente a acção se tornará muito mais meritoria. E a ninguem será licito desconhecer as vantagens que a instrução proporcionará a todas as classes sociaes. Sob o seu influxo é que as sociedades progridem e que os individuos poderão mais facilmente alcançar uma parcella de felicidade terrena.

Nem todos, é claro, poderão ser homens letrados. As contingencias da vida material não permitirão, à grande maioria dos nossos concidadãos, um convivio mais demorado com os livros. Que ao menos, podem, possam adquirir nos primeiros annos da sua infancia, um convivio mais demorado com os livros. Que ao menos, porem, possam adquirir nos primeiros annos da sua infancia, os conhecimentos que tão uteis lhes poderão ser mais tarde, por mais modesta que venha a ser a sua pofissão futura.

Tal é o papel das escolas primarias destinadas muito especialmente aos filhos do povo. Sob este ponto de vista, só poderimos enaltecer as providencias de nossas autoridades. Mas é preciso que os paes de familias saibam correspondera essa victoriosa orientação administrativa, tomando em consideração a responsabilidade que agora lhes cabe pela formação intellectual e moral das gerações futuras.

O estudo primario é de interesse, portanto, para as classes menos favorecidas pelo bafejo da sorte. Não lhes sendo possível frequentar, em seguida, cursos mais adeantados, é com os conhecimentos ahi colhidos, que os homens do trabalho poderão mais facilmente transacionar, no exercicio da tarefa que lhes couber por sorte. Mas os moços que se destinarem às chamadas liberaes, tambem não poderão prescindir dos seus beneficios effeitos. Todo aquelle que sahir das escolas, com em curso primario proficentemente executado, encontrará grande facilidade nas futuras competições em que se empenhar, nos vastos e complexos dominios da actividade scientifica e litteraria.

**10- Uberabinha, MG, Triângulo Mineiro, anno I nº 2, de 20 junho de 1926
Reportagem, p.1 “Associação das municipalidades mineiras um appello às camaras
municapaes do Estado de Minas”**

Visando impulsionar o progresso do Estado, nosso director, que exerce as funções de vereador à nossa Camara Municipal, apresentou em sessão do mez passado, a indicação abaixo transcripta, que foi justificada pelo discurso cujo conteúdo tambem damos ao conhecimento dos amaveis leitores, linhas abaixo.

Trata-se da fundação da Associação das Municipiपालidades Mineiras, destinada a melhorar o nosso enino profissional e rural em todos os municipios, como medidas de alto alcance para o ourigoramente do nosso surto evolutivo.

A primeira vista parece de impossivel realisação esse ideal patriotico; mas, desde que hoja bôa vontade da parte de todos os municipios, nada baverá que possa impedir a sua eclosão, que trará indubitavelmente para todo o Estado, francas e firmes bases de progresso real e duradero.

Instrucção e Trabalho – eis o que precisamos adquirir e organizar, com fundada esperança melhores dias, de uma vida honrosa calcada em pontos de apoio taes que nos garatam firme evoluir -, tranquilidade de espirito, ordem e progresso, em todos os sentidos pra nosso bem commun.

Oxalá comprehendam todos os municipios mineiros os incalculaveis beneficios que nos poderão advir da fundação, organização e bom funcionamento do istituto que esboçamos, se bem que com as dificuldades decorrentes da nossa incompetencia, mas com toda a nossa effusão d’alma concretisada no desejo insoffrido de vermos a nossa querida Minas feliz, muito feliz para que a sua felicidade possa beneficiar a todo o nosso gradioso paiz. Sim não podemos penar em Minas sem que nos venha à imaginação a imagem sagrada donosso querido Brasil, nas suas gigantescas dimensões territoriaes assim como na provervial bondade do seu povo.

E se a nossa octuação tivesse o prestigio de levar a todos os municipios do Paiz a convicção de que o ideal pelo qual propugnamos é o meio mais seguro de se apressar o nosso progresso, julgar-nos iamos muito felizes e anossa satisfação seria immensa.

Ficaremos satisfeitos se a idéa que lançamos encontrar echo em todos os municipios mineiros. Que as nossas camaras estudem com patriotismo a questão, e nim rasgo de alteismo, amparem solidamente, decisivamente a idéa da organização da Associação das Municipapalidades Mineiras, prestando destarte valioso apoio ao governo estadual e creando para os respectivos municipios a possibilidade fatal de serem todos beneficiados.

Com o intuito sinceramente esboçado nestas despretenciosas linhas, no discurso e indicação abaixo transcriptos, pedimos o concurso de todos os municipios mineiros e o de toda a nossa imprensa para que seja transformado em realidade o desiderato que acalentamos convictos de representar o mesmo um grande beneficio para o nosso Estado.

DISCURSO

Confrange-se-me o coração affeto a um entranhado amor à terra que me viu nascer, o ver como sempre observo, a pobreza da nossa gente , o seu analfabetismo e a sua mesera condição physica e moral.

Nestas condições, srs. a inercia dissolvente da nossa possivel productividade tem sido um mail causador até do aviltamento da nossa character, porque a pobreza nos deprime, o obscurantismo que nos infelicita faz gerar os nossos vícios que se matêm á custa de uma degradação que nos vae absorvendo e será a consequencia que nos aguardo, a menos que um trabalho patriotico seja evidenciado por todos os brasileiros com o santo intuito de se imprimir um cunho de verdadeiro entusiasmo à luta pelo nosso progresso intellectual e material que venha ajudar a obra patriotica dos nossos governos.

A providencia a ser posta em pratica para ajudarmos o progresso do povo mineiro, que mais de perto nos interessa, deverá ser de molde a garantir o bom termo do nosso esforço.

Entendendo, srs, que a causa das calamidades que nos assolam nasce da falta de uma bem cuidadosa instrucção nos meios ruraes e de boa organização do trabalho nas cidades. A construcção sem a organização do trabalho è alguma coisa já, pois bem bem sabemos que a educação gera o desejo de trabalhar, porque ella é um propulsor da dignidade.

Algumas Atas Seleccionadas — Câmara Municipal de Uberabinha

1-Acta da 1ª. sessão ordinária do Camara Municipal de São Pedro de Uberabinha, aos 07 de mez de Abril de 1892.

Aos 07 dias do mez de Março de 1892, as 11 horas da manhã no paço da Intendencia Municipal desta Villa de Uberabinha.

Prezidencia do Senr. Alferes Santos

1ª. Parte: Expediente

- Posse de cargos.

“(p. 40f)[...] Em acto consectivo o Senr. Presidente da intendência convidou o Senr. Prezidente da Camara e Vereadores tomarem assento e apresentar o seu relatório atinente a gerencia do Conselho da intendência no interregno de sua administração. Tomando assento o Senr. Prezidente fez aleitura do relatório apresentado pelo presidente do extinto conselho de intendência e concluída a mesma propoz uma moção de agradecimento em nome do município amesma. O Senrses Alferes Antonio Alves dos Santos e os seos [...] companheiros pela maneira patriótica e brilhante com que se houveram na gestan dos negócios municipaes expondo em seguida avotos a mesma. (p. 40f) moncam foi aprovada por unamidade de votos. Em seguida declarou que emvirtude do Art. 27 da lei orgânica das Camara s municipaes hia procedera a eleição do Vicepresidente da Camara Municipal que tem de servir no corrente anno de mil oitocentos e noventa e dous e por isso convidava os Senres. Vereadores a depositarem na Urna que seacha sobre a meza em excrutínio secreto cada um uma cédula contendo o nome de um Senr. Vereador. Recolhidos e massadas e abertas as cédulas foi pelo Senr presidente lido o nome que continha eu Secretario tomando seos nomes verificou-se obterem votos os seguintes vereadores? Revmo. Vigário Pe. Pio Dantas Barboza seis votos, Arlindo Teixeira três votos. Lido por mim o resultado da eleição Senr. presidente proclamou: Vicepresidente da Camara o mais votado que se lavrou e ffixouse Edital. Em acto seguido o Senr. presidente declarando que se achando terminados os trabalhos preparatórios desta sessão e tendo de fazer a convocação ordinárias das sessão para o dia sete de Abril a fim deregulaizar-se os serviços damesma Camara dava apalavra os Senres Vereadores que aquizessem afim de falarem sobre oacto solene da posse ou de

qualquer matéria urgente. Tomando a palavra o Senr. Arlindo Teixeira leu emandou a meza uma proposta authorizando a Camara aprovar interinamente a aula primária do sexo masculino desta Cidade e o'correr as despezas pela cobrança da taxa escolar cobrada com adenominação imposto de captação. Posta em discussão e não havendo quem pedisse apalavra posta avotos foi aprovado. Nada mais havendo atratar-se lida. Em tempo para provim em toda escolla primaria foi indicado o Cidadão Edu (p. 40v) Eduardo José Bernardes. Nada mais havendo a tratar lida, aprovada e assignada a acta levantou-se a sessão. Eu Antonio Francisco de Paula Assis Secretario que escrevi.

Augusto Cesar Ferreira e Souza
(e demais) (p. 41f).

2 - Acta da sétima sessão ordinária do Camara Municipal da Cidade de Uberabinha, em 19 do mez de abril de 1892.

Prezidencia do Senr. Alferes Santos

Aos dezenove dias do mes de Abril de mil oitocentos e noventa e dous, as doze horas, no paço da Camara Municipal, na salla de suas sessões, prezente os Senres. Vereador, Augusto César, Carneiro, Coelho, Honório Marra, Lellis França, Manoel Alves, Teixeira, Vigário (p. 52f) Dantas, deixando de comparecer com cauza justificada o Senr. Vereador Antonio Pinto, e sem ella os Senres. Vereadores Alves Pereira e José Ignácio, havendo numero legal o Senr. presidente declarou aberta a sessão.

Lida acta antecedente aqual emdiscussão foi aprovada.

Expediente:

- Diversas disposições do governo do Estado para os Municípios.
- Inclusive – processo eleitoral para 30 de maio de 1892 – para Presidente de Estado.

O senre. Presidente declarou, que estando exgotada aprimeira parte da ordem do dia passase a segunda.

Anunciou adiscussão do art. 1º., do projecto que verça sobre a instrucção pública. O Senr. Vereador Vigário Datnas, pedindo e obetendo a palavra, discutiu sobre onúmero legal da freqüência de alunos.

O Senr. Vereador Manoel Alves, pedindo e obtendo apalavra explicou opençamento que teve ao confeccionar o art. E mostrou que seacha attendida essa desprozição no projecto.

O Senr. Prezidente passando a cadeira ao Senr. Vice-prezidente pedindo e obtendo apalavra discutiu sobre o mesmo projecto exclarecendo aos seus dignos collegas e mandando ameza a seguinte emenda:

No art. 1º. diga-se:

Art. 1º ficão os districtos do município devidido em quatro zonas cada um, nas quaes secriarão escollas municipaes de instrucção primária de ambos os sexos, mantidas a custa do cofre municipal.

§ Único. Em cada zona serão mantidas duas escollas para ambos os sexos. Salla das (p. 53f) das sessões, 1º. de Abril de 1892.

Augusto César.

Estando encerrada a discussão eposta avotos a emmenda emprimeiro lugar foi a mesma aprovada por unanimidade.

O Senr. Vice-presidente declarou que esando terminado avotação convidava oSenr. Prezidente a voltar a cadeira.

O Senr. Prezidente ao voltar acadeira, anunciou adiscussão do art. segundo.

O Senr. Vereador Manoel Alves, tomando apalavra diz, que para harmonizar as desposições desta art. Com amateria do primeiro offerecia a seguinte emmenda:

No art. 2º. diga-se:

Art. 2º. Nas zonas aodem não assumirem numero legal de alumnos, para cada escolla ficão estas convertida em uma mista.

Salla das sessões, 19 de Abril de 1892.

Manoel Alves.

Não havendo quem mais pessa apalavra oSenr. Prezidente posa votos a emmenda aqual foi aprovada por unanimidade.

O Senr. Prezidente anunciou a discussão do art. 3º. Do projeto, emcerrada a discussão por não haver quem pedisse apalavra e posta avotos foi aprovado por unanimidade.

Posto em discussão o § 1º. do art. Referido.

O senr. Vereador Manoel Alves, mandou a seguinte emenda. Diga-se art. 4º. Nas zonas aonde existirem aulas particulares mantidas a inopreções de qualquer Cidadão passarão ellas a serem muni- (p. 53v) municipaes, mantidas erigidas segundo o regulamento municipal.

§ 1º. Estas disposições só se verificarão se assim convir ao Cidadão, que mantiverrem as aulas. Salla das Sessões, 19 de abril de 1892. Manoel Alves, posto a votos foi aprovada por unanimidade.

§ 2º. Nas escollas particulares em que os proprietários offerecerem prédios gratuitamente para nelles funcionar aulas municipaes, serão depreferencia providas de professores. Em discussão foi aprovada.

Estando agora adiantada o Senr presidente deu para a ordem do dia da manhã o seguinte: Primeira parte expediente, até as doze horas. Segunda parte continuação do projecto de instrução publica, projectos, indicações, requerimentos até as três horas e convidou aos Senres Vereadores a comparecer amanhã as onze horas elevou a sessão. E para constar lavrei a presente acta. Eu Antonio Francisco de Paula Assis Secretário que escrevi.

Augusto César'

Secretario Afaz. (p. 54f)

3 - Acta da 7ª sessão da reunião ordinária da C. M. da Cidade, em 13 de Setembro de 1899.

(...) Tomando a palavra o vereador Sant'Anna e discutindo sobre o parecer e indicação da redução de impostos requerei que ficasse subentendido que os 10% não seriam contados sobre o imposto de cabeça de gado e de porcos, ficando somente a favor da redução de 10% contados nas licenças de açougueiros (...) usando ainda da palavra o mesmo vereador e discutindo a parte da indicação a verba escolar, apresentou o meio de equilibrar o deficitante dessa verba de receita e despendio; concluindo demonstrar que necessariamente a Camara necessita manter-se as doze aulas municipaes necessitava a elevação da verba escolar a 15:000\$000, isto é, calculando-se 3000 pessoas como contribuintes a 5\$000 cada uma, e ao contrario suprimir-se as aulas urbanas em numero, digo, as aulas ruraes em numero de 5 dos Districtos da cidade, e assim mais a do sexo feminino da sede do

município, ficando conservadas 6 aulas municipais a saber: a do sexo masculino da sede do município e 4 rurais no distrito de Santa Maria e a rural que ali existe =, visto como tem aquele distrito um saldo suficiente para manter suas aulas. Posto em discussão e votação foi unanimemente aprovada e votado que se suprimisse a aula urbana do sexo feminino da sede e os 5 rurais menos frequentada, prevalecendo o imposto de 3000 conforme a indicação (...) . A Comissão abaixo assinada, estudando o projecto da lei orçamentária achou-o regular, observando, sim, a redução aos impostos de indústrias e profissões, fazendo-se a devida redução e ficando em 18:130\$900, e seja alterada a verba do imposto escolar (...).

4 - Acta da sessão da reunião ordinária da C. M. da Cidade, em 13 de Maio de 1902.

... O Sr Presidente anuncia em única discussão o requerimento do Sr Alves Barbosa sobre a escolha de local e construção de curral para firmas de negociantes dos mesmos nesta cidade, o qual sendo apporrovado, é encarregado a Comissão de Obras Públicas para a escolha pedida. Pede a palavra o Sr Mello Junior que lê e apresenta o seguinte projecto de Lei: Lei nº Regula a admissão dos membros pobres no colégio e contem outras disposição: A Camara Municipal, por seus vereadores, resolve:

Art. 1º. A Camara Municipal, na última sessão de cada anno, reverá e organizará a lista dos meninos pobres do município que, por conta da municipalidade, devem ser admittidos no colégio, para o estudo das matérias constantes no artigo 1º da lei nº 24 de 30 de setembro de 1901.

Art. 2º. Quando a lista que trata do artigo precedente não tiver sido organizada na última sessão de cada anno, deverá ser feito na primeira sessão do anno seguinte e remettida pelo Presidente da Camara ao Agente Executivo Municipal.

Art. 3º Para o presente anno letivo e uma vez approvedo poderá esta lei; a Camara organizará a lista dos meninos pobres que devem ser admittidas no colégio, enviando-a ao Agente feio d e A ao agnete executivo para i os deveres e aos morto.

(...) A admissão, porém será feito de accordo vom o número dr ordem da mesam, lista.

Art. 5º. Completo o número de doze alumnos o professor comunicará, por officio, ao Agente Executivo Municipal enviando lhe uma relação contendo os nomes dos alumnos admittidos no collégio.

Art. 6. Dando –se a vaga de alumno será admittido no collégio de classe e assim por diante na casa de mais vagas.

Art. 7º. O alumno que, sua causa justificada, faltar as aulas por mais de trinta dias perderá o luggar, devendo o professor dar a baixa no seo nome na matrícula e communicar immediatamente ao Agente Executivo Municipal.

Art. 8º. O professor terá os livros seguintes: Ponto diário, matrícula, De termos de visita e actas e exame, todos abertos enumerados e rubricados pelo Agente Executivo Municipal.

Art. 9º. Os livros contendo as matérias de instrucção obrigadas no collégio serão a custa da municipalidade, fornecidos pelo Agente Executivo Municipal e conservado pelo professor, por cujo desvio será responsável.

Art. 10º. Os exames dos alumnos pobres de que tracta esta lei terão lugar os dias 5 e 6 de Dezembro de cada anno e o professor enviara copia das actas dos mesmos ao Agente Executivo Municipal dentro do praso de quatro dias.

Art. 12º. As notas de approvação em exames serão as mesmas prescriptas pelo Regulamento de Instrucção Pública do Estado, que baixou com o Decreto nº 1348, de 8 de Janeiro de 1900.

Art. 13º. Durante o anno lectivo haverá um mez de férias de 3 de Dezembro a 6 de Janeiro de cada anno.

Art. 14º. O professor dos meninos pobres de que trata esta lei será nomeada pelo Agente Executivo Municipopal, cujo acto, entretanto, deverá ser approvedo ou não pela Camara.

Art. 15º. São as seguintes as matérias de instrucção a lecionar-se aos meninos pobres: - Gramattica Portuguesa, História do Brasil, Geografia, Arithimetica e Geometria.

Art. 16º. Revogam-se as desposições em contrário.

Sendo apoida o projeto supra, é enviado a commissão de instrucção pública(...)

(...) Pede a palavra o Snr Alves Pereira que lê e apresenta a seguinte Resolução: (...), a continuação da escola dos dez meninos pobres, é uma despesa que poderá ser supremida attendendo as mesmas circumstancia acima e mais que, a Camara não poderá concervar

outras eschollas existentes, e que embora de muita necessidade para instrucção da infância em geral, e que teria maior aproveitamento manter outras ruraes, que [ilegível] necessidade reclamação, digo reclamação. Portanto a situação reclama a supressão da mesma escholla, com o meio de mais pronto suavisar a crise emq eu nos ahcmos, aguardando accasião oportuna em que melhor finanças e rendas tiver o município para essas despesas que tanto uma como outras reverte-se em melhoramento para instrucção tanto o jornal como a continuação da mesma escholl. (...). Pede a palavra o Snr Mello Junior que em termos enérgicos combate o conteúdo da mesma resolução, disendo que a imprensa e o collégio dos dose meninos pobres não são a causa das dificuldades financeira do Município e sim a foscidão do Poder Executivo no cumprimento de seus deveres, que a imprensa e o collégio, os dois únicos estabelecimentos mantidos pela Municipalidade – que trase luses ao Municipio e ao longe elevam o seu nome, não podem soffrer e nem devem ser levados na conta de causadores das dificuldades financeira, e finalmente que o que cumpre a camara para dar verdadeira prova de sue patriotismo e resolver de maneira que os seus actos e leis sejam rigorosamente executados e cumpridos e que a liquidação de contribuintes em geral se faça sem mais tardança. Pede a palavra o Snr Severiano Cunha e diz na qualidade de membro da Comissão de Finanças e para que com o preciso critério possa a mesma diser sobre o que pelo Snr Agente Executivo sejam prestadas as seguintes informações: 1º. [ilegível] as despesas feitas no corrente exercício com a typografia da Gasetta de Uberbinha; 2º. Qual o número de assignantes que a mesma conta; 3º. Qual a importância de arrecadação de publicações e assignaturas que da mesma imprensa e jornal se tem a fazer; 4º. Qual a renda liquidada até a presente data do mesmo jornal e imprensa; 5º. Qual a renda oriunda do imposto eschollar; 7º. Quanto-se-há recebido do mesmo e quanto se tem a receber; (...). Pede a palavra o Snr Alves Barbosa que lê e apresenta o seguinte Parecer – ‘A Comissão de instrucção pública, a que foi presente o projecto de lei sobre o collégio dos dose meninos pobres, é de parecer que sendo o mesmo bem elaborado e de urgente necessidade a sua aprovação, seja dado para ordem do dia de amanhã e requer que este parecer seja posto immediatamente em discussão e approved em uma única(...)’.

5 - Acta da sessão da reunião ordinária da C. M. da Cidade, em 25 de Maio de 1903.

Expediente

- [Requerimento de Silvestre de Mendonça Ribeiro – baixa de imposto]
- [Requerimento de Pedro José de Mendonça – baixa de imposto]
- [Requerimento de Estevam Luiz Alves – baixa de imposto de carroça]
- [Requerimento de Rita Modesta – pedindo licença para edificação livre de impostos]
- [Requerimento de José Joaquim de Almeida – isenção de imposto escolar, o qual fica sobre a meza para, sobre elle, resolver a Camara na sessão de amanhã.] (p. 59f)
- [Requerimento de João Bernardes de Souza, pedindo pagamento por ser credor à Camara] (p. 59f)
- [Requerimento de Francisco de Melo Junior pagamento por fornecimento de medicamentos a indigentes] (p. 59v)

Ordem do Dia

- [Senr. Dantas Barbosa requer praso 24 h para Parecer sobre privilegio de Carne Verde]
- [Senr. João Bernardes requer praso 24 h para Parecer sobre conservação do rego d'água]
- [Officio do Agente Executivo com o balancete do 1º. Trimestre do ano]
- [Pede a palavra o Senr. Mello Junior e diz que havendo diversas reclamações de contribuintes sobre o modo exagerado do Senr. Agente Executivo cobrar impostos, requeria que se requisitasse do mesmo para conhecimento da Camara as cadernetas de 1901 a 1903; e finalmente que o mesmo senhor informasse a esta Camara de que quantia é credor da mesma o ex-professor de Santa Maria, Leopoldino Ramos.] (p. 60f)
- [Ouvida a Camara, pede a palavra o Senhor Alves Pereira e diz que não havia necessidade de se fazer tais requisições ao Agente Executivo porque a Camara tem as sua leis e tabelas e devia estar ao par de tudo sob pena de taxar-se de estúpida e tapada.]
- [O senhor Presidente, depois de Convidar o senr. Vice-Presidente a ocupar a sua cadeira, pede a palavra e refutando as grosseira expressões do senr. Alves Pereira atirava a (p. 60f) a Camara, diz que tinha toda razão de ser os requerimentos do senr. Mello Junior, visto como o senr. Agente Executivo sabe não cumprir os deveres de seu cargo tem abusado e mesmo pesado as ordens desta Camara que é sua superiora; que esta Camara conhece as suas leis e taabelas, mas que é necessária a presença das cadernetas requisitadas para que se confronte

os abusos commettidos pelo Agente Executivo que, como demonstrava por diversos talões que exhibiu, tem transgredido, cobrando exorbitantemente diversos impostos, especialmente o imposto escolar; que finalmente quando o executivo abusa assim e torna-se o primeiro infractor, a Camara tem que ouvir as reclamações e ao vereador cumpre requisitar o que preciso for e tomar providencias em favor do povo e a bem de sua integridade e dignidade. Lamentando, pois, que ainda houvesse a voz em favor de semelhante e usurpador, votava pelo requerimento do seu collega Mello Junior.

Depois de applaudido o procedimento do senr. Severiano Cunha (p. 60v) e continuando a discussão do requerimento do Senr. Mello Junior, é o mesmo approved. (p. 61f)]

(...) (p. 61f)

6- Acta da sessão da reunião ordinária da C. M. da Cidade, em 27 de Outubro de 1904.

Presidente: Cel. Severiano Cunha

Secretário: Dantas Barboza

Expediente

-[Requerimento Joaquim Severino do Nascimento – residente na Fazenda dos Martins – pede redução de impostos] (p. 141f-141v)

Ordem do Dia

-[1ª. discussão Projeto do Orçamento do ano 1905]

“O Senr. Presidente annuncia em primeira discussão o projecto de orçamento para vigorar no exercício seguinte de 1905.

- Pede a palavra o snr. Mello Junior e diz que, sendo superior a verba sobre imposto escolar a 3:000\$000 de reis conforme ETA descripto no orçamento, pedia, pois, que se consignasse na Receita aquella ver- (p. 141v)ba na importancia de 4:400\$000. Mostrando ainda o mesmo vereador a conveniência de ser creada a verba de 1:200.000 para ser applicada, como auxilio de um professor habilitado, que licione portuguez, arithimetica, geographia e frances nesta cidade a 10 alumnos pobres, com liberdade de llicionar a outros quaisquer, para cujo fim dá sufficientemente a verba escolar. Pedia, pois approvação do que vinha de expor, constando dar emendas seguintes: - onde se lê na receita – Taxa escolar ...

3:000\$000, leia-se Taxa escolar 4:400.000; onde se lê na despesa: com um professor que insine primeiras letras na sede – leia-se gratificação a um professor secundário – 1:200\$000; onde-se lê 500\$000 com aguarda cívica municipal – leia-se 1:500\$000 e não 500\$000, como se acha consignado pela commissão de Finanças e para equiparar as despesas seja creada na receita a verba de mais 1:000.000 por arrecadação de carros de dentro do Município, aqual será applicada em auxílio ao pagamento da verba – guarda cívica.

O snr. Presidente, pondo em 1^a. discussão o que acabava de (p. 142f) expor e requerer o snr. Mello Junior, foi por unanimidade de votos approvadas as emmendas requeridas e claramente expostas da forma que vemos:

Emenda 1^a.

Onde-se lê: De taxa escolar – 3:000.000, leia-se – 4:400.000;

Emenda 2^a.

Onde se lê: De carros de fora do Municipio – leia-se de carros de fora e de dentro do município e vehiculos 2:000.000; Onde se lê com a guarda cívica municipal – 500\$, leia-se – E nota guarda cívica municipal – 1:500\$; Onde se le: com um professor que insine primeiras letras na sede leia-se – gratificação a um professor secundário – 1:200.000. Sendo approvedo em primeira discussão, como ficou dito, (...) (p. 142v) (...) (p. 143f)

7 - Acta da Sessão extraordinária da Camara Municipal de Uberabinha, realizada em 04 de Março de 1908.

Aos quatro dias de Março de mil novecentos e oito, nesta cidade de Uberabinha, Estado de Minas Gerais, na salla das sessões da Camara Municipal, presentes os vereadores A. Marquez, F. Petronilho, Bexiga, Pacheco, B. Vieira, Padre Pio e Marra, faltando o vereador Alves Barboza sem causa justificada. Havendo numero legal o Sr. Presidente declarou aberta a sessão. Lida a acta da sessão do dia 10 de Fevereiro do corrente anno, em discussão disse o Sr. Bexiga (p. 38f) que não tendo tomado parte naquella sessão, retirava-se. Ninguém mais pedindo a palavra, o sr. Presidente pôs a votos sendo, a mesma assignada e approvada. Lida a acta da sessão do dia 3 do corrente mez, em discussão fallou o vereador Petronilho, que disse ter sido revertida da verba obras-publicas para a de instrucção, afim

de pagar os professores das cadeiras de instrução primária e reabrir-se nesta cidade, o visto comotal inserido só poderia ser aprovado depois de ter sido ouvida a comissão de finanças de accordo com a lei, disto não se cogitou na sessão de hontem e nem pode ser feito tal pagamento, sem verba por isso votava contra tal deliberação. Fallou o Padre Pio que disse ter sido cedida o salão do mercado ao professor Leão Cunha Carneiro de Almeida, foi para nelles funcionar as aulas temporariamente. Ninguém mais pedindo á palavra o Sr. Presidente pôz a votos, sendo a acta approvada contra o voto do vereador Petronilho. Expediente. O vereador Petronilho pedio a palavra e disse que requeria uma sessão extraordinária, afim da Camara Municipal fazer uma representação à Companhia Mogyana de Estrada de Ferro; afim de serem estabelecidos trens rápidos de Franca à Araguay e que se convidassem às Camaras de Araguay, Monte Alegre e Villa Platina, para que enviassem a representação para (p. 38v) o mesmo fim. Ordem do Dia: - em segunda discussão os projectos de empréstimo e prorrogação de praso para pagamento de impostos sem multa, foram approvados. Em terceira discussão depois de dispensado o intertício, foram approvados os mesmos projectos. O vereador Petronilho, pediu a palavra pela ordem e requereu que se transcrevesse nas actas os projectos e propostas feitas, bem como as emendas apresentadas. E por nada mais haver a tratar o Sr. Presidente encerrou a presente sessão extraordinária, lavrando-se de tudo a presente acta, que depois de lida e approvada, a escrevi. Em tempo: diz a entrelinha da décima linha da folha trinta e oito verso: “afim de pagar os professores das cadeiras de instrução primária a reabrir-se nesta cidade”. Eu, José Cupertino de Oliveira Pires, escripturário o escrevi.

A. Marquez

Fernando Petronilho (p. 39f).

8 - Acta da sessão ordinária realisada no dia 26 de setembro de 1913

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de mil novecentos e treze, nesta cidade de Uberabinha, estado de Minas Gerais, a hora regimental feita a chamada compareceram os vereadores Rodrigues da Cunha, presidente, Lindolpho de Sá, secretário interno, João Marra, Marciano de Ávila, Antonio Crescencio, Júlio Alvarenga, faltando com causa

Pg 68 –verso

justificada o vereador Antonio Custodio e sem ella os demaes vereadores. Havendo número legal o sr. presidente abriu a sessão. Lida a aça da sessão anterior foi a mesma aprovada. Expediente – Não houve. Ordem do dia – Pelo sr. presidente foi submettido a aprovação da Câmara a impressão do código Municipal desta cidade, de cujo serviço a firma Cupertino e Filhos apresenta um exemplar. Para esse exame o sr. presidente nomeou uma commissão composta dos vereadores Julio Alvarenga, Lindolpho e João Marra. Entrou em discussão o parecer da commissão de obras públicas na petição do coronel Antonio Resende, sendo aprovada. Entrou em 3^a discussão o projecto que regula o trafego nas estradas construídas pela Companhia Mineira A. Intermunicipal, sendo aprovada, e remettido a commissão interina de redacção, composta dos vereadores João Marra, Julio Alvarenga e Antonio Crescencio. Pelo vereador Julio foi requerido que a sessão fosse suspensa por 10 minutos a fim de a commissão encarregada do exame do código podesse dar parecer sobre o mesmo, sendo deferido o seu requerimento e suspensa, em seguida a sessão. Reaberta a sessão foi pela commissão encarregado do exame da impresso do Código Municipal desta cidade.

Pg 69 –frente

A. Barboza

foi apresentado parecer, aceitando esse serviço. Submettido a discussão foi o parecer aprovado. Pelo vereador Lindolpho foi apresentada a seguinte moção, que foi aprovada por unanimidade de votos: “A Câmara Municipal de Uberabinha acompanhado, com interesse, a fecunda admnistração que o patriótico governo do eminente sr. Bueno Brandão vem realizando no Estado e considerando particularmente os favores concedidos a este município com a edificação de um magnífico prédio para o grupo escolar e construção de pontes, vem manifestar-lhe a presente moção ao de agradecimento e, ao mesmo tempo, prestar sincero e legal apoio ás candidaturas dos illustres mineiros Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro e Levindo Ferreira Lopes a presidência e vice-presidência do Estado no próximo quadriênio. Sala das sessões, 26 de setembro de 1913 – Lindolpho Martins de Sá, Marciano Saturnino de Ávila, João Marra da Silva, Antonio Crescencio de Mendonça, Julio

Moreira de Alvarenga. E nada mais havendo sobre a mesa o sr. presidente encerrou a sessão, convidando os srs. vereadores a comparecerem amanhã as horas do costume. E do que lavrei a presente acta que depois de aprovada será assignada.

Eu, José Cupertino, escripturario da Câmara a escrevi e subscrevi.

Pg 69 –verso

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de mil novecentos e treze, nesta cidade de Uberabinha, na sala da Câmara a hora regimental feita a chamada compareceram os vereadores Rodrigues da Cunha, presidente, Júlio Alvarenga, João Marra, Lindolpho Sá.

Não havendo número legal o sr. presidente adiou para amanhã a continuação dos trabalhos. E do que lavrei a presente tempo que vae assignado pelos vereadores presentes. Eu, José Cupertino, escripturario a escrevi.

9 - Acta da sessão ordinária realizada no dia 23 de janeiro de 1917.

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de mil novecentos e dezessete nesta cidade de Uberabinha, estado de Minas Geraes, na sala da Câmara a hora regimental feita a chamada compareceram os vereadores Rodrigues da Cunha, Tito Livio, Custodio Vieira, Manoel Pereira, Custodio Pereira, Zacharias de Mello e João Marra, faltando os demaes vereadores sem causa justificada. Havendo numero legal o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Lida a acta da sessão anterior foi a mesma aprovada. Expediente – Lido um requerimento de Francisco Moreira Santos, pedindo baixa de negocio da fazenda da Rocinha – “A comissão de finanças” – Pelo vereador Zacharias foi apresentado o seguinte projecto que por estar assignado por todos os vereadores presentes foi o mesmo dado para ordem do dia de amanhã: Projecto. A Câmara Municipal por seus vereadores resolve – Artigo 1º - A verba de professores ruraes no corrente anno deverá ser applicada da seguinte forma: a) Em vez de quatro professores ruraes no districto da cidade e um no districto de Santa Maria a Câmara subvencionará a dez escolas particulares estabelecidas em fazendas do município, com a condição de cada uma dellas manter 20 allunos pobres, gratuitamente. b) Essa subvenção será abonada mensalmente mediante a apre-

Pg 12 –verso

sentação do mappa de frequência devidamente legalizado, com o “visto do inspector escolar nomeado pela Câmara. c) A distribuição das verbas pelos districtos, será feita de acordo com a proporção estabelecida pela lei orçamentária do corrente anno. Artigo – Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões, 23 de janeiro de 1917. Zacharias A. de Ulhôa e Mello, Tito Livio Teixeira, Custodio da Costa Pereira, Manoel Alves Pereira, João Marra da Silva – Ainda pelo mesmo vereador foi apresentada a seguinte moção que foi dada para ordem do dia – “Moção” – A Câmara Municipal de Uberabinha, aplaudindo a orientação altamente patriótica e equilatativa do governo da Republica nas medias de economia adaptadas para o momento actual, vem significar ao Ex. mo srs. Dr. Director Geral dos Telegraphos o reconhecimento do commercio de Uberabinha, pela elevação da estação telegraphica local a cathegoria de principal, acto esse de inteira justiça por ser a mesma collectoria de diversos ramaes. Esse acto, apesar de ser mantido pelas grandes razoes que militam em seu favôr, sendo que não existe nenhum motivo pelo qual se justifique a continuação da agencia de Uberaba como principal, pois o serviço d’aquela cidade é apenas local. Em nome, pois, do commercio e da população desta cidade, a Câmara Municipal resolve votar a presente moção de applausos, que devera ser remettida por copia a quem de direito. Uberabinha, 22 de janeiro de

Pg 13 –frente

1917. Zacharias Alves de Ulhôa e Mello, Tito Livio Teixeira, Custodio da Costa Pereira, João Marra da Silva, Manoel Alves Pereira, Custodio Vieira Carneiro. O mesmo vereador Zacharias de Mello apresentou mais, em nome da commissão de finanças, os três pareceres que se seguem os quaes foram dados para ordem do dia de amanhã: Parecer – A commissão abaixo assignada incumbida de emittir seu parecer sobre o requerimento que dirigiram a esta Câmara os srs. Carmo Giffoni e Comp, desta praça, é de parecer, digo, de opinião que o acto da commissão anteriormente encarregada da classificação dos principaes commerciantes da cidade, seja mantido em toda a linha, por quanto: 1º - Ella agiu com

isenção de animo tendo apenas em vista resguardar os interesses do município, se justa e equitativa, procurando desta forma corresponder o mais possível a confiança que lhe foi depositada; 2º - Referindo-se delicadamente um officio particular a elevação de classe do estabelecimento d'aquella firma, pretendeu apenas significar-lhes que agia a descoberta, lealmente, sem cogitar de rasgar a lei e tão somente em respeito a esta, não poderia elevar de classe os demaes commerciantes, sem collocar a referida firma em egualdade de condições, a menos de um acto em contrario não fosse de clamorosa injustiça; 3º - Ainda de acordo com as disposições do artigo 7º da lei nº 146 de 4 de novembro de 1912 o estabelecimento commercial em questão está sujeito a pauta em que foi classificado; 4º - A commissão assim pro-

Pg 13 –verso

cedendo, agiu também de acordo com o artigo 11 da citada lei, por que tratando-se de um commerciante de grande movimento equal aos outros já taxados na 2ª classe, claro é que em alguns mezes do anno o seu stock terá sido muito superior a cem contos de reis, cumprindo ainda a Câmara tomar sempre por base o mez maior movimento, visto como deste curso lapso de tempo poderar despender, como entre nós, do maior lucro annual de uma casa commercial; 5º - A commissão entendeu, além disso, que somente o balanço não é sufficiente pra o critério do lançamento, porquanto na epocha de ser elle dado, é obvio que todo o commerciante diminuiu o mais que pode as suas transacções e o seu stock. Assim entendendo a commissão ao passar este a consideração da casa, se submete aos melhores entendimentos. Uberabinha, sala das sessões 23 de janeiro de 1917. A commissão de finanças e contas a qual foi destinado o officio da Ex.ma srª D. Alvina de Sousa examinando o conteúdo do mesmo e dos documentos que o acompanham é de parecer que se negue a reposição pedida de Rs 36\$000, por que a requerente em tempo opportuno não tomou a providencia de officiar, digo, providencia que o caso exigia e que seria officiar ao sr. Agente Executivo pedindo-lhe baixa da água.

Alem disso, a communicacão entende que é este um procedente que a Câmara não deverá abrir, visto como da-

Pg 14

ria sempre logar a queixa e reclamações que todos os dias surgem a respeito e que tem deixada de ser atendidos.

Uberabinha, sala das sessões da Câmara 23 de janeiro de 1917. A comissão, Zacharias de Mello, Tito Livio Teixeira, Custodio da Costa Pereira = Parecer d comissão a que foi affecto emittir seu parecer sobre o assumpto do presente requerimento é de opinião que, a vista do que allega o requerente, seja lhe concedida a baixa do lançamento a que estava sujeito, se continuasse com a sua fabricação de cerveja. Uberabinha, sala das sessões da Câmara, 23 de janeiro de 1917. A comissão Zacharias de Mello, Tito Livio Teixeira, Custodio da Costa Pereira.

Pelo vereador Custodio Pereira foi apresentado seguinte projecto que foi dado para ordem do dia de amanhã: Projecto – A Câmara Municipal por seus vereadores resolve; Artigo 1º - Fica o sr. Agente Executivo autorizado a prolongar a rua Aymorés, até a Avenida da Estação, no ponto fronteiro do Triangulo da Companhia Mogyana. Artigo 2º - A rua Aymorés desde o seu inicio na Praça Pedro 2º, até o ponto terminal terá a largura de 15 metros. § O alargamento dessa rua desde a Praça Pedro 2º será feito pelo lado dos fundos dos quintaes de José Baptista e outros.

Artigo 3º - Esses serviços serão executados logo que as finanças, digo, logo que o permittam as finanças da Câmara, devendo, entretanto, o alimento da rua ser feito desde já.

Artigo 4º - Revogam-se as

Pg 14 –verso

disposições em contrario. Sala das sessões, 23 de janeiro de 1917. Custodio da Costa Pereira, Zacharias de Mello, Tito Livio Teixeira, Manoel Alves Pereira, Custodio Vieira Carneiro, João Marra da Silva. E nada mais havendo a tratar-se o sr. presidente encerrou a sessão convidando os senhores vereadores a comparecerem amanhã, lavrando-se de tudo a presente acta que depois de lida e aprovada será assignada.

Eu, José Cupertino, escripturario a escrevi.

Rodrigues da Cunha

Tito Livio

10 - Acta da sessão ordinária de 22 de Junho de 1920.

Secretario J. Nonato Ribeiro. Aos vinte e dois dias do mês de Junho de mil novecentos e vinte, nesta cidade de Uberabinha, no Paço da câmara Municipal, a hora regimental, feita a chamada compareceram os srs. vereadores Rodrigues da Cunha, José Nonato Ribeiro, Tito Teixeira, Marciano S. de Ávila, Antonio de Resende, dr. Leopoldo de Castro, Antonio Bernardes da Silva e Carlos de Oliveira Marquez, faltando os demais srs. vereadores. Havendo numero legal o sr. Presidente, declarou

Pg 50 –frente

aberta a sessão. Acta. Lida e approvada a da sessão passada. Expediente. Reclamação de Antonio Julio dos Santos, protestando contra uma minuta imposta o seu filho José Geraldo Julio, da importância de 30\$, por ter quebrado dois ou tres isoladors da linha telephonica desta cidade. Consultada a Câmara, esta foi de parecer que “não se tratava de objecto de deliberação pro ter vindo em desaccordo com a praxe”. O snr. presidente convidou os srs. vereadores a apresentarem pareceres e indicações. Pelo vereador Tito Teixeira, foi lido a redacção final, do empréstimo seguinte: <<A Câmara Municipal, por seus vereadores, decreta: Artigo 1º - Fica o sr. Agente Executivo autorizado a contrahir, dentro ou fora do Estado um empréstimo de Rs 500:000\$000 a Rs 700:000\$000, afim de com o seu producto, resgotar o imposto actula dos empréstimos estadoaes cujo valor será o opportunamente apurada, empregando o excesso em melhoramentos municipaes, com sejam: serviços de abastecimento d’água, rede de exgottos, calçamento e nivelamento de ruas e outros que forem posteriormente indicados pela Câmara. Artigo 2º - O empréstimo será tomado ao typo mais conveniente possível, não excedendo de 10% (dez por cenot), a taxa de juros, e pelo prazo de 20 a 40 annos. Artigo 3º - Como garantia dessa operação, a Câmara poderá lançar mãos das verbas e industrias e profissões, de água e exgottos e transmissão de propriedade, ou outras que as partes combinarem.... Artigo 4º - O Agente Executivo providenciara no momento que julgar opportuno sobre a melhor

pg 50 –verso

época de lançar o empréstimo combinado com os interessados directamente ou por meio de intermediários sobre o modo de ser feita a operação que poderá ser por meio de títulos ou apólices Municipaes, commissoes que terá de pagar viagens, podendo para isso lançar mão do quantum necessário, prestando finalmente a Câmara, conta corrente de todas das despesas effectuadas. Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões, 22 de junho de 1920. A Comissão Carlos de Oliveira Marquez, Tito Livio Teixeira, Antonio Bernardes da Silva>> Para ordem do dia vinte e tres. Pelo vereador Dr. Leopoldo de Castro foi apresentado e lido o seguinte: Parecer. A comissão de obras publicas a que foi presente uma circular – officio do sr. Secretario da Agricultura do Estado de Minas Geraes, pedindo ao sr. presidente da Câmara os dados sobre as divisas deste município, é de parecer, digo, é de oppinio que o sr. Agente Executivo envie os referidos dados. Uberabinha, 21 de junho de 1920 (A) Dr. Leopoldo de Castro, Marciano de Ávila. Para ordem do dia vinte e tres. Parecer. A comissão de obras públicas a que foi presente a indicação do srs. Leopoldo de Castro e Antonio de Resende é de opinião que, a Câmara prestando homenagem a memória dos coronéis Severiano Rodrigues da Cunha e Manoel Alves dos Santos, mude o nome da rua 7 de setembro para Coronel Severiano, e o da rua Tymbira, para Coronel Manoel Alves. Uberabinha, 21 de junho de 1920. (B) Leopoldo de Castro, Marcinao

pg 51 –frente

de Ávila. Para ordem do dia vinte e tres. Indicação. Indicamos que o sr. Agente Executivo mande publicar em folheto a “Historia da Fundação de Uberabinha” escripto pelo Cônego Cônego Pedro Rezzutti, e publicada há annos, pelo jornal local “O progresso” correndo as respectivas despesas pela verba eventuaes, coma tiragem de 500 exemplares. Uberabinha, 22 de junho de 1920. a) Dr. Leopoldo de Castro, Tito Livio Teixeira, Carlos de Oliveira Marquez, Antonio de Rezende, Marciano de Ávila, Antonio Bernards da Silva, José Nonato Ribeiro. Para ordem do dia vinte e tres. Ordem do dia de hoje. Peo vereador Tito Teixeira,

foi apresentada e lida a emenda ao projecto de lei sobre feichamento de casas commerciaes:
<<Emenda ao projecto de lei sobre o feichamento casas commerciaes – Acrescente-se mais paragrapho em que se diga: As casas de secções e molhados gêneros alimentícios deverão fechar-se: aos domingos e feriados as quinze horas. Sala das sessões, 21 de junho de 1920.
(a) Tito Livio Teixeira >> Em discussão fo approved, em terceira discussão o projecto e emenda, sobre o fechamento de casas commerciaes. Dada a palavra a qualquer dos srs. vereadores, sem nenhum fazendo uso, o sr. presidente, convidou a comparecerem a manhã a hora regimental e encerrou a sessão. Do que para cosntar lavrei esta acta que depois de lida e approvada será assignada. Eu Placio Maia Santos amamuense interino, escrevi.
Rodrigues da Cunha.
José Nonato Ribeiro

Pg 51 –verso